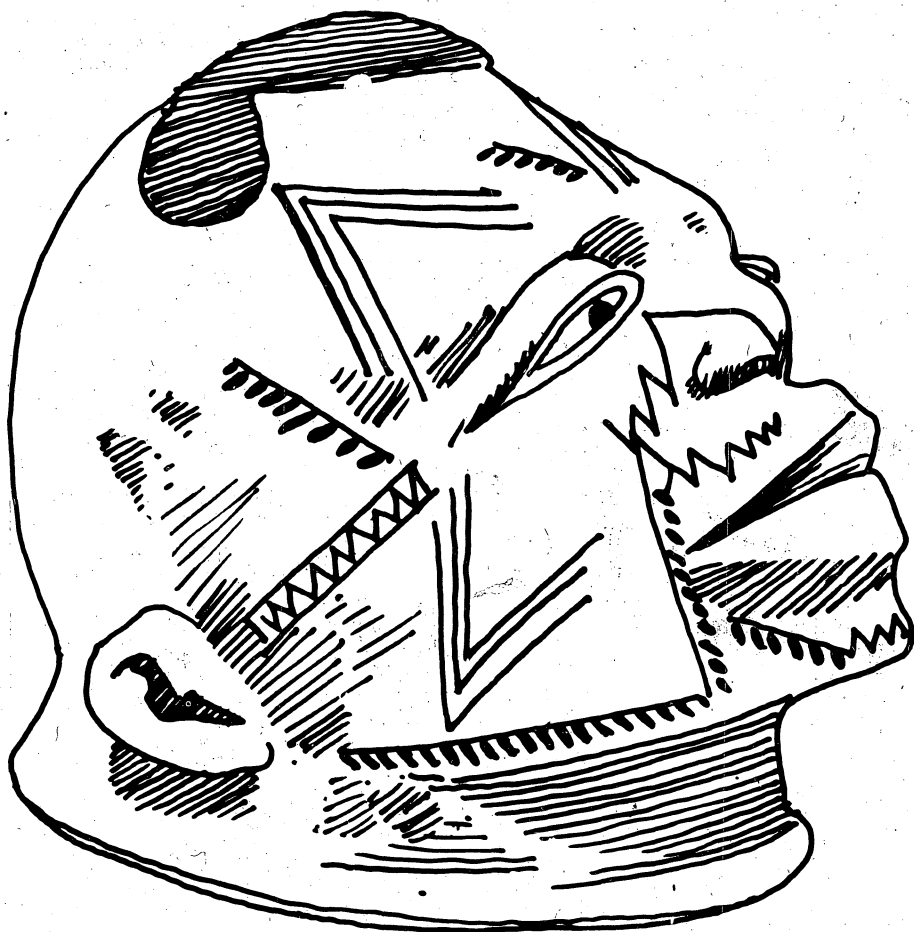


Arquivo

Boletim do Arquivo Histórico de Moçambique



CABO DELGADO

nº 14 ESPECIAL

OUTUBRO DE 1993

SUMÁRIO

Editorial	3
Mueda, 1917-1990: Resistência, Colonialismo, Libertação e Desenvolvimento, <i>por Yussuf Adam</i>	9
A Subversão no Distrito de Cabo Delgado Entre 1950 e 1960 Segundo as Fontes Administrativas Locais, <i>por Anna Maria Gentili</i>	103
Entrevista: O Massacre de Mueda: Falam Testemunhas, <i>apresentação de Yussuf Adam e Hilário Alumasse Dyuti</i>	117
Documento: O Estado Colonial e o Massacre de Mueda: Processo de Quibirite Divane e Faustino Vanombe, <i>apresentação de João Paulo Borges Coelho</i>	129
Da "Prova de Trabalho" ao Bilhete de Identidade: A Integração de Ocua na Economia de Mercado Colonial (1942-1960), <i>por Paulo Soares</i>	155
Factores de Reorganização das Chefaturas no Norte de Nampula e Sul de Cabo Delgado na Segunda Metade do Século XIX, <i>por Benedito Brito João</i>	175
Literatura Colonial:	
- O reduto de Pemba (Porto Amélia), <i>por Caetano Montez</i>	185
- Porto Amélia, <i>por Jones da Silveira</i>	190
- Os portugueses e as ilhas de Quirimba, <i>por José R. Torres</i>	196

Arquivo

Boletim Semestral do
Arquivo Histórico de Moçambique
Universidade Eduardo Mondlane

Director: Inês Nogueira da Costa
Editor: João Paulo Borges Coelho

47/INLD/87

No.14, Outubro de 1993

Editorial:

CABO DELGADO E AS FONTES DA HISTORIOGRAFIA MOÇAMBICANA

O presente número do Boletim ARQUIVO tem como pano de fundo a Província de Cabo Delgado. Tal como ocorreu com números temáticos anteriores, não é nossa intenção tentar um *retrato* da Província mas, mais modestamente, usá-la como *pretexto geográfico* para algumas discussões. De facto, Cabo Delgado presta-se a tal em mais do que uma instância. A sua história colonial mais remota inclui um rendilhado complexo de comércios e uma profunda amálgama de culturas dos quais damos apenas uma pequena idéia através do texto de Benedito Brito João. Mais recentemente, a partir de meados deste século, esta província constitui excelente exemplo de como uma situação colonial dá lugar ao desenvolvimento do movimento nacionalista e da luta pela independência. De facto, este processo contém muitas das grandes problemáticas da história africana recente, discutidas extensivamente no longo artigo de Yussuf Adam com que abrimos este Boletim.

O trabalho migratório testemunha simultaneamente a tentativa de fuga às duras condições coloniais e a integração dos seus protagonistas na economia colonial e internacional. O artigo de Paulo Soares mostra como na região de Ocua ocorre essa dura integração. Por outro lado, o trabalho migratório (em paralelo com a generalização dos aparelhos de rádio que trazem notícia das muitas lutas africanas contemporâneas, e com a raiva de origem endógena em relação ao opressor colonial), é também um dos grandes responsáveis pela introdução das idéias nacionalistas na região, num processo idêntico aos ocorridos em outras regiões fronteiriças do país. Idéias essas claramente adivinhadas pelas experientes autoridades administrativas locais do regime colonial português, como revela Anna Maria Gentili no seu texto.

Cabo Delgado é também o lugar algo místico de origem da luta armada segundo o discurso nacionalista, quer no sentido de *palco* da primeira acção (o ataque a Chai em 25 de Setembro de 1964), quer no de *motivo* que determinou o recurso às armas (o massacre

colonial em Mueda, em 16 de Junho de 1960). Assim, serve-nos sobretudo este último, o massacre de Mueda, de pretexto para, de alguma forma, discutir o papel das fontes na historiografia moçambicana, particularmente aquela que se debruça sobre este período. Talvez mais claramente do que outro qualquer exemplo, este mostra-nos uma certa complementaridade das diferentes fontes. O massacre de Mueda, episódio relativamente recente (33 anos), é descrito por inúmeras testemunhas oculares ainda hoje, como se pode ver na rubrica *Entrevista*, desta feita apresentada por Yussuf Adam e Hilário Dyuti. Tais relatos são de grande importância no esforço para destrinçar a complexa rede contextual em que emergem os primeiros movimentos ou associações fora do espaço *legal* da administração colonial portuguesa na zona. São eles, também, que nos dão a perspectiva com que a população comum da área encarou a famosa reunião realizada em frente à administração de Mueda, em 16 de Junho de 1960. Todavia, várias questões são suscitadas na sequência desses relatos: reclamavam os manifestantes o fim das injustiças coloniais um pouco por influência do "clima tanzaniano"? Mais do que isso, era a autonomia dos macondes e desta pequena região que estava em causa, assim como - é legítimo colocar-se - a sua integração no espaço transfronteiriço dos macondes? Ou ainda, era a independência de Moçambique e da nação moçambicana, ainda em projecto, que estava na agenda?

As duas primeiras interrogações estão longe de ser descabidas. Um processo idêntico, aquele que ocorreu na zona oriental de Tete sensivelmente na mesma altura, mostra como o protesto contra a ordem colonial se amalgamou com as manifestações independentistas malawianas e de apoio a Hastings Banda, num jogo que incluía o projecto de anexação territorial e de edificação da grande nação cheua acalentado pelo então futuro presidente do Malawi. Certamente que as intenções tanzanianas a respeito do planalto dos macondes eram diversas daquelas. Todavia, a profunda tradição de trabalho migratório, os contactos comerciais e, acima de tudo, o facto da haver afinidades importantes entre as populações de ambos as margens do Rovuma, são factores de grande aproximação, testemunhada aliás pelos relatos disponíveis. Se acrescentarmos a isto o natural impacto provocado pela euforia das independências africanas, e particularmente do processo tanzaniano, é verosímil, portanto, a fraca definição do projecto independentista e, mais do que isso, a sua *regionalização*.

A terceira questão é mais complexa. Com que base alegam as testemunhas aqui referidas um projecto de independência nacional para Moçambique nessa altura? De facto, é interessante notar-se que, contrariamente ao ritmo com que aparecem as associações e movimentos, ritmo esse que de alguma forma descreve a génese da atitude nacionalista, a conta que nos chega dos acontecimentos através das testemunhas sugere-nos, de chôfre, maduro, lúcido e categórico, o projecto de independência de Moçambique e de todos os moçambicanos "do Rovuma ao Maputo". A reivindicação colocada em Mueda, nesse dia trágico, às autoridades coloniais, teria sido, assim, a mesma que a Frelimo viria a colocar um par de anos depois. O processo teleológico, em que as premissas são moldadas a partir da conclusão, ao invés de serem aquelas a determinar esta última, surge assim evidente.

Parece-nos compreensível e justificável que nos anos que se seguiram à sua formação, a Frelimo tenha progressivamente estabelecido marcos referenciais para reforçar a sua coesão e clarificar o seu *móbil*. O massacre de Mueda terá sido um deles, porventura o *marco fundador*: o massacre de Mueda - diz o discurso nacionalista - mostrou que a independência então exigida não seria concedida pelos colonialistas e que, portanto, era inevitável o recurso à luta armada.

Muitos dos camponeses que presenciaram o massacre viriam, eles próprios, a constituir mais tarde os contingentes da Frelimo. Actualmente, como testemunhas oculares dos relatos que nos chegam, esses mesmos camponeses dão-nos conta da realidade que viveram e, também, da sua interpretação posterior. Amalgamam as duas. À realidade *acrescentam* o discurso nacionalista, emprestando-lhe assim um sentido histórico que tem talvez o seu ponto alto quando, na descrição algo épica de Cornélio Mandanda, a população em geral, vendo que as autoridades prendiam os cabecilhas, pede que seja ela própria presa também. Uma outra instância, ainda, da ligação entre o massacre e o desenvolvimento do discurso nacionalista está bem explícita no depoimento de Jacinto Omar, que alegadamente levou a notícia do massacre aos moçambicanos residentes na Tanzânia, regressando logo depois com cartões da Frelimo para distribuir clandestinamente no planalto. O hiato de dois anos entre a ocorrência do massacre e a formação da Frelimo é, aqui, ignorado, *adaptando-se* aos propósitos do discurso nacionalista.

Evidentemente que esta sobreposição de níveis nem sempre é destituída de conflito. Exemplo disso é a contradição entre as 600

vítimas do massacre, na versão do movimento nacionalista (número a que se chega pela contagem eventual das bicicletas deixadas no terreno?), ou os 17 mortos segundo algumas testemunhas oculares (ver relato de Daniel Muilundo). Se esta, como outras, é discrepância menor do ponto de vista da instância política e ideológica, basta todavia para pôr o historiador de sobreaviso.

Do outro lado, aparentemente como um grande grupo, estão as fontes constituídas pelos arquivos coloniais disponíveis. Tais fontes, embora omissas quanto à conta directa do massacre (devido à eventual supressão de documentos ou, como aventa Anna Maria Gentili em outro lugar, por terem sido retirados face à aproximação da guerra), são de valor insubstituível para a sua interpretação, como surge claramente demonstrado na rubrica *Documento*. Ressalvado o carácter vincadamente ideológico da maioria das notas apresentadas na rubrica (como aliás não poderia deixar de ser), e por detrás das contradições de interpretação por parte dos diferentes níveis do aparelho de Estado colonial, fica-nos contudo a possibilidade de acesso a uma versão altamente verosímil, não só no relato dos factos como na análise das suas causas. Quanto aos factos, o massacre não surge muito diferente no relato das testemunhas e nas versões escritas que a ele se referem, nomeadamente a Informação no.269/B/11 (confidencial), redigida pelo Director dos Serviços dos Negócios Indígenas em 24 de Novembro de 1960, adiante transcrita. Ambas as versões mencionam a concentração da população e seus motivos, embora surjam algumas divergências quanto às razões (a versão colonial, do inspector Pinto da Fonseca, refere protestos dos camponeses pelo baixo valor da venda dos seus produtos e exiguidade dos seus salários). As duas versões colocam a atitude da população em relação ao cerimonial do hastear da bandeira portuguesa como uma causa próxima que conferiu ao ambiente grande tensão. Ambas descrevem o massacre como resultante do fogo aberto pelos cipaiais da administração contra a população indefesa. Finalmente, Pinto da Fonseca, além de denunciar as irregularidades que caracterizaram o processo de averiguação posterior dos factos, e de referir a necessidade de medidas punitivas dos responsáveis coloniais, chega mesmo a conclusões de grande lucidez: *"os abusos cometidos na circunscrição dos Macondes, que - como se notou - se verificam igualmente em quase toda a Província, merecem especial atenção, já porque é de justiça que lhes seja posto còbro, já porque é necessário tirar aos insatisfeitos, aos irrequietos e até às próprias vítimas,*

pretexto para assumir atitudes que possam provocar tragédias sangrentas como a de 16 de Junho último."

Certamente, o objectivo último do esforço colonial, traduzido na documentação de arquivo, era o de preservar a ordem colonial, e a instância do discurso político traduz este facto. Por mais que alguns tenham "ousado", nas suas leituras dos factos, como o inspector Pinto da Fonseca, nunca nenhum funcionário superior colonial terá deixado de ter claro o seu lugar na contenda, o que, num certo sentido, confere às fontes uma importância adicional.

Pensamos, pois, que o massacre de Mueda ilustra bem a necessidade de uma complementaridade de fontes, numa atitude diferenciada daquela que identifica, sem critérios, as instâncias política e científica. Pensamos, a este respeito, que a jovem historiografia moçambicana se terá ressentido de alguma forma da falácia segundo a qual optar por fontes é optar por campos de luta política. Tal atitude significa, de facto, optar pelo discurso ideológico por oposição ao discurso científico. Todas as fontes são imprescindíveis e, neste sentido, é urgente desenvolver programas sistemáticos de entrevistas como é imprescindível proceder ao desenvolvimento sistemático de programas de organização e consulta dos arquivos coloniais.

O Editor

Cabo Delgado



- ++++ LIMITES NACIONAIS
- LIMITES PROVINCIAIS
- == RIOS
- LIMITES DISTRITAIS
- SEDE DISTRITAL

MUEDA, 1917-1990: RESISTÊNCIA, COLONIALISMO, LIBERTAÇÃO E DESENVOLVIMENTO

Yussuf Adam

1. INTRODUÇÃO: MITOS DE ORIGEM E RESISTÊNCIA EM MUEDA

Mueda¹ constitui um mito da história de Moçambique quer devido à ocupação colonial tardia, quer enquanto zona libertada da luta de libertação nacional. Trata-se de um distrito de Moçambique simultaneamente típico e atípico. Típico porque a sua economia política é semelhante à da maioria das áreas de reserva de força de trabalho de Moçambique onde não ocorreu ocupação da terra por agricultores coloniais. Atípico porque a região constituiu um cenário importante da luta pela independência.

Os relatos referentes a Mueda confrontam o historiador contemporâneo com um conjunto de mitos sobre períodos diferentes da história de Moçambique e da região. A população da área constituiria uma versão moçambicana de "Asterix e os Gauleses". Os macondes, aqueles que falam kiMaconde, são a maioria da população e conseguiram preservar a imagem de um grupo imbuído de um espírito de resistência feroz e inato, desde sempre contrário à dominação portuguesa. As escarificações faciais e os dentes afiados dos Maconde ajudaram a consolidar a imagem que eles pretenderam transmitir deles próprios. Esta invenção de uma identidade e de uma tradição foi bastante bem sucedida.² Em 1989 foi dado um novo passo neste processo, quando jovens intelectuais macondes reclamaram a sua dominância sobre toda a parte setentrional de Cabo Delgado. Com efeito, um mapa publicado pela revista literária *Lishwhalelu* considerava como território Maconde toda a região entre o Rovuma e o Messalo.³

Mais do que um planalto maconde, uma área geográfica ocupada por uma população historicamente e culturalmente homogênea, Mueda é, todavia, um mosaico de populações diferentes. A área é habitada por grupos que falam macua, maconde e angoni. Nem Mueda nem Muidumbe (os dois distritos do planalto), nem

sequer Mocímboa da Praia, Palma ou Nangade constituem distritos "eticamente" homogéneos.

Os mitos de origem da população que fala kiMaconde, a maioria dos habitantes do planalto de Mueda, transmitem a idéia de uma origem e migração comuns, a partir de uma região situada a oeste do planalto, perto do lago Niassa. Todavia, os actuais falantes de kiMaconde descendem provavelmente de escravos que escaparam aos seus captores no caminho do interior para a costa. Essas comunidades de ex-escravos teriam então garantido a sua reprodução através do rapto de mulheres das comunidades macuas da costa. Os macondes, mais do que os descendentes homogéneos de populações antigas, resultam de uma mistura de diferentes grupos.⁴

As designações dadas actualmente aos grupos populacionais do norte de Cabo Delgado são de base geográfica: "Aqueles que vivem nas zonas altas" (kuAndonde); "aqueles que vivem na costa" (waMakwe). A população da margem esquerda do Rovuma - o planalto Makonde da actual Tanzania - designa a população da margem direita do rio, de quem se diz parente, por "mavias". Estes termos têm conotação pejorativa. Os macuas costumavam designar os que viviam nas zonas altas como selvagens, considerando-se a si próprios civilizados, islamizados.

Para o ocupante português, a dominação dos ferozes macondes assinala uma importante viragem no estabelecimento da sua presença, no século XX. Até 1918, as descrições portuguesas dos macondes são bastante semelhantes às dos exploradores britânicos que passaram pela região,⁵ que referem um povo feroz vivendo nas inacessíveis terras altas do interior de Cabo Delgado. Aquilo que a experiência não podia revelar era completado pela imaginação suscitada pelos dentes aguçados, as tatuagens e a agressividade.

As interpretações da história antiga das zonas setentrionais de Cabo Delgado têm salientado o isolamento como factor que criou e atesta o espírito de rebelião permanente. Todavia, os factos apontam para uma integração de Mueda na economia regional desde períodos muito recuados. A área aqui estudada está, desde o século XIX, integrada na economia de uma zona geográfica mais vasta. Desde essa altura que eram mantidas ligações quer com as cidades controladas pela Companhia do Niassa e pelos portugueses, quer com os zanzibaritas e outros, na margem direita do Rovuma. Os "selvagens" ditos isolados, estariam assim em contacto comercial regular com as cidades costeiras de Olumboa, Pangane e Mocímboa da Praia.

No século XIX e em inícios do século XX, o norte de Cabo Delgado era um território disputado pelos portugueses, por um lado, e, por outro, primeiro pelo sultanato de Zanzibar e depois pelos alemães e pelos britânicos, na procura da definição das fronteiras no âmbito da partilha colonial. Estas questões estão na base das disputas territoriais nas bafas de Tungwe e Kionga.

A presença portuguesa no planalto foi precedida pela de comerciantes de outras origens. De Mocímboa da Praia ou do Ibo vieram indianos para vender armas e pólvora e comprar marfim, ou para negociar mercadorias como goma copal ou borracha. Os chefes macondes iam regularmente à costa para comerciar.⁶ A área de Mueda foi, assim, integrada na economia mundial muito antes da conquista. Os planaltos de Macomia e Mueda tinham uma produção agrícola importante cujos excedentes chegavam aos comerciantes da costa. Os macondes também se dedicavam ao comércio de escravos. De facto, antes da chegada dos portugueses a captura de indivíduos no mato era uma actividade frequente. Alguns dos captivos eram integrados nas aldeias existentes enquanto que outros eram vendidos.⁷

A ocupação portuguesa de Mueda ocorreu em 1924 e foi levada a cabo por uma coluna militar chefiada por Neutel de Abreu, o herói português das "campanhas de ocupação e pacificação" no norte de Moçambique.⁸ Esta campanha ocorreu num período relativamente tardio se considerarmos que 29 anos antes, em 1895 e 1896 um processo semelhante havia ocorrido em Boane e no Sabié. Contudo, já alguns anos antes, em 1914, as tropas portuguesas viajavam de Mocímboa da Praia para Negomano, onde se envolveram em combate com colunas militares alemãs do marechal Von Lettow Vorbeck.

A ocupação das terras altas foi levada a cabo por forças expedicionárias portuguesas que contaram com a colaboração de populações que habitavam o limite oriental do planalto. "Primeiro, os portugueses instalaram-se em Muidumbe e depois vieram para a zona da aldeia de Nkapoka".⁹ Esta ocupação ocorreu também no contexto de lutas internas entre os chefes macondes do planalto, particularmente "Maunda e Mbawala. Mbawala não conseguiu derrotar Maunda e aliou-se aos portugueses. Houve um combate em Sagal ou Nanenda, no lugar onde começa o planalto, em que a altitude passa de 100 para 500 m. Maunda e Malapende tentaram travar os portugueses. Mbawala traiu o povo".¹⁰

Os portugueses estabeleceram-se em primeiro lugar em Muidumbe, que tinha água nas proximidades. "Os [primeiros] portugueses [a chegar à região] eram chamados de peixes pela população local porque tinham vindo do mar. A guerra com os colonos não terminava, o que obrigou o grupo dos anciãos a juntar-se e a apresentar a sua rendição."¹¹

Os mitos de origem, em Mueda, tentam legitimar os grupos que habitam actualmente a zona e reclamam a propriedade da terra com base no argumento de que foram os primeiros a ocupá-la. O passado é contado pelos habitantes do planalto de forma a conferir-lhes legitimidade como proprietários contemporâneos da terra e resistentes desde sempre ao colonialismo e à intervenção externa. A derrota militar (na explicação corrente das memórias) deveu-se a uma conspiração e à traição de alguns chefes. Mas aquilo que realmente aconteceu parece ser diferente: "Quando os portugueses chegaram os nossos velhos disseram que eles eram velhos que haviam morrido e estavam agora a ressuscitar. Nós também acreditamos agora que aqueles que morreram nos anos passados continuam a existir mas num outro mundo chamado *mahoka*, que só Deus sabe onde fica. Quando os portugueses chegaram nós tínhamos medo de os encarar e fugimos deles porque os considerávamos fantasmas. Tínhamos medo de encará-los nos olhos. Só agora chegámos à conclusão que são pessoas como nós".¹²

Contra o mito colonial que salientava a bravura de um punhado de portugueses contra os ferozes macondes, é apresentado o mito da resistência africana. Aqueles que lutaram contra o colonialismo português, quarenta anos depois, inseriram no mito da resistência permanente novos mitos que surgem como sua consequência lógica. Assim, os mitos da libertação apresentam Mueda como um dos primeiros exemplos bem sucedidos do socialismo construído e mantido durante uma guerra popular contra o colonialismo, como veremos adiante.

2. MUEDA SOB O JUGO COLONIAL

A ocupação de Mueda pelos portugueses levou a uma transformação da economia e organização política da zona. A dominação portuguesa foi imposta através da obrigatoriedade de impostos, do trabalho forçado, da introdução de culturas de rendimento e da

comercialização da agricultura e exportação da força de trabalho.

Certas canções, em Mueda, transmitem ainda hoje a memória do processo iniciado com a ocupação colonial - a monetarização da economia e o trabalho forçado. Elas eram cantadas sobretudo "quando transportávamos brancos na machila" ou durante a dança do *mapiko*. A canção que serve aqui de exemplo é cantada com referência alternada a dois nomes - Lisboa e Dinheiro. Dinheiro era o nome dado ao primeiro administrador português da área de Mueda. Lisboa foi outro administrador.

*Apita watukuta apita watukuta kutwamamba
ncheche kudjalangila mashila
apita watukuta apita watukuta kutwamamba
ncheche kudjalangila mashila, oh oh,
indila ai ai, oh oh indila mbambanda
Lisboa apita watukuta
Lisboa apita watukuta kutwamamba ncheche
kudjalangila mashila
Lisboa apita watukuta kutwamamba ncheche
kudjalangila mashila, oh oh indila ai-oh oh,
indila mbambanda.*¹³

a) Os Regulados

Antes da ocupação portuguesa de Mueda cada aldeia era um "reino". O chefe da aldeia, *Nangolo*, era a mais alta autoridade política, distribuindo as terras, dirigindo o comércio e as cerimónias religiosas. As aldeias do planalto tinham normalmente entre 50 e 100 casas. Os chefes resolviam as disputas entre os residentes da aldeia e controlavam a produção agrícola. Os conflitos na aldeia surgiam pelas razões mais diversas.¹⁴ Havia igualmente conflitos por causa de mulheres. Nestas lutas usavam-se frequentemente arcos e flechas e as pessoas morriam ou ficavam feridas.

Na sequência da ocupação colonial os portugueses estabeleceram um sistema para governar o território conquistado. Foi colocado um administrador português em Mueda que, por sua vez, "criou o sistema de capitães-mores e cabos de terra. Estas estruturas não existiam antes. Eles eram escolhidos para dinamizar o trabalho da administração (...). O trabalho das estradas eram controlados pelos capitães-mores e *waziri*, e o régulo respondia por todas as tarefas. Os régulos não existiam antes, mas as pessoas escolhidas para esses lugares eram as que anteriormente haviam dirigido as famílias da zona. Cada povoação tinha o seu próprio chefe. Mas quando surgia

um problema todos eram chamados".¹⁵

Os portugueses reorganizaram portanto o sistema político que encontraram em Mueda e que não era diferente de outras zonas de Moçambique. Cada rei controlava uma área que era subdividida em secções, com aldeias na base do sistema. A Companhia do Niassa (que era responsável pela administração do território) reorganizou as chefaturas que existiam segundo um princípio de hierarquização, agrupando várias aldeias cujos chefes se tornaram submetidos a um chefe de grupo de povoações chamado capitão-mor. Por seu turno, um certo número de capitães-mores era dirigido por um régulo ou um regedor, responsável por um território mais extenso. O régulo escolhia os capitães-mores. O cargo era, em geral, passado de tio para sobrinho. Em 1964, a Circunscrição dos Macondes possuía 23 regulados e 134 capitães-mores.¹⁶

Para ocupar o cargo de régulos foram também escolhidos indivíduos com posição de relevo na sociedade (chefes clânicos, *nangolos*). Tratava-se de um novo sistema constituído com componentes retirados do velho.

Por meio do sistema administrativo que criaram, os portugueses eliminaram as lutas internas entre aldeias e entre pessoas. Puseram também termo ao rapto de mulheres macuas levado a cabo pelos macondes, e à escravatura.¹⁷ A reorganização das relações de poder pelo ocupante português também significou um acesso diferenciado às terras e às pessoas. As diferenças manifestavam-se não só na propriedade da terra (que era total) mas também na acumulação de riqueza. Os ricos eram aqueles que tinham muitos cabritos, muitas armas, e que iam regularmente a Mocímboa da Praia vender borracha.

Apesar da habilidade posta pela administração portuguesa na criação dos regulados e na sua administração, o que é certo é que o sistema na década de cinquenta, vinte anos após a sua criação, revelava já sinais de fraqueza. Segundo um relatório de 1957 do administrador colonial Francisco Alberto Fernandes, "os regedores ajudaram muito pouco a disciplinar os macondes. Velhos uns, bêbados outros, venais todos, a sua acção enquanto chefes é igual a zero. O prestígio de que gozam junto da população é muito reduzido, e só muito dificilmente se conseguem impôr como chefes. Eu diria mesmo que tais régulos mal se qualificariam como moleques dos régulos de outras divisões administrativas. É natural que o relaxamento moral de que estes chefes são acusados seja consequência

da posição falsa criada na sociedade maconde, onde eles não conseguem o prestígio que a autoridade administrativa quer conceder-lhes.¹⁸ Não eram as qualidades individuais dos régulos que eram importantes para explicar a crise. Os régulos estavam deslocados pelas transformações da economia política colonial e eram contestados por uma parte dos seus próprios súbditos, particularmente aqueles que haviam já adquirido algum poder económico e alguma educação formal, na maior parte dos casos católicos.¹⁹

b) A Igreja: Educação Ideológica

A palavra de Jesus e a bíblia chegaram a Mueda de bicicleta, por intermédio de dois padres que, em 1922, viajaram até lá a partir do Malawi, para iniciar as conversões. A região de Mueda era também servida pelas missões dos monfortinos holandeses. A primeira missão do planalto foi fundada em 1924 em Nangololo, a segunda em 1939 em Imbuhu, a terceira em 1946 em Nambude, a quarta em Bómela em 1950, e a quinta em 1959 em Mutamba dos Macondes.²⁰

A instalação das missões longe dos centros administrativos portugueses é considerada como resultado de uma estratégia premeditada dos missionários. Eles queriam distanciar-se da administração e das suas políticas em relação à população. Por seu turno, a administração portuguesa adoptou sempre diversas medidas tentando controlar as actividades missionárias.²¹

A vida nas missões não era fácil para os jovens candidatos ao baptismo. Estes tinham que trabalhar ali durante seis meses, enquanto que os alfabetizados permaneciam um ano. Nas missões e perto das aldeias existiam igrejas. Os estudantes fugiam devido à fome e para voltar para as suas aldeias. Quando eram trazidos de volta eram punidos.²²

c) Trabalho Migratório

Após a ocupação colonial Mueda tornou-se uma região de emigração. Emigração de dois tipos: migração forçada (fuga de camponeses aos abusos do Estado colonial) e trabalho migratório e normalmente com dois destinos, o Tanganica e outras zonas do interior de Moçambique.

A primeira onda de migrantes deixou o planalto quando a ordem portuguesa foi estabelecida. Eles atravessaram o Rovuma para

áreas onde habitava população que falava a mesma língua. Ao longo de todo o período colonial ocorreu uma segunda onda migratória. Os habitantes desta área migravam permanentemente para o Tanganica para escapar à repressão exercida pelas autoridades portuguesas, ou seja, ao trabalho forçado, ao cultivo obrigatório do algodão e outras formas repressivas. Uma terceira onda migratória ocorreu na sequência da luta de libertação. Os camponeses começaram a deixar a região após o massacre de Mueda e particularmente quando as primeiras unidades da Frelimo se engajaram em combate com o exército português. Finalmente, em 1984, quando começaram a ter lugar na zona actividades da Renamo, ocorreu igualmente uma nova onda migratória.

A migração forçada para outras zonas de Moçambique, entre 1924 e 1962, nunca chegou a atingir o mesmo nível e significado, em termos de número de pessoas envolvidas e de impacto político e cultural. Em 1965 teve início um processo de migração forçada. Grupos inteiros foram transferidos para fora da sua zona de origem. O exército português refixou aldeãos macondes capturados na ilha de Matemue, perto do Ibo, e mais tarde, em 1974, em Montepuez, aldeia de Mapupulo.

Após a independência, o governo moçambicano criou também alguns fluxos de migração forçada, instalando habitantes da área de Mueda a norte do planalto (Nangade) ou enviando-os para o interior de Montepuez (aldeia de M'Bonge). A população de Mapupulo não teve autorização para regressar às suas zonas de origem depois da independência.

Os fluxos de trabalho migratório de Mueda para a Tanzania e outras áreas de Cabo Delgado e Moçambique são também característicos da região. Podem distinguir-se dois: para o interior e para a Tanzania. No período colonial o fluxo de mão-de-obra de Mueda para o interior restringia-se sobretudo às zonas costeiras de Mocimboa da Praia (Mpanga) e Nangororo (perto de Pemba). Tais tendências migratórias da força de trabalho mantiveram-se após a independência, embora com alterações. O fluxo para o interior reorientou-se sobretudo para Macomia e Montepuez, onde passaram a existir machambas estatais. Outra característica de Mueda no regime pós-colonial é a emigração, a partir do distrito, de homens macondes como soldados e quadros políticos.

A migração para a Tazania, em busca de trabalho, ocorreu no período colonial e após a independência, mas com especial incidência

nos períodos de *boom* da indústria tanzaniana do sisal, durante o pós-guerra. Todavia, as condições particulares de Mueda fizeram com que se tivesse mantido um fluxo migratório constante. As explicações e teorias mais comuns para este fenómeno salientam a sua natureza política, baseando-o na rejeição do sistema colonial, particularmente do cultivo do algodão e do trabalho forçado.

As condições de trabalho dos moçambicanos na Tanzania eram duras. Embora os antigos emigrantes se refiram a melhores condições de trabalho, é um facto que estas eram difíceis nas plantações de sisal. Estas possuem o mais elevado registo de acidentes laborais de toda a Tanzania, e particularmente de greves e absentismo.²² Mas havia muitas vantagens em termos económicos. "Aqui [em Moçambique] nós trabalhávamos de sol a sol sem receber. O único [salário recebido] eram os documentos de identificação. Foi isto que nos levou a abandonar este país e a ir para a Tanzania, porque ali nós trabalhávamos e recebíamos dinheiro que nos permitia comprar roupas para nos apresentarmos decentemente".²³

Os moçambicanos que emigravam criaram uma auto-justificação. "Os trabalhadores moçambicanos eram considerados como mais disciplinados e dedicados ao trabalho do que os tanzanianos".²⁴ Isto também revela o tipo de ideologia prevalecente numa economia colonial dependente do trabalho migratório de diferentes regiões. Os imigrantes são apresentados como trabalhadores esforçados relativamente à população local. O facto é que não possuem as oportunidades e alternativa de emprego oferecidas pelas machambas próprias.

Em 1981 estimava-se que quatro em cada cem famílias de Mueda tinham um trabalhador emigrado na Tanzania. O censo de 1980 indica que em Mueda havia 80 homens para 100 mulheres, um indicador da exportação de força de trabalho. As ondas migratórias actuais processam-se em direcção às zonas onde há trabalho (Dar-es-Salaam e Lindi) e onde estão estabelecidas comunidades macondes.

A migração de trabalhadores moçambicanos para a Tanzania nunca atingiu as proporções e a organização que caracterizaram a migração para a África do Sul. O recrutamento era do mesmo tipo daquele que existiu na fronteira com a Rodésia. Os proprietários das plantações usavam agentes locais para recrutar moçambicanos. Nos anos cinquenta, os proprietários das plantações de sisal recrutavam moçambicanos nas próprias margens do rio Rovuma. Quando chegavam à Tanzania os camponeses alistavam-se nas farmas porque

estas lhes garantiam transporte para o norte do país. Ali chegados tinham que trabalhar um certo tempo após o que partiam para Dar-es-Salaam.²⁶ Existiam contradições entre os trabalhadores moçambicanos e tanzanianos, em parte porque os primeiros recebiam melhores salários.²⁶ Quando os moçambicanos chegaram à Tanzânia o inglês começou a expulsar os tanzanianos, particularmente aqueles que tinham estudos, porque roubavam. Como nós não tínhamos tantos estudos eles preferiam trabalhar connosco. E nós sentíamo-nos melhor lá do que aqui em Moçambique".²⁷ Os bens de consumo eram mais baratos na Tanzânia do que em Moçambique.

O aumento do fluxo de trabalhadores macondes em direcção ao norte está relacionado com mudanças nas economias coloniais tanzaniana e moçambicana. A expansão das actividades no sector de plantações significou uma maior procura de mão-de-obra moçambicana. Ao contrário do que acontecia com a força de trabalho para o Rand e para a Rodésia do Sul, aqui não havia um tratado governamental que regulamentasse o fluxo de trabalho migratório. Na verdade, os funcionários [britânicos] estavam conscientes de que estavam a roubar mão-de-obra das reservas das companhias de Moçambique, e de que quanto menos se falasse desse fluxo, melhor.

A migração de trabalhadores de Moçambique para a Tanzânia beneficiou de um conjunto excepcional de circunstâncias. Ao mesmo tempo que se desenvolviam factores impulsionadores (condições que levavam os migrantes a emigrar) em Mueda, desenvolveram-se factores de atracção (condições para atrair mais trabalhadores) na Tanzânia. As necessidades crescentes de mão-de-obra das companhias de sisal eram satisfeitas devido às necessidades crescentes das concessionárias do algodão em Moçambique, que alargavam as áreas e o nível de coerção. A administração portuguesa usava os mesmos mecanismos que a administração britânica da Tanzânia para integrar a força de trabalho através do pagamento das taxas. "O fluxo crescia quando havia aumentos de impostos e repressão associada a eles. Os rebeldes eram sujeitos ao trabalho forçado nas estradas e plantações".

d) A Produção Agrícola Camponesa e sua Comercialização

A ocupação colonial de Mueda, levada a cabo em primeiro lugar através da Companhia do Niassa, significou a introdução da produção de culturas de rendimento, particularmente do amendoim.

Durante o período colonial Mueda exportou diversos produtos agrícolas, como o milho, amendoim, feijão, gergelim e algodão. A produção agrícola comercializada em média entre 1940 e 1962 foi de 3 000 toneladas anuais, com picos regulares na produção de milho. A produção de algodão, resultante sobretudo do processo de cultura obrigatória, aumentou na década de sessenta quando se introduziram duas medidas: a especialização das áreas de cultivo e o relaxamento dos métodos de controlo provocados pela criação da Sociedade Algodoeira Africana Voluntária de Moçambique (SAAVM). A produção de algodão era controlada por companhias concessionárias que também controlavam a sua comercialização. Os restantes produtos agrícolas eram adquiridos por comerciantes e cântineiros estabelecidos por toda a parte. As lojas de Mueda constituíam-se numa vasta rede, com algumas "povoações" comerciais e outras lojas de pau-a-pique espalhadas pelo mator. Por lei, as lojas tinham que estar separadas umas das outras pelo menos 10 km. As missões também possuíam estabelecimentos comerciais próprios. O sistema de comercialização desenvolvido no planalto era muito complexo, com companhias comerciais estabelecidas há muito na costa, em Mocimbo da Praia, e pequenos comerciantes por todo o interior. Estes últimos trabalhavam normalmente sob contrato com as primeiras, algumas das quais eram propriedade de indianos. A produção camponesa do planalto, embora limitada pelas políticas do Estado colonial, experimentou um crescimento notável. Nas décadas de quarenta e cinquenta surgiu uma camada de camponeses ricos, que basearam a sua acumulação no acesso à terra na produção agrícola, no trabalho assalariado e no comércio. Essa camada de camponeses ricos começou também a ter como porta-voz dos seus protestos um grupo de intelectuais formados nas missões, onde trabalhavam como professores. Estes africanos educados nas missões estavam também ligados a famílias de régulos e chefes, particularmente os que tinham jurisdição sobre áreas localizadas perto da sede da Circunscrição dos Macondes, em Mueda. O grupo dirigente da SAAVM dificilmente pode ser considerado como formado por camponeses, porque se baseava no comércio e no trabalho assalariado. Para a sua produção agrícola eles empregavam outros. Mas se não unia o acesso a receitas mais elevadas ao investimento nesta agricultura, assim como o seu desejo de conseguir direitos de cidadania plena, haviam factores que os

dividiam. Tais divisões podem observar-se nas trajectórias individuais. Alguns acreditavam que podiam cooperar com os portugueses, outros tinham uma visão do futuro limitada a uma determinada área geográfica. A idade e a educação eram também um factor como se verá adiante.

e) A Sociedade Algodoeira Africana Voluntária de Moçambique (SAAVM) e a Machamba 25

Em 1957 formou-se a SAAVM. A organização, criada por um grupo misto de camponeses, comerciantes e professores de Mueda, tem sido considerada como representativa dos esforços nacionalistas. Embora dedicada a desafiar a ordem prevalecente, a organização foi também uma instituição que procurou integrar-se na economia colonial, conferindo aos seus promotores a possibilidade de um melhor negócio com as autoridades portuguesas e com as empresas de comercialização do algodão. Constituiu um esforço organizativo para afastar o bloqueio imposto pelo Estado colonial à expansão económica desse grupo de macondes ricos.

A Sociedade é apresentada nos relatos nacionalistas (por exemplo Mondlane) e pelos seus participantes como uma cooperativa. Porém, nenhuma das suas actividades (plantação, comercialização, etc.) era colectivizada. Tratava-se de uma instituição com dois níveis: os chefes ou líderes, e os membros. Os chefes eram macondes relativamente ricos como cozinheiros da missão, professores e um comerciante. Os membros recebiam um cartão de membro e cultivavam uma determinada área. A sua obrigação era de produzir algodão nessa área, normalmente de quatro hectares, e de respeitar as orientações dadas. A relação entre os líderes e os membros da SAAVM era contraditória. De alguma forma era uma relação semelhante à que existia entre a companhia algodoeira SAGAL e os camponeses. A área de quatro hectares era marcada da mesma forma que os capatazes da companhia marcavam as suas. Os membros da SAAVM não sabiam como eram obtidas as sementes ou a terra. A única coisa que sabiam é que "o capataz vem cá marcar a corda e depois volta para casa". Alguns abandonaram a sociedade porque os preços do algodão continuavam a ser muito baixos. Tanga de Catandica abandonou a sociedade porque não conseguia cultivar os quatro hectares. Embora desconhecendo muito sobre a organização interna da sociedade, os camponeses gostavam da ideia de, através da adesão a ela, poderem escapar do trabalho forçado. Aqueles que

ostentavam o cartão de membro não eram levados para trabalhar seis meses em Mpanga ou noutra plantação qualquer.³¹

A idéia da constituição da Ligwilanilu (a palavra maconde para organização, que significa compreendermo-nos todos) resultou de uma proposta feita por Mpaume (Lázaro Nkavandame, após a sua conversão ao catolicismo) quando regressou do Tanganica. "Quando ele chegou, disse: Com o tipo de vida que vivemos estamos a fazer o que eles [a administração portuguesa] querem e não aquilo que nós queremos, e por isso temos que fazer algo para nós. Devemos fazer uma cooperativa que nos sirva. Em vez de usar o nosso dinheiro para pagar aos cipaies e capatazes vamos ter o nosso dinheiro todo para nós. E todos temos que começar a pensar nisso. Porquê? Porque assim deixa de haver gente a bater-nos".³²

Quando Nkavandame recrutou os seus dois associados para dirigir a cooperativa, pretendia iniciar uma actividade geradora de dinheiro. "Em 1957 (...) Lázaro Nkavandame, que vivia na Tanzania, veio cá e disse que era melhor fazer uma machamba de algodão, porque as pessoas fugiam para a Tanzania devido ao algodão, por não ganharem dinheiro, e que nós iríamos fazer dinheiro com isso. Eles escolheu duas pessoas, incluindo eu próprio, para fazer a machamba. Isto durou dois anos e só depois ele decidiu agregar mais pessoas".³³

Nkavandame e os seus associados agiram como uma companhia concessionária. A diferença está em que eles prometiam interiorizar o controlo, sem a necessidade de repressão e de controle da associação. Os que em 1957 se tornaram membros do grupo central só dificilmente poderiam ser considerados como camponeses típicos de Mueda. Nkavandame havia sido angariador de mão-de-obra na Tanzania. Ele regressou a Mueda em 1957 e converteu-se ao cristianismo. Nesse mesmo ano tinha uma loja e machambas em Ntuchi. Em 1959 tinha uma loja em Imbuhu e machambas na zona da Machamba 25. João Namimba era cozinheiro dos padres de Imbuhu. Entre 1945 e 1947 viveu na Tanzania. Regressou em 1947 e em 1962 esteve presente na reunião de fundação da Frelimo. Morreu na prisão em Maputo. Elias Nandengo era catequista de Imbuhu. Entre 1941 e 1952 esteve na Tanzania, onde trabalhou nos correios e como cortador de sisal. Raimundo Pachinuapa e Joaquim Chipande figuraram também como membros iniciais da SAAVM. Eram professores na SAAVM e na missão das proximidades, e eram considerados crianças por exemplo por Mandanda, que era seu tio. Salienta-se a sua adesão não devido ao papel por eles desempenhado,

mas à sua preeminência mais tarde, enquanto membros da Frelimo. Elias Njopa era pedreiro em Imbuhi.³⁴ Quando a SAAVM se formou eram claros, pelo menos para um líder como Mandanda, os aspectos políticos da actividade. "Nós sabíamos que agora era o algodão e mais tarde seria um partido. Os padres de Imbuhi encorajaram os membros da SAAVM e da Machamba 25 a entrar em contacto com Mondlane porque eles se convenceram de que necessitávamos de um líder".³⁵ Os missionários apoiaram na selecção de terras adequadas para o trabalho.³⁶ A reacção da administração portuguesa à SAAVM não foi clara. A administração local mostrou cepticismo. Por seu turno, o governo central, em Lourenço Marques, considerou que a legislação em vigor permitia a existência desse tipo de organizações e considerou o seu surgimento como um sinal positivo de desenvolvimento da produção de algodão. A Sociedade recebeu autorização para actuar com base no plano de Mueda. Mas foi-lhe vedado o acesso às áreas onde a SAGAL-Espôsende estava activa. Porém, a falta de crescimento da SAAVM, três anos após o seu estabelecimento, levou à criação de uma nova organização, a Machamba 25. Com esta não se pretendeu a criação de uma associação extensiva, mas antes uma pequena machamba de 25 associados. Os membros eram oriundos do núcleo de direcção da SAAVM, embora integrando alguns novos. A composição social dos membros da Machamba 25 era indicativa da composição da sociedade de Mueda. O grupo dirigente (o mesmo que dirigira a SAAVM, como já dissemos) integrava indivíduos com acesso a salários, especialmente nas missões, ou que tinham por actividade o comércio; todos eles, portanto, capazes de acumular fundos em dinheiro. Todos estes tinham áreas de terra cultivadas por outros a quem pagavam salário. Estes últimos, simples camponeses, viviam das suas próprias machambas e tinham a Machamba 25 como segunda actividade, esperando ganhar ali algum dinheiro. Para eles a actividade na Machamba 25 tinha o mesmo significado que o trabalho assalariado. Os líderes contratavam trabalhadores assalariados (a quem pagavam com sal) para trabalhar na cooperativa. Isaacman,³⁷ na sua análise, considera a SAAVM, embora não como instituição insurgente, como instituição que proporcionou aos camponeses espaço para se organizarem. Parece-nos uma conclusão e uma argumentação demasiado apressadas, se se considerar, por um

lado, que os camponeses abandonavam a associação assim que verificavam que a sua situação económica continuava na mesma e que os ricos eram os que mais beneficiavam, e por outro, que os membros ordinários consideravam os seus chefes, particularmente Nkavandame, como brancos, não por causa da cor da pele mas por causa da sua riqueza. Para dizer o mínimo, a SAAVM e a Machamba 25 não foram instituições camponesas puras. Elas eram dominadas pela elite local, pelos macondes ricos, aqueles que os camponeses consideravam como sendo como os brancos, ou pretos-brancos. Os líderes da SAAVM e da Machamba 25 relacionavam-se estreitamente com as famílias dirigentes do "regulado da sede". Eles eram sobrinhos, filhos ou parentes dos capitães-mores e chefes do regulado de Mueda-sede. Eles relacionavam-se também, particularmente, com a missão de Imbuhu, não só sua paróquia mas também sua fonte de emprego.

A SAAVM e a Machamba 25 eram actividades restritas a Mueda-sede e à missão de Imbuhu, como se disse. Em 1959, na missão de Nangololo, Justino João Bonifácio tentou organizar uma sociedade semelhante mas trabalhando com amendoim. Os régulos da área não permitiram que a idéia fosse adiante.³⁸

O estabelecimento da SAAVM e da Machamba 25 coincidiu com protestos nas aldeias, motivados pelos preços dos produtos agrícolas e pela falta de água no planalto. Também se verificou um incremento na actividade dos movimentos políticos da área. Surgiram conflitos entre a administração local (que não confiava em Lázaro), os representantes da companhia SAGAL em Nangade, e o próprio Lázaro.

Como já referimos, a administração portuguesa ao nível mais elevado da colónia tinha conhecimento da existência da SAAVM. Legalmente, a administração colonial tinha legislação que autorizava a formação de cooperativas de algodão e garantia direitos especiais aos cultivadores de algodão e agricultores indígenas. Na sequência dos problemas verificados em Diaca e em Nangade em Agosto de 1959, o governo colonial central enviou uma carta ao administrador da Circunscrição dos Macondes, dizendo que "o governador geral [a autoridade máxima da colónia] tem conhecimento da cooperativa [em formação] de produtores de algodão dos Macondes, que, actualmente, tem de ser acompanhada e controlada. Embora Lázaro nada deva fazer sem autorização prévia da autoridade administrativa, esta deve autorizá-lo a fazer propaganda da cultura".³⁹

Para os agricultores, a SAAVM não significou um aumento de rendimentos nem melhores preços para a sua produção. A administração portuguesa, quanto a ela, esforçou-se por encontrar novas formas de controlo das transformações sociais em curso, dando oportunidades económicas aos novos "ricos e educados", e limitando os custos sociais de uma política baseada na repressão. A companhia algodoeira, por seu turno, beneficiou do aumento de produção e produtividade. Foram abertas novas áreas para algodão a ocidente do planalto.

A experiência que os portugueses apoiavam em Mueda tinha relação com os esforços que estavam a ser feitos em Zavala. Naturalmente que havia diferenças, nomeadamente porque em Zavala se tratava de uma experiência articulada pelos régulos. O chefe das *Cooperativas Agrícolas de Zavala* era uma figura socialmente híbrida. Tinha "uma costela" no sistema dos regulados - herdeiro de um reconhecido pelo sistema tradicional e de outro reconhecido pelos portugueses - e era igualmente um enfermeiro diplomado, falava bem português e era um nacionalista. Embora não tivesse uma figura idêntica em Mueda, Lázaro Nkavandame era também respeitado. A correspondência entre o governador geral e Mueda revela que as informações de Mueda chegavam aos centros do poder e que estes acompanhavam a experiência. As divergências que surgiam entre o administrador de Mueda e o governo geral diziam respeito a "em que cavalo apostar". Para o administrador de Mueda não era, decididamente, em Lázaro. Mas para a administração portuguesa, baseada na lei colonial das cooperativas, de 1955, a iniciativa devia partir dos próprios beneficiários.

f) Os Partidos e Associações da Diáspora

Em Mueda é possível documentar, desde sempre, vários actos de resistência camponesa ao Estado colonial que vão desde a destruição de algodão nos campos até à recusa de fornecer mão-de-obra para o sistema de trabalho forçado. Todavia, tais acções camponesas nunca chegaram a pôr propriamente em causa a presença da administração colonial portuguesa.⁴⁰

A situação do Norte de Moçambique, e de Mueda em particular, começou a constituir uma preocupação importante para os portugueses desde finais da década de cinquenta, por uma série de razões: 1) o movimento Mau-Mau do Quênia e os esforços para a independência da Tanzânia; 2) o desejo manifestado por certos

moçambicanos, particularmente oriundos de Mueda, de aderir à Tanzânia; 3) a existência de comunidades moçambicanas da diáspora na Tanzânia e no Quênia; e 4) a perda de eficiência dos régulos.

A comunidade moçambicana da diáspora integrou-se localmente no Quênia e na Tanzânia, e tomou parte nas lutas independentistas desses países. Consequentemente, Mueda começou a receber dali idéias e inspiração. Cornélio Mandanda, por exemplo, escrevia regularmente para um jornal de Nairobi.

Quando a Tanzânia começou a viver o processo de independência, os portugueses passaram a acompanhar atentamente o movimento desse país. As autoridades portuguesas estavam constantemente à procura de pessoas que falassem em Nyerere e nas suas idéias. "Quando na Tanzânia começaram a falar em *Uhuru* [nós fizemos o mesmo] em Moçambique. Havia uma bengala especial chamada *Uhuru*. (...) Os portugueses zangavam-se muito quando ouviam essa palavra e muitos moçambicanos foram presos".⁴¹

Mas o desafio à autoridade colonial foi muito mais longe que o mero uso de uma bengala de pau-preto. Surgiram instituições tanto em Moçambique, na área de Mueda, como na Tanzânia, com uma maioria de membros oriundos do norte de Cabo Delgado.

As exigências internas de mudança do sistema colonial português tinham também uma dimensão externa.⁴² Os movimentos políticos surgidos em Moçambique em 1957 tinham também correspondência no seio das comunidades moçambicanas da diáspora na África Austral, particularmente na Tanzânia e no Quênia. Os organizadores destes movimentos na Tanzânia falavam kiMaconde e tinham ligações com Mueda. Alguns tinham nascido e sido educados lá e consideravam-se imigrantes na Tanzânia. Outros, embora nascidos e criados no Tanganica, tinham pais oriundos de Mueda.

Entre esses organizadores sobressaem os nomes de Felix Joaquim, Faustino Vanomba, Songolopinda e Kibiriti Divane. Entre eles existiam divisões baseadas sobretudo na legitimidade de cada um (alguns eram nascidos na Tanzânia, onde haviam vivido todas as suas vidas) e na capacidade que tinham em negociar com os portugueses a independência. Na Tanzânia, as suas áreas de actuação eram muito bem delimitadas geograficamente. Songolopinda e Felix Joaquim actuavam sobretudo em Dar-es-Salaam. Faustino Vanomba era activo em Tanga. Em Mueda, o alcance das suas acções era também limitado geograficamente, centrado sobretudo em Muambula, o território da missão de Nangololo.

São referidas várias organizações entre 1957 e 1961, embora seja difícil, a partir de entrevistas orais, apurar com exactidão os seus nomes e funções. Entre as principais constam a Associação dos Macondes, a Maconde-Macua Society e a Maconde African National Union, mais tarde rebaptizada Mozambique African National Union. Faustino Vanomba esteve envolvido na criação dessas organizações, que constituem desenvolvimentos de associações macondes de ajuda-mútua anteriormente existentes. O seu trabalho na Tanzânia era clandestino: ele vendia cartões de membro e colocava o dinheiro no banco. "Com o dinheiro no banco nós podíamos ir a Moçambique desenvolver acções contra os portugueses. Faustino Vanomba começou por dizer que tínhamos que ir primeiro falar com os portugueses, para lhes pedir a nossa independência, e que se não a recebessemos teríamos então que enviar os nossos jovens para o exterior para lutar contra os portugueses. Estudariam e treinariam no exterior para que quando regressassem pudessem lutar contra os portugueses".⁴³

Essas organizações de macondes começaram por tentar unir macondes da Tanzânia e de Moçambique para obter a independência. Em 1957, em Tanga, Faustino Vanomba criou uma Associação Maconde para libertar os macondes de Moçambique e Tanzânia.⁴⁴ Todavia, o seu programa político mudou da exigência de mudanças políticas ou de independência de uma área restrita, para a exigência de independência nacional. A alteração de palavras de Maconde para Moçambique, fácil de realizar sem alterar os acrónimos, realizou-se por sugestão dos membros⁴⁵ e devido ao sentimento anti-tribalista generalizado em África na altura.

Para além do seu trabalho organizativo na Tanzânia, esses líderes visitaram Moçambique para trabalho de mobilização e para falar com as autoridades portuguesas. Entre 1959 e 1960 registaram-se algumas visitas a Moçambique. Em 1959 foram duas, uma de Faustino Vanomba e outra de uma mulher, Binti Neva. Em 1960 é a vez de Kibiriti Divane e Binti Neva novamente.

Quando Vanomba visitou o planalto, em 1959, foi-lhe dito pelo administrador Garcia Soares que regressasse dali a seis meses. Ele regressou com Divane em 1960. Foram à administração a 13 de Junho e foi-lhes dito que regressassem a 16. Neste dia ocorreu o massacre de Mueda. Os relatos nacionalistas usam o massacre como indicador que o diálogo com as autoridades portuguesas era impossível. A população do planalto foi convidada para uma reunião

em Mueda para testemunhar o encontro entre o administrador do distrito de Cabo Delgado e membros da MANU e da AMM. A reunião correu mal e, reaceando os protestos de mais de mil pessoas aglomeradas em frente à administração, alguém disparou um tiro. Em seguida, uma unidade de soldados portugueses enviados para garantir a segurança também interveio.⁴⁶ Morreram 17 pessoas segundo os relatos das testemunhas oculares, ou 600 segundo os nacionalistas. Kibiriti Divane foi enviado sob prisão para Inhambane e Faustino Vanomba para Mambone. Zacarias Vanomba visitou a Tanzania em 1961, e foi preso no regresso.⁴⁷

Apesar do apoio inicial que recebeu, a MANU (Maconde African National Union, mais tarde Mozambique African National Union) teve muitas dificuldades em ser aceite. "Quando a Manu apareceu nós confiámos nela porque era um movimento que vinha para nos libertar, mas no decorrer do processo verificámos que não havia indivíduos capazes de dirigir o movimento. Os elementos que existiam eram ladrões porque enganavam as populações e comiam o dinheiro, tal como descobrimos depois. A preocupação desses líderes era de roubar o dinheiro das pessoas. O massacre de Mueda não teria ocorrido se os líderes tivessem tido a calma necessária".⁴⁸

As visitas frequentes dos líderes a Mueda terão sido motivadas por divergências internas entre eles e pela necessidade de cada um de mostrar quem melhor conseguia obter a independência dos portugueses. Competiam para se apurar quem seria presidente da associação, do partido e, mais tarde, do país. Songolopinda não foi considerado apto para a presidência porque tinha um problema num olho. Aquino de Bragança, com base nesse "espírito", considerou estas organizações como imbuídas de um nacionalismo festivo (*nationalisme cocardier*). Como seria de esperar, a MANU perdeu credibilidade e quando a Frelimo se formou os moçambicanos da Tanzania apoiaram-na. Segundo um testemunho contemporâneo,⁴⁹ eram quatro as razões que contribuíram para o apoio recebido pela Frelimo em Mueda, e para a consequente perda de bases da MANU: 1) os líderes da MANU eram considerados como destituídos de educação; 2) dizia-se que eles haviam roubado os fundos do movimento; 3) a sua estratégia tinha conduzido apenas ao massacre de Mueda; e 4) Nyerere havia apelado aos moçambicanos para que apoiassem Mondlane, que era doutor e tinha estudado nos Estados Unidos.

Neste contexto, a administração portuguesa tinha muitas dificuldades para se aproximar da população do planalto. Os habitantes diziam que face à violência utilizada pelas autoridades não estavam interessados nem na água (o sistema de água de Mueda começou a ser construído em Junho de 1960) nem nos aumentos dos preços dos produtos agrícolas prometidos pela administração. Todavia, após o massacre as coisas esfriaram no interior. As pessoas tinham medo e até à formação da Frelimo evitavam falar em independência.⁵⁰

Ao mesmo tempo que a situação no interior de Moçambique permanecia tensa, no exterior estavam também em curso esforços para consolidar o movimento nacionalista. Nacionalistas como Marcelino dos Santos e outros tentavam unir os nacionalistas das colónias portuguesas e impulsionar os movimentos moçambicanos. No interior a raiva e impotência face ao uso da força pelas autoridades coloniais, cresciam.

3. AS ZONAS LIBERTADAS DE MUEDA: DESENVOLVIMENTO E MOBILIZAÇÃO

Imediatamente após a sua fundação em 1962, a Frelimo desencadeou uma campanha de mobilização e organização no interior de Moçambique, prometendo uma resposta militar ao ocupante. O princípio de "olho por olho dente por dente" ganhava adeptos. Foram enviados emissários para contactar as redes de nacionalistas existentes. Nacionalistas de Mueda participaram no Primeiro Congresso da Frelimo, situação muito diferente, por exemplo, de Maputo ou outros lugares de Moçambique, onde tudo o que chegou foram notícias escassas e acções clandestinas rapidamente neutralizadas. Mueda ilustra bem a forma como a Frelimo mobilizou para a guerra e o tipo de problemas enfrentados.

Podem distinguir-se três fases neste processo. Uma primeira, que vai de 1962 até Julho de 1964, quando unidades da Frelimo atravessaram o Rovuma da Tanzânia para Moçambique. Neste primeiro período a mobilização assentou em dois objectivos: recrutamento de membros para a Frelimo através da venda de cartões de membro, e selecção de jovens a enviar para o exterior para treino militar. A segunda fase, que vai até ao início das operações de combate, consistiu na criação de condições para as unidades de

guerrilha poderem operar. O objectivo era encontrar locais de difícil acesso para as autoridades portuguesas onde esconder os guerrilheiros, e contribuir para a sua alimentação. A população foi igualmente instruída a fazer as suas reservas alimentares, abandonar os seus locais de residência e esconder-se no mato. A terceira fase da mobilização começa com o início da guerra e prolonga-se até ao seu final, em 1974.

a) Os Tempos dos Vanachilo

A mobilização foi levada a cabo através do recurso a "pessoas de confiança". Em algumas regiões essas pessoas eram chefes linhageiros e cabos de terra. Noutras eram pessoas educadas nas missões. Estabeleceram-se contactos entre a nova direcção da Frelimo e aqueles que vinham do interior. Aqueles que haviam trabalhado na SAAVM receberam a importante tarefa de mobilizar no interior. Rapidamente se conseguiu enviar um grupo de jovens para a Tanzania.

Os organizadores da Frelimo aproveitaram pois os contactos e redes anteriores. Aqueles que haviam sido submetidos aos ritos de iniciação no mesmo ano foram contactados. Venderam-se cartões de membro. Os que os vendiam eram os mesmos que haviam já vendido cartões das organizações anteriores à Frelimo. Vicente Omar, Jacob Kaindi e outros envolveram-se nestas acções.⁵¹

Imediatamente após a formação da Frelimo, a administração portuguesa intensificou a sua presença no terreno, visando recolher informações sobre a localização de nacionalistas.⁵² Duas instituições macondes eram especialmente visadas pelas autoridades: uma era o grupo de dança *mapiko* e outra o *chikudi*. *Chikudi* era a designação dada ao grupo de pessoas que haviam passado os ritos de iniciação num mesmo ano. Os membros do *chikudi* faziam contribuições em dinheiro e reuniam-se para discussões. A administração portuguesa concluiu que tais reuniões se destinavam a apoiar a Frelimo e a propagar os seus ideais.⁵³

Aqueles que mobilizavam para a Frelimo e vendiam cartões de membro eram chamados de *vanachilo* (aqueles que caminham de noite) em maconde.⁵⁴ A venda de cartões era feita secretamente. Estabeleciam-se contactos com pessoas de confiança e palavra. Recebia-se uma cota de 25\$00. Aqueles que resistiam a aderir de imediato eram punidos mais tarde, quando a Frelimo já estava implantada, tendo que pagar 1000\$00 por cartão.⁵⁵

No processo de mobilização, a Frelimo encontrou dificuldades devido às actividades da MANU. No primeiro período da luta armada, entre 1963 e 1964, muitos camponeses tinham grandes dificuldades em distinguir entre a MANU e a Frelimo. "Eu considerava-os todos iguais".⁵⁶ Aqueles que vendiam cartões da Frelimo eram perseguidos pelos que vendiam cartões da MANU. Um dos organizadores da Frelimo contou que foi intensamente perseguido quer pela Manu quer pelos portugueses. "Quando o pessoal da MANU descobriu as minhas actividades começou a perseguir-me para me liquidar. Foram essas pessoas [que me denunciaram] como vendedor de cartões da Frelimo. A Pide foi chamada para me liquidar. Houve uma campanha em que capitães-mores, Pide e MANU, todos me pretendiam liquidar".⁵⁷

Embora tivesse vendido muitos cartões, a Frelimo começou a ter dificuldades de actuação. Alguns dos organizadores do movimento foram detectados. Jacob Kaindi, por exemplo, foi capturado pelos portugueses em Muidumbe, em 1963, e levado de Mueda para Lourenço Marques, onde permaneceu detido até 1970.⁵⁸ Os que recrutavam para a Frelimo nas áreas costeiras dos arredores de Mucojo e Quiterajo foram também capturados.⁵⁹ Mesmo pessoas que nada tinham a ver com a venda de cartões da Frelimo eram denunciadas e levadas sob prisão para a ilha do Ibo.⁶⁰

Na região de Muatide a reacção portuguesa aos preparativos da guerra foi feroz. "Nesse período [por volta de 1964] apareceu uma mulher que foi à administração informar que se estavam a vender cartões na aldeia de Ntumbati. As tropas coloniais vieram e mataram um chefe clânico [*humu* em maconde] chamado Diomba. Mataram igualmente o filho de Dingupu, outra pessoa de Nankwemba e uma outra casada na aldeia de Nananda. Chegaram a Ntumbati e mataram o filho de Magwinji, enforcaram-no numa árvore, fizeram fogo sob os seus pés: morreu instantaneamente (...). Perseguiam o capitão-mor e dispararam contra ele. Ele caiu mas não morreu. Eles levaram as suas calças e deixaram-no de cuecas... Em seguida mataram o *humu* Nivange".⁶¹

Em 1963, em Ngapa, as pessoas também morriam quando as autoridades coloniais tentavam neutralizar os mobilizadores da Frelimo. "O problema dos cartões acabou com muita gente nesta região. Aqui havia um velho chamado Malika que foi ao posto administrativo informar que todos tinham comprado aqui o cartão da Frelimo. Quando soube disto, a administração enviou aqui, certa

noite, uma tropa de cipaio. Capturaram muitas pessoas, independentemente de terem ou não comprado os cartões. Quem era capturado era morto. Nós escapámos porque alguém nos disse que eles vinham, e então fugimos para o mato, para Matio".⁶² Aqueles que escaparam para Matio foram mais tarde mobilizados por um camponês, Acharo Ncoigoio, para regressar a Ngapa (Mocímboa do Rovuma) e viver com os portugueses. Essas populações, na sua maioria angonis, foram integradas posteriormente no aldeamento português de Ngapa.

b) Os Tempos da Guerrilha

A segunda fase da mobilização inicia-se em Julho de 1964, com a chegada do primeiro grupo de guerrilheiros da Frelimo ao interior. As populações receberam da Frelimo, na altura, três mensagens principais: 1) era-lhes pedido que abandonassem as áreas que habitavam e se refugassem no mato. Deveriam levar tudo o que pudessem e esconder a maior quantidade possível de comida. A guerra iria durar muito; 2) deveriam fornecer comida para apoiar os guerrilheiros; e 3) qualquer contacto com os portugueses deveria ser evitado porque se alguém fosse surpreendido poderia ser morto.

Segundo a própria Frelimo considerou, a resposta a tais "orientações" não foi muito positiva. A explicação então dada foi que a população obedecia ao régulo Nengo, que se recusava a ir para o mato e não acatava as ordens da Frelimo.

Omar, o organizador local da Frelimo, foi para Mtwara em Agosto de 1964, para informar "Mondlane de que havia dificuldades devido áqueles que colaboravam com os portugueses. Mondlane disse-me que a nossa luta era contra os colonialistas e não contra o povo mas que se havia colaboradores [dos portugueses], (...) esses deviam ser eliminados (...) para se poder continuar a luta".⁶³

Três régulos que se recusaram a ir para o mato foram executados. A explicação dada é que se recusavam a apoiar a Frelimo. Aqueles que organizavam a Frelimo e mobilizavam na missão de Nangololo foram denunciados aos portugueses por Nkapoka. Justino João Bonifácio foi um dos primeiros organizadores da Frelimo a ser detido, o que aconteceu a 6 de Março de 1963 em Nangololo, denunciado pelo régulo Kudeba.⁶⁴ As execuções de Kudeba e Nkapoka foram levadas a cabo pelo comissário político da Frelimo Cornélio João Mandanda e por Geraldo Akamepanda.⁶⁵ Após a execução dos régulos Nengo e Ngavanga, a luta nas áreas de

Muatide e Nampanha avançou, porque "a população começou a viver no mato. Não havia dificuldades de alimentação porque a população dava tudo o que tinha".⁶⁶

Mas neste período havia régulos de ambos os lados. Régulos como Lidimo, Kavanga, Luiguili (Muidumbe), Nkapoka (Muatide), Chingama, Nampanha e Nantenge (Matamba) não apoiaram a Frelimo. O régulo Nantenge era um guerrilheiro e morreu em combate. Porém, o seu filho Ambrósio Nengo estava no exército colonial.⁶⁷

Em Julho de 1964 a MANU assassinou o padre Daniel Boorman, da missão de Nangololo. Ali perto, em Nampanha, havia unidades da Frelimo em casa de Julião Amuli. O assassinio do padre criou dificuldades aos guerrilheiros. As operações portuguesas tornaram-se mais frequentes na área. Além disso a Frelimo não queria ser confundida com assassinos de padres e em 1964 capturou e executou um dos três assassinos, Mateus Nkunda. Os outros dois eram João Ndimongo e Lucas Mbundi. Ndimongo foi morto pelos portugueses enquanto que Mbundi desapareceu.⁶⁸

c) A Guerra

Mueda é uma região de Moçambique em que a guerra de libertação nacional subsistiu durante todo o período, entre 1964 e 1974, contrariamente a Niassa e Tete, onde começou mais tarde, e à Zambézia, onde foi interrompida em 1965. Foi também onde as estratégias e políticas de desenvolvimento tentadas pela Frelimo em tempo de guerra melhor contexto tiveram para amadurecer.

Os três grupos de guerrilheiros que entraram no distrito de Mueda no início de Julho de 1964, seguiram três vias de penetração diferentes com orientações para se reunirem numa base a sudeste do planalto. Tratava-se de um empreendimento difícil e arriscado. Os portugueses estavam, durante este período, bem informados acerca da movimentação dos guerrilheiros.⁶⁹

O primeiro ataque teve lugar em Chai, no distrito de Macomia, em 25 de Setembro de 1964. As unidades da Frelimo foram orientadas no ataque por habitantes locais como Lucas Ngavanga.⁷⁰ No interior, nesta altura, já a Frelimo tinha estabelecido bases e esconderijos de armas e munições, em resultado do trabalho de organização e mobilização já referido.

O ataque a Chai tornou-se a data "oficial" do início da luta armada contra o ocupante colonial. Em 26 de Setembro atacou-se um

machimbombo em Muatide. O ataque correu mal e foram mortos dois guerrilheiros.⁷¹ No dia seguinte, 27, a população e guerrilheiros, na área de Ntumbate, cortaram estradas e atacaram os soldados portugueses que iam limpar a área provocando vários mortos.⁷²

Decorrido um ano, em 1965 os guerrilheiros tinham já bases solidamente estabelecidas a norte de Mueda, em zonas de difícil acesso para os portugueses. A estratégia colonial de contra-insurgência consistiu em remover a população do interior e em estabelecer guarnições por todo o planalto, particularmente onde existiam lojas e missões. A população recolhida foi colocada em aldeias controladas, os aldeamentos, organizados em redor dos principais postos administrativos de Mueda, Mocimboa do Rovuma (Ngapa), Nangade e Nangololo. Porém, em 1965 as acções militares da Frelimo tinham já levado os portugueses a abandonar um grande número de povoações. Cantineiros e missionários viram-se forçados a recuar para Mueda, abandonando as suas áreas de actuação.

Os guerrilheiros começaram, então, a organizar a vida civil, a produção, abastecimento e transporte. O sistema que surgiu neste primeiro ano baseava-se nos notáveis - régulos, capitães-mores, anciãos, professores das missões. Eram estas as pessoas que preenchiam os cargos de responsabilidade nas diversas instituições criadas. A organização assentava no quadro que havia sido estabelecido em 1962, durante o processo inicial de mobilização - província, distrito e *branch* (secção ou departamento). As instituições que faziam parte das unidades administrativas da Frelimo tinham uma correspondência territorial com as unidades básicas do sistema administrativo colonial, porque os limites territoriais eram idênticos - a chefatura. A circunscrição colonial foi transformada em província, e os postos administrativos e regulados em distritos. Os *branches* correspondiam aos *waziris*, capitães-mores, chefes de terra e chefes de aldeia.⁷³

Os sectores emitiam cartões e guias de marcha (*xitambulishu*, em maconde) de controle da população, listagem das pessoas que deveriam colaborar nos trabalhos de transporte, etc. Dois tipos de comités foram estabelecidos nos sectores - comités de cinco e comités de sete. Os de cinco tratavam dos assuntos relacionados com a guerra e tinham ligação com o aparelho militar. O comité de sete estabelecia a ligação com a população, julgando casos civis, roubos, casamentos, distribuição e disputas de terras, organização da utilização da água, etc.⁷⁴ As unidades de produção eram organizadas segundo o modelo

da SAAVM. O trabalho colectivo era usado para determinadas tarefas mas cada pedaço de terra era trabalhado individualmente. Começaram a produzir-se culturas de rendimento.

Porém, as machambas colectivas, durante a guerra, "não se desenvolveram muito porque a guerra espremeu muito as pessoas. Quando pensámos em fazer machambas colectivas tínhamos a idéia de dar os produtos dessas machambas áqueles que não tinham tempo de fazer as suas próprias machambas, de pegar na enxada porque estavam ocupados com a arma (...). A única machamba que se desenvolveu [na área de Muambula] foi a machamba da Base Central, onde fomos colaborar de vez em quando. Mas as restantes, ao nível da população, não. Parece que era o mesmo em toda a parte. As únicas machambas colectivas que se desenvolveram eram as que estavam perto das bases militares".

Esta forma de organização da produção, justificada desde que trouxesse benefícios para os associados, foi abandonada pouco tempo depois, pela mesma razão pela qual a SAAVM havia falhado: falta de resultados e de benefícios económicos para os membros. Estes pensavam estar a trabalhar para Nkavandame, que acumulava individualmente aquilo que era produzido para a organização. "Nós descobrimos que a Frelimo tinha um dono".⁷⁵ O mesmo tipo de acusações que tinham sido usadas contra os chefes da SAAVM foi expresso contra os líderes das novas cooperativas: exploradores que se comportavam como brancos.

A acusação de exploração ou de "comportamento típico de homem branco" inseria-se num conflito mais vasto sobre que tipo de poder político devia ser criado nas zonas da Frelimo e que relação devia existir entre os líderes políticos e a população. Os comandantes militares tinham uma forma especial de se relacionarem com a população. Todavia, logo que as zonas da Frelimo se estabeleceram começou um conflito ideológico e de poder. Os líderes do movimento cooperativo eram também líderes do Departamento de Organização do Interior da Frelimo, que controlava a vida civil. Eles controlavam a população e a produção de alimentos. Tinham milícias sob o seu comando, formalmente designadas por *Youth League*, ou Liga da Juventude da Frelimo. Queriam controlar o exército, argumentando que os soldados se deviam subordinar a eles, particularmente na forma como se deveriam desencadear as acções militares. Enquanto que os soldados queriam prosseguir com a táctica de guerrilha, tentando estabelecer bases e criar as condições para uma guerra

prolongada, os *chairmen* queriam que as unidades de guerrilha entrassem em confronto directo com as forças portuguesas que ocupavam Mueda.

Se, por um lado, os *chairmen* pretendiam controlar o exército, por outro eles eram também o objecto dos protestos das famílias camponesas. Os responsáveis do Departamento de Organização do Interior (DOI) da Frelimo, formado pelos chefes clánicos e de linhagem, pretendiam mais respeito pelas hierarquias tradicionais. Queriam que os soldados aceitassem que as mulheres eram controladas pelos seus pais e que soldados que não pagassem *lobolo* deveriam ser punidos.

Estes conflitos que se desenvolviam em Cabo Delgado, manifestando-se nas disputas pelo controlo do exército, dos alimentos e das mulheres, faziam, por sua vez, parte de um conflito mais geral que ocorria em Dar-es-Salaam, no quartel-general da Frelimo. Dado que as duas partes não chegaram a entendimento, convocou-se um congresso. O congresso - a sua realização, composição das delegações, local, temas - também se tornou motivo de disputa. A direcção da Frelimo acabou por conseguir organizar o congresso no interior, se bem que com o atraso de um ano. Nele participaram representantes de todas as províncias e de todas as áreas de confronto. Os velhos tentaram a sua última cartada, procurando impedir que a delegação que havia ido ao interior investigar os conflitos, regressasse. O chefe da delegação foi mesmo morto no Rovuma.

O congresso de 1968 aprovou alterações nas instituições da Frelimo. O Departamento de Organização do Interior, até então responsável pela administração civil, foi abolido e as suas funções transferidas para o Departamento de Defesa, que controlava o exército e as milícias. Em Mueda as instituições políticas e administrativas também se modificaram. Os *chairmen* que não haviam desertado para os portugueses ou que não se haviam estabelecido na Tanzânia receberam treino político-militar e regressaram para assumir o cargo de secretários das novas instituições criadas ao nível local.

No interior de Mueda o posto de *chairman* foi suprimido mas os comités dos cinco e dos sete mantiveram-se. Houve transformações nos *branches*, que passaram a designar-se por localidades e círculos. O papel de coordenação até então representado pelos *chairmen* passou para a responsabilidade de comissários políticos. O líder de cada distrito era um comissário político e todos os membros dos comités recebiam treino político-militar.

cooperativas realizavam lucros. Aqueles que não tinham produtos para trocar com a cooperativa forneciam a esta o seu trabalho, transportando os produtos para a Tanzania e recebendo mercadorias em pagamento. Alguns levavam um saco de castanha de cajú de Nangade até ao Rovuma, recebendo em troca uma capulana.

Em Mueda, a perspectiva em relação à luta armada da Frelimo diferia geograficamente e entre os diversos grupos de camponeses. A divisão surgia sobretudo entre as zonas libertadas e as chamadas zonas de "avanço". Nestas, os camponeses verificavam que a tática de força da Frelimo prevalecia sobre a democracia e a mobilização. Aqueles que eram capturados nos aldeamentos portugueses eram tratados com suspeita e punidos durante algum tempo. Era instalados no primeiro sector, perto do rio Rovuma, durante um certo período. Aqueles que vinham do exterior eram também tratados com suspeita e mantidos sob vigilância durante algum tempo. Eram também feitas distinções entre camponeses oriundos de áreas onde a Frelimo tinha bases, e camponeses de outras áreas.

Os comités dos cinco e dos sete funcionavam de forma diferente. Os comités dos cinco eram unidades organizacionais e administrativas. Recolhiam alimentos, organizavam escalas de participação no transporte de produtos para a Tanzania ou para as bases, forneciam homens e mulheres pedidos pelas bases militares. Os comités dos sete dedicavam-se à resolução de conflitos e seguiam sobretudo critérios usuais entre os camponeses. A sua palavra de ordem era o compromisso em nome da unidade nacional e da guerra. Quando dois indivíduos lutavam pela posse de um pedaço de terra era aplicada a lei do rei Salomão: metade para cada um. As orientações ideológicas emanadas pela direcção da Frelimo eram tidas em conta mas ninguém era forçado a submeter-se a elas. "Eu era secretário do *branch* de Kunamuntope. Tinha que saber o número de pessoas que ali viviam. Também controlava a comida que a população fornecia para as bases dos guerrilheiros. Tinha que saber a quantidade de comida. Também tinha que saber quantas pessoas tinham machambas. Tinha saber quantos problemas o *branch* tinha resolvido. Quantos eram enviados para o distrito (...). Enviava relatórios ao distrito (...). Os problemas mais comuns na altura eram problemas de mulheres (...) uma mulher que recusava o marido, uma mulher que era apanhada com outro homem. Os problemas de divórcio e adultério eram muito frequentes".⁷⁹

A prática do lobolo, que a ideologia da Frelimo apresentou como extinta durante a guerra, continuou. O adultério era punido com uma multa. "Se a mulher era casada o dinheiro ia para o marido. Se a mulher não era casada o dinheiro era recebido pelo seu pai, tio ou irmão. Se a mulher tinha marido ia para casa do marido. Se não tinha, ia para casa da família. Se o homem queria casar tinha que pedir o consentimento dos pais da mulher. Se um homem era apanhado com uma mulher eram enviados para o *branch* onde ficavam detidos até o problema se resolver. O homem tinha então que falar com os pais da mulher e só eles podiam dizer se o lobolo tinha que ser pago ou não. Se eles queriam lobolo, então não podia ser mais de 1000\$00... 1000\$00 era o preço do lobolo oficial estabelecido pela nossa organização durante a luta armada. Era esta a lei do nosso partido Frelimo e dos dirigentes da província".⁸⁰

A história da Frelimo refere-se à guerra de libertação como um passo importante para a modificação dos valores respeitantes à mulher. Embora a organização se tenha esforçado para modificar o estatuto da mulher, a situação era muito difícil. "Após os combates os comandantes e soldados procuravam mulheres para satisfazer os seus desejos sexuais. Por vezes os que não colaborassem eram severamente punidos. O chefe mandava um soldado da sua confiança ir chamar uma rapariga ou uma mulher. Se ela dissesse que não o soldado tinha que ir transmitir ao chefe e este dizia 'sim, tu não a chamaste para mim'. O soldado era punido e a mulher também porque não tinham respeitado o chefe".⁸¹

Os camponeses defendiam uma justiça directa, que era administrada nos seus locais de residência. A punição corporal era amplamente praticada, assim como o era a execução de prisioneiros ou traidores. À revelia da Frelimo, os camponeses continuaram a usar a feitiçaria e outras práticas mágico-religiosas para resolver os seus problemas. Os feiticeiros eram enviados para a base central onde eram punidos. Esta prática de punição tornava difícil a discussão destas questões em público. Em Kunandjove duas pessoas morreram, ao que se supõe envenenadas. Foi chamado um feiticeiro e duas pessoas foram consideradas as bruxas causadoras. Tiveram que passar pela prova do *muave*, uma poção que tinham que tomar para apurar se eram culpadas. Quando souberam disto na base o feiticeiro foi capturado e preso durante quatro meses.⁸²

A Frelimo manteve no interior um sistema de saúde que tratava de doenças pouco graves e administrava primeiros socorros.

Os guerrilheiros feridos eram enviados para a Tanzania, onde a Frelimo tinha um hospital. Os feridos eram transportados em machilas, em colunas que saíam do interior de Mueda para a Tanzania. Os postos de saúde estavam em constante movimento devido aos ataques portugueses.⁸³

Eram organizadas colunas numa base regular, para ir de Mueda à Tanzania. Nos locais mais perigosos, em que o contacto com o exército português era mais provável, tais colunas beneficiavam de protecção militar. Alguns camponeses juntavam-se às colunas porque precisavam de adquirir bens na Tanzania. "Para comprar roupas de vestir uma pessoa tinha que se deslocar à Tanzania, levando sacos de castanha de cajú ou de amendoim para a loja da Frelimo na margem tanzaniana do rio Rovuma. Na viagem de regresso tínhamos que transportar material de guerra até aqui ao interior".⁸⁴ A frequência com que essas colunas eram organizadas dependia muito das necessidades de abastecimento da guerra e da população. Em Ntuchi, cerca de 20 km a sul de Mueda, as colunas eram organizadas de dois em dois meses para fazerem uma viagem de 100km até ao Rovuma e regresso. O número de carregadores variava entre 30 e 60. Em zonas mais próximas do Rovuma como Ngapa e Nangade, as colunas eram mais frequentes.

As populações de Negomanço não tinham, durante a guerra, muitos produtos agrícolas para trocar. "A nossa população não tinha nada para trocar com essas lojas [do Rovuma]. Quem fazia esse comércio eram as populações que habitavam a zona de Chulumo, perto da vila de Mueda, ou no extremo sul do planalto. Eles iam regularmente a Nkunya fazer compras".⁸⁵

A necessidade de ir à Tanzania era mais sentida por certos grupos do que por outros. Os que tinham mais necessidade de vender os seus produtos, como por exemplo os escultores de pau-preto, iam mais frequentemente à Tanzania. A Frelimo encorajava a produção de esculturas, que eram usadas para fins de propaganda e relações públicas. Os escultores da aldeia de Nandimba iam cerca de cinco vezes por ano a Mtwara para negociar a sua produção.⁸⁶

Durante a luta armada, a economia baseava-se essencialmente na troca. Os guerrilheiros da Frelimo assinavam "vales" sobre alguns produtos (cereais, peixe), argumentando que no final da guerra os camponeses que os forneciam seriam recompensados. A maior parte da comida era doada ou recolhida como taxa paga pelos camponeses. Durante todo o período da guerra cada família era obrigada a fornecer

ao exército duas *makalalas* (cestos) de milho - cerca de 50 kg cada - no final de cada estação agrícola.

O dinheiro que circulava nas mãos dos camponeses das zonas libertadas eram escudos portugueses e shillings tanzanianos. As mercadorias adquiridas nas lojas de Mueda pelas populações dos aldeamentos, sobretudo óleo, sabão e fósforos, eram contrabandeadas para a população de Chulumo, nas zonas libertadas. Quando a Pide encontrou indícios deste circuito os comerciantes sofreram sérias retaliações.⁸⁷

Um dos problemas mais importantes de Mueda durante a guerra era a falta de água. Os locais dos poços, ou onde havia água em geral, eram frequentemente armadilhados e podiam ser atacados. Quando as mulheres iam buscar água os guerrilheiros e os milicianos montavam guarda permanente. Quando regressavam as mulheres retribuíam essa protecção fornecendo-lhes água.

A ligação entre Cabo Delgado e Niassa era difícil de estabelecer. Em 1969, quando unidades guerrilheiras marcharam pela primeira vez de Cabo Delgado para o Niassa, tiveram dificuldades em orientar-se e em receber apoio da população. "A população pensava que éramos brancos ou estrangeiros. Tinham medo de nós e fugiam".⁸⁸ Dificuldades de contacto com a população atrasaram também o progresso dos guerrilheiros da Frelimo entre Mueda e Montepuez. Algumas unidades passavam dias sem água e alimentos. Costa Amiamtumi, por exemplo, esteve muitas vezes colocado nessas zonas de avanço. Os problemas eram ali constantes devido a três factores conjugados: a) a fome; 2) a ausência de populações; c) o facto de ninguém conhecer o local, o que obrigava os guerrilheiros a progredir por meio de bússola. "A sede era tanta que bebi a minha própria urina", diziam frequentemente. Alguns guerrilheiros desertavam dos destacamentos de avanço na zona de Mueda porque não conseguiam suportar a sede e a fome. Zacarias Lucas Lingoti, em 1972, andou perdido no terceiro sector durante 57 dias sem água nem comida.

As divisões "étnicas" e religiosas no seio da população de Cabo Delgado são consideradas pela Frelimo como tendo impedido o alargamento da frente de guerra a sul do rio Messalo. A tarefa da frente de Cabo Delgado estender as operações militares até ao rio Lúrio e criar uma base para a penetração na província de Nampula. O avanço da guerra dependeu da reacção das autoridades portuguesas, que criaram aldeamentos estratégicos, mas também dos conflitos entre

macuas e macondes.⁸⁹

Segundo a perspectiva da própria Frelimo sobre a sua história, 1968 constitui um ponto de ruptura na evolução da organização, de transformação da frente nacionalista em organização revolucionária. Os indicadores apresentados para essa mudança são as modificações nas relações de propriedade nas zonas libertadas (abandono das machambas individuais em favor das colectivas, e alteração de práticas como o *lobolo* (dote), os ritos de iniciação, e o obscurantismo. De facto, porém, tais práticas subsistiram até ao fim da guerra.

Dois momentos são recordados como muito difíceis pelos antigos combatentes de Mueda: as mortes de Samuel Khankhomba e de Eduardo Mondlane. A notícia foi dada em Mueda, em Muatide, por responsáveis da Frelimo vindos da Tanzania. Informaram que havia infiltrados no seio da Frelimo elementos da PIDE. Khankhomba foi morto por um grupo de milicianos da Youth League que fazia parte do aparelho de Nkavandame.

A luta entre o Departamento de Defesa e o Departamento de Organização do Interior, ou seja entre os revolucionários e Nkavandame, não era muito sentida no interior das zonas libertadas. Assim, a informação que os camponeses do sul do planalto tinham sobre Nkavandame e os desertores da Frelimo foi-lhes dada após os acontecimentos terem tido lugar. Mas a norte do planalto, nas zonas em redor de Matio, o conflito foi sentido de forma muito mais directa.

As alterações no seio da Frelimo, em 1968-1969, foram entendidas nas zonas libertadas de Mueda não como mudanças na ideologia, na política ou nos objectivos da luta, mas alterações no nome das estruturas e no estilo de organização. "Nessa altura [1969] todos nos transformámos numa espécie de soldados".⁹⁰

Quando Nkavandame desertou para os portugueses "os guerrilheiros disseram que os *chairmen* como eu [Buana Hamadi] tinham que ir receber treino em Nachingwea. Eles disseram que durante o treino militar eles poderiam descobrir os que eram bons *chairmen* e os que eram malandros. Eles não podiam matar todos os *chairmen* que haviam trabalhado com Nkavandame e foi esta a forma [que encontraram] para definirem quem era bom *chairmen*".⁹¹

Nkavandame entregou-se ao exército português em 1969. Foi imediatamente transferido para a PIDE e houve dificuldades em fazer com que ele fosse aceite pelo exército. A posição dos soldados da

unidade operacional era que "ele era um traidor e eles, como soldados, não gostavam de traidores".⁹²

Nkavandame conseguiu levar os portugueses a libertar indivíduos macondes que se encontravam detidos, nomeadamente Moarabo Saure, André Nikotume, Fernando Mutolumba, Clementino Nhandassa, Atanásio Chitama, Jacob Kainde, Jacinto Ntxaqueca, Zacarias Vanomba, Raimundo Ungula e Cornélio João Mandanda. Todos se encontravam detidos desde 1963 à excepção de Vanomba, preso em 1961.⁹³ Quando regressaram à região, estes ex-presos políticos instalaram-se primeiro em Mueda, de onde escaparam para as zonas controladas pela Frelimo. Mandanda conseguiu chegar à Tanzânia, onde foi preso. Posteriormente, Vanomba, Mandanda e Jacinto Ntxaqueca receberam preparação político-militar e foram integrados na Frelimo.

As deserções da Frelimo para os portugueses não eram raras. "A população, os milicianos e os soldados fugiam para os portugueses, embora em pequeno número. Havia também deserções em massa, especialmente em alguns distritos habitados por macuas. Mas não era uma situação alarmante porque mesmo os colonialistas reconheciam que a maior parte da população permanecia no mato".⁹⁴ Alguns dos que fugiram das zonas libertadas continuam a viver nos postos administrativos onde foram concentrados. Outros voltaram para as suas aldeias após a independência.⁹⁵

As bases militares da guerrilha, embora dependentes das contribuições dos camponeses, tinham a sua própria produção. As bases eram muito organizadas. "Na base vivíamos muito organizados. Todos os dias havia *formatura*, altura em que se estabelecia o programa do dia. Uma secção ia fazer patrulha, uma outra fazia sentinela, uma terceira ia para a produção agrícola; outra cortar madeira, outra cortar capim, outra fazer cordas. Os programas eram diários".⁹⁶ As bases tinham também unidades de soldados para trazer água e caçar. No lago Nguri uma unidade do exército assegurava a pesca, em colaboração com cooperativas e indivíduos. Estes últimos pagavam uma taxa, entregando parte da sua produção aos guerrilheiros em troca da sua segurança. "Quando tínhamos peixe [suficiente] convidávamos a população a vir transportá-lo para a base, para os infantários e outros locais. Também o levávamos para a Tanzânia para o trocar por livros, lápis, etc.". ⁹⁷

De facto, temos vindo a contestar, nestas páginas, as perspectivas comuns e as interpretações ideológicas e românticas da

guerra e das zonas libertadas. Tais interpretações encontram-se quer nos relatos dos protagonistas da guerra de libertação quer dos analistas. Samora Machel ilustra a posição dos primeiros num depoimento de 1972: "Agora, em Moçambique, os métodos de trabalho dos colonialistas foram eliminados em extensas áreas do país. A essas áreas chamamos zonas libertadas. A organização da produção é popular e não colonial e exploradora. A atitude que orienta a vida de toda a gente é, agora, colectiva e não individualista. Devido ao novo tipo de poder, à nova administração e à nova vida, essas zonas libertadas são agora os alvos do inimigo. (...) Zonas libertadas não significa a eliminação completa da presença física dos colonialistas. A questão básica é: a quem a população apoia? Seguem as orientações de quem? O seu trabalho é clandestino ou aberto? Nas nossas zonas o trabalho é livre. (...) Livre da exploração e do trabalho forçado".⁹⁸

As transformações ocorridas eram, de facto, muito limitadas. A força continuou a ser usada ao longo de todo o processo. As zonas libertadas estavam longe de ser a sociedade pura que alguns estudantes de Dar-es-Salaam diziam ter visto ou de constituir a evidência que prova as teorias de Fanon sobre a purificação do colonizado através da violência.⁹⁹

As zonas libertadas foram, em grande medida, uma utopia que forneceu as orientações de mobilização, especialmente para o futuro. A relação entre os guerrilheiros da Frelimo e as populações desenvolveu-se ao longo de um eixo limitado pela repressão, por um lado, e a mobilização, por outro. O equilíbrio manteve-se porque a população precisava do exército para se proteger e este precisava dela para sobreviver. Este difícil equilíbrio, embora condicionado pela guerra, criou formas de participação política e de tomada de decisões que a utopia das zonas libertadas - enquanto alternativa quer ao passado pré-colonial e colonial quer ao presente neo-colonial - idealizou e tentou incorporar no seu discurso.

4. AS ESTRATÉGIAS DE DESENVOLVIMENTO PÓS-COLONIAIS

Após a independência, as estratégias de desenvolvimento aplicadas em Mueda tinham quatro componentes: criação de novas aldeias, desenvolvimento de cooperativas, estabelecimento de estruturas estatais de comercialização e implementação de projectos de

desenvolvimento para fornecer água e produtos industrializados (óleo, capulanas, açúcar, enxadas, etc.) à população.

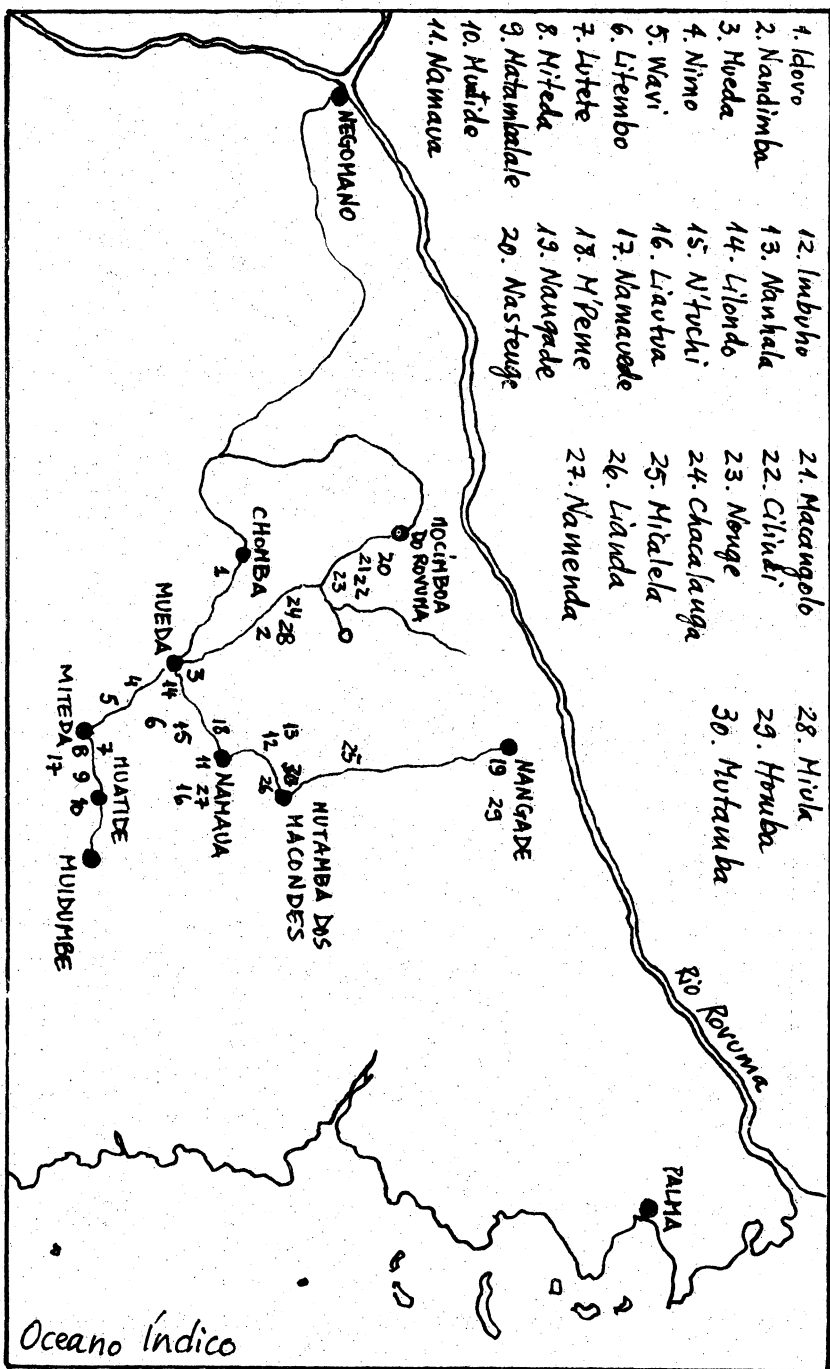
A economia política do distrito de Mueda tem duas características essenciais: o trabalho migratório e a produção agrícola para consumo e exportação. O seu problema principal reside na falta de água para consumo devido à situação das aldeias e localização das machambas. As condições de produção agrícola são boas em termos de chuvas, mas sofrem de três dificuldades principais: a falta de terras no planalto, o padrão de propriedade e as distâncias das machambas.

a) Reordenamento e Formação de Aldeias

Mueda tem sido referido como um distrito exemplar pelo facto de todos os seus habitantes estarem concentrados em aldeias. Mas apesar do discurso oficial referir a formação de aldeias e a predominância de formas colectivas de produção durante a guerra, tal não corresponde ao registo histórico.¹⁰⁰

Em 1974, quando a guerra acabou, os portugueses abandonaram as bases que ocupavam no norte de Cabo Delgado. O poder político foi transferido para a Frelimo. Em Mueda, as bases da guerrilha assumiram um papel central no controlo da população que vivia nas zonas libertadas. A ordem imediata que estas populações das zonas de guerra receberam foi de se concentrarem em redor dos locais das bases e destacamentos da Frelimo. Nesta altura, reinou uma certa confusão gerada por ordens e contra-ordens. Entre o fim da guerra e 1976 podem distinguir-se três processos de reordenamento da população das zonas libertadas:

1) Regresso às zonas e padrões de ocupação territorial característicos de antes da guerra (a aldeia familiar). Apesar da resistência dos soldados, grande parte da população regressou às suas zonas de origem. "Nós vivíamos no mato e com a independência todos queríamos ir para perto das nossas ruínas [a velha aldeia]. Na realidade todos conseguiram isso. Porém, o nosso governo ordenou que todos saíssemos colectivamente".¹⁰¹ Aqueles que promoveram a formação de aldeias queriam controlar a anarquia. "As populações, de certa forma dispersas durante a guerra, estavam a sair da floresta e a aproximar-se das ruas e principais vias de comunicação. Face ao risco de se instalarem de forma desordenada, as estruturas políticas da província definiram, no terreno, as primeiras formas de urbanização, as aldeias comunais".¹⁰²



Em 1983-1984 revelava-se uma segunda onda de desagregação no sul do planalto. Neste processo, aqueles que abandonaram as aldeias oficiais apontaram como razões, além da discriminação étnica, o pretenderem regressar às suas zonas de origem e situar-se junto das boas terras e água abundante. Daud Sijumbe, membro da assembleia do povo da localidade de Ngapa, partiu para formar a aldeia de Chitope em 1983. Segundo ele, o conselho executivo de Ngapa não funcionava bem porque "a Frelimo eliminou o tribalismo mas não há boas relações entre os que ficaram lá. Há contradições entre matambués, ajauas e angonis".

Em 1983 recorreu-se à força para punir a aldeia de Nambavala, formada na sequência da desagregação da aldeia de Nandimba. Os seus habitantes, que se tinham estabelecido nas terras da povoação do antigo régulo Nambavala, foram obrigados a mudar-se para Mueda-sede e a integrar-se num dos seus bairros. É de notar que o uso da força entre 1976 e 1984 ocorreu numa altura em que eram governadores de Cabo Delgado precisamente figuras oriundas de Mueda e de primeira importância durante a luta armada, o secretário provincial para Cabo Delgado e o chefe das FPLM.

As causas subjacentes ao conflito surgido nas aldeias não assentavam no padrão de residência *per se* mas na relação desse padrão com o padrão de posse da terra, a distância entre a aldeia e a terra disponível para cultivo. Havia diferenças entre a lógica da população e a lógica dos quadros: Os camponeses queriam estabelecer-se onde havia boas condições para a produção agrícola enquanto que os funcionários queriam as aldeias estabelecidas perto da água e das vias de comunicação.

A deslocação de pessoas devido à luta de libertação subalternizou aqueles que viviam em lugares de onde não eram originários (não eram os primeiros a estabelecer-se ali) em relação aos que já lá se encontravam. Eles tinham que solicitar, por empréstimo ou aluguer, um pedaço de terra que não lhes pertencia. A Frelimo tentara, durante a guerra, minimizar as lutas de terras, apelando para a unidade. Quem fosse dono da terra tinha que a partilhar com aqueles que não tinham terra. Tal sistema funcionava e era aceite por razões morais. Todavia, os donos da terra (*mwene mwito*) nunca deixaram de reclamar o que consideravam deles.

A venda de terras não é um fenómeno novo no planalto de Mueda. Foi registada em 1930 e 1954, e em 1981 era prática generalizada. Os mais velhos não concordam com a venda da terra,

que atribuem à "acção dos mais novos. Hoje eles vendem a terra. Não só vendem como também lutam por ela. Quando tais conflitos ocorrem somos nós [velhos] quem tem que os resolver. Nós sabemos a quem pertence cada pedaço de terra".¹⁰⁵ Ou seja, a terra tem proprietários no quadro de um sistema regulado por leis consuetudinárias. A venda de terra, a sua transformação em mercadoria, é um fenómeno que desagradava profundamente a alguns velhos, pelo menos quando falavam publicamente.

Nos tempos antigos a área do planalto era distribuída segundo os *likolas* (clãs, grupos com um ancestral comum). O *likola* era a unidade que conservava a propriedade e os direitos de uso da terra. O acesso à terra só era garantido através do *likola*. Mas a partir de 1930 instalou-se a tendência para privatizar a terra. Em Nanenda, por exemplo, em 1982, havia seis donos: Chidodo, Cheia Cumato, Nkumi José, Nangonga, Ambrósio Jombe e Daúde Madaie. Os limites das suas terras correspondiam aos limites das respectivas povoações. Em 1981 na aldeia de Muatide, só cinco *likolas* tinham terras. Eles eram Vanchanyela, Vlaula, Vanankumi, Vanenje e Vankuti. Mas após a independência os indivíduos que reclamavam terra na mesma área pertenciam a treze clãs. O que se passava era que os membros dos *likolas* que haviam permanecido em Mueda durante a guerra tinham ficado para si com toda a terra. Em 1981, a administração do distrito opôs-se à realização de um estudo sobre os *likolas*, a sua organização e forma de controlo da terra nessa zona. Os novos conquistadores não queriam mexer em velhas feridas.

A noção de que em África, e particularmente em Moçambique, não há propriedade privada da terra adquiriu o estatuto de verdade ou senso comum. Acredita-se que os sistemas de posse da terra assentavam no seu uso colectivo e na propriedade comunitária. A propriedade privada entrava em contradição com a lei de terras promulgada no pós-independência, que havia nacionalizado a terra. Nas novas aldeias de Muatide, Nangunde, Nampanha, 24 de Março e Muambula existiam *mwene mwito* (donos do mato). O povo era reservado nas discussões destes assuntos. Os presidentes das aldeias referiam o fenómeno mas só como existente noutras aldeias. Os proprietários da terra diziam sempre que davam terra a quem precisava dela. Não havia escassez de terras. A propriedade privada da terra era uma realidade que só a ideologia se recusava a reconhecer. "Em Litapata há um grande problema de terras. Há donos da terra, donos das árvores, donos da lenha, donos da água. O

presidente da aldeia concorda com eles".¹⁰⁶

No rio Muera, o armazém da cooperativa agrícola de Muatide foi incendiado. Houve também a tentativa de queimar a casa do guarda da cooperativa com toda a sua família lá dentro. O agressor era o dono da terra, Jumbe Bakari. O seu pai, Bakari Tumica, tentara já esfaquear o presidente da cooperativa.¹⁰⁷ Em Nanenda, os *mwene mwito* impediram que a cooperativa usasse terras por cultivar. Afonso Superi, agente de desenvolvimento e trabalhador do projecto FO9, levou o problema ao chefe do conselho executivo da aldeia. Como não tivesse conseguido resolvê-lo naquela instância, foi a Mueda para o apresentar ao director distrital de agricultura que, por sua vez, o mandou de volta ao conselho da aldeia, em Nanenda. Era o clássico método do "empurra-empurra". Para o presidente do conselho executivo da aldeia de Muatide, os problemas de terras eram problemas pessoais com os quais o Estado nada tinha a ver.¹⁰⁸

Em 1984 as terras agrícolas da aldeia 24 de Março (Nchongue) eram controladas por dez proprietários : Saide Miangaleva, Timbanga, Nyoca, Mangilo, Sakoma, Lijanga, Mwone, Mpunya, Nangoma e Limpe. Saide Miangaleva argumentava que a terra era dele porque a aldeia 24 de Março tinha sido implantada em terras que já eram dele, ou melhor, de seu tio Timbanga. O pai de Timbanga tinha sido *sipaio* no tempo colonial.. Nyoca reclamava os seus direitos porque tinha sido o primeiro a estabelecer-se na região e já controlava seis aldeias no período colonial: Muambule, Nadi, Nyoca, Chivanguva, Njeu-Njeu e Namacule.

Como referimos atrás, a propriedade privada e venda de terras são antigas em Mueda. Clemente Mandiandia refere-se a essa prática como ocorrendo já mesmo antes de ele nascer, nos anos trinta, e Jorge Dias observou-a em 1954. Em 1983 o distrito começou a recorrer ao juiz para decidir conflitos com os *mwene mwito*. Na aldeia de Namande, nesse mesmo ano, um homem regressado da Tanzania queixou-se que a sua terra havia sido ocupada. O juiz dirigiu-se ao local e verificou que se tratava de um pedaço de terra por cultivar há já pelo menos dez anos. A terra permaneceu com o homem que a trabalhava. A queixa do velho dono foi considerada improcedente porque a terra por cultivar há mais de dez anos era considerada abandonada.

As disputas de terras eram muito mais frequentes em Mueda do que noutros distritos. A falta de registo explica-se porque o juiz procurava soluções rápidas e evitava os procedimentos legalistas e

burocráticos. Na maior parte dos casos os proprietários da terra, embora não a trabalhando, recusavam-se a deixar plantar árvores e outros produtos. Na aldeia de Nchinga, em Junho de 1983, verificou-se que há já três anos que um grupo de pessoas trabalhava um bom pedaço de terra. Era bastante fértil e nela cultivavam arroz, cana de açúcar, etc. Tinha água. Apareceu então outro grupo que a reclamou, argumentando que um seu familiar, já falecido, tinha ali vivido. Segundo o juiz, este grupo de queixosos formava um clã. O juiz determinou que os que já trabalhavam a terra lá permanecessem, porque ela já havia sido abandonada há mais de dez anos.

O conflito sobre a propriedade da terra foi diagnosticado como agudo no estudo inicial do projecto FO9, em 1981: "A única maneira de resolver o problema e criar condições para aplicação da lei de terras seria a marcação de talhões individuais e respectiva atribuição de títulos de propriedade aos seus donos. Mas tal decisão tem que ser tomada a alto nível no governo, porque se trata de uma decisão política da máxima importância".¹⁰⁹ Em Mueda foram propostas várias soluções para o problema. As propostas variavam da politização à punição física, passando pela reinstalação de camponeses em áreas remotas como Negomano. As medidas tomadas para implementar a lei de terras após a independência não foram efectivas, nem poderiam ser dado que os membros do conselho de aldeia ou suas famílias eram os proprietários da terra. "Ninguém irá aceitar [a lei] porque o dono da terra é o tio do presidente, o filho do presidente, o irmão do secretário dos assuntos económicos".¹¹⁰ Na estrada para Omba, por exemplo, que foi aberta em 1983, não havia aldeias ou pessoas numa distância de 30 km. Pouco depois dos membros da cooperativa terem chegado ao local para cultivar, vieram os antigos donos que disseram que eles próprios iriam usar a terra nesse ano. Os membros da cooperativa madeireira de Lutete tinham que caminhar oito horas até Omba e daí mais duas horas até às terras sobre as quais tinham direitos.¹¹¹

Os diversos conflitos surgidos nas aldeias, de terras e outros, estimularam uma onda de casos de bruxaria. Alguns aldeãos eram acusados de ser bruxos com capacidade de fabricar animais, especialmente leões, que atacavam outros aldeãos inocentes. Em resposta usava-se o instrumento tradicional contra a bruxaria, a prova do *muave*, bebida que o suspeito teria que tomar e que - acreditava-se - só faria efeito se ele fosse culpado. A relação entre padrões de propriedade da terra e fabrico de leões é ilustrada pelo caso de

Changua Mome, fabricante de leões de Namaua. Momo foi acusado de ser fabricante de leões em 1981. Certa manhã um leão entrou em Namaua e roubou um porco. Os aldeãos perseguiram o animal e conseguiram feri-lo. Na perseguição ficaram feridos dois aldeãos. No dia seguinte o animal foi encontrado morto perto de um celeiro e trazido para o centro da aldeia, onde ficou em exposição. Muitas pessoas, ao vê-lo, disseram que pertencia a Changua Mome porque haviam surpreendido Mome a apagar pegadas do leão perto de sua casa, varrendo o chão supostamente para encobrir o facto de ele ter vindo dali. Mome foi espancado pelos aldeãos e a sua esposa foi queixar-se à sede do distrito, em Mueda. O administrador deu então ordens para libertar Mome porque não havia provas do seu envolvimento no fabrico de leões, e o conselho de aldeia teve que explicar isso mesmo à população.

Em 1983 este tipo de problemas era comum em todo o distrito. Veio, por isso, um feiticeiro da Tanzania chamado Miguel Likuti *njawa-njawa*. *Njawa-njawa* é o nome kiMaconde de uma planta venenosa. Pretendia-se que os aldeãos ficassem vacinados contra os fabricantes de leões. Likuti entrou em Mueda pela aldeia de Ngapa, onde foi recebido pelo administrador da localidade, Cornélio Mandachi, e instalado na casa de hóspedes do Estado. Por esta atitude o administrador viria a ser punido mais tarde.¹¹² *Njawa-njawa* realizou cerimónias em Ngapa e recebeu uma guia de marcha para ir a Mueda. Com ele actuavam quatro ajudantes que visitavam as aldeias que se acreditava serem vítimas dos leões, que todas as noites visitavam os respectivos centros onde normalmente se localizavam a escola e os edifícios do partido e do conselho executivo. O feiticeiro cobrava a cada aldeia quinze mil meticais pelo tratamento, mais alimentação para ele e seus ajudantes. Em cada aldeia a população apresentava a Likuti aqueles que se julgava serem os fabricantes de leões. Eram submetidos ao tratamento do *muave*: aqueles que morriam eram considerados perigosos feiticeiros que não queriam redimir-se, enquanto que os que apenas vomitavam eram considerados fabricantes de leões que reconheciam o seu erro e se queriam redimir. O autor destas linhas teve a oportunidade de examinar a cabaça usada por Likuti, que continha um líquido com sementes de algodão e que exalava um cheiro nauseabundo. Uma vez que começaram a morrer pessoas na sequência do tratamento, a administração de Mueda decidiu prender Likuti.¹¹³ Quando estava em vias de ser transferido para Pemba, onde o governador provincial queria falar com ele,

Likuti escapou-se. Segundo os guardas, ele tinha pedido para ir à casa de banho, aproveitando a oportunidade para fugir. Todavia, aqueles que conhecem a prisão de Mueda sabem bem que é uma versão inverosímil, pois é impossível escapar dali sem a conivência dos carcereiros.¹¹⁴ Aparentemente Likuti regressou à Tanzânia.

Apresentado em termos mágico-religiosos, este problema tinha subjacente o conflito pela posse de terras e de acesso ao poder político. Os fabricantes de leões acusados de feitiçaria, por exemplo em Mpeme, mas também em outros lugares, não eram outros senão proprietários da terra. Por outro lado, a presença de Likuti em Mueda coincidiu com o anúncio, pelo governo, da captura, na Tanzânia, de indivíduos que estavam a organizar o transporte de armas e munições para o interior de Moçambique. Alegou o governo que antigos proprietários coloniais de empresas organizadoras de safaris em Moçambique, como a família Serras Pires da Beira, se tinham estabelecido no sul da Tanzânia para organizar a infiltração de armas e munições para a Renamo.

A crise existente é bem resumida pelo seguinte excerto da intervenção do administrador de Ngapa numa sessão da assembleia do povo daquela localidade, em Junho de 1982: "... todos os nossos programas nacionais estão comprometidos. Nem sequer no papel temos cooperativas agrícolas, não temos estradas de acesso, as populações não pagam o imposto de reconstrução nacional, não participam na campanha de alfabetização, temos bandidagem, toda a nossa juventude está marginalizada, temos aldeias completamente abandonadas (...). A nossa assembleia não funciona, não responde aos problemas concretos que temos nas aldeias e por isso há contrabando de mercadorias para a República Unida da Tanzânia".¹¹⁵

A recusa dos camponeses em ocuparem cargos oficiais no partido ou no Estado era generalizada em Mueda, em 1982-1983. Nas aldeias, os membros dos corpos eleitos nas assembleias, não compareciam às reuniões. Os presidentes das aldeias comunais recusavam-se a desempenhar as suas tarefas. Em Ngapa a situação era particularmente má: "Na nossa área todos os quadros declinam as suas responsabilidades, dedicando-se aos negócios particulares. A resposta é sempre a mesma, dizem que ninguém lhes paga para fazer aquele trabalho".¹¹⁶ Em Namaua a situação era idêntica.

A crise do Estado também se manifestava na recusa dos jovens em participar nas actividades militares: "Formámos a OJM mas a juventude não quer que ela cresça, e quando o carro militar

chega os jovens fogem e vão dormir no mato".¹¹⁷

Os problemas que assolavam Ngapa, um posto administrativo do distrito de Mueda, em 1983, eram repetidos em todos os relatórios e actas de reuniões de outras áreas do distrito. Um desses relatórios, do comité de localidade para a reunião do IV Congresso da Frelimo, apontava como principais problemas: as lutas individuais que degeneraram em lutas clánicas; o adultério em todas as aldeias; a prostituição escandalosa fomentada pelos maridos e pais das próprias raparigas; a não observância das medidas punitivas do Estado, etc.

Neste clima, a arbitrariedade das autoridades aumentou. As milícias cometiam abusos impunemente, sobretudo confiscando bens da população.¹¹⁸ Em face da recusa da população em participar nas tarefas estatais, foi determinado que "cada família tinha que abrir dois hectares de machamba, e que nas cooperativas cada hectare tinha que ser obrigatoriamente trabalhado por três membros". As aldeias tinham que ser limpas por todos. O uso da força era recomendado. A crítica da Frelimo ou as dúvidas em relação às orientações eram consideradas subversivas e aqueles que as exprimiam presos. Embora a zona não tivesse sido afectada pela "Operação Produção",¹¹⁹ a administração do distrito aproveitou o clima criado na altura para forçar a população a intensificar a produção agrícola. Reforçou-se o controlo sobre a produção de cada um e dificultou-se a circulação sem guias de marcha.¹²⁰

Os aldeãos queixaram-se de todo o tipo de arbitrariedades por parte de membros da administração. Em Matio os camponeses eram obrigados, por cada capulana que pretendiam comprar, a comprar também um litro de óleo para o cabelo. O chefe da brigada de comercialização de Matio não era outro senão um dos responsáveis da administração.¹²¹ Por outro lado, aos camponeses de Matio e outras aldeias de Ngapa, que viajavam de umas aldeias para outras, eram frequentemente confiscados bens (tabaco, *nipa* - a aguardente local - etc.). Embora viajassem legalmente, com guia de marcha emitida em Ngapa, os milícias que lhes tiravam os pertences diziam que a guia era falsa porque estava visada com o carimbo colonial, que dizia "Concelho dos Macondes". De facto era este o carimbo oficial dado que não havia um novo.¹²²

Nas aldeias, eram frequentes as punições corporais. Mueda tinha uma longa tradição de aplicação de castigos corporais, legitimizada como continuação das práticas das zonas libertadas. As condições de detenção nas aldeias eram horríveis, sendo o tipo de

punição definido pelo conselho de aldeia. A ocorrência de problemas violentos nas aldeias, como conflitos resolvidos a golpes de catana e roubo de mulheres, dava aos presidentes e aos tribunais de aldeia poderes totais na sua resolução. Em Matambale, por exemplo, o conselho executivo da aldeia decidiu que certos crimes deveriam ser punidos com chicotada: "Aqueles que agridem o próximo com catana devem, em primeiro lugar, receber 30 chicotadas e depois ser enviados para o distrito. Quem agredir o próximo com um pau deve ser reeducado, recebendo duas *chambocadas* todas as manhãs na aldeia. O divórcio sem razão justificada, levado a cabo por homem ou mulher, é punido com trabalho de abertura de machambas até ele ou ela se arrependem e regressarem para o consorte".¹²³

Por outro lado, embora os diferentes grupos religiosos estivessem organizados nas aldeias, o governo controlou a circulação dos padres até 1986. Para visitar as aldeias os padres tinham que obter uma autorização especial. Em algumas aldeias, como Lutete e Wavi, foram destruídas capelas.¹²⁴

O padrão das aldeias comunais produziu resultados mistos em Mueda, no tocante ao reassentamento forçado. Em cada 100 famílias do planalto 22 viram mudados à força os seus locais de habitação. Porém, os números revelam que cerca de 72% da população do planalto mudou de residência em 1975. Além disso, 22% tiveram que passar a viver em áreas designadas pelo governo através de *orientações superiores*, emanadas ao mais alto nível, enquanto que só 28% nunca chegaram a mudar de residência.

Em 1978 o governo provincial reflectiu sobre o processo de formação de aldeias em Cabo Delgado, referindo Mueda como um exemplo bem sucedido. Embora a análise daqueles que dinamizaram e dirigiram o processo aponte problemas importantes relacionados com o envolvimento do Estado, ela acaba por mistificar a realidade. "As insuficiências que se podem encontrar nas aldeias comunais resultam de: 1) O processo de criação das aldeias comunais na província manifestou-se de forma massiva e não foi selectivo ou progressivo; 2) Insuficiência de conselhos de aldeia e frágil ligação ao aparelho de Estado (...)".¹²⁵ Mas em geral, na versão oficial a construção massiva de aldeias comunais é considerada um sucesso devido a dois factores: 1) A adesão massiva dos aldeãos à construção de casas; 2) Ao papel da estrutura criada na província, a Comissão Provincial das Aldeias Comunais).¹²⁶

O documento em que estas asserções vêm contidas é um "exemplo", no sentido *kuhniano* do termo, do tipo de análises oficiais produzidas para justificar as políticas de reordenamento populacional então vigentes. É interessante notar que ele nunca menciona a repressão e a força usadas pelas novas autoridades na criação das aldeias, nem os protestos e a resistência populares em relação à localização geográfica dessas aldeias, à distância entre as machambas e os locais de residência, etc. As contradições foram reduzidas a um mero e formal problema técnico e à falta de capacidade de coordenação por parte do Estado.¹²⁸

ALDEIAS COMUNAIS DE MUEDA EM 1981¹²⁷

ALDEIA	POPULAÇÃO	ALDEIA	POPULAÇÃO
Micalela	1.249	Ntuchi	1.983
Homba	1.525	Litembo	1.958
Mueda-sede	2.925	Wavi	2.064
Nandimba	3.621	Namande	2.177
Chapa	2.089	Nimo	2.572
Lipelua	1.375	Lilondo	1.884
Miula	2.941	Imbuiu	4.183
Idovo	1.171	Nanganda	1.966
Namaua	2.792	Lianda	2.286
Mpeme	5.630	Chacalanga	1.399
Nanenda	1.298	Macangolo	910
Nanili	2.114	Miramba	925
Lutete	2.513	Naquitenge	2.241
Nanhala	1.665	Matiu	1.022
Muatide	5.979	Nonge	621
Mitede	2.709	Chilindi	3.136
Matambalalé	3.666	Chipingo	518
Liautua	1.903	Micomela	941

Um sumário dos problemas das aldeias em 1982 revela a sua natureza estrutural:

a) Problemas étnicos - abandono das aldeias por população macua que havia sido forçada a fixar-se nelas. Em Mapate, em 1982, toda a população Macua deixou o distrito, partindo para Macomia. Em Mandela, parte da população retirou-se para a aldeia de Minhagaia (Meluco);

b) Falta de prestação de serviços sociais prometidos pelo Estado - em Mandela a população recusou-se a contactar com a administração a menos que esta abrisse uma estrada;

c) Fragilidade das estruturas administrativas - em Nanhamba havia dois presidentes. Em Mtamba o presidente era alcoólico. Em Nampanha os membros da cooperativa foram escolhidos no seio do grupo de *mapico* do presidente;

d) Roubo de fundos públicos - em Namacule havia grande desmobilização devido ao "desvio" de dinheiro da aldeia;

e) Ressurgimento de formas de poder apoiadas nas estruturas linhageiras - em 1982, em algumas das aldeias, havia choques entre as estruturas do poder popular e as estruturas linhageiras;

f) Tentativas de movimentação forçada de populações - por exemplo movimentação de pessoas de Chitunda e Muidumbe para formar a aldeia de Xitunda. A população de Muidumbe tentou resistir à ida para o planalto porque na sua aldeia tinha água e terra, e estava perto da estrada.¹²⁹

b) Cooperativização

Em Mueda, as estratégias do Estado relativamente ao sector camponês concentraram-se, para além do reordenamento populacional, no desenvolvimento de cooperativas de produção agrícola e de comercialização (cooperativas de consumo). Por alturas da independência, não se pode dizer que o movimento cooperativo fosse uma experiência nova em Mueda. Entre 1957 e 1961 haviam existido a SAAVM e a Machamba 25, como atrás foi referido. Por outro lado, em 1965, imediatamente após o início da luta armada, surgiram réplicas da SAAVM, embora tivessem tido curta duração porque os membros se recusavam a participar num processo em que os bens eram colectivamente produzidos mas privadamente apropriados. Posteriormente surgiram outras instituições. Uma era constituída pelas cooperativas ou grupos de artesãos dedicados à produção de esculturas em pau-preto.¹³⁰ Tais grupos foram muito

activos durante a guerra porque as suas esculturas eram usadas pela Frelimo nas suas acções de relações públicas e propaganda. Dois macondes transportando um administrador na machila, uma mulher levando uma carga ou uma *bazooka* à cabeça, tais eram alguns dos temas retratados. Os trabalhos eram vendidos pelos artesãos à Frelimo nas lojas de Chindano, instaladas pelo movimento na margem esquerda do Rovuma. Assim obtiam dinheiro e mercadorias. Os artesãos conseguiam mais sabão, mais roupa e pequenos bens que os camponeses que vinham vender castanha de caju ou gergelim. Os artesãos também adquiriam trabalhos de escultores não pertencentes ao seu grupo. Nos anos que se seguiram à independência os artesãos tentaram continuar a desenvolver a sua actividade mas esta declinou rapidamente com a drástica redução da procura do seu produto. Os sectores estatais ligados à cultura, embora responsáveis pela organização e comercialização nesta área nunca tiveram muito sucesso, e à excepção da Cooperativa de Nandimba, bem conhecida e com produtos de qualidade, todas as outras estavam praticamente extintas em 1981.

As cooperativas de consumo conseguiram manter-se melhor porque recebiam cotas de bens de consumo que escasseavam no mercado, quer para a venda ordinária de produtos quer para a campanha de comercialização agrícola. Em 1975 eram fortes e activas. Dado que tinham fundos, elas aproveitavam as oportunidades oferecidas pelos moçambicanos regressados da Tanzania após a guerra. Lojas e *hotelis* - a designação swahili para palhotas onde se serviam refeições e chá - instalaram-se nas zonas de passagem dos regressados, que por vezes ali se demoravam esperando a legalização dos seus papéis. Mais tarde o Estado tentou apoiar tais cooperativas, fornecendo-lhes transporte e criando uma união, os "Unidos 16" de Mueda. Mas as camionetas pararam por falta de sobressalentes e a actividade sofreu a escassez generalizada de bens ocorrida a partir de 1977.

Após a independência surgiu também em Mueda um terceiro tipo de cooperativas. A sua origem está nas machambas colectivas criadas praticamente em cada aldeia a partir de 1975, onde cada camponês era obrigado a participar. Apesar dos seus resultados terem sido muito baixos em termos de produção, tais machambas produziram algum dinheiro. A partir do ano seguinte os camponeses começaram a abandoná-las: as prometidas escolas e clínicas continuavam por aparecer e o dinheiro permanecia nas mãos dos

presidentes de aldeia. Por essa altura, à resistência ou recusa camponesa correspondeu em muitas aldeias a repressão visando obrigar as pessoas a trabalhar nas machambas. Em Namua, por exemplo, o presidente do conselho executivo, desesperado com a falta de participação, recorreu à força: nos dias de trabalho na machamba milícias armadas bloqueavam as estradas e ninguém podia abandonar a aldeia. A partir de 1978 esse tipo de procedimentos foi desaparecendo e as velhas machambas do povo começaram a ser ocupadas por cooperativas agrícolas. As machambas do povo da década de oitenta são já diferentes, locais onde camponeses multados ou punidos têm de dar a sua participação obrigatória.

No seu discurso oficial, o partido e o Estado atribuíram sempre grande importância ao desenvolvimento de cooperativas. Em Mueda, a justificação assentava em duas dimensões: a) O movimento que existiu entre 1957 e 1961 foi considerado um dos fundamentos da Frelimo; b) As cooperativas eram uma conquista da luta armada. As contradições surgidas na luta armada entre a produção colectiva e a acumulação individual haviam resultado - dizia-se - na transformação da Frelimo de movimento nacionalista em movimento revolucionário. Todavia, as cooperativas que se haviam estabelecido durante a luta armada foram, depois da independência, afectadas não só pelas novas condições de mercado - necessidade de transporte, contactos com os fornecedores das mercadorias, necessidade de mais experiência comercial - como também pelo processo de reordenamento populacional. Os seus membros passaram agora a estar espalhados por toda a área de Mueda.

De facto, na região de Mueda existiam, durante a guerra, três tipos de cooperativas: um de produção agrícola, outro de pesca e um terceiro de escultura. Nessa altura as três actuavam de modo semelhante: produziam mercadorias para trocar por outras. A comida produzida era vendida aos soldados nas bases, mesmo se recebessem apenas vales contra a apresentação dos quais alegadamente lhes seria pago dinheiro no final da guerra. "A Cooperativa Magaia foi fundada em 9 de Junho de 1968 aqui na Base Central em Matambalale. Organizámo-nos para pescar no lago, em Neguri, e levávamos o peixe para vender na Tanzânia. Mais tarde começámos mesmo a vender peixe aqui. A base comprava-o mas não pagava logo. Nós aceitávamos as notas de compra que diziam que as contas seriam liquidadas no final da guerra. De facto algumas foram mas outras estão ainda por pagar. A sede da cooperativa era em Neguri onde

permanecemos um ano. Depois viémos para Matambalale. Cada membro contribuiu com 82\$50 para comprar redes. A princípio só 16 membros aderiram porque a população pensava que era uma forma de alistar homens para o exército. Mais tarde, quando abriu uma loja em Lishawela, os membros da cooperativa trocavam peixe por capulanas dentro de Moçambique. Após a independência entrámos em crise e agora não sabemos o que fazer".¹³¹

O número de cooperativas agrícolas em Mueda foi sempre muito difícil de apurar devido não só aos registos deficientes mas também ao seu padrão de formação e extinção. No início da campanha agrícola, por exemplo, registavam-se 30 grupos, no período de maturação das culturas 10 grupos, e no período de colheita 60 grupos. Algumas das cooperativas agrícolas aparecem registadas como cooperativas de consumo.

As cooperativas agrícolas aumentaram a partir de 1980 devido ao esforço de organização e propaganda realizado a nível quer nacional quer do distrito. Apesar do esforço do Projecto FO9 para desenvolver o movimento a nível do distrito, em 1991 as cooperativas de Mueda estavam "congeladas" ou haviam simplesmente desaparecido. Até a Cooperativa Agrícola Moçambique (CAM), símbolo no distrito, estava totalmente destruída.

INDICADORES DO MOVIMENTO COOPERATIVO EM MUEDA

População	132.000
Número de famílias	25.659
Número de cooperativistas	2.961
Percentagem de cooperativistas	11,9%
Relação cooperativistas/habitantes	2,27
Número de cooperativas em 1976	15
Número de cooperativas em 1981	16
Número de cooperativas criadas em 1982	39
Número médio de membros por cooperativa	75
Dias de trabalho semanais na cooperativa	2

Alguns dos problemas que afectavam o movimento cooperativo após a independência são estruturais e mantêm-se inalterados. Um resumo da situação do movimento na campanha agrícola 1982-1983 permite traçar um retrato suficientemente fiel. Quando a campanha se iniciou, em 1982, a administração e o projecto de desenvolvimento reconheciam a existência de apenas 25 cooperativas. No final da campanha apresentavam-se 41.

Em 1980, na sequência de estudos sobre a situação sócio-económica de Mueda, começam a ser manifestos os erros da política governamental. O primeiro foi talvez a criação de cooperativas de consumo num distrito onde não havia fornecimento de bens de consumo, nem estradas ou transporte. De entre os membros com experiência anterior de cooperativas só 10% estavam agora dispostos a tentar. A política estatal de ligar a comercialização agrícola à troca de mercadorias obrigava os camponeses a aderir às cooperativas: eles tinham que pertencer à cooperativa para conseguir obter os escassos bens disponíveis.

A estrutura interna da cooperativa compreendia um presidente, um vice-presidente, um secretário e o seu adjunto. Nenhuma cooperativa tinha o órgão mais importante segundo a lei das cooperativas, nomeadamente a mais importante - a assembleia geral. Consequentemente, eram frequentes as acusações de que os dirigentes da cooperativa desviavam fundos para utilização própria, até porque não havia uma contabilidade adequada. O Estado, a nível provincial e distrital, estava a par da situação mas nunca interveio.

A Cooperativa Agrícola Moçambique, CAM, por exemplo, começou em 1979 e teve problemas constantes de participação dos membros, muitos dos quais a abandonaram por não terem visto o seu trabalho pago ou por não receberem a sua quota na distribuição de fundos. Estes concentravam-se nas mãos do presidente e do vice-presidente. Em 1986 a CAM encontrava-se já totalmente paralizada. O presidente tinha 40 hectares de terra e o vice-presidente 21. Apesar dos indicadores extremamente negativos, a CAM continuou depois de 1984 a receber apoio. Para a campanha 1986-1987 a cooperativa registou 188 membros e planeou trabalhar 60 hectares. Contudo, só conseguiu 12 hectares num contrato com um comerciante de Mueda. Pouco depois a cooperativa estava já completamente paralizada.

Para o governo e o partido as cooperativas eram um instrumento de reorganização da produção e das relações de produção, para atingir os seguintes objectivos: 1) aumentar a

produção e a produtividade através da socialização do trabalho individual; 2) permitir o aumento das receitas individuais superior ao que se conseguiria em machambas individuais.

De facto, o que se passou é que as cooperativas se tornaram o melhor instrumento à disposição daqueles que possuíam algum capital para começar uma empresa privada ou que tinham iniciativa para se beneficiarem usando a seu favor as políticas do Estado. Chamar cooperativa a esse tipo de iniciativas conferia a esses proprietários legitimidade política e ideológica, dado que em Mueda, até 1986, não era autorizada qualquer actividade privada. Os donos da cooperativa (os seus dirigentes) obtinham mão-de-obra para as suas machambas através da distribuição de bens de consumo. Os capitalistas locais eram obrigados a disfarçar-se de cooperativistas.

O aumento na formação de cooperativas verificado em 1982 deveu-se a actividades relacionadas com o projecto FO9, e à mobilização levada a cabo pelo partido e pelo governo. A chegada de um projecto que prometia apoio material concreto levou grupos a apresentarem-se como interessados na formação de cooperativas. Em 1982, 3.197 indivíduos haviam-se registado como membros integrando 218 cooperativas, das quais 131 se declaravam já formadas e 87 em formação.¹³² Os problemas da política estatal relativa ao movimento cooperativo em Moçambique foram detectados desde muito cedo pelo próprio Estado, que no entanto nunca deu os passos necessários para os resolver. Em 1982 os camponeses não conheciam ainda, na sua maioria, a distinção entre cooperativas e machambas colectivas de aldeia.

Logo em 1978, detectavam-se em Mueda, em relação às cooperativas, os seguintes problemas: 1) falta de garantias de compra e transporte dos seus produtos; 2) falta de abastecimento de bens de primeira necessidade como óleo, sabão, fósforos, sal, açúcar; 3) incapacidade do aparelho de Estado responsável pelo apoio ao movimento cooperativo devido à falta de quadros; 4) inexistência de uma política de crédito bancário visando estimular a formação de cooperativas.¹³³ Estes problemas mantiveram-se até 1986.

Uma segunda área em que as políticas estatais tinham importância para o desenvolvimento de cooperativas era a venda de bens de consumo. A criação de cooperativas de consumo fazia parte da política do novo Estado independente para desenvolver as áreas rurais. Pensava-se que elas fariam chegar os escassos bens de consumo aos camponeses, estabelecendo uma rede e uma prática

alternativas aos antigos cantineiros que haviam explorado o campesinato. De facto, nas zonas libertadas as cooperativas de consumo e as lojas do Estado haviam sido as únicas formas de comércio permitidas. O comércio privado tinha estado confinado à vila de Mueda.

Distinguiam-se dois momentos importantes nas actividades das cooperativas de consumo. Um era durante a comercialização normal em que a cooperativa recebia uma quota de bens de consumo para vender. Um segundo momento ocorria durante a comercialização agrícola quando a cooperativa recebia uma quota para trocar pelos produtos agrícolas. De facto estes bens eram trocados por cereais a uma taxa de conversão fixa.

Depois de 1984 o governo e a Agricom, empresa estatal de comercialização agrícola, começaram a seleccionar cuidadosamente as cooperativas pela sua capacidade financeira para participar na campanha. Os principais problemas nesta altura, característicos de todo o período posterior à independência eram: problemas de organização interna das cooperativas; cooperativas que só aceitavam membros de um clã; as cotas e taxas de membro variavam entre membros da mesma cooperativa; conflitos entre cooperativas agrícolas e de consumo, líderes de aldeias, membros das assembleias do povo e outros.¹³⁴

Depois de 1986 as Lojas do Povo haviam sido vendidas a privados, as cooperativas de consumo tinham desaparecido nas aldeias, onde alguns dos seus antigos membros abriram lojas privadas.

Segundo o responsável comercial das cooperativas de consumo em Mueda os problemas não eram diferentes do resto da província e diziam respeito a: fornecimento de bens de consumo; formação e treino de quadros; comercialização agrícola; transporte; taxas; responsabilidade e auditoria; aumento do número de cooperativistas.

Os camponeses de Mueda lembram-se que durante a luta armada os bens de primeira necessidade como sal e açúcar estavam sempre disponíveis. Os serviços de escoamento e comercialização eram garantidos pela Frelimo.¹³⁵ Esta visão circunscreve-se aos mais ricos como escultores, chefes de cooperativas, etc.

c) Lojas do Estado e Redes de Comercialização Agrícola

As Lojas do Povo, empreendimento do Estado tinham, em Mueda, os mesmos problemas que no resto do país embora o seu estabelecimento, após a independência, tenha sido diferente dado que nas outras zonas as novas lojas ocupavam edifícios de lojas já existentes. As mercadorias nunca chegaram nas quantidades necessárias. Em Mueda, quando elas chegavam a cada aldeia os presidentes dos conselhos executivos decidiam com as Lojas do Povo qual o sistema a adoptar para a sua distribuição. Normalmente esta efectuava-se através da distribuição de senhas de racionamento por quarteirão.¹³⁶ Na prática, o que acontecia era que quem beneficiava eram sempre as mesmas pessoas, normalmente por esta ordem: primeiro os "donos" da cooperativa de consumo (aqueles que a haviam fundado e ocupavam posições de liderança dentro dela); depois os membros do partido e do conselho da aldeia; em terceiro lugar os membros da cooperativa agrícola ou membros ordinários. Esta terceira categoria tinha que trocar os bens de que necessitava com cereais que produzia. Tinham prioridade em relação ao resto da aldeia porque trabalhavam nas machambas da cooperativa.

Uma segunda instituição criada para intervir na comercialização do excedente agrícola dos camponeses era a Agricom, empresa estatal de comercialização. Tinha delegações em Mueda e em Nangade, compostas por escritórios e armazéns.

Na organização das campanhas de comercialização podem distinguir-se dois períodos: um entre 1975 e 1984, em que a Agricom teve o monopólio da comercialização tanto ao nível de aldeia como de distrito. Depois de 1984, a Agricom actuou apenas como grossista, sendo o papel de retalhista desempenhado pelas unidades privadas e cooperativas. Depois de 1986 o sistema foi liberalizado e novas lojas instalaram-se no distrito.

Até 1986 a Agricom era o comprador em todos os distritos, mas após essa data começou a retirar-se da compra directa, adquirindo por atacado. Esta mudança tem a ver com as políticas de Estado de manter um instrumento de racionalização no mercado, devendo-se também à inexistência de actores comerciais com suficiente capacidade financeira e operacional para manusear tão grandes quantidades de cereais. Os comerciantes de Mueda consideravam-se eles próprios incapazes de se substituírem ao Estado na comercialização agrícola por essas razões. Estavam preparados para comprar desde que pudessem depois vender ao Estado. Em 1990

a Agricom começou a mudar o seu perfil de empresa estatal quando se começaram a fazer estudos para a transformar numa junta estatal de comercialização com o mesmo nome da instituição colonial que ela tinha vindo substituir anos antes: Instituto dos Cereais de Moçambique.

É muito difícil estudar a evolução dos termos de troca, a relação entre os preços dos bens de consumo que o camponês adquire e os preços dos produtos agrícolas ou bens que ele vende, em Mueda. O comerciante tenta multiplicar as suas margens de lucro de diversas maneiras que visam, no fundo, fazer os camponeses pagar os preços mais altos pelos produtos que compram e, pelo contrário, comprar os produtos camponeses aos preços mais baratos. Os preços são constantemente alterados tendo em conta a procura sofrida por um determinado produto em certa zona, a tradição histórica dos preços, os custos, a falta de controlo da administração. Em Mueda, por exemplo, o preço do sal tem níveis históricos. Por exemplo, 250 gramas de sal chegaram a equivaler a 20 kg de milho. O preço dos cereais, estabelecido pelo Estado, nunca foi respeitado antes da introdução do PRE, embora existissem certas formas de controlo. Por vezes o milho era vendido a dez vezes o seu preço oficial.

Até 1986 a comercialização em Mueda era feita sobretudo por troca directa. Para adquirir bens de consumo o camponês tinha que fornecer uma certa percentagem do valor desses bens em produtos agrícolas. A *vinculação* era estabelecida pela AGRICOM e outros retalhistas em 1/3 do valor da mercadoria em cereais, tendo chegado por vezes a metade.

Com a mesma quantidade de cereais podiam-se comprar quantidades diferentes de bens dependendo do tipo de mercadorias em que se estava interessado. Com duas latas de milho (40 kg) o camponês conseguia comprar uma capulana, 2,5m de tecido ou um par de calças, e mais ainda alguns fósforos e sal, etc. Se trouxesse castanha de caju, o camponês tinha muito mais facilidade de comprar o que quisesse. Alguns bens de consumo preciosos, como o sabão e o açúcar, podiam ser adquiridos com produtos agrícolas igualmente preciosos como o amendoim.

Em suma, as instituições comerciais criadas pelo Estado no distrito não conseguiram disponibilizar os bens de consumo de que os camponeses necessitavam, não tiveram em consideração as necessidades da maioria dos camponeses nem foram capazes de satisfazer a procura em termos de quantidade. Um pequeno grupo de

camponeses - aqueles que já eram ricos - beneficiou da política estatal, tal como beneficiaram os comerciantes do mercado baseado na penúria de bens de consumo. Presentemente adquiriram os negócios que pertenciam ao Estado e alargaram a sua actividade.

d) Os Agricultores Privados

Até 1986 não existiam agricultores comerciais no distrito de Mueda. A principal forma de produção era a machamba familiar ou camponesa. Apenas duas machambas "capitalistas" se estabeleceram depois de 1986: uma de um oficial de alta patente, Kumedo, e outra de um comerciante, Mamudo. A machamba de Kumedo situa-se nas terras baixas próximo de Diaca, e a de Mamudo nas terras altas perto da CAM. Kumedo, que beneficiou de um empréstimo da Caixa de Crédito Agrário e Desenvolvimento Rural (CCADR) com juro bonificado, produzia vegetais para Mocímboa da Praia e algodão. As suas tentativas de alargar a machamba depararam com a oposição dos camponeses da cooperativa de Nanenda. A machamba de Mamudo, por seu turno, é uma machamba comercial com uma produção planificada tendo em conta as necessidades de Cabo Delgado em termos de vegetais e batatas. A machamba situa-se numa área muito sensível, do ponto de vista ecológico: baixas do rio e encostas acentuadas, que deixaram de ter camadas protectoras de árvores. Os problemas de erosão são, portanto, enormes. Ambas as unidades usam tractor e distinguem-se das machambas privadas que existiram na região, do tipo da SAAVM (uma associação de camponeses ricos e pequeno-burgueses). No local da antiga SAAVM, entretanto, um ex-elemento seu, Cornélio João Mandanda, estava a iniciar uma exploração agrícola em 1988.

Devido aos ataques da Renamo contra as lojas e estradas, a situação não evoluiu muito entre 1986 e 1991. Mamudo, por exemplo, em 1991 continuava a produzir de forma muito cuidadosa devido às incertezas da guerra.

5. OS PROJECTOS DE DESENVOLVIMENTO

Após a independência, os projectos de desenvolvimento do distrito de Mueda não se vieram instalar no vácuo. De facto, Mueda beneficiara já de alguns investimentos durante os anos sessenta, no quadro das tentativas portuguesas de abortar o movimento nacionalista que,

temiam eles, ganharia novo ímpeto na sequência da independência da Tanzânia. Exemplo de tais investimentos é o sistema de abastecimento de água canalizada às aldeias, o único do género em todo o Moçambique. Por outro lado, durante a guerra de libertação tinham-se desenvolvido no terreno sistemas rudimentares de saúde, educação, comercialização e cooperativização.

Depois da independência foram três os principais projectos de desenvolvimento no distrito de Mueda: o Projecto FO9, projecto integrado de desenvolvimento agrícola; o projecto de Abastecimento de Água; e o CRIAA, projecto de fornecimento de bens de consumo mais tarde transformado num projecto de desenvolvimento integrado abrangendo a saúde, educação, e comercialização, e alargado a uma área mais extensa. Estes três projectos constituíram elementos importantes da política de desenvolvimento do governo, desempenharam um papel vital na região e constituem o espaço de encontro entre as estratégias de desenvolvimento do governo, a ajuda externa e a desestabilização.

a) O Projecto de Desenvolvimento Integrado de Mueda

Este projecto começou em 1979 a ser negociado entre o governo moçambicano e a agência suíça de desenvolvimento. Nessa altura Moçambique tinha uma proposta de projecto elaborada por Macid Gulcur, um perito florestal da FAO que havia visitado a região a convite do governo.¹³⁷ A ideia era iniciar três plantações de árvores na zona para combater a erosão. O projecto foi apresentado ao governo suíço para financiamento, mas foi criticado tanto pela DDA, a agência suíça de desenvolvimento, como pelo governo de Moçambique. A ideia de uma intervenção no sector agrícola de Mueda foi aceite mas numa base diferente, menos tecnocrática. Acordou-se num projecto de dois anos para iniciar as actividades, estudar as condições locais e planear uma intervenção a longo prazo. Seria enviada uma equipa de especialistas para fazer esse trabalho. Embora nas décadas de setenta e oitenta todos os projectos de desenvolvimento rural integrado fossem classificados pela sigla C e integrados na secção de desenvolvimento rural do ministério da agricultura, o novo projecto, FO9, integrou-se na Direcção Nacional de Florestas e Fauna Bravia. A primeira equipa instalou-se¹³⁸ na região de Mueda nos finais de 1980, tendo o trabalho sido iniciado em Fevereiro de 1981.

O estudo geral sócio-económico e agrícola realizado durante

o primeiro ano revelou uma situação caracterizada por rendimentos baixíssimos dos camponeses, divisões internas e lutas pela terra, e um processo de formação de aldeias e cooperativas que não tinha tido em conta os desejos e necessidades da população camponesa. Além disso, a escassez de terras no planalto tinha originado problemas ecológicos muito graves de deflorestamento. Assim, as actividades de desenvolvimento deveriam concentrar-se nas terras baixas para criar condições que aliviassem a pressão sobre as áreas sobrepopoadas do planalto.

Todavia, o plano nunca chegou a ser aceite pelo governo provincial, que considerava os assuntos levantados como políticos e, portanto, fora da alçada dos especialistas do projecto, maioritariamente estrangeiros. As dificuldades de comunicação entre o projecto e as autoridades multiplicaram-se. Enquanto que o governador nunca visitou o projecto, as autoridades locais não tinham capacidade para discutir a estratégia de desenvolvimento proposta. De facto, a idêia de desenvolver as terras baixas nunca chegou a ser aceite por ninguém.¹³⁹

Todavia, se a reacção da administração face aos "invasores" era de reserva, a das aldeias foi francamente positiva, uma vez que esperavam ajuda e apoio. Problemas básicos como a falta de limas para afiar ferramentas seriam finalmente resolvidos. Os empregos oferecidos pelo projecto eram avidamente procurados numa área em que os empregos eram raros e a migração da força de trabalho um factor estrutural.¹⁴⁰

ACTIVIDADES DO FO9 EM MUEDA

Agrosilvicultura	Extracção de óleos
Controlo de queimadas	Produção de ferramentas
Vacinação de aves	Apoio às cooperativas
Difusão de sementes hortícolas	Apoio à comercialização
Difusão de árvores de fruto	Olaria
Difusão de árvores de sombra	Apicultura
Técnicas contra a erosão	Actividades internas diversas
Tratamento de árvores de fruto	Seminários de formação
Produção de tijolos de barro	Diversas

Quando se estabeleceu, o projecto tinha os seguintes objectivos: estabilizar a densidade populacional no planalto através da disponibilização de alternativas nas terras baixas; diversificar as actividades produtivas e estimular a dinâmica económica do distrito; melhorar a produção agrícola por meio de técnicas adaptadas à utilização correcta da terra e protecção dos recursos naturais; estimular o sector familiar e os diferentes tipos de cooperativas de produção; favorecer a produção de bens de consumo; planejar a exploração e valorização das diversas zonas ecológicas. Para atingir tais objectivos o projecto estabeleceu mais de 19 actividades e, directa ou indirectamente, envolveu-se em praticamente todas as actividades de desenvolvimento e da vida do distrito.

Para executar as suas actividades o projecto tinha quatro departamentos: o departamento de apoio às aldeias; o departamento agro-florestal; o departamento de educação e formação; e o departamento de agricultura e pequenas indústrias.

Em 1982 o projecto desenvolvia já actividades em três áreas: reflorestamento, pequenas indústrias, e apoio às aldeias e produção agrícola.¹⁴¹ Em 1983 completou-se a sua fase inicial e o projecto entrou numa fase de desenvolvimento. A componente de florestas foi reanalisada. O reflorestamento de Mueda havia sido estabelecido como prioridade pelo FO9 devido à sobrepopulação, que originava erosão e redução dos pousios dos usuais cinco para três anos. Os esforços de reflorestamento durante os primeiros anos haviam deparado com diversos problemas: as árvores eram queimadas apesar de serem importantes para a manutenção da fertilidade e do micro-clima, para sustentar a erosão e fornecer materiais de construção e combustível lenhoso. As experiências dos dois anos revelaram que o reflorestamento era difícil devido à falta de interesse da população, à abundância de capins que tornavam impossível a prevenção de queimadas, e de térmitas que atacavam as árvores, além de se ter revelado difícil encontrar espécies adequadas e mobilizar a população, que não via na plantação de árvores uma boa fonte de rendimento.¹⁴² Mas, sobretudo, o principal problema é que a análise das actividades agro-florestais se estava a realizar apenas no sentido técnico, sem ter em conta a ligação entre árvores e propriedade da terra.

No final de 1983, por ocasião da chegada de um novo director para o projecto, realizou-se uma avaliação interna. Em 1984 o projecto estava em crise e continuavam as dificuldades de relacionamento com o governo, que exigia que ele se mantivesse

ligado apenas às questões técnicas. Outra fonte de dificuldades era o facto dos líderes administrativos e políticos locais sempre terem considerado o projecto como instrumento seu, desviando meios e pessoal do projecto dos planos pré-determinados para outras actividades consideradas prioritárias por eles mas alheias ao projecto, como transporte de populações para acolherem a visita de líderes nacionais, etc. Uma situação em parte natural dado que o projecto era a estrutura mais bem equipada do distrito.

Por outro lado, porém, o facto do projecto ter sido formulado no Ministério da Agricultura em Maputo pouco espaço de intervenção deixou para as autoridades locais. O projecto estava, em muitos aspectos, isolado, situação reforçada pelo facto da sua direcção ser estrangeira e de Mueda se encontrar relativamente isolada das instâncias nacionais de controlo. Nunca foi claro o mecanismo de relacionamento entre o projecto e as estruturas do distrito.¹⁴³

Para resolver estes problemas o projecto propôs o recrutamento de um director moçambicano que facilitasse a integração e o relacionamento com as autoridades administrativas. Pretendia-se também, com o mesmo fim, a elaboração de um plano de desenvolvimento distrital, e que se formasse ao nível do distrito um conselho de planeamento. Algumas medidas foram também estudadas para resolver estes problemas, nomeadamente a redução dos meios próprios do projecto e consequente atribuição de mais meios ao distrito, a descentralização do projecto e sua especialização sectorial e geográfica.¹⁴⁴

Mas o conflito entre o projecto e as autoridades locais tinha bases mais amplas que as meras questões de coordenação e alocação dos meios do projecto. Havia problemas em termos de níveis educacionais e capacidades técnicas. O director distrital de agricultura tinha sido um capataz do algodão e possuía seis anos de escolaridade. Assim, escudava-se em obstáculos administrativos para afastar o que eventualmente considerava como ameaças ao seu poder. As deslocações do pessoal do projecto às aldeias passaram a ser controladas. Na aldeia de Mpeme, por exemplo, o director distrital de agricultura afirmou que os membros do projecto só poderiam ali ir quando acompanhados por ele.¹⁴⁵

Finalmente, outra crítica frequente ao projecto eram as abissais diferenças salariais entre técnicos estrangeiros e técnicos moçambicanos, o que chegou por vezes a basear campanhas locais contra o projecto.¹⁴⁶

Entretanto, a partir de 1984 a situação começou a modificar-se no distrito. Unidades da Renamo começaram a fazer sentir as suas actividades nas zonas meridionais de Cabo Delgado, e começaram os rumores da sua circulação pelo mato. No início de 1985 já a circulação pela estrada Mueda-Pemba era muito difícil e a presença da Renamo era detectada perto de Chapa e Matio. Devido à intensificação da guerra, o partido Frelimo reforçou a disciplina nas aldeias e intensificou o recrutamento para as suas fileiras. As aldeias "espontâneas" foram eliminadas. Neste contexto, três factores importantes e relacionados entre si influíram no percurso do projecto: a chegada da Renamo a Mueda, a nomeação de um director moçambicano e mudanças no quadro do pessoal estrangeiro do projecto.

Por esta altura os cooperantes suíços abandonaram a região por razões de segurança¹⁴⁷ e o governo suíço decide suspender a sua cooperação no tocante a Mueda. A decisão tomada pela DDA em Berna baseava-se em três razões principais para além da situação militar: a) As contradições entre as decisões das autoridades distritais e os objectivos do projecto. As decisões distritais não tinham em conta as condições sócio-económicas, como por exemplo quando contra os desejos da população e o interesse comum impunha a fusão de todas as cooperativas numa só. O projecto obrigava-se a reconhecer "a incompatibilidade entre as opções das autoridades do distrito e os objectivos atribuídos ao projecto pelo governo"; b) A falta de respeito pelas decisões da estrutura executiva do projecto. "Os representantes do Estado atribuem mais importância aos aspectos formais e ao poder do que aos resultados concretos e às aspirações legítimas da população. A administração do distrito não tenta resolver os problemas mas sim fazer com que eles se tornem evidentes"; e c) a relação entre o projecto e as autoridades distritais, afectadas desde sempre pela profunda diferença de meios e caracterizadas por um ressentimento que nenhum dos lados conseguiu eliminar.

O governo moçambicano não aceitou a posição da cooperação suíça relativamente a análise da situação em Mueda. O ministro da agricultura não tomou qualquer posição na altura. O processo foi assumido ao nível da província de Cabo Delgado, que era administrada sob um regime especial. O dirigente da província, membro do Bureau Político da Frelimo e ministro da defesa Joaquim Chipande, respondeu em carta ao governo suíço, referindo que o governo estava preocupado com o desenvolvimento das terras baixas,

razão porque estava em preparação o projecto de Nguri e acções em Muera-Magaia, Nangade e Mtamba. A proposta então feita era que o FO9 se dedicasse ao desenvolvimento da parte ocidental das terras baixas. Segundo Chipande, "a falta de sucesso do projecto não pode ser atribuída à direcção do distrito nem à grande dispersão de esforços na execução do projecto". Era portanto sugerida a reavaliação e reorientação do projecto.¹⁴⁸

Em 1985 o projecto deixou de beneficiar de qualquer tipo de assistência estrangeira. O novo director, fora enviado de Maputo, onde exercia funções de director nacional no ministério da saúde. Embora fosse oriundo do distrito e tivesse alguma legitimidade devido ao seu passado de combatente, tinha problemas de integração advinentes do seu estatuto. As actividades do projecto foram drasticamente reduzidas, limitadas ao apoio às cooperativas. Os fundos disponíveis vinham da venda de bens importados. Em 1986 as dificuldades agravaram-se com a desvalorização do metical e a falta de financiamento em moeda externa. Em 1991 o projecto estava praticamente paralizado, abandonando plantações e vendendo o resto do equipamento que ainda possuía.

b) A Água em Mueda

Em Mueda, particularmente nas zonas em que as fontes de água se encontram a 6 ou 8 horas de distância, o valor da água revela-se nos termos de troca com cereais. Devido às condições geográficas, a água é, no planalto, simultaneamente abundante e escassa. O planalto é atravessado por numerosos riachos e rios, e a chuva é abundante e regular, embora não caia todo o ano. O problema principal reside na distância e nas condições de acesso à água, que são muito difíceis. Nas zonas setentrionais do planalto a água situa-se a 8 ou 12 horas de distância a pé, num percurso íngreme com 600 metros de desnível. Em Mueda-sede a distância é relativamente curta mas o declive do percurso torna o acesso difícil.

Tentando antecipar-se ao ambiente nacionalista que se previa fosse acentuado pela independência da Tanzânia, os portugueses aprovaram em 1960 um plano de abastecimento de água a Mueda. O sistema inspirava-se no Makonde Water Supply construído pelos britânicos em Nevala na década de cinquenta, tendo os trabalhos sido iniciados em Junho de 1961, exactamente no mesmo mês em que ocorria o massacre de Mueda.¹⁴⁹ Concluiu-se o sistema em 1963, e enquanto que alguns depósitos funcionaram durante todo o período de

guerra (perto de Nandimba, por exemplo), outros foram destruídos pela tropa colonial para impedir que os guerrilheiros tivessem acesso à água.

Este sistema de água destinava-se sobretudo a servir as populações das aldeias do planalto onde se verificava maior concentração populacional e, simultaneamente, maiores distâncias de outras fontes de água. Existiam outros sistemas de água em Mueda, particularmente as bombas de água perto de cada povoação comercial (Namaua, Muatide, Mueda-sede) e das missões. Estabelecido o sistema e totalmente operacional em 1964, cada lata de 20 litros era vendida à população por cinquenta centavos.¹⁵⁰

Durante a guerra, o exército colonial estabeleceu novos sistemas de abastecimento de água: o sistema de Chude, em Mueda-sede, um furo na base aérea de Mueda (300m de profundidade), um furo em Nangololo, um furo em Miteda, um sistema em Ngapa e outro em Nangade. O de Ngapa usava o rio enquanto que o de Nangade recorria ao lago Chiduadua. A água era bombada para reservatórios e distribuída dali. Em 1972 os sistemas foram todos melhorados com a construção de tanques de tratamento de água.

Nas zonas sob o controlo da Frelimo durante a guerra, a população continuou a usar as mesmas fontes de abastecimento. Os guerrilheiros forneciam-lhe segurança em troca de água. Perto de Mpeme, por exemplo, as mulheres que viviam em Chilumo atravessavam a estrada para ir buscar água perto de Namaua. No ponto de travessia estava escondido um depósito onde cada mulher, no regresso, deixava um litro de água para os guerrilheiros. A localização das bases da Frelimo tinha em conta a proximidade da água. A base Beira, perto de Nangade, por exemplo, estava perto do lago. Durante a sua ocupação pelo exército português na sequência da operação N6 Górdio, em 1970, as unidades guerrilheiras instalaram-se perto do lago. Estabeleceu-se então um acordo tácito em que os dois lados iam buscar água a horas diferentes sem se hostilizarem.

Com a proclamação da independência o sistema de água de Mueda ganhou prioridade. A população local pressionava a Frelimo a honrar o seu compromisso, durante a guerra, de no seu final garantir abastecimento de água adequado às aldeias. Os trabalhos neste campo, imediatamente após a independência, foram muito pragmáticos, reproduzindo as soluções técnicas dos portugueses. Aumentou-se a capacidade dos sistemas em Chomba, Chude e Nangade. Em Muatide construiu-se um novo sistema para abastecer

a vila, a base central de Nangunde, a aldeia de Nangunde e o centro-piloto de Luanda. Em Ntamba estabeleceu-se um novo sistema para abastecer as aldeias dos arredores. Os fundos para este trabalho entre 1976 e 1978, aproximadamente 400.000 dólares, foram providenciados pelo Unicef.

Até 1978, os esforços do governo inseriam-se no quadro de uma acção de emergência. Instalaram-se bombas e equipamento de melhor qualidade em cada unidade. Porém, os trabalhos seguiam agora unicamente critérios políticos, sem considerar os aspectos ecológico, económico, social e de desenvolvimento. A economia política do planalto e o impacto dos sistemas de água não foram seriamente considerados. Nesse período não existiam estudos sociais. A ignorância das condições existentes também abrangeu questões hidrológicas mais técnicas. Entre 1974 e 1978 deu-se prioridade à instalação de equipamento em detrimento da prospecção hidrológica,¹⁵¹ das implicações sócio-económicas e da gestão, entre outros. Particularmente, o impacto foi grande num território já sobrepovoado e sem terras disponíveis. Em 1978 entra em cena uma empresa italiana, a *Italteco*, que levou a cabo um estudo aprofundado sobre as características hidrológicas naturais da região de Mueda, a geologia, climatologia e hidrometria do planalto. Todavia os impactos sobre a agricultura camponesa continuam sem ser considerados. Até 1982, com apoio sobretudo do Unicef, desenvolve-se a reabilitação dos sistemas de Ntamba, Chomba, Muatide e Chude.

Em 1982 é criada a Empresa de Águas de Mueda para zelar pela manutenção dos sistemas, permanecendo como grande problema os custos de operação e a geração de fundos para manutenção e reinvestimento dado que o pagamento da água não era visto com bons olhos pelas estruturas locais. Entre 1983 e 1985 a EAPM começa a funcionar em pleno e o plano geral é concluído com a entrada em operação dos sistemas de Muambula, mas começam a fazer-se sentir problemas estruturais,¹⁵² agravados pelo desgaste do equipamento e pela guerra. Em 1991 o sistema de água de Mueda estava imerso já na crise total. O volume de águas disponibilizado nos primeiros seis meses não passava de 20% do do ano anterior e de menos de 10% daquilo que poderia ser disponibilizado. Diversos eram os problemas. Em primeiro lugar, o do equipamento. Os sistemas de Ntamba e Chomba trabalhavam a menos de metade das capacidades e a falta de peças sobressalentes e baterias era generalizada. O combustível

permaneceu sempre como um dos problemas principais: quando havia dinheiro para o adquirir, não havia diesel, quando havia diesel não havia transporte, e quando havia dinheiro e transporte não havia diesel. Em geral, a EAPM debatia-se com problemas de fundos não só para combustíveis mas também para o funcionamento e salários. Em Setembro de 1991 os trabalhadores já não recebiam salários há dois meses.

Qualquer que seja a crítica apontada à empresa de águas de Mueda, é preciso reconhecer as dificuldades de operação sob condições como as que prevaleciam no local em 1991. O pessoal da EAPM lutava com falta de transporte, de comunicações, de sobressalentes, etc. Além disso a EAPM estava sob constante pressão de todos os quadrantes sociais de Mueda. Os camponeses das aldeias consideravam a empresa responsável pela falta de água. Mas a maior pressão vinha da administração local, que forçava a empresa a preocupar-se só com o abastecimento de água à vila de Mueda.

A acrescentar a esta situação já de si difícil degradou-se a situação de segurança, mesmo se os sistemas de água não constituíam alvos preferenciais da Renamo. De facto, só dois ataques foram registados: um em Chomba, em que foi queimado um motor, e outro em Mandava. Aqui, os elementos da Renamo destruíram o tanque de água porque a administração de Muambula havia ordenado que o abastecimento de água fosse cortado à aldeia, entretanto ocupada pela Renamo.

Em conclusão, o estado do sistema de fornecimento de água de Mueda em 1991 confirmava o que se sabia já quando ele fora construído. A sua concepção não tinha tido em conta as condições económicas do distrito para o financiar. A concepção do projecto do Unicef limitava-se a ampliar o velho projecto português sem se preocupar com questões de sustentabilidade económica do projecto.

Para os camponeses, a avaliação é sempre feita por comparação com essas velhas instalações: antes havia sempre água e agora não há água. Dado que não se tomam decisões sobre o problema de fundo do sistema de abastecimento de água de Mueda, a população continua a receber donativos que, a longo prazo, envenenam a sua capacidade de sobrevivência.

c) O Projecto CRIAA

Estabelecido em 1984 em parte como alternativa ao projecto FO9, que estava na altura a ser encerrado, o projecto foi fundado por

ONGs da Irlanda e da França,¹⁵³ financiadas pela CEE, a partir de um projecto do governo moçambicano de garantir o fornecimento de bens de consumo à zona. Embora com intervenção na agricultura, tratou-se de um projecto coordenado pelo ministério do comércio interno.

A escassez de bens de consumo criara uma situação de profundo ressentimento em Mueda, já em 1981 claramente evidente: "Lamentamos o tipo de independência que conquistámos porque não trouxe benefício nenhum. A verdade é que conquistámos a independência mas não sentimos qualquer benefício. Falta-nos sabão, óleo de cozinha, petróleo para iluminar as nossas casas, e outras coisas. Temos lojas aqui, mas são lojas só no nome porque não têm nada dentro (...). A vida que temos hoje não é diferente da que tivémos no tempo dos nossos antepassados".¹⁵⁴ Esta falta de bens de consumo no mercado afectava a capacidade de reprodução das famílias camponesas. Na aldeia de Micalale, por exemplo, a cerca de 20 km de Mueda, os armazéns tinham milho acumulado de 1981 e 1982 que os camponeses se recusavam a vender porque não havia nada que eles pudessem comprar com o dinheiro de tal venda.¹⁵⁵

A "inundação" dos mercados tentada em 1984 assinala a transformação das anteriores políticas de comercialização baseadas no uso da força. O projecto CRIAA teve grande impacto na economia de Mueda tanto a nível dos camponeses como ao nível da consolidação da burguesia local - os comerciantes e funcionários do Estado bem colocados. O fornecimento de bens começou por aumentar a quantidade de cereais comercializados de 600 toneladas em média em 1975-1984, para 800 toneladas em média em 1984-1985, e para 2000 em 1986.

Mueda ilustra bem os problemas decorrentes da forma como o Estado moçambicano interveio no mercado. A falta de bens de consumo e os preços controlados pelo Estado abriram caminho ao florescimento da economia paralela. A posição contraditória assumida pelo Estado em relação aos comerciantes ("os inimigos de classe com quem temos que trabalhar") complicou a situação ainda mais. As lojas do Estado e as cooperativas não constituíam alternativa à rede de comercialização existente. Na prática, as lojas do Estado de Mueda foram usadas por dirigentes dessas unidades para os seus negócios privados, vendendo as mercadorias aos preços de mercado e retendo para si os lucros ilícitos obtidos da diferença entre os preços estipulados pelo Estado e os preços reais do mercado.

7. A RENAMO EM MUEDA: VELHAS LIGAÇÕES E NOVAS CONTRADIÇÕES?

Para a Renamo, Mueda era também um distrito mítico. Em Julho de 1984 ocorreram os primeiros ataques no sul da província de Cabo Delgado e a 15 de Outubro do mesmo ano era notada a sua presença no distrito de Mueda. Oito aldeias foram atacadas e queimadas no interior de um raio de 10 a 35 km com centro na vila de Mueda. Na base do planalto a Renamo atacou em três áreas: Nangololo, a sudeste do planalto; Matio a noroeste, e Nanhala e Chapa, nas baixas. Os ataques concentraram-se principalmente contra as aldeias em que se concentravam populações não-macondes. Aparentemente o movimento da Renamo na zona processava-se em duas direcções: a partir de Niassa para o planalto e de Montepuez para norte.

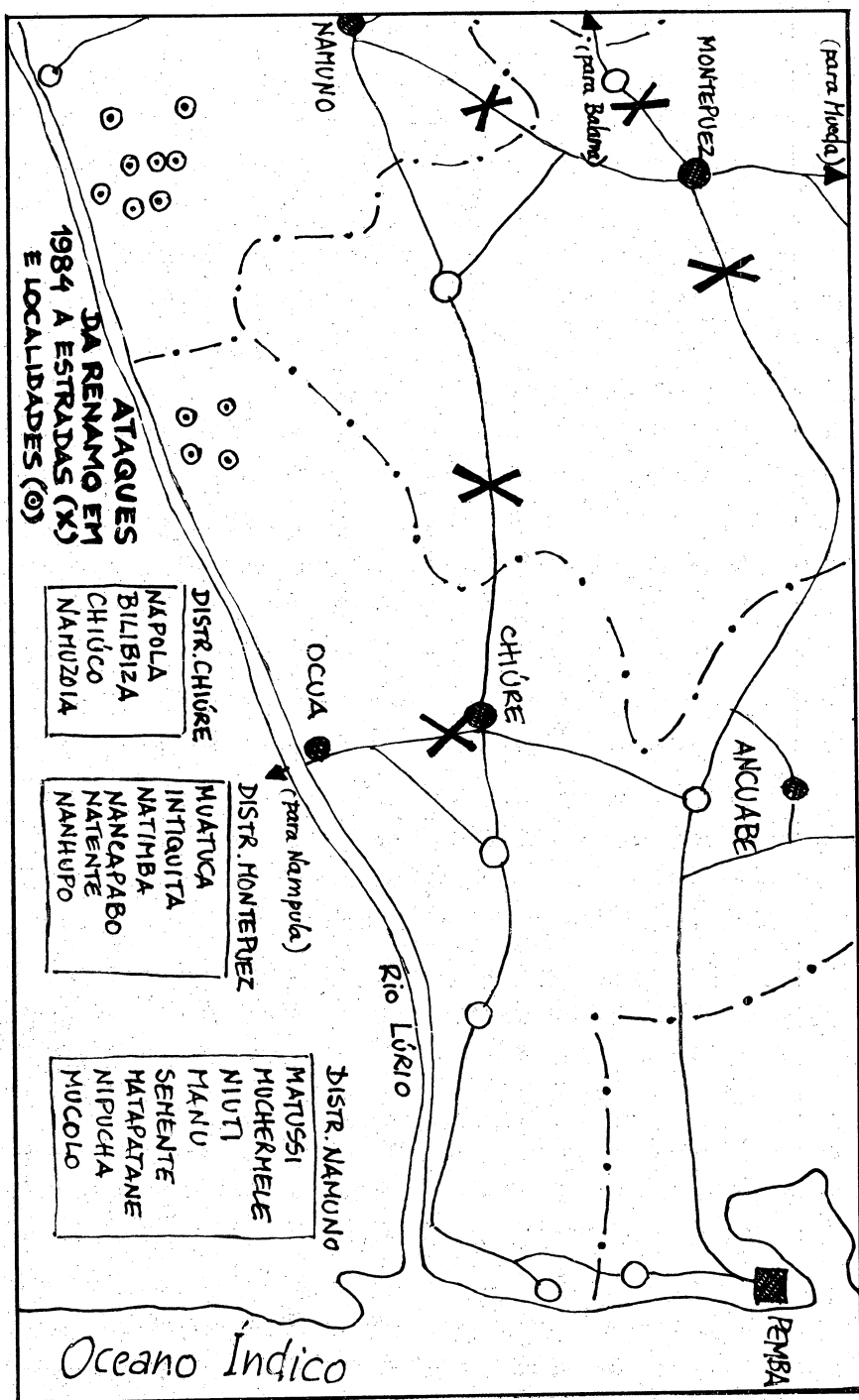
Para o historiador Mueda oferece um caso interessante porque obriga a comparar a actuação da Frelimo no período da luta armada (1964-1974) com o aparecimento da Renamo e sua actuação. Se a Frelimo em 1962, quando se funda, aparece articulada com as lutas dos camponeses da região e tem uma articulação com organizações previamente existentes, a Renamo aparece como uma organização de fora que tenta ganhar adeptos e mobilizar a partir das contradições que as políticas do governo criam na região. A Renamo tenta aproveitar o descontentamento existente em relação ao governo em seu próprio benefício, privilegiando no entanto o uso da força militar para criar uma base de apoio.

Em 1983 e 1984 vários boatos circulavam em Mueda sobre a presença de elementos da Renamo sem que tivesse havido qualquer confirmação. Em 13 de Agosto de 1984 foi capturado aparentemente o primeiro elemento da Renamo pela população da aldeia de Imbuhi. O referido indivíduo aparecera na aldeia onde contactara um elemento do Conselho Executivo pedindo comida e alojamento. Deram-lhe de comer, um banho quente, uma cama e uma garrafa de nipa. Enquanto o indivíduo descansava as estruturas da aldeia comunicaram a ocorrência aos milicianos da aldeia que o detiveram. Ao ser interrogado confessou que era elemento da Renamo e que tinha vindo a Mueda para fazer o reconhecimento e preparar a chegada dos seus companheiros. No dia 14 de Agosto de 1984 o indivíduo da Renamo foi interrogado em Mueda e depois transportado para Pemba. No decurso do interrogatório a que foi submetido revelou que era natural da aldeia Nanganda de onde tinha saído para Nampula em 1982-1983.

Em Nampula tinha sido aliciado para a Renamo. Disse que não gostava de Samora e que lutava contra o governo actual. Queria um outro presidente. Quando capturado não tinha sido nem torturado nem mal tratado. Na sua deslocação para Mueda tinha utilizado a carreira Mocímboa da Praia-Mueda e quando fora capturado dirigia-se a Mueda para apanhar a carreira que ia de Mueda para Macomia onde havia um grupo seu. Tinha vindo para Mueda acompanhado por dois colegas seus: um que se tinha dirigido para Ngapa e outro para Pundandar. A tarefa específica do capturado era localizar um sítio no sul do planalto perto do rio Nanhala para estabelecer uma base. Em Macomia existia nas florestas um grupo armado que ele devia ir buscar para começar a operar. Tinha conseguido recrutar alguns antigos combatentes da Luta Armada de Libertação Nacional (sete ou oito).¹⁵⁶

A Renamo, em Mueda, começou a operar a partir do sul do planalto, progredindo de Nampula para Namuno e Balama, Macomia e Mueda, para norte. As suas primeiras operações em Cabo Delgado ocorreram na fronteira com a província de Nampula, tendo sido afectados os distritos de Namuno, Balama e Montepuez. De 1984 a 1990 a Renamo esteve activa nas baixas perto de Muambula tendo atacado as aldeias de Mapatê, Mandela e Mandava e nas baixas perto de Nanhala e Chapa. Os grupos da Renamo tinham contacto com as populações que tinham abandonado algumas aldeias comunais e viviam na região entre Nanhala e Montepuez.

Em 1991 havia indicações da presença de elementos da Renamo a norte do Planalto nas baixas perto de Ngapa e Nangade tendo efectuado vários ataques a cantinas perto de Nangade e na região entre Nangololo e Chai. Em Matio e Negomano havia já, também, os primeiros sinais de instabilidade. Em Agosto, numa acção espectacular, unidades da Renamo ocupam durante três dias a aldeia de Muambula e a sede do distrito de Muidumbe, em Nangololo. No mês seguinte as forças governamentais tinham alegadamente limpo a área mas nada voltaria a ser como antes. Tropas governamentais obrigavam agora os camponeses a sair do mato, onde se tinham espalhado, e a voltar para o planalto. Extensas áreas em redor do planalto foram queimadas e as forças da Renamo estavam - dizia-se - em retirada.



8. CONCLUSÕES

O estudo de Mueda empreendido nas páginas anteriores permite estabelecer algumas conclusões inter-relacionadas sobre as estratégias e políticas de desenvolvimento do governo, a desestabilização e a ajuda.

Devido ao facto da luta pela independência se ter concentrado em grande medida nas zonas setentrionais, a literatura tem tendência para confundir a história de Mueda com a história de Moçambique e para considerar certas organizações que apareceram em Mueda como específicas da área. Algumas dessas instituições foram posteriormente legitimizadas nas biografias de nacionalistas e guerrilheiros.

Instituições como a SAAVM apareceram em Mueda como apareceram em outros lugares, como esforços de grupos de camponeses ricos para garantir possibilidades mais amplas de acumulação. Trata-se igualmente de um esforço da pequena burguesia (assalariados de missões, professores) para conseguir maiores liberdades. Toda a história da SAAVM é, assim, contada segundo duas vertentes: para uns ela foi produto da actividade dos primeiros nacionalistas, que através dela criaram condições para aderir ao movimento de libertação; para outros ela foi produto da actividade de um só indivíduo, um moçambicano rico que queria criar um regime colonial sem colonialistas. Mais do que isto, a SAAVM foi o sinal da existência de um grupo de homens ricos no seio do campesinato, que queriam desenvolver as suas actividades económicas. Eles pressionaram o Estado colonial para obter aquilo a que se achavam com direito. Esta noção de direitos vinha-lhes não só do processo independentista da Tanzânia mas também da educação católica a que a maioria tinha sido submetida. De qualquer maneira, os dirigentes da SAAVM e os primeiros organizadores da Frelimo não eram os mais pobres nem, na sua maioria, os camponeses.

As estratégias de desenvolvimento aplicadas em Mueda não trouxeram as mercadorias de que os camponeses estavam à espera, nem criaram um ambiente democrático. A repressão foi usada constantemente para implementar políticas tão diversas como a do reordenamento populacional e a da comercialização. A escassez generalizada de bens de consumo, emprego e apoio do Estado fez ressurgir fenómenos de bruxaria.

As estratégias de desenvolvimento aplicadas durante a guerra basearam-se numa mistura de mobilização e repressão. Elas deram

espaço ao surgimento de um grupo que tinha alargado as terras sob a sua posse durante a guerra de libertação. As tentativas dos camponeses para se estabelecerem perto das suas terras foram afastadas por meio da repressão. Secções de agricultores já ricos no período colonial continuaram a acumular durante a guerra e no período pós-colonial. Aqueles que haviam acumulado através do comércio ou desenvolvido carreiras como a do ensino nas zonas rurais, conseguiram furar o bloqueio à sua mobilidade ascendente que havia sido imposto pelo Estado colonial. Hoje eles ocupam postos elevados na hierarquia do Estado e têm luxuosas residências em Mueda-sede.

Os padrões de reordenamento populacional do período pós-colonial foram estabelecidos à força. A cooperativização não criou uma alternativa à economia familiar camponesa, nem durante a guerra de libertação nem no período pós-colonial.

A história antiga da Frelimo revela um padrão similar ao da Renamo: o recurso à força para criar adesão. Quando se estabelecia o controlo sobre o território a repressão, embora presente, diminuía de intensidade. A repressão contra aqueles que viviam no território do inimigo era bastante forte. Todavia, não existe evidência documental de a Frelimo ter exercido atrocidades do tipo das cometidas pela Renamo - mutilações, assassinatos e espancamentos.

Embora tivesse sido criada a participação popular, as novas instituições não seguiram à letra as orientações radicais dos nacionalistas revolucionários, tendo temporizado com o que consideravam os "usos e costumes". Estas práticas democráticas eram estruturalmente condicionadas pela guerra, para o bem e para o mal. As necessidades da guerra obrigavam os guerrilheiros a respeitar a população, ou então esta fugiria para o inimigo e deixaria de haver carregadores, fornecedores de alimentos, milicianos vigilantes, etc. Mas a guerra também deu oportunidades de recurso indiscriminado à repressão contra aqueles que eram considerados inimigos e colaboradores. Em Mueda, após a independência, era difícil de descortinar este elemento de participação popular. A repressão estatal prevaleceu. As discussões e a crítica foram substituídas pelas orientações. "Hoje, quando apresentamos algo... quando uma pessoa diz alguma coisa que não é como deve ser eles dizem *Eh! ele está contra a Frelimo porque não devia ter dito aquilo*. Quero dizer, aparece logo uma ameaça, e por causa disso muitas coisas não são corrigidas no nosso seio. As ameaças têm neste momento proporções

muito graves. No período colonial, quando o administrador queria falar à população nós tínhamos que ir ao posto. Hoje não é assim. São os nossos dirigentes que vêm aqui, o que é bom. Mas não entendemos a ameaça. Sempre que uma pessoa quer fazer uma observação aparece alguém que diz *eh, grupos de vigilantes, vocês têm que ver o comportamento deste indivíduo*".¹⁵⁷

Os projectos de desenvolvimento de Mueda mostram um padrão semelhante ao de outras áreas. O projecto da água ilustra claramente o tipo de trabalho desenvolvido pelo governo pós-colonial e como se consolidaram os aspectos negativos de algumas políticas. No projecto de desenvolvimento rural vê-se um desafio às políticas governamentais. O projecto CRIAA demonstra a utilização da ajuda para camuflar as contradições através de uma "acção de bombeiro".

A história pós-colonial de Mueda revela uma área que, desde 1975, recebeu ajuda quer do governo quer da comunidade internacional. As estratégias de desenvolvimento e as políticas com elas associadas foram diligentemente aplicadas numa área que era considerada como fonte de inspiração. Todavia, estratégias de desenvolvimento governamentais, donativos e desestabilização foram factores que se reforçaram mutuamente. A desestabilização cresceu na medida em que cresceram as contradições da política governamental no terreno.

NOTAS

¹Agradeço a João Paulo Borges Coelho a edição do artigo e a tradução para português. Este artigo constitui um capítulo da minha tese de doutoramento "A Relação entre Ajuda Externa, Políticas de Desenvolvimento e Destabilização (Moçambique 1975-1990)" a ser apresentada no Roskilde University Center, Dinamarca. Na realização do nosso trabalho em Cabo Delgado recebemos um apoio inestimável do Governo da Província de Cabo Delgado, da Administração de Mueda, de diversos projectos de desenvolvimento, de pessoas singulares e dos camponeses que nos forneceram as informações. Vários indivíduos colaboraram com as brigadas do CEA como intérpretes e tradutores. A todos o nosso reconhecimento.

²Governo do Distrito de Cabo Delgado, 1970(II):46-49.

³Conceição 1989:35-36.

⁴António Oliveira: Entrevista, Mueda-Sede, 15/06/89. As entrevistas utilizadas neste artigo foram transcritas por Hilario Diuty Alumassee, do Departamento de História Contemporânea do Centro de Estudos Africanos da Universidade Eduardo Mondlane. As entrevistas aqui utilizadas foram recolhidas em diversas campanhas de investigação realizadas no contexto de projectos de investigação em que participei. Em 1979 a brigada de investigação do CEA/Departamento de História era composta por Agostinho Pililão, Allen Isaacman, Eugénio Macamo, Maria João Homem, Michael Stephen e Yussuf Adam. Em 1981 duas brigadas trabalharam em Cabo Dêlgado. Na primeira participaram Abdool Aboobacar, António Sopa, Benigna Zimba, Fernando Julião, Goolamo Taju, Isabel Casimiro, Maria João Homem, Mário Mangove, Patrício Sarahane e Yussuf Adam. Na segunda brigada participaram Anna Maria Gentilli, Collin Darch e Yussuf Adam. Em 1982, nas brigadas de investigação participaram Aquino de Bragança, Anna Maria Gentilli, Jacques Depechin, Valdemir Zamperoni e Yussuf Adam. Em 1983 participaram numa primeira recolha Gary Littlejohn, Jacques Depelchin e Yussuf Adam. Ainda numa segunda saída, em 1983, participaram Bertil Egerö, Gary Littlejohn, Lars Rudebeck e Yussuf Adam. Em 1984 participaram Gary Littlejohn e Yussuf Adam. Em 1989 novas entrevistas foram realizadas por Tereza Cruz e Silva e Yussuf Adam. Em 1990 Yussuf Adam deslocou-se de novo a Mueda. As entrevistas foram traduzidas por Hilário Alumassee Dyuti, do Departamento de História Contemporânea do CEA.

⁵O'Neal 1883; Maples 1883.

⁶Joaquina Nqole e Malidade Mapalakele: Entrevista, Aldeia de Matambalala, 10/07/1981.

⁷Valakatene Mangundu: Entrevista, Aldeia de Nanguinde, 11/07/1981; Rafael Aculuende: Entrevista, Aldeia de Muatide, 7/07/1981; Nandanga Angalila: Entrevista, Aldeia de Matambalale, 7/07/1981; Alabi Vakanga: Entrevista, Aldeia de Nandimba, 7/07/1982.

⁸Sobre o tipo de operações levadas a cabo por Neutel de Abreu ver Lobato 1971:7-21.

⁹Xadelelo Limbambo Nkuemba: Entrevista, Aldeia de Muatide, 7/07/1981.

¹⁰Julião Amuli: Entrevista, Aldeia de Nchinga, 9/07/1981.

¹¹Joaquina Nqole e Malidade Mpalakele: Entrevista, Aldeia de Matambalala, 10/07/1981.

¹²Rafael Aculuende: Entrevista, Aldeia de Muatide, 7/07/1981.

¹³O significado da canção é: "Quando levamos a machila sentimos o peso não só da pessoa que temos que transportar mas também dos papéis que o colono leva

consigo dentro da machila. A viagem é longa mas o colono viaja aos ombros dos machileiros. A viagem é longa mas nós não deixamos de correr todo o caminho" (Rafael Aculuende: Entrevista, Aldeia de Muatide, 7/07/1981).

¹⁴Valakatene Mangundu: Entrevista, Aldeia de Nanguinde, 11/07/1981.

¹⁵Alabi Vakanga: Entrevista, Aldeia de Nandimba, 7/07/1982.

¹⁶Dias 1970(III):305.

¹⁷Miguel Arcanjo Nakaume, Mpaka Hanama, Zacarias Haide: Entrevista, Aldeia de M'Peme, 18/07/1981.

¹⁸Dias 1970(III):144, citando Francisco Alberto Fernandes, "Relatório anual da administração de Mueda relativo ao ano de 1957".

¹⁹Para uma descrição da evolução do trabalho missionário ver Governo do Distrito de Cabo Delgado 1970(I):76-83; Padre Pedro e padre Teodoro: Entrevista, Diocese de Pemba, 9/09/1981.

²⁰Padre Pedro e padre Teodoro: Entrevista, Diocese de Pemba, 9/09/1981.

²¹Eduardo Mpembo: Entrevista, Aldeia de Nandimba, 23/07/1982.

²²Tambila 1983: 35-44.

²³Cesário Tomás Pinda e Ali Namenda: Entrevista, Aldeia de Muatide, 7/07/1981.

²⁴Eduardo Mpembo: Entrevista, Aldeia de Nandimba, 23/07/1982.

²⁵Lourenço Cinquenta: Entrevista, Aldeia de Namaua, 14/07/1981; Eduardo Mpembo: Entrevista, Aldeia de Nandimba, 23/07/1982.

²⁶Eduardo Mpembo: Entrevista, Aldeia de Nandimba, 23/07/1982.

²⁷Miguel Arcanjo Nkaume, Mpaka Hanama, Zacarias Haide: Entrevista, Aldeia de M'Peme, 18/07/1981.

²⁸Rodney 1983: 23.

²⁹Sago 1983: 59-64.

³⁰Nehru, Sacoor, Ibrahim Mohamed: Entrevista, Mueda-sede, 17/06/1989.

³¹Tanga Karinga de Catandica, Ernesto Vandaya Namakomba, Jonasse Bâcar Tombo, Mponda Vale, Kamanga de Camela: Entrevista, Aldeia de Imbuhu, 31/07/1979.

³²Jonas Nakutepa, Ernesto Lachana, Nkangala Lauka, João Mapome, Gregório José: Entrevista, Aldeia de Nandimba, 31/07/1979.

³³Cornélio João Mandanda: Entrevista, Mueda-sede, 30/07/1979.

³⁴Cornélio João Mandanda: Entrevista, Mueda-sede, 30/07/1979; Cornélio João Mandanda: Entrevista, Mueda-sede, 1/08/1979.

³⁵Cornélio João Mandanda: Entrevista, Mueda-sede, 1/08/1979.

³⁶Padre Pedro e padre Teodoro: Entrevista, Diocese de Pemba, 9/09/1981.

³⁷Isaacman *et al.* 1980.

³⁸Justino João Bonifácio: Entrevista, Aldeia de Muambula, 2/08/1979.

³⁹Administrador da Circunscrição de Palma para Administrador da Circunscrição dos Macondes, no.715/A/41, de 17/08/1959.

⁴⁰Ver Isaacman *et al.* 1980.

⁴¹Augusto Libanga: Entrevista, Aldeia de Muatide, 8/07/1981.

⁴²Freitas [1965].

⁴³Simoni Nchucha: Entrevista, Aldeia de Muatide, 15/07/1981.

⁴⁴Zacarias Vanomba: Entrevista, Aldeia de Matambalala, 11/07/1982.

⁴⁵Simoni Nchucha: Entrevista, Aldeia de Muatide, 15/07/1981.

⁴⁶Alabi Vakanga: Entrevista, Aldeia de Nandimba, 7/07/1982.

⁴⁷Mandanda 1977; Cornélio João Mandanda: Entrevista, Mueda-sede, 30/07/1979.

⁴⁸Cesário Tomás Pinda e Ali Namenda: Entrevista, Aldeia de Muatide, 7/07/1981.

⁴⁹Cesário Tomás Pinda e Ali Namenda: Entrevista, Aldeia de Muatide, 7/07/1981.

⁵⁰Agostinho Lidimo Namajanga: Entrevista, Aldeia de Namaua, 26/07/1982.

⁵¹Jacinto Omar: Entrevista, Aldeias de Miteda e Muatide, 9 e 10/07/1981; Jacob Kainde: Entrevista, Aldeia de Muambula, 10/07/1981.

⁵²Vicente Miguel Magunga: Entrevista, Aldeia de Muatide, 13/07/1981.

⁵³Vicente Nkamalila: Entrevista, Aldeia de Muambula, 10/07/1981.

⁵⁴Hilário Pius Sidjene: Entrevista, Aldeia de M'Peme, 18/07/1981.

⁵⁵Eduardo Mpembo: Entrevista, Aldeia de Nandimba, 23/07/1982.

⁵⁶Xadeleto Limbambo Nkuemba: Entrevista, Aldeia de Muatide, 7/07/1981.

⁵⁷Jacinto Omar: Entrevista, Aldeia de Muatide, 10/07/1981.

⁵⁸Jacob Kainde: Entrevista, Aldeia de Muambula, 10/07/1981; Vicente Miguel Magunga: Entrevista, Aldeia de Muatide, 13/07/1981.

⁵⁹Mussa Fuindiumira: Entrevista, Aldeia de Olumboa (Quiterajo), 17/08/1984.

⁶⁰Cesário Tomás Pinda e Ali Namenda: Entrevista, Aldeia de Muatide, 7/07/1981.

⁶¹Rafael Aculuende: Entrevista, Aldeia de Muatide, 7/07/1981.

⁶²Habiba Muaninu: Entrevista, Aldeia de Ngapa, 4/08/1982.

⁶³Jacinto Omar: Entrevista, Aldeia de Muatide, 10/07/1981.

⁶⁴Justino João Bonifácio: Entrevista, Aldeia de Muambula, 9/08/1979.

⁶⁵Azevedo 1974; Geraldo Velho Akamepanda: Entrevista, Aldeia de Naquitenge, Setembro de 1981; Geraldo Velho Akamepanda: Entrevista, Pemba, 1984.

⁶⁶Jacinto Omar: Entrevista, Aldeia de Muatide, 10/07/1981; Rafael Aculuende: Entrevista, Aldeia de Muatide, 7/07/1981.

⁶⁷Magaia 1987.

⁶⁸Paulo Ntimbanga: Entrevista, Aldeia 24 de Março, 9/07/1981; Agostinho Nanteia: Entrevista, Aldeia de Muambula 10/07/1981. O exército português capturou muitos militantes da MANU. Alguns morreram na prisão da Machava. O chefe do exército da MANU, Miguel Mtumbate, foi solto em 1 de Maio de 1974, em Maputo.

- ⁶⁹Simão Luís Bajo: Entrevista, Mocímboa da Praia, Agosto de 1981.
- ⁷⁰Lucas Ngavanga: Entrevista, Aldeia de Matambalala, 11/07/1981.
- ⁷¹Vicente Miguel Magunga: Entrevista, Aldeia de Muatide, 13/07/1981.
- ⁷²Andorinho José Capitão: Entrevista, Base Central-Mueda, 15/07/1981.
- ⁷³Cabissa Simba: Entrevista, Aldeia de Muatide, 8/07/1981; Hilário Pius Sidjene e Inácio P. ar Djamba: Entrevista, Aldeia de M'Peme, 5/07/1981.
- ⁷⁴Cesário Tomás Pinda e Ali Namenda: Entrevista, Aldeia de Muatide, 7/07/1981.
- ⁷⁵Habiba Muaninu: Entrevista, Aldeia de Ngapa, 4/08/1982; ver também Frelimo 1977.
- ⁷⁶Cabissa Simba: Entrevista, Aldeia de Muatide, 8/07/1981.
- ⁷⁷Cabissa Simba: Entrevista, Aldeia de Muatide, 8/07/1981.
- ⁷⁸Mozambique Revolution No.51 (Abril-Junho 1971); Negrão 1983.
- ⁷⁹Hilário Pius Sidjene: Entrevista, Aldeia de M'Peme, 18/07/1981.
- ⁸⁰Hilário Pius Sidjene: Entrevista, Aldeia de M'Peme, 18/07/1981.
- ⁸¹Leuterina Tiago Ramos: Entrevista, Aldeia de Muatide, 7/07/1981; Beatriz Matias: Entrevista, Base Central-Mueda, 15/07/1981.
- ⁸²Hilário Pius Sidjene: Entrevista, Aldeia de M'Peme, 18/07/1981.
- ⁸³Leuterina Tiago Ramos: Entrevista, Aldeia de Muatide, 7/07/1981.
- ⁸⁴Julieta Ngula: Entrevista, Aldeia de Namaua, 27/02/1982; António Chipande: Entrevista, Aldeia de Lilondo, Julho de 1982.
- ⁸⁵Valério Maka Nkapilimba: Entrevista, Aldeia de Mutamba, 23/07/1981.
- ⁸⁶Bernardo Napatima: Entrevista, Aldeia de Nandimba, 16/07/1981.
- ⁸⁷Nehru, Sacoor e Ibrahim Mahomed: Entrevista, Mueda-sede, 17/06/1989.
- ⁸⁸Magaia 1987.
- ⁸⁹Machel 1983.

⁹⁰Habiba Muanino: Entrevista, Aldeia de Ngapa, 4/08/1982.

⁹¹Bwana Hamadi: Entrevista, Aldeia de Nandimba, 1983.

⁹²Matos Gomes: Entrevista, Maputo, 1985.

⁹³Zacarias Vanomba: Entrevista, Aldeia de Matambalala, 11/07/1982; Cornélio João Mandanda: Entrevista, Mueda-sede, 1/08/1979; Jacob Kainde: Entrevista, Aldeia de Muambula, 10/07/1981.

⁹⁴Jaime Paulo Namalia: Entrevista, Aldeia de Muatide, 8/07/1981.

⁹⁵Cuinica Filipe Kunjula: Entrevista, Aldeia de Muatide, 7/07/1981.

⁹⁶Martins Nkuemba: Entrevista, Aldeia de Mualela, 1981.

⁹⁷André Joaquim Nkananguca: Entrevista, Mocimboa da Praia, Setembro de 1981.

⁹⁸Sunday News 1972.

⁹⁹Museveni 1972:2.

¹⁰⁰Ferreira 1979.

¹⁰¹Cuinica Filipe Kunjula: Entrevista, Aldeia de Muatide, 7/07/1981.

¹⁰²Ferreira 1979:5.

¹⁰³Bernardo Vítor: Entrevista, Aldeia de Manenda, 21/07/1981.

¹⁰⁴Ferreira 1979:11.

¹⁰⁵Miguel Arcanjo Nkaume, Mpaka Hanama e Zacarias Haide: Entrevista, Aldeia de M'Peme, 18/07/1981.

¹⁰⁶Intervenção de um participante ao Seminário das Cooperativas de Mueda, Nimpachula 1984 (a).

¹⁰⁷Intervenção do presidente da cooperativa de Muatide no Seminário das Cooperativas de Namaua, in Nimpachula 1984 (c).

¹⁰⁸Intervenção de Afonso Superi no Seminário das Cooperativas de Namaua, in Nimpachula 1984 (c).

¹⁰⁹Luís de Miguel: Entrevista, Mueda-sede, 6/04/1982.

¹¹⁰Nimpachula 1984 (c).

¹¹¹Max Honneger: Entrevista, Maputo, 8/07/1983.

¹¹²Manuel Camilo: Entrevista, Aldeia de Ngapa, 8/11/1983 (entrevista conduzida pelo autor e por Lars Rudebeck).

¹¹³Para uma descrição de prática similar entre os Chewa ver Marwick 1965.

¹¹⁴Júlio Simão Mosse: Entrevista, Ngapa, Abril de 1982; Júlio Simão Mosse: Entrevista, Mueda-sede, 7/11/1983 (conduzida pelo autor e por Lars Rudebeck).

¹¹⁵Intervenção do administrador na Sessão de 2 de Junho de 1982 da Assembleia da Localidade de Ngapa.

¹¹⁶Relatório do administrador de Ngapa, Outubro de 1983.

¹¹⁷Relatório do administrador de Mueda, Julho de 1983.

¹¹⁸Relatório do administrador de Ngapa, Janeiro de 1983.

¹¹⁹A remoção forçada de população desempregada da cidade de Maputo.

¹²⁰Conselho Executivo de Ngapa: Entrevista, Aldeia de Ngapa, 1/08/1983.

¹²¹Relatório do administrador de Ngapa para o Administrador de Mueda, Maio de 1983.

¹²²Relatório do administrador de Ngapa para o Administrador de Mueda, Maio de 1983.

¹²³Relatório da Assembleia do Povo de Matambalala, 26 de Fevereiro de 1982.

¹²⁴Relatório da III Sessão do Comité Distrital do Partido de Mueda, Junho de 1984.

¹²⁵Cabo Delgado 1978.

¹²⁶Cabo Delgado 1978.

¹²⁷Comissão Nacional das Aldeias Comunais (CNAC), "Relação Nominal das Aldeias Comunais Existentes a Nível Nacional com os Respectivos Números de Habitantes", Maputo, 31 de Dezembro de 1981.

¹²⁸Cabo Delgado 1978.

¹²⁹Beatriz Matias: Entrevista, Base Central de Mueda, 15/07/1984.

¹³⁰O termo grupo é mais fiel ao conceito original maconde de *chipinga* do que o termo cooperativa.

¹³¹Ernesto Machapa Ngunga, Achilia Mulipinda, Tadeu Amina: Entrevista, Aldeia de Matambalala, 15/07/1981.

¹³²FO9, Julho de 1982:2.

¹³³Cabo Delgado 1978.

¹³⁴Felipe, 29 de Junho de 1984.

¹³⁵Cabo Delgado 1978:8-9.

¹³⁶Rifiotis 1984.

¹³⁷Gulcur 1979.

¹³⁸De facto o projecto instalou-se num velho quartel militar português, o que originou conflitos durante toda a sua existência. Em 1988 as instalações foram ocupadas pelo exército moçambicano.

¹³⁹FO9, Seminário com os Quadros, 1982.

¹⁴⁰Indicador da avidez referida é o facto que o capataz, no acto de contratação, exigia o pagamento de um imposto correspondente aos primeiros seis meses de salário, o que era prontamente aceite.

¹⁴¹FO9, Relatório Semestral, Julho de 1982.

¹⁴²[Klay] 1984:4.

¹⁴³Andreas Klay: Entrevista, Maputo, 8/07/1983; Max Honneger: Entrevista, Maputo, 8/07/1983.

¹⁴⁴[Honneger] 1984.

¹⁴⁵Nimpachula 1984 (a).

¹⁴⁶Max Honneger: Entrevista, Berna, 1991; Andreas e Pia Klay: Entrevista, Berna, 1991.

¹⁴⁷Egger, Honneger, Vaneberg 1984:7.

¹⁴⁸Chipande 1984.

¹⁴⁹Davis Tembe: Entrevista, Aldeia de Muatide, Abril de 1982; Gubler & Teles 1983.

¹⁵⁰António Chipande: Entrevista, Aldeia de Lilondo, Julho de 1982.

¹⁵¹Gubler & Teles 1983: 3-5.

¹⁵²Manuel Alvarinho: Entrevista, Maputo, 15/08/1983.

¹⁵³CRIAA (*Centre de Recherche et Information sur l'Afrique Austral*) é o acrónimo de uma ONG francesa.

¹⁵⁴Nandanga Angalila: Entrevista, Aldeia de Matambalala, 7/07/1981.

¹⁵⁵Max Honneger: Entrevista, Maputo, 8/07/1983; Gary Littlejohn: Entrevista, Maputo, 14/08/1984.

¹⁵⁶Administrador de Mueda: Entrevista, Mueda-sede, Agosto de 1984.

¹⁵⁷Joseph Niguaveve Mpudse: Entrevista, Aldeia de Namaua, 28/07/1982.

FONTES

a) Publicações

ADAM, Yussuf, "Algumas notas para uma investigação sobre a pequena produção agrícola no Distrito de Mueda", Maputo: CEA, 1982 [manuscrito].

ADAM, Yussuf, e Gary Littlejohn, "Cooperativa Agrícola Moçambique", Maputo: CEA, 1984 [manuscrito].

ADAM, Yussuf, "Kollektive Landliche Entwicklung und Genossenschaften in Mozambique - Die Lage in den alten 'befreiten Gebieten' von Cabo Delgado" in Peter Meyns (ed), *Agrargesellschaften im Portugiesisch-Sprachigen Afrika*, Saarbrücken-Fort Lauderdale: Social Science Studies on International Problems 129, 1988.

ADAM, Yussuf, Anna Maria Gentili, "O Movimento dos Liguilanilu no Planalto de Mueda 1957-1962", *Estudos Moçambicanos*, No 4, Maputo, 1983.

ALMOÇO, Alfredo, "Relatório sobre a Cooperativa Polivalente-Nachitenge, Mueda: Direcção Distrital de Apoio e Controlo, Novembro de 1983.

AMIGUET, Jacques, "Investigação sobre o problema da construção das casas nas aldeias", Mueda: Projecto F09, 15 de Agosto de 1983.

AZEVEDO, Licínio, *Relatos do Povo Armado* (Volume I), Maputo: Cadernos Tempo, 1983.

BALTAZAR Jr., Ruy, "O Movimento Liguilanilu", Maputo: Faculdade de Economia da UEM (trabalho de curso), 1984 [fotocópia].

BRAGANÇA, Aquino; Yussuf Adam; Jacques Depelchin; Anna Maria Gentili; Gary Littlejohn; Valdemir Zamparoni, "A situação nas antigas zonas libertadas de Cabo Delgado em 1983", Maputo: UEM/CEA/ Oficina de História, 1983.

BRAGANÇA, Aquino; Bertil Egerö; Yussuf Adam; Gary Littlejohn; Lars Rudebeck, Jacques Depelchin, "Poder popular e desagregação nas aldeias comunais do Planalto de Mueda", Maputo: UEM/CEA/Oficina de História, 1986.

CABO DELGADO, Governo do Distrito de, "Relatório Anual 1970", 2 volumes, 1970.

CABO DELGADO, Província de, "Relatório da Província de Cabo Delgado a Reunião Preparatória da I Conferência Nacional de Planificação, Pemba, 24 de Fevereiro de 1978

CHIPANDE, Joaquim Alberto, [Carta para a Cooperação Suíça] 1984.

COMISSÃO NACIONAL DAS ALDEIAS COMUNAIS (CNAC), "Relação Nominal das Aldeias Comuns Existentes a Nível Nacional com os Respetivos Números de Habitantes", Maputo, 31 de Dezembro de 1981.

CONCEIÇÃO, Rafael da, "Relatório síntese do estudo sobre as cooperativas dos distritos de Mocimboa da Praia, Palma e Nangade (1975-1989): contextos da sua criação, condições da sua evolução e perspectivas do seu desenvolvimento", Maputo: ARPAC, Dezembro de 1989 [Dactilografado].

DIAS, Jorge, *Os Macondes de Mocambique*, Lisboa: Junta de Investigações do Ultramar, (4 vols.), 1964-1970.

EGGER, Jean Pierre, "Problemas agrícolas no distrito de Mueda", Pemba: Projecto F09, 01 de Novembro de 1984 [mimeo].

EGGER, J.P.; M.Honneger; P.Vaneberg, "Rapport sur les causes d'un retrait temporaire. Project agro-sylvicole de Mueda, Cabo Delgado, Mozambique", Pemba: Projecto F09, Dezembro de 1984.

FELIPE, Agostinho dos Anjos, "Relatório da CPCA à reunião de balanço das actividades desenvolvidas durante o ano de 1982 pela Comissão Coordenadora das Cooperativas de Consumo de Cabo Delgado", Pemba, 6 de Janeiro de 1983 [fotocópia].

[FELIPE, Agostinho dos Anjos], "Panorâmica geral. Relatório da situação organizacional das cooperativas de consumo ao nível da Província [de Cabo Delgado]", Pemba, 12 de Novembro de 1983.

FELIPE, Agostinho dos Anjos, "Relatório da Comissão Coordenadora Provincial das Cooperativas de Consumo de Cabo Delgado", Pemba, 22 de Fevereiro de 1984 [fotocópia].

FELIPE, Agostinho dos Anjos, "Informação No 10/CPCC/CD/84" de 29 de Junho de 1984.

FELIPE, Agostinho dos Anjos, "Situação das cooperativas de consumo no Distrito de Mueda", Pemba, 3 de Julho de 1984 [fotocópia].

[FERREIRA, João], "Algumas considerações sobre o problema do sector familiar em Cabo Delgado", Pemba: Direcção Provincial de Agricultura, 19 de Janeiro de 1979. [mimeo, confidencial].

F09, Projecto, [Seminário com os Quadros], 1982.

F09, Projecto, "Relatório Semestral", Mueda, Julho de 1982

F09, Projecto, "Relatório Mensal/ Retrospectiva 1982", Mueda, Dezembro de 1982

F09, Projecto, "Relatório Semestral (Janeiro-Junho 1984)", Mueda, Julho de 1984

FREITAS, João da Costa, "Movimento subversivo contra Moçambique", in *Moçambique, Curso de Extensão Universitária, Ano Lectivo de 1964-1965*, Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Política Ultramarina, [1965].

FRELIMO, *Mozambique Revolution*, no.51, Dar-es-Salaam, Abril-Junho de 1971.

FRELIMO, *O Partido e as Classes Trabalhadoras Moçambicanas na Edificação da Democracia Popular (Relatório do CC ao III Congresso)*, Maputo, 1977.

GENTILI, Anna Maria, "Sulle origini rurali del nazionalismo mozambicano, in *Rivista di Storia Contemporanea*, Torino: Loescher Editore Torino, s/d.

GUBLER, Daniel, e Isa Maldonado Teles, "A Luta pela água no Planalto de Mueda, Pemba: CICAD/Helvetas, 1983 [mimeo].

GUERREIRO, M. Viegas, "Duas fábulas macondes", *Garcia da Orta*, Vol.9, no.4, Lisboa, 1961.

GUERREIRO, M. Viegas, "Jogos, brinquedos e outras diversões do povo maconde", in *Garcia da Orta*, Vol.10, no.2, Lisboa, 1962.

GULCUR, Macid, "Mozambique Forestry and forest industries development. Preliminary studies for identification of an integrated project on the Mueda plateau, Province of Cabo Delgado", FAO: Forestry Department, Rome, 1979.

[HONNEGER, Max], "Projecto F09: Avaliação Interna", Mueda: Projecto F09, Março de 1984 [fotocópia].

HONNEGER, Max; Jonas Geraldo Namachulua, "Programa anual 1984-1985", Mueda: Projecto F09, Junho de 1984.

INEP, "A construção da nação em África - os exemplos de Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e S.Tomé e Príncipe, Coloquio INEP/CODESRIA/UNITAR, Bissau: INEP, 1989.

ISAACMAN, Allen, *et al.*, "Cotton is the mother of poverty: peasant resistance to forced cotton production in Mozambique", in *International Journal of African Historical Studies*, vol.13, no.4, 1980.

ISAACMAN, Allen, "The Mozambican cotton cooperative: the creation of a grassroots alternative to forced commodity production, in *African Studies Review*, Vol.XXV, nos.2/3, Setembro de 1982.

JARA, Hector H, "Relatório da execução do projecto Mueda/Ibo, Moçambique, primeira fase: 1984. Diagnóstico da situação agrícola no planalto de Mueda, período 1983/1984", Paris: CRIAA, Dezembro de 1984.

JELDRES, Transito E., "Relatório de execução do projecto Mueda/Ibo, Moçambique - segunda fase: 1985. Análise da campanha de comercialização agrícola na área de execução do projecto, Paris: CRIAA, Fevereiro de 1986.

[KLAY, Andreas], "Política Florestal no Distrito de Mueda", Mueda: Projecto F09, 6 de Novembro de 1984.

LITTLEJOHN, Gary, "Rural development in Mueda district, Mozambique", Bradford: University of Bradford, Postgraduate School of Studies in Social Analysis, 1986.

LOBATO, Alexandre, "No centenário de Neutel de Abreu. Sobre as causas da ocupação tardia do Norte, num relance pela História de Moçambique", *Monumenta*, Lourenço Marques, 1971.

MACHEL, Samora, [Discurso de transmissão de poderes do governador Armando Panguene para o tenente-general Joaquim Chipande], Pemba, 2 de Julho de 1983.

MAGAIA, Lina, *Dumba Nengue - Histórias Trágicas do Banditismo I*, Maputo: Cadernos Tempo, 1987.

MANDANDA, Cornélio João, "Massacre de Mueda", [depoimento dactilografado pelo autor, 8pp.], Pemba: Direcção Provincial de Educação e Cultura, 1977 [fotocópia].

MAPLES, Chauncy, "Makua land, between the rivers Rovuma and Luli", *Proceedings of the Royal Geographical Society and Monthly Record of Geography*, London, 1883.

MARWICK, M.G., "Some problems in the sociology of sorcery and witchcraft", in M.Fortes & G.Dieterlen (eds.), *African Systems of Thought*, Londres: Oxford University Press, 1965.

MATAMBALALA, Assembleia do Povo de, "Relatório", 26 de Fevereiro de 1982.

MEYNS, Peter (ed.), *Agrargesellschaften im Portugiesisch-Sprachigen Afrika*, Saarbrücken-Fort Lauderdale: Social Science Studies on International Problems 129, 1988.

MEYNS, Peter; Richard Lohmann, "A visit to the People's Republic of Mozambique, s/l: Outubro de 1975 [dactil.].

[MIGUEL, Luis de; Christian Poffet, João Laissonne], "Plano a médio e longo prazo de desenvolvimento de Mueda", Mueda: Projecto F09, 1982.

MUEDA, Administrador de, "Relatório", Julho de 1983.

MUEDA, Comité Distrital do Partido de, "Relatório da III Sessão", Junho de 1984.

MUSEVENI, Yaweri, "Fanon's theory of violence: its verification in liberated Mozambique", in N.Shamuyarira (ed.), *Essays on the Liberation of Southern Africa*, Dar-es-Salaam: Tanzania Publishing House, 1972.

NAMASHULUA, Jonas Geraldo, "Relatório semestral das actividades do segundo semestre de 1984", Mueda: Projecto FO9, Janeiro de 1985.

NAMASHULUA, Jonas Geraldo, "Relatório anual de actividades em 1985", Mueda: Projecto F09, Janeiro de 1986.

NAMASHULUA, Jonas Geraldo, "Relatório anual de actividades em 1986", Mueda: Projecto F09, Janeiro de 1987.

NEGRÃO, José Guilherme, "A producao e o comércio nas Zonas Libertadas", Maputo, 1983.

NGAPA, Assembleia de Localidade de, Sessão de 2 de Junho de 1982.

NGAPA, Administrador de, "Relatório", Janeiro de 1983.

NGAPA, Administrador de, "Relatório", Maio de 1983.

NGAPA, Administrador de, "Relatório", Outubro de 1983.

NIMPACHULA (a), Inácio Severino, "Relatório do seminário com os presidentes [das aldeias comunais] da zona de Namaua", Aldeia Comunal de Ntuschi (Mueda): Projecto F09, Departamento de Formação, 4 a 5 de Maio de 1984.

NIMPACHULA (b), Inácio Severino, "Relatório do seminário com os presidentes [das aldeias comunais] da Zona de Muatide", Aldeia Comunal de Muambula (Mueda): Projecto F09, Departamento de Formação, 22 e 23 de Maio de 1984.

NIMPACHULA (c), Inácio Severino, "Documento do seminário distrital de Namaua para as cooperativas", Mueda: Projecto F0-9, 14 de Agosto de 1984.

O'NEAL, H. E., "Journey in the District West of Cape Delgado Bay, Sept.-Oct. 1982", *Proceedings of the Royal Geographical Society and Monthly Record of Geography*, London, 1883.

PALMA, Administrador da Circunscrição de (para Administrador da Circunscrição dos Macondes, "Nota no.715/A/41", de 17 de Agosto de 1959.

[POFFET, Christian; Luís de Miguel], "As cooperativas agrícolas no distrito de Mueda", Mueda: Projecto F09, Dezembro de 1982.

RIFIOTIS, Theophilos, "Relatório da execução do Projecto Mueda/Ibo, Mocambique. Primeira fase: 1984, análise da campanha de comercialização de 1984", Mueda: CRIAA, Dezembro de 1984.

RODNEY, Walter, "Migrant Labour and the Colonial Economy", in Walter Rodney *et al.*, *Migrant Labour in Tanzania During the Colonial Period - Case Studies of Recruitment and Conditions of Labour in the Sisal Industry*, Hamburg: Arbeiten aus dem Institut für Afrika-Kunde 45, 1983.

RODNEY, Walter, *et al.*, *Migrant Labour in Tanzania During the Colonial Period - Case Studies of Recruitment and Conditions of Labour in the Sisal Industry*, Hamburg: Arbeiten aus dem Institut für Afrika-Kunde 45, 1983.

RUDEBECK, Lars, "Development and democracy. Notes related to a study of people's power in Mozambique", in INEP, "A construção da nação em África - os exemplos de Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e S. Tomé e Príncipe, Coloquio INEP/CODESRIA/UNITAR, Bissau: INEP, 1989.

SAGO, Laurent, "Labour reservoir: The Kigoma case", in Walter Rodney *et al.*, *Migrant Labour in Tanzania During the Colonial Period - Case Studies of Recruitment and Conditions of Labour in the Sisal Industry*, Hamburg: Arbeiten aus dem Institut für Afrika-Kunde 45, 1983.

SALIMO, Nazario, "Relatório de actividades", Pemba: Comissão Provincial das Cooperativas de Consumo de Cabo Delgado, 25 de Agosto de 1979 [fotocópia].

SALIMO, Nazario, "Relatório de actividades", Pemba: Comissão Provincial das Cooperativas de Consumo de Cabo Delgado, 10 de Junho de 1980 [fotocópia].

[SALIMO, Nazario], "Relatório das actividades desenvolvidas durante o primeiro semestre do ano em curso", Pemba: Comissão Provincial das Cooperativas de Consumo de Cabo Delgado, 20 de Julho de 1981.

SELEMANE, Cesário Abdala, "Documento final da reunião de análise da campanha agrícola 1983/1984 e perspectivas da campanha 1984/1985", Mueda: Direcção Distrital de Agricultura, 12-14 de Novembro de 1984.

[SELEMANE, Cesário Abdala], "Documento do processo da reunião distrital de preparação da campanha agrícola 1984/1985", Mueda: Direcção Distrital de Agricultura, [Novembro de 1984].

SHAMUYARIRA, N.M.(ed.), *Essays on the Liberation of Southern Africa*, Dar-es-Salaam: Tanzania Publishing House, 1972.

SILVA, Teresa Cruz e, "A rede clandestina da Frelimo em Lourenço Marques (1960-1974)", Maputo: Dezembro de 1986.

SUNDAY NEWS (Tanzania), "Building a nation in battle torn Mozambique" [entrevista com Samora Machel], 4 de Fevereiro de 1972.

TAMBILA, Kapepwa, "A plantation labour magnet: the Tanga case", in Walter Rodney *et al.*, *Migrant Labour in Tanzania During the Colonial Period - Case Studies of Recruitment and Conditions of Labour in the Sisal Industry*, Hamburg: Arbeiten aus dem Institut für Afrika-Kunde 45, 1983.

THOMPSON, Joseph, "Notes on the Basin of the River Rovuma, East Africa", *Proceedings of the Royal Geographical Society and Monthly Record of Geography*, London, 1883.

WANAMBISI, Paulo B., "Mozambican migrant workers in the sisal fields - Mozambique and Tanganyika: 1880-1960", Minnesota: University of Minnesota, 1989 [fotocópia].

b) Entrevistas

ACULUENDE, Rafael: Entrevista, Aldeia de Muatide, 7/07/1981.

AKAMEPANDA, Geraldo Velho: Entrevista, Aldeia de Naquitenge, Setembro de 1981.

AKAMEPANDA, Geraldo Velho: Entrevista, Pemba, 1984.

ALVARINHO, Manuel: Entrevista, Maputo, 15/08/1983.

AMULI, Julião: Entrevista, Aldeia de Nchinga, 9/07/1981.

ANGALILA, Nandanga: Entrevista, Aldeia de Matambalale, 7/07/1981.

BAJO, Simão Luís: Entrevista, Mocímboa da Praia, Agosto de 1981.

BONIFÁCIO, Justino João: Entrevista, Aldeia de Muambula, 2/08/1979.

CAMILO, Manuel: Entrevista, Aldeia de Ngapa, 8/11/1983.

CAPITÃO, Andorinho José: Entrevista, Base Central-Mueda, 15/07/1981.

CATANDICA, Tanga Karinga de; Ernesto Vandaya Namakomba; Jonasse Bacar Tombo; Mponda Vale; Kamanga de Camela: Entrevista, Aldeia de Imbuhu, 31/07/1979.

CHIPANDE, António: Entrevista, Aldeia de Lilondo, Julho de 1982.

CINQUENTA, Lourenço: Entrevista, Aldeia de Namaua, 14/07/1981.

FUINDIUMIRA, Mussa: Entrevista, Aldeia de Olumboa (Quiterajo), 17/08/1984.

GOMES, Matos: Entrevista, Maputo, 1985.

HAMADI, Bwana: Entrevista, Aldeia de Nandimba, 1983.

HONNEGER, Max: Entrevista, Maputo, 8/07/1983.

HONNEGER, Max: Entrevista, Berna, 1991.

KAINDE, Jacob: Entrevista, Aldeia de Muambula, 10/07/1981.

KLAY, Andreas: Entrevista, Maputo, 8/07/1983.

KLAY, Andreas; e Pia Klay: Entrevista, Berna, 1991.

KUNJULA, Cuinica Filipe: Entrevista, Aldeia de Muatide, 7/07/1981.

LIBANGA, Augusto: Entrevista, Aldeia de Muatide, 8/07/1981.

LITTLEJOHN, Gary: Entrevista, Maputo, 14/08/1984.

MAGUNGA, Vicente Miguel: Entrevista, Aldeia de Muatide, 13/07/1981.

MANDANDA, Cornélio João: Entrevista, Mueda-sede, 30/07/1979.

MANDANDA, Cornélio João: Entrevista, Mueda-sede, 1/08/1979.

MANGUNDU, Valakatene: Entrevista, Aldeia de Nanguinde, 11/07/1981.

MATIAS, Beatriz: Entrevista, Base Central-Mueda, 15/07/1981.

MIGUEL, Luís de: Entrevista, Mueda-sede, 6/04/1982.

MOSSE, Júlio Simão: Entrevista, Ngapa, Abril de 1982.

MOSSE, Júlio Simão: Entrevista, Mueda-sede, 7/11/1983.

MPEMBO, Eduardo: Entrevista, Aldeia de Nandimba, 23/07/1982.

MPUDSE, Joseph Niguaveve: Entrevista, Aldeia de Namaua, 28/07/1982.

MUANINU, Habiba: Entrevista, Aldeia de Ngapa, 4/08/1982.

ARQUIVO. Maputo (Moçambique), 14:9-101, Outubro de 1993.

MUEDA, Administrador de: Entrevista, Mueda-sede, Agosto de 1984.

NAKUTEPA, Jonas; Ernesto Lachana; Nkangala Lauka; João Mapome; Gregório José: Entrevista, Aldeia de Nandimba, 31/07/1979.

NAMAJANGA, Agostinho Lidimo: Entrevista, Aldeia de Namaua, 26/07/1982.

NAMALIA, Jaime Paulo: Entrevista, Aldeia de Muatide, 8/07/1981.

NANTEIA, Agostinho: Entrevista, Aldeia de Muambula 10/07/1981.

NAPATIMA, Bernardo: Entrevista, Aldeia de Nandimba, 16/07/1981.

NCHUCHA, Simoni: Entrevista, Aldeia de Muatide, 15/07/1981.

NEHRU; Sacoór; Ibrahim Mohamed: Entrevista, Mueda-sede, 17/06/1989.

NGAPA, Conselho Executivo de: Entrevista, Aldeia de Ngapa, 1/08/1983.

NGAVANGA, Lucas: Entrevista, Aldeia de Matambalala, 11/07/1981.

NGULA, Julieta: Entrevista, Aldeia de Namaua, 27/02/1982.

NGUNGA, Ernesto Machapa; Achilia Mulipinda; Tadeu Amina: Entrevista, Aldeia de Matambalala, 15/07/1981.

NKAMALILA, Vicente: Entrevista, Aldeia de Muambula, 10/07/1981.

NKANANGUCA, André Joaquim: Entrevista, Mocímboa da Praia, Setembro de 1981.

NKAPILIMBA, Valério Maka: Entrevista, Aldeia de Mutamba, 23/07/1981.

NAKAUME, Miguel Arcanjo; Mpaka Hanama; Zacarias Haide: Entrevista, Aldeia de M'Peme, 18/07/1981.

NKUEMBA, Martins: Entrevista, Aldeia de Mualela, 1981.

NKUEMBA, Xadelelo Limbambo: Entrevista, Aldeia de Muatide, 7/07/1981.

NQOLE, Joaquina, e Malidade Mapalakele: Entrevista, Aldeia de Matambalala, 10/07/1981.

NTIMBANGA, Paulo: Entrevista, Aldeia 24 de Março, 9/07/1981

OLIVEIRA, António: Entrevista, Mueda-Sede, 15/06/89.

OMAR, Jacinto: Entrevista, Aldeias de Miteda e Muatide, 9 e 10/07/1981

PEDRO, Padre; e padre Teodoro: Entrevista, Diocese de Pemba, 9/09/1981.

PINDA, Cesário Tomás; e Ali Namenda: Entrevista, Aldeia de Muatide, 7/07/1981.

RAMOS, Leuterina Tiago: Entrevista, Aldeia de Muatide, 7/07/1981.

SIDJENE, Hilário Pius: Entrevista, Aldeia de M'Peme, 18/07/1981.

SIDJENE, Hilário Pius; e Inácio Bacar Djamba: Entrevista, Aldeia de M'Peme, 5/07/1981.

SIMBA, Cabissa: Entrevista, Aldeia de Muatide, 8/07/1981.

TEMBE, Davis: Entrevista, Aldeia de Muatide, Abril de 1982

VAKANGA, Alabi Vakanga: Entrevista, Aldeia de Nandimba, 7/07/1982.

VANOMBA, Zacarias: Entrevista, Aldeia de Matambalala, 11/07/1982.

VÍTOR, Bernardo: Entrevista, Aldeia de Manenda, 21/07/1981.

A SUBVERSÃO NO DISTRITO DE CABO DELGADO ENTRE 1950 E 1960 SEGUNDO AS FONTES ADMINISTRATIVAS LOCAIS

por Anna Maria Gentili

A historiografia sobre o colonialismo português, pelo menos a mais conhecida, envia-nos duas imagens apenas aparentemente contrapostas entre si: de um lado a apologética defesa da "vocação colonial", que seria típica do povo português e que encontrou apoio na teoria sociológica do "lusotropicalismo" de Gilberto Freyre; do outro o seu "atraso", causado seja pelo subdesenvolvimento de Portugal, seja pelo carácter "feudal" da ocupação colonial que teria impedido o colonialismo português, na época da partilha imperialista, de se transformar em função das exigências de desenvolvimento "capitalista". Os apologistas do colonialismo defenderam constantemente a presença portuguesa nas colónias como parte integrante de defesa da "nação" portuguesa contra os assaltos imperialistas; a historiografia mais moderna e que se declara progressista, na mesma lógica, não obstante apresentá-la às avessas, considera o colonialismo português nada mais do que o agente dos interesses das grandes potências que conduziam o jogo colonial por meio da sua supremacia capitalista. O historiador português José Capela fala inclusivamente de um colonialismo "de reflexo", de um Portugal passivo, vítima das grandes potências.

O colonialismo português teve, concerteza, características que poderiam levar a defini-lo como "feudal", se comparado com os recursos comerciais, empresariais e administrativos realizados em outros sistemas, mas sofreu também notáveis transformações e modernizações, quer no sistema administrativo quer nas políticas económicas, sobretudo a partir das reformas salazaristas dos anos 1930 e de maneira mais incisiva após a Segunda Guerra Mundial. Durante a Segunda Guerra Portugal utilizou de facto a própria neutralidade para consolidar as suas bases de acumulação, o que permitiu em seguida o reforço da posição portuguesa no comércio internacional com base na exploração de matérias-primas, e facilitou nas colónias o processo de substituição do capital estrangeiro por capital metropolitano. Sobre tais bases, Portugal, em estreita relação

com as alianças internacionais, relançou a sua soberania sobre as colónias, as quais passou a denominar Províncias do Ultramar, ideologicamente consideradas como parte integrante da "mãe pátria", a serem assimiladas por meio da cristianização, da língua e da cultura portuguesa.

O sistema de coerção da força de trabalho e de controlo da população foi-se modernizando, no pós-guerra, quando gradativamente se consolidavam as ligações entre interesses coloniais portugueses e capital internacional e, em particular, se reforçava a sua articulação com a África do Sul. As colónias portuguesas da África Austral, Angola e Moçambique, vieram a representar no pós-guerra e paralelamente à constituição e consolidação do regime do *apartheid* - a ser entendido como sistema político e económico com ambições de expansão e supremacia regionais - uma indispensável reserva de força de trabalho (sobretudo Moçambique para os sectores mineiros de Witwatersrand) e de mercados comerciais e financeiros em expansão, além de - não menos importante - indispensáveis baluartes estratégicos em defesa do sistema sul-africano que, com a descolonização do resto de África, se viu assediado por aspirações de liberdade, independência e igualdade das populações africanas.

O governo sul-africano e o governo geral da província de Moçambique seguem então de perto e apreensivamente, trocando informações entre si - os acontecimentos ligados à descolonização no resto de África: a revolta *mau-mau* no Quênia desperta temores suspeitados, nunca antes sentidos, pelo possível renascimento de oposições de carácter étnico-tribal; o advento de Nasser ao poder no Egipto desafia a aliança franco-britânica pelo controlo de uma posição estrategicamente relevante; a situação de fermento nacionalista com o emergir de movimentos, partidos e líderes na África Ocidental e no vizinho Tanganica que pedem reformas tendentes à independência e as obtêm; a própria situação sul-africana - onde a institucionalização do regime do *apartheid* é acolhida com protestos organizados em massa; finalmente, as greves e os boicotes que envolvem tanto a Rodésia do Sul quanto o *Copperbelt* lançam sinais de uma mudança dramática da situação social e política. As autoridades portuguesas temem o "contágio" que poderia colocar em perigo a sua vontade de permanecer a qualquer custo nas colónias, e daí o fortalecimento dos aparelhos coercivos (Pide) e, também, dos aparelhos ideológicos, além da obsessiva atenção e suspeita em relação a cada sinal mínimo de "subversão".

Bandung (1955) representa um sinal de alarme, quer para o governo colonial português quer para o regime sul-africano. Não é por acaso que justamente a partir dos anos 50 o governo português inicia uma política mais decidida de reestruturação das administrações coloniais, incentivando, além disso, a emigração de colonos para os territórios africanos. Apesar da repressão dos serviços de segurança e da proibição de qualquer actividade política, a partir da segunda metade da década de 50 surgiram várias associações de natureza política: no exterior, onde se concentravam numerosos trabalhadores migrantes moçambicanos (Portugal, França, Rodésia, Tanganica, Malawi, Zanzibar, África do Sul); e no interior. É em algumas destas organizações que se originarão as formas de discussão e colaboração que conduzirão em 1961 à formação da Frelimo em Dar-es-Salaam.

A Frelimo, portanto, terá origem a partir da fusão de uma série de instâncias mais ou menos organizadas, pré-existent, que se haviam constituído organizativamente fora de Moçambique, mas que possuíam raízes na situação e em organizações internas, ainda que clandestinas e informais.

Nos anos 50, anos de descolonização de grande parte do continente africano, de formação generalizada de movimentos que elaboram ideologias e estratégias políticas nacionalistas tendentes à conquista da autonomia e da independência, no âmbito de estados que desejam ser também nações em vias de construção, estudou-se sobretudo, no que se refere a Moçambique, tanto a formação de associações da diáspora de trabalhadores e intelectuais, quanto associações culturais ou políticas clandestinas, expressão sobretudo das elites intelectuais e sociais de Lourenço Marques. Uma série de pesquisas teve como objecto a formação de cooperativas em Mueda (Cabo Delgado), que se transformaram também na base organizativa de difusão da Frelimo.

Em Moçambique, nos anos 50 é intensificada a política de promoção do cultivo do algodão e, portanto, generaliza-se e torna-se mais fiscalizado o cultivo obrigatório nas regiões consideradas propícias, por meio do fortalecimento da legislação sobre o recrutamento e sobre o uso de mão-de-obra, e da reorganização do sistema de impostos. Isto significou também nova atenção às autoridades tradicionais (régulos, chefes de grupo de povoações, chefes de povoações e também sipaios e intérpretes), que deviam tornar-se "auxiliares" da administração civil, com incentivos e privilégios substanciais. As mudanças administrativas, além do

impulso para uma maior produtividade sem um suporte real, significaram uma maior e por vezes insustentável pressão sobre as populações produtoras e aceleraram os processos de diferenciação social já em andamento, quer no contexto urbano quer no rural. No final dos anos 30 ocorrem já numerosas formas e episódios de resistência às culturas forçadas ou obrigatórias, resistência essa que no norte de Moçambique, em Cabo Delgado, Niassa, Nampula, tomou muitas vezes a forma de emigração clandestina para o Tanganica ou para o *Copperbelt*.

O esforço de guerra havia intensificado a exploração e o controlo e, consequentemente, provocado aumento e difusão do descontentamento, também porque com o pós-guerra e com os efeitos da nova política económica - que significava uma maior integração das colónias portuguesas tanto nas dinâmicas regionais como no sistema internacional - , os súbditos coloniais encontravam-se em contacto com o que estava acontecendo no resto de África (descolonização) e no mundo (presença e afirmação dos povos afro-asiáticos ex-coloniais na política internacional). Malgrado a retórica portuguesa da "assimilação" dos povos coloniais, estes continuaram a ser tratados de maneira discriminatória. Obter o estatuto de assimilado era um processo longo, difícil e, portanto, possível somente a uma exígua minoria. Nos países fronteiriços de Moçambique, sobretudo no norte, a situação evoluía com reformas administrativas e económicas que permitiam também uma maior abertura social e, por conseguinte, o confronto entre a situação dos súbditos portugueses e ingleses era sempre em desfavor dos primeiros.

O antropólogo Dias, no Relatório da Campanha de 1955, dá uma descrição crítica da diferença existente entre a política inglesa no Tanganica e a política portuguesa: para lá da fronteira existe já uma liberdade de associação e uma situação social senão de paridade pelo menos mais aberta, de tal modo que entre os numerosos emigrantes moçambicanos o confronto entre condições de vida e de trabalho no Tanganica e em Moçambique resulta sempre em vantagem para o primeiro país. Dias nota como tal confronto negativo é perigoso para a imagem que Portugal quer projectar:

"O contraste entre as populações de um e de outro lado do Rovuma é espantoso. Entre Mueda e Newala existe um abismo cronológico que nos há-de ser muito difícil de transpôr, e que nem sei bem se o queremos transpôr."

E continua:

"Uma senhora mulata que vive em Mocímboa do Rovuma, não sei se casada ouvindo com um branco, embora vista ou se comporte como uma senhora, é sempre tratada com distância e ninguém se lembra de a receber em sua casa. Porém, quando ela vai a Newala, é recebida em casa do Administrador, e toma chá com Mrs.Marshall."

No pós-guerra temos, portanto, paralelamente ao apogeu do colonialismo português - com um aumento considerável da produção agrícola de exportação; notáveis investimentos infraestruturais; desenvolvimento da indústria de transformação; aumento da população colonial cuja taxa de crescimento no decénio 50-60 passa a ser de 7,3% -, o evidenciar de uma situação de mal-estar que não envolve somente as exíguas elites africanas urbanizadas e alfabetizadas, mas também as populações rurais, que assumem formas de contestação assaz diversas das que tinham marcado a resistência à ocupação e que não são analisáveis nem reprimíveis segundo os antigos métodos. As sociedades colonizadas estão profundamente mudadas e a aliança entre poderes administrativos e coercivos coloniais e autoridades tradicionais funciona sempre cada vez menos. A ideologia colonial portuguesa, que desejava ser promotora de consenso por meio da acção civilizadora dos funcionários e dos agentes económicos e ideológicos (os missionários católicos) entre as massas diversas e diversificadas das populações colonizadas, sente a chegada da própria derrota e tende a atribuí-la a "contágios" externos. Assinala incongruências e propõe reformas, mas sempre dentro da lógica da manutenção da subordinação, também com a criação de espaços diversos dos consuetudinários - por exemplo, as cooperativas indígenas - todavia sempre submetidos a uma rígida fiscalização em vértice.

As fontes coloniais, sobretudo as das administrações locais, apesar de estarem certamente embebidas de uma carga ideológica específica, revelam, no concreto das próprias informações, os dilemas de quem se encontra numa situação de fronteira a conter mudanças que somente em parte lhe é permitido entender. Os Administradores da Circunscrição dos Macondes - nos seus relatórios anuais, despachos, notas com o apenso de "confidencial", "secreto" ou "muito secreto" - têm uma visão muito realista da situação. A sua tarefa é ingrata: é-lhes solicitada a aplicação de políticas de desenvolvimento económico com meios inadequados, enquanto que o

recurso à coerção se revela manifestamente contraproducente. Todos os administradores escrevem continuamente que a contribuição braçal e a cultura obrigatória do algodão são mal vistas e, de qualquer forma, o recurso à coerção tem como principal consequência a fuga ou a diminuição de produtividade:

"Foi-lhes agora imposta a obrigação de fazerem machambas de algodão, o que não desejam, não porque se queiram subtrair ao trabalho mas porque a fazê-las terão que deixar para trás suas culturas alimentares... Continuando o chefe mais disse com pesar que a sua gente já fizera as malas e que por nada desejam passar para o território do Tanganica, mas que se a obrigação da machamba de algodão persistir e lhes barrarmos a entrada em Negomano só lhes resta o caminho do Tanganica a seguir..."

"A contribuição braçal é um dos maiores vícios da nossa administração... Não se pode dizer que seja a política mais adequada à realidade do momento."

Certamente, todos os administradores tendem a acentuar a medida em que a "subversão" provém do "contágio" externo, das idéias veiculadas quer pela "propaganda pan-africana de inspiração egípcia", quer por meio das redes de emigração, da fé muçulmana, da língua swahili. Todavia, nos relatórios, despachos, notas, os administradores da Sede e dos Postos da Circunscrição dos Macondes notam sempre em que terreno favorável se pode introduzir o protesto: abandono; marginalização económica; falta de incentivos; uso de sistemas de recrutamento e de obrigação de cultivos que constituem um abuso já não mais admissível. Não há nos despachos e nos relatórios anuais dos anos 50 mais do que escassas alusões à questão étnica: os macondes, sempre considerados rebeldes, pouco propensos a trabalhar para um patrão, são, por outro lado, descritos como mais confiáveis justamente porque mais "primitivos" e controlados pela ideologia missionária. Somente no fim dos anos 50 se descobrirá que a subversão passa provavelmente através da maciça migração maconde para o Tanganica. Os macua, pelo contrário, suscitam muitas suspeitas, mas por causa da sua filiação no islamismo, que os transformaria, aos olhos dos portugueses, em presa fácil do contágio nacionalista que corre ao longo do Mar Vermelho e do Oceano Índico, e que tem como veículo o Corão e uma língua de comunicação inter-étnica - o swahili.

A complexidade de uma situação em evolução que pouco tem a ver com as tradicionais explicações tribais é, portanto, do conhecimento dos modestos administradores da Circunscrição dos Macondes nos anos 50, os quais suspeitam de tudo e em tudo vêem

o possível início de actividades clandestinas: do escutar da rádio em swahili ao contrabando de excedentes agrícolas; às escolas corânicas em swahili; ao surgimento de camisolas com inscrições estampadas exaltando as independências africanas.

O carácter subversivo destas manifestações está justamente em ser expressão de aspirações novas que não podem ser coligadas ou traduzidas em protestos de base étnico-tribal.

Neste período a administração colonial mostra grande preocupação pelas actividades de grupos religiosos que fogem ao seu controlo total: os muçulmanos e as seitas messiânicas ditas "ziona". Ao mesmo tempo o governo geral da província envia ordens para que seja intensificada a vigilância sobre actividades de grupos específicos ou seitas que poderiam transformar-se em veículo de contágio "nacionalista".

O distrito de Cabo Delgado continua a ser, não obstante os projectos de desenvolvimento, sobretudo de cultivo de algodão, uma região marginal em relação aos projectos de reforma colonial, apesar de, como região de fronteira com confins terrestres e marítimos acessíveis e bastante permeáveis, apresentar sempre problemas de segurança. Os administradores de distrito e circunscrição relevam constantemente em cada relatório anual a situação de atraso económico ao qual se poderia obviar somente com a possibilidade de ter acesso a maiores meios e investimentos.

"Se no sul da província vemos com satisfação que muitas realizações se vão processando de acordo com os nossos fins superiores, o norte está abandonado, vazio de gente, e oferece todas as condições para que qualquer um possa colonizar a seu modo e como muito bem lhe apetece, dando lugar a que as arbitrariedades de alguns façam recair sobre nós todos pesadas consequências."

Esta observação de Dias parece copiada tal e qual dos relatórios dos administradores da Circunscrição dos Macondes nos anos 50. Se a longínqua fronteira do norte foi sempre pouco considerada, as populações ali habitantes - longe de serem "pacíficas e fáceis de dominar", ou, como afirma o relatório de 1957, populações que "têm perdido o carácter guerreiro e agressivo de outros tempos..." - foram sempre tidas como pouco confiáveis e nunca completamente conquistadas para o projecto português.

Os macondes do planalto de Mueda foram os últimos a ser submetidos (e serão os primeiros a lançar e a hospedar a guerra de libertação, em 1964). Os macuas, prevalentemente muçulmanos,

demonstraram em várias ocasiões (e não foi a última vez), durante a acção militar do general alemão Lettow-Vorbeck (1917-18), que preferiam este aos seus patrões. Os Yao e as populações costeiras viram igualmente nos alemães uma possibilidade de emancipação do duro jugo colonial português. Todos, nos anos 50, começaram a considerar Julius Nyerere como o seu herói. A exploração económica da área, que continuava a ocorrer através dos métodos mais brutais, havia provocado uma maciça emigração clandestina que tanto começa a preocupar as autoridades coloniais quando começaram a entender não apenas as consequências económicas de tal emigração, mas também as consequências subversivas em termos políticos.

O planalto de Mueda, ou dos Macondes, havia sido, portanto, o último território a ser penetrado pela tropa colonial e, tão logo terminada a Primeira Guerra Mundial, a Companhia do Niassa englobou os territórios na área do Concelho de Mocimboa da Praia para depois criar, passados alguns anos, o Concelho dos Macondes cuja primeira sede foi instalada em Chomba e transferida, em seguida, para Mocimboa do Rovuma (ou N'Gapa, como ainda é referida pela população local).

Em Outubro de 1929 os territórios situados entre os rios Lúrio e Rovuma, extinta a Companhia do Niassa, passaram para a administração directa do Estado e foi criada a Circunscrição dos Macondes (Diploma Legislativo no.182, de 14 de Setembro de 1929) que, a partir de 1933, passou a fazer parte do distrito de Porto Amélia e da província do Niassa. Já neste período a sede da circunscrição havia sido transferida para Maunda e só muito tempo depois se transformou em Mueda. Sucessivamente, em 1955 ocorreu uma reestruturação administrativa importante: o Niassa, que incluía até então, além de Cabo Delgado, também Nampula, foi dividido em três distritos distintos. Pela primeira vez na história de Moçambique colonial os longínquos postos avançados do norte são controlados por postos de fronteira no rio Rovuma e, em consequência, passam a poder controlar-se mais facilmente a emigração e as fugas. A reestruturação administrativa é entendida em função do relançamento da produção de matérias-primas agrícolas, necessárias à expansão portuguesa. O norte de Cabo Delgado, ainda demasiado atrasado para se transformar num mercado, continua na concepção colonial a ser considerado área de expansão de matérias-primas agrícolas, de onde a importância da questão do controlo das terras e da força de trabalho. No seio do Estado colonial e também a nível administrativo,

de distrito e localidade, existem opiniões diversas sobre como alcançar o objectivo de uma maior e mais eficiente produtividade, com o fim de consolidar a presença portuguesa. Há quem queira reforçar as autoridades gentílicas; quem, pelo contrário, considerando a fraqueza e o atraso daquelas, prefira incentivar formas novas de agregação, como as cooperativas; há quem lamente o quanto a proibição de abrir lojas indígenas vai contra os interesses coloniais; há quem veja na instrução, ainda que rudimentar, um perigo, e quem, pelo contrário, deseje maiores meios para poder responder às aspirações da população.

A imposição do cultivo obrigatório do algodão havia piorado a situação e muitos administradores coloniais referem a relação entre obrigação e fuga:

"Em Nangade, por ocasião dos primeiros trabalhos desta cultura, muitos indígenas se deslocam para o Tanganica, regressando depois desses trabalhos efectuados, donde se conclui que a deslocação é a forma para eles mais prática de evitarem a machamba de algodão."

Fontes coloniais e fontes orais identificam como razões de fuga, além do algodão, o trabalho forçado nas plantações costeiras de sisal, nas poucas empresas locais e na construção e manutenção de estradas e edifícios administrativos:

"Fugiamos porque víamos os nossos companheiros serem espancados e levados para Nangololo (algodão), para M'Panga (sisal), de onde regressavam sem nada, mas cheios de mataquenha nas pernas..."

Muitas são as entrevistas que nos falam da odisseia e das razões da fuga para além-fronteira. A base da reprodução dos camponeses do norte de Cabo Delgado e, especificamente, dos habitantes do planalto de Mueda (Circunscrição dos Macondes: Mueda, Mocímboa do Rovuma, Nairoto e Negomano, uma área total de 22.200 km² que, segundo o censo de 1956, possuía uma população de 80.000 habitantes, concentrada principalmente no Planalto, com 26 habitantes por km² e apenas 102 elementos de "população civilizada", ou seja, europeus, segundo a terminologia colonial) era a agricultura e comercialização de excedentes, como milho, mapira, gergelim, e o trabalho migrante de além-fronteira. Toda a circunscrição e, sobretudo, a região do planalto, não obstante a falta de água, é fértil e produzia os bens alimentares necessários ao consumo interno, com

notáveis excedentes para a comercialização. No relatório anual de 1952, o administrador escrevia:

"Embora só na época das chuvas o seu solo possa ser aproveitado para as culturas, isso basta para que no decorrer do ano a sua população não tenha preocupações com a alimentação, sendo bastante prudente nas suas reservas até à época dos novos produtos. Tem a circunscrição merecido o nome de 'celeiro' do Distrito e bem se justifica tal título."

No que se refere à comercialização dos excedentes, a maior parte acaba indo para além da fronteira por contrabando. O antropólogo Jorge Dias notará, durante uma missão de estudos no Tanganica - para alargar eventualmente o seu trabalho de pesquisa aos macondes de além-Rovuma - a importância e a articulação da emigração de moçambicanos e, em particular, de macondes para além-fronteira. As observações de Dias sobre as melhores condições de trabalho, de salário e sociais encontradas além-fronteira encontram-se anos antes nas notas de administradores locais, os quais se encontram a gerir uma situação difícil: por um lado, devem promover a nova política económica que pretende a extensão e o melhoramento produtivo do cultivo do algodão e, portanto, requer que se controlem e impeçam os fluxos migratórios e o contrabando de produtos; por outro, não possuem nenhum meio, nem económico nem tão pouco ideológico, que permita accionar a política de criação de consenso entre as populações.

A acção da igreja católica portuguesa, a quem é confiada a responsabilidade do ensino "rudimentar", entendido como instrumento de aceitação da manutenção da presença colonial, é considerada ineficaz. Os muçulmanos, pelo contrário, parecem possuir os meios para alargar a própria influência e o perigo que representam é tanto mais real quanto mais a sua acção se manifesta com a difusão do Corão e, também, com a difusão da escolarização em swahili, língua da costa oriental, dos comércios, e portanto condutora de informações potencialmente subversivas e que se apresta a transformar-se na língua nacional do Tanganica. Escreve, em 1953, o administrador da Circunscrição dos Macondes:

"Chegou ao meu conhecimento que existem, nas mãos dos amulimo e outros maometanos categorizados, indígenas todos, publicações importadas clandestinamente, contendo propaganda subversiva de cor bolchevista e relacionada com a doutrina da seita mau-mau."

Portanto, os temores de subversão são confirmados na individualização do inimigo: os muçulmanos com responsabilidade religiosa ou outro veículo de propaganda subversiva escrita, inspirada no bolchevismo através da sua expressão no movimento *mau-mau*.

Em 1952, de facto, começaram a surgir vários despachos que recomendavam atenção por parte do governo geral ao fenómeno "terrorista" dos *mau-mau*. Indígenas provenientes do Tanganica são expulsos e aponta-se como área de perigosa infiltração a zona costeira, em contacto com o território mais a norte através de comércio marítimo constante. Entretanto, do sul da província chegam notas alarmadas sobre supostas actividades subversivas da seita conhecida por "Zione".

A situação na Circunscrição dos Macondes não é seguramente favorável para contrariar a infiltração de idéias que encontram veículo no islamismo, na língua swahili e no protesto religioso (seitas messiânicas). As missões como veículo de consenso não funcionam, segundo o administrador de Mueda porque os missionários são todos estrangeiros (monfortinos holandeses); os catequistas são poucos, mal pagos e conhecem o português apenas de modo rudimentar. O ensino missionário é, portanto, péssimo. A acção missionária ainda se limita aos macondes e não se ocupa dos macuas, deixados à "propaganda subversiva" muçulmana. O responsável do posto administrativo de Mocímboa da Praia solicita meios para satisfazer o desejo de instrução da sua população, todos, segundo ele, fiéis súbditos que, porém, correm o perigo de, se deixados a si mesmos, cair sob a influência de idéias "estranhas à ordem e à paz". É claro a todos os administradores que o ensino rudimentar, misto de princípios religiosos e de educação à submissão do trabalho, não produz bons e fiéis súbditos, mas descontentes que, em muitos casos, procuram em outro lugar a instrução que a situação local lhes nega. Os relatórios anuais dos administradores de circunscrição ressaltam constantemente tais problemas e, conseqüentemente, a necessidade de reforçar os meios coercivos, mas a par da obtenção de recursos comerciais e técnicos, além de uma maior atenção ao problema da instrução - a língua portuguesa como veículo de criação de lealdade e consenso para o projecto de manutenção do domínio - para ganhar a lealdade da população e fazer evoluir a economia com o fim de interromper o processo já em curso de contaminação anti-nacional (leia-se anti-portuguesa).

"No tocante à população indígena é isto afinal que custa, é bastante melindrosa - o que não quer dizer que seja necessariamente má, simplesmente há que agir com muita cautela e ao mesmo tempo com muita firmeza, mostrando claramente que sabemos o que queremos e actuar no factor económico com maior rapidez, eficiência e meios amplos."

Os administradores locais, próximos dos problemas concretos - não obstante continuando a usar a retórica da presença portuguesa ("estamos aqui para ficar") que não concede nenhum espaço a projectos de autonomia, para não falar de independência - incidem não somente no fortalecimento de sistemas de controlo (fiscalização das fronteiras), mas sobretudo em medidas de reforma na esperança de atenuar a dissidência. Se, por um lado, o pedido de aumento das remunerações das autoridades tradicionais (gentílicas) - instrumentos de controlo social e indispensáveis aos sistemas de recrutamento de força de trabalho e fiscalização do cultivo obrigatório - parece indicar a medida em que a administração colonial tem ainda como meta um controlo definitivo segundo parâmetros étnicos, por outro, os pedidos de aumentos salariais, de favorecimento da constituição de cooperativas de acordo com o modelo experimentado no sul do Save (Zavala), de acabar com as prestações obrigatórias de trabalho gratuito, revelam que as autoridades administrativas locais possuem alguma percepção das mudanças sociais ocorridas na população.

Em 1960, o tom dos despachos e notas dos administradores parece menos alarmado. Referem-se a pequenos episódios como o surgimento de indígenas com

"camisas com o seguinte dístico impresso no próprio tecido: 'Nigeria Freedom 1960'."

E o facto é que

"o cozinheiro, os moleques e o alfaiate do súbdito alemão Albert Zipfel andam constantemente a pedir-lhe para ir ligar a rádio pois querem ouvir notícias do Tanganica."

Mas 1960 é o ano das independências africanas, incluindo a do vizinho Tanganica governado por um líder popularíssimo, Julius Nyerere. As notícias chegam e são difundidas por meio do swahili, língua da costa em uso no seio dos islamizados, mas também no seio de todas as gerações daqueles que tiveram experiência de migração e de comércio.

"Devido à política internacional e a sede de independência de todos os povos subdesenvolvidos, apesar da nossa ponderosa acção, orientada sob o signo da Justiça, não temos quaisquer dúvidas que nesta divisão administrativa exista, embora em pequena escala e muito veladamente, uma labareda de nacionalismo africano que, devido a influências estrangeiras, pode atear-se a todo o momento."

O relatório anual de 1960 continua aconselhando uma benévola medida concreta:

"Bom seria que se pensasse em distribuir para a próxima campanha agrícola umas 40 toneladas de semente de milho de boa qualidade, e 30 a 40 toneladas de boa semente de amendoim."

Já desde 1957, estavam em actividade as cooperativas Ligualanilu, que de organizações económicas se transformaram em núcleos clandestinos de discussão política, em todo o caso de coligamento com os grupos e associações de moçambicanos no Tanganica. A experiência das cooperativas é interrompida com o massacre de Mueda, em 16 de Junho de 1960.

Sucessivamente, as autoridades coloniais permitem a constituição de uma outra cooperativa de apenas 25 membros. A sua inauguração é aclamada como um facto positivo:

"Graças ao pronto e encorajador patrocínio de Sua Exa. o Sr. Governador do Distrito, estamos muito entusiasmados com os trabalhos preparatórios de uma machamba destinada a 25 autoctones, que está sendo trabalhada com o tractor da Administração,"

escreve em nota confidencial o administrador da circunscrição ao governador de Cabo Delgado. A Machamba 25 viria a transformar-se numa das redes de difusão da Frelimo. Em Janeiro de 1963, um membro da Machamba 25, que tinha consigo a lista dos filiados da Frelimo no Planalto, é preso. Inicia-se uma vasta operação de polícia: de entre os presos, a maior parte morrerá na prisão ou ali ficará por muitos anos. Alguns conseguem fugir, atravessando a fronteira. Alguns meses depois iniciava-se nesta zona a luta de libertação nacional, num terreno pronto, portanto, a acolhê-la.

Os relatórios dos administradores coloniais serviram ao historiador para precisar um quadro que a pesquisa de história oral sobre a luta de libertação nacional havia já delineado, por meio das histórias de vida dos muitos que viveram e sobreviveram naqueles anos. A subversão possuía raízes na história de uma região nunca

verdadeiramente submetida, em que a situação se manteve somente pela supremacia dos aparelhos coercivos. Após a Segunda Guerra Mundial, as políticas de reforma económica e política pouco haviam tocado estas regiões de fronteira, as quais, todavia, se encontravam directamente em contacto com os fermentos nacionalistas ou de resgate anti-colonial não só do confinante Tanganica, mas também de toda a África e, em particular, da oriental, com as suas mensagens carregadas de simbolismo (de Nasser aos *mau-mau*). A religião muçulmana, a língua swahili, o trabalho migratório, foram veículos das idéias de resgate da dominação portuguesa. Mas também a influência católica formou na região pessoas que se transformaram nos primeiros filiados do discurso nacionalista, quer por meio do carisma que exercitava a mensagem do católico mwalimu Nyerere, quer através do envolvimento de muitos provenientes do Planalto na formação, em Dar-es-Salaam, em 1962, da Frelimo.

NOTA

Baseámo-nos em documentos do Arquivo da Administração da Circunscrição dos Macondes, arquivo encontrado em Mueda, sede do Distrito. As transcrições foram feitas durante a campanha de pesquisa sobre o Planalto dos Macondes pela brigada do Centro de Estudos Africanos e, em particular, pelos professores Aquino de Bragança e a autora, nos meses de Julho e Agosto de 1982. A brigada era constituída por Yussuf Adam e Jacques Depelchin.

A pesquisa sobre os documentos administrativos considerou os seguintes documentos: relatórios anuais dos administradores da Circunscrição dos Macondes, de 1950 a 1960; diários de serviço dos chefes dos Postos de Mocímboa do Rovuma, Negomano, Nairoto, e dos administradores da sede de Mueda, de 1950 a 1960.

No arquivo foram também encontrados vários despachos, notas, ordens de serviço, telegramas e circulares do/a(s): Gabinete do Governo Geral da Província de Moçambique, em particular da Repartição Central dos Negócios Indígenas; Secretaria da Administração Civil do Distrito de Cabo Delgado; Governador do Distrito de Cabo Delgado; Administradores de outras circunscrições (por exemplo, Quissanga, Macomia); Mapas de Recenseamento da Circunscrição dos Macondes, de 1955, 1956, 1957.

Sucessivamente, os anos após 1960-1961 não foram encontrados, provavelmente pelo facto de que com o início da luta de libertação nacional, em 1964, a administração fechou a sede e levou consigo os documentos.

Entrevista:

O MASSACRE DE MUEDA: FALAM TESTEMUNHAS

**Apresentação de Yussuf Adam
e Hilário Alumasse Dyuti**

O Massacre de Mueda é um acontecimento utilizado pelos historiadores contemporâneos de Moçambique para ilustrar a natureza do Estado colonial e a oposição das populações ao sistema.

A documentação escrita publicada noutra parte deste número ilustra a interpretação do massacre pelas diversas camadas de funcionários do Estado colonial. As camadas mais altas do aparelho de Estado português encararam o massacre não como resultado de conspirações internacionais e da subversão mas como consequência das políticas repressivas da administração. As fontes da administração colonial são omissas quanto ao número de mortos e à reacção da população.

Para além de relatos em primeira mão, o testemunho daqueles que presenciaram o massacre traz também interpretações que têm bastante a ver com as versões oficiais dos desenvolvimentos políticos na zona. O conteúdo das reivindicações apresentadas é transformado para corresponder ao catecismo político da actualidade: alegadamente, a reivindicação dos partidos políticos era de uma independência total de Moçambique (e não apenas de Mueda), de libertação de todos os moçambicanos independentemente da cor, credo religioso, etnia, etc.

Porém, o conteúdo dos programas políticos das diversas organizações que actuaram em Mueda antes da Frelimo faz parte de uma questão ainda em aberto. Algumas dessas organizações encaravam Mueda como parte da Tanzânia e naturalmente participavam na dinâmica independentista daquele país vizinho. Outras queriam apenas libertar os macondes.

E, no entanto, todos os informadores se manifestam como tendo estado contra a MANU desde o início, como tendo sido sempre anti-tribalistas e anti-racistas. É negado, portanto, aquilo que seria lógico e natural: o surgimento de um movimento local de base étnica defendendo a integração da região na Tanzânia.

Assim, Mueda permanece sobretudo como ilustração do funcionamento do sistema colonial, das suas contradições internas e da necessidade de violência que o Estado colonial tinha para se manter quando já não era capaz de responder às pressões populares.

Apresentamos aqui alguns depoimentos de pessoas que presenciaram os acontecimentos de 16 de Junho de 1960, em Mueda. O primeiro e o segundo, respectivamente de Daniel Muilundo e Cornélio João Mandanda, procuram dar uma versão cabal dos acontecimentos. O de Mandanda foi, aliás, dactilografado pelo próprio e depositado na Direcção Provincial de Educação e Cultura de Cabo Delgado, em 1977. O terceiro, de Rachid Katame, ilustra bem o mecanismo "teleológico" atrás referido, de atribuição clara, desde o início, da reivindicação de independência nacional para todo o Moçambique em 1960, por um grupo de camponeses macondes situado nos confins do território setentrional de Cabo Delgado. Finalmente, o testemunho de Jacinto Omar ilustra claramente a ligação do massacre de Mueda com a formação da Frelimo e o desencadeamento da luta armada de libertação nacional. Ligação essa, aliás, que constitui um dos pilares da leitura que a historiografia nacionalista faz de todo este processo: o massacre de Mueda cristaliza o conjunto de indicações segundo as quais o regime colonial nunca abdicaria do poder pacificamente e, portanto, só pela força das armas poderiam os moçambicanos aspirar à sua independência.

1. DANIEL MUILUNDO

(Aldeia Comunal de Mualela, Palma, Cabo Delgado, 21 de Julho de 1981).

Fui a Mueda assistir às conversações entre o governo colonial e o Faustino [Vanomba]. Saí no dia 15 de Junho de Mualela para Imbuhu e pernoitei lá. No dia 16 cheguei a Mueda. Quando lá cheguei as pessoas já se encontravam concentradas. Havia homens, mulheres e algumas crianças. Muitas pessoas estavam bem vestidas. Havia pessoas de diversas raças: indianos, brancos e pretos. Momentos depois os colonialistas içaram quatro bandeiras. O administrador de Mueda pediu à população que fosse participar no içar das bandeiras. Mas a população negou-se a içar [a bandeira] dizendo que tinham ido lá para ouvir as palavras do Faustino [Vanomba] e do Kibiriti [Divane]. O Kibiriti e o Faustino estavam de baixo de uma mangueira.

Informaram-nos que o governador só chegaria às 15 horas, mas quando chegou às 15 horas o governador saiu de casa do administrador. O governador escolheu dois padres da Missão de Imbuhu, um indiano conhecido por "China" e também os régulos para se concentrarem na varanda da secretaria [da administração]. O governador ordenou a um dos padres que abençoasse o grupo do Faustino ao mesmo tempo que o pretendia matar! Um soldado saiu para fora e explicou ao povo que o Kibiriti seria morto porque cometeu um erro.

Depois, o governador chamou-os individualmente lá para dentro. Porém, não conseguiram matá-lo [ao Kibiriti] e em seguida chamaram o Faustino Vanomba e tudo se repetiu porque ele não morreu. Os dois saíram amarrados para o carro e nós apanhámos o carro e dissémos que "esse carro não vai avançar. Fizemos isto com os do primeiro grupo, da Modesta, mas hoje isso não vai acontecer". Foi neste momento que a população reclamou, começando a atirar pedras. Então o governador mandou abrir o fogo. Como os soldados estavam próximos da administração, abriram fogo e mataram um dos meus conhecidos, de nome Kanjigwili, natural de Mueda. Quando isto aconteceu fugimos e eu esqueci-me lá da minha bicicleta. Fiquei durante algum tempo [na aldeia de Mpeme] e voltei mais tarde para ir buscar a bicicleta. Quando lá cheguei vi por volta de 17 pessoas mortas.

Depois do massacre andavam os cipaio de casa em casa a recolher as nossas armas e a mandarem-nos depois para Nargade, para registo das armas. O Faustino e o Kibiriti foram levados para Pemba.

2. CORNÉLIO JOÃO MANDANDA **(Mueda, Cabo Delgado, 1977).**

Foi em 1959 que chegou Faustino Vanomba a Mueda, onde permaneceu dois dias, findos os quais pediu para falar com o senhor administrador da Circunscrição de Mueda sobre a independência do povo moçambicano. Ora o senhor administrador não aceitou este pedido do Faustino Vanomba. Mandou-o regressar para a Tanzania, onde estava refugiado. O administrador organizou cipaio para irem [com ele] ao Posto de Mocímboa do Rovuma. Sairam. Tendo chegado a esse ponto de referência, o Chefe do Posto recebeu-os e organizou

mais pães [mantimentos para a viagem?] e ordenou a mais cipaios que o acompanhassem até à fronteira, no rio Rovuma.

A razão que levou os portugueses a procederem desta forma foi a seguinte: a) talvez o Faustino Vanomba tivesse deixado mais companheiros pelo caminho; b) se ele comesse a tomar qualquer posição de força sobre o "Uhuru" os cipaios matá-lo-iam. Assim, fizeram o Faustino Vanomba atravessar a fronteira de Moçambique para a Tanzania.

No mesmo ano, poucos dias depois, chegou o segundo grupo vindo da Tanzania. Este grupo era chefiado por uma mulher, filha de Neva, e assim chamada Binti Neva [filha de Neva]. Este grupo veio a Moçambique depois de se ter encontrado com o Faustino Vanomba, que lhes deu um relatório sobre a sua viagem, tendo afirmado que os portugueses "resistem até hoje e comigo não chegaram a nenhum acordo". O grupo, que era constituído por dois homens e uma mulher, esta a responsável, , dirigiu-se directamente para a Circunscrição de Mueda, para a sua administração. Encontraram-se com o senhor administrador, que lhes perguntou:

- De onde é que vocês vêm?
- Nós somos moçambicanos refugiados na Tanzania.
- Se vocês vieram da Tanzania, o que vieram cá fazer?
- Nós chegámos aqui para vos dizer que deverão dar a independência ao povo moçambicano e vós deveis ir para a vossa terra, Lisboa. Esta terra é para os moçambicanos.

Este grupo trazia mandioqueiras [e uma mensagem para os moçambicanos]:

- Nós trazemos estas estacas de mandioca para irem plantar na vossa terra, símbolo de que já regressámos à nossa terra. E vós, a partir de hoje deveis pegar na enxada para plantar estas estacas de mandioca e ficar a saber que esta terra não é dos colonialistas portugueses mas sim dos moçambicanos!

Depois destas palavras, proferidas pela Binti Neva, o administrador disse:

- Vale [mais] a pena dar a independência a um macaco do que a um moçambicano como tú. Tú, mulher, o que é que tú sabes para te dar independência?... Nós sabemos muito bem que vós sois enganados pelo Nyerere, mas fiquem a saber que esta terra é dos portugueses e ali é a Tanzania. Portanto aqui estão sob controlo dos portugueses.

Os colonialistas portugueses, tendo em vista esta reivindicação de libertação, decidiram prender todos os moçambicanos que ali se encontravam. Durante a acção, quando o grupo era mandado para a prisão, Binti Neva exprimiu as seguintes palavras:

- É bem sabido o que nos vão fazer. Podem-nos prender e massacrar mas os moçambicanos são muitos e têm o objectivo de libertar moçambique, a nossa terra.

Este grupo foi preso e encarcerado na cadeia. Em seguida, o senhor administrador fez um encontro (banja) junto dos régulos, capitães-mores e população, tendo-se dirigido [a eles] nos seguintes termos:

- Quero informar a todos vós aqui presentes que deverão ficar alerta com as pessoas que vêm da Tanzania; elas trazem muitos problemas porque são enganadas pelo Nyerere, que lhes diz "vão a Moçambique falar com o governo português para vos dar a vossa terra". Essas pessoas são muitas e, portanto, quando aparecerem devem amarrá-las e mandá-las para a administração; quando encontrarem pessoas que levam bengalas são do mesmo grupo e deveis trazê-las à administração; as que falam língua swahili, como as que têm rádios, devem ser presas, porque são as mesmas pessoas que querem estragar o mundo. Quando chegarem hóspedes a vossas casas deveis informar os régulos e capitães-mores para ficarem a par da situação.

Depois do encontro o administrador organizou um grupo no seio dos régulos e capitães-mores, para andar de povoação em povoação recolhendo informações para a administração. Isso deu-se nos fins de 1959.

Tendo chegado ao país irmão da Tanzania [a notícia] que o grupo que seguira para Moçambique tratar do problema do "Uhuru" (independência) fora preso pelos colonialistas portugueses, muitos Moçambicanos organizaram o terceiro grupo.

No dia 11 de Junho de 1960 chegou o terceiro grupo chefiado pelo Kibiriti [Divane], Faustino Vanomba e Modesta [?] a uma povoação do régulo Mbavala, perto da Circunscrição de Mueda. Passaram a noite toda na povoação desse régulo. No dia 12 de Junho de 1960 avançaram até à Circunscrição de Mueda para falarem com o administrador. Depois de chegarem à administração entraram em contacto com os cipaio para que eles fossem comunicar ao senhor administrador a chegada deles e o que queriam fazer. Os cipaio responderam:

- O que vamos informar? Nós sabemos que vocês são as pessoas que vêm da Tanzania para estragar o mundo.

Aqueles elementos insistiram muito, até que os cipaiois, por fim, foram informar o intérprete da administração. O intérprete, por sua vez, saiu para ver quem eram eles. O mesmo perguntou o que queriam falar com o senhor administrador. Eles responderam:

- O nosso assunto não é consigo. Nós queremos falar com o próprio administrador.

Ele saiu e foi ter com o senhor administrador. Tendo chegado a palavra ao senhor administrador este disse-lhe para os ir chamar. E o administrador perguntou-lhes:

- Vocês precisam de mim? O que é que vocês querem falar comigo?

Responderam aqueles homens:

- O objectivo da nossa vinda não é diferente do dos nossos companheiros que vieram anteriormente. O objectivo é o mesmo.

- Qual é?...

- Queremos a independência da nossa terra.

O senhor administrador, depois de ouvir estas palavras, disse-lhes:

- Bem, se todos vós têm essa intenção única e se os vossos objectivos são os mesmos, terão que regressar para casa e compareçam cá no dia 14 de Junho de 1960, para nós podermos preparar [as coisas] e chamar os régulos, os capitães-mores e a população, para podermos perguntar se o povo moçambicano quer a liberdade. Para vos dar a vossa terra, para transferirmos para vocês o poder na presença de todos.

Em seguida a delegação saiu para Muatide, onde estavam outros elementos que vendiam cartões. Os portugueses não sabiam que o grupo se dirigiu para onde era a base deles.

Nesse dia as populações, não foram informadas de que haviam chegado da Tanzania elementos da organização moçambicana. Poucos participantes foram a Mueda. Muitas pessoas pensaram que os portugueses fariam uma manobra para poder matá-los. Assim, apareceram em Mueda no dia 14 de Junho de 1960 apenas os régulos, capitães-mores e cipaiois. Ora, chegada a delegação diante do administrador, este, vendo que não chegara muita gente, decidiu dispersá-los, determinando assim o dia 16 de Junho de 1960 para de novo se encontrarem. Ao mesmo tempo apelou aos régulos e capitães-mores que fossem fazer um encontro maior para transmitir às

populações que não faltassem no dia marcado. A delegação da organização moçambicana tornou a regressar para onde estava hospedada, Muatide.

O dia 16 de Junho chegou. Compareceu neste dia, julgando ser o dia da independência, muita gente. Quando acabaram de chegar as populações, os régulos e capitães-mores, o administrador dividiu-os em grupos. Régulos e capitães-mores de um lado, e as populações do outro. Finalmente, ordenou que os cipaiois formassem um outro grupo em volta das populações ali presentes. Todas as pessoas estavam em frente da administração.

A tropa do exército português havia-se enfiado nas cavernas do monte Chudi, organizada para defender as autoridades governamentais e fascistas do colonialismo português.

Tudo pronto. O administrador informou os elementos da delegação, cerca das 10 horas desse dia que deviam ter a conversa pelas [15 horas] porque estavam a aguardar a chegada do senhor governador do Distrito de Cabo Delgado.

Sairam os cipaiois para fora a informar as populações de que a conversa se iria iniciar pelas [15 horas] porque se aguardava [a chegada] do governador fascista. Aguardando a chegada, as populações nem se podiam mexer. Nesse dia chovia torrencialmente mas as populações não se retiraram do lugar.

Chegado o governador, o senhor administrador entendeu que se deveria manter uma boa posição para saudarmos o "nosso" governador e, ao mesmo tempo, saudarmos a bandeira da República Portuguesa.

No mesmo momento em que os portugueses quiseram saudar a bandeira as populações começaram a desprezar a lei, dizendo que "nós não viemos com este objectivo, o nosso objectivo hoje é ouvir aquilo que vão dizer aos nossos irmãos Kibiriti e seus companheiros. Não temos nada a ver com a bandeira colonialista portuguesa."

Os colonialistas portugueses, com os seus sequazes, saudaram a bandeira. Depois da saudação à bandeira portuguesa, acompanhada de muitos gritos das nossas populações reclamando que não queriam essa bandeira. Outros, porque confiavam na religião dos mandamentos da lei de Deus, em que matar é pecado mortal, e além disso devido à presença dos padres, sentiam-se seguros de que nada lhes aconteceria.

Todavia, Kibiriti foi chamado para o gabinete do senhor governador, acompanhado pelos cipaiois. Mal entrou, o governador

começou a perguntar-lhe:

- De que precisas? O que vieste cá fazer? Qual é o teu objectivo, uma vez que tú és da Tanzania? És vadio? Queres estragar o mundo?

Kibiriti respondeu:

- Eu não sou filho da Tanzania, mas sim sou moçambicano. Estou aqui porque quero liberdade. Sinto bastante ver o meu povo a ser torturado, massacrado, fazer o trabalho forçado nas machambas de Mpanga, desde o amanhecer até ao pôr do sol. Vale mais a terra estar nas mãos do povo moçambicano, para ele se governar a si próprio. Portanto, venho da Tanzania. O que me levou a ir instalar-me naquele país foi a exploração que se verifica aqui em Moçambique. No entanto, para hoje quero a liberdade e nada mais. Bem sei que o povo não estudou e não saberá governar-se, mas mesmo assim esta terra pertence-nos.

Mediante esta locução do senhor Kibiriti, o senhor governador disse:

- Independência, independência, não! Eu penso que o problema é de estabelecer a paz no país. A partir de hoje faremos o seguinte: a) havemos de aumentar os preços de todos os produtos; b) havemos de vos dar carros, lojas, etc.; c) comeremos juntos; d) hão-de casar-se com os brancos; e) a partir de hoje todos vocês são portugueses.

Aquele delegado respondeu:

- Não nos fale do que não pedimos. O nosso objectivo não está centrado nas boas coisas, comer junto convosco, haver casamentos entre os pretos e os brancos, aumento de salários e dos preços dos nossos produtos. O nosso objectivo é dar independência ao povo moçambicano, para ele se governar a si próprio. Tudo o que se trate daquilo que nos falou havemos de organizar nós mesmos.

Neste meio tempo, quando o governador acabou de falar, chamou o Faustino Vanomba e, lá fora, as populações estavam em grande silêncio. Mal chegou o Faustino Vanomba ao pé do governador, este perguntou-lhe [o mesmo] pela primeira vez. E o Faustino Vanomba logo respondeu:

- Os objectivos que tenho são os que foram aqui apontados pelo meu amigo Kibiriti.

Percebeu o senhor governador e fez um aviso aos delegados, da seguinte maneira:

- Sei bem que a vossa palavra é a única. Ide para fora.

Eles foram conduzidos pelos cipaio para a varanda. Em seguida, o governador saiu do seu gabinete para fora, para informar as populações qual tinha sido a conversa na sala, com o Kibiriti e o Faustino Vanomba. Tendo parado no meio de toda a população, o senhor governador disse-lhes:

- Conseguimos tratar de bons assuntos que vão manter a paz na nossa terra de Moçambique. A partir de hoje todos vós sois portugueses; os vossos produtos serão vendidos a preços muito bons; terão maior salário; terão carros, casas, estarão bem vestidos; haverá casamentos no seio dos pretos e dos brancos.

Nesta altura em que o senhor governador falava, o Kibiriti, o Faustino Vanomba e a Modesta eram amarrados com algemas. As populações, quando viram tudo isto não deram ouvidos às palavras do senhor governador e preferiram salvar os seus irmãos. Gritaram, dizendo: "Vale mais a pena sermos amarrados todos!" Ao mesmo tempo outras populações começaram a agarrar o carro em que seguiam os irmãos, e outras pessoas começaram a lançar lama, areia e pedras em sinal de protesto pela prisão de seus irmãos Kibiriti, Faustino Vanomba e Modesta. As populações, zangadas por ter resposta negativa, voltaram a empurrar o senhor governador ao mesmo tempo que eram arrancadas as divisas que ele trazia. Neste momento o senhor governador, quando se sentiu apertado pelos nacionalistas de Moçambique, ordenou aos seus cipaio que abrissem fogo contra as populações indefesas.

Choveram muitas balas e todas elas incidiram nos corpos das populações. Neste espaço de tempo as populações, agarrando o carro em que estavam para seguir os delegados da organização moçambicana, tiveram a coragem de dizer: Não deixemos seguir os irmãos!"

A princípio as armas eram disparadas para o ar e ultimamente apontavam as populações ali muitas. A população caiu como se fossem mangas em tempo de ciclone. Parecia que os tiros dessas armas incidiam nos seus corpos. Metade da população começou a fugir... para onde?!... poucas pessoas se salvaram e mais de 500 foram mortas barbaramente.

Depois de cessarem os tiroteios os padres saíram de batina para a frente dos corpos tombados, alegando que prestavam os últimos sacramentos. Foram os seguintes padres que participaram no massacre de Mueda: Guilherme Kiples, da Missão de Imbuhu, Guy Humberg, da Missão de Bomela (Lipelwa), e um padre da Missão de

Nangololo, de que desconhecemos o nome.

Neste mesmo dia, quando a população foi dar esta informação aos padres da Missão de Nangololo, um dos padres disse:

- Um elefante não se compara com uma formiga. Se essa formiga tentar gabar-se, será esmagada. Este ditado testemunhava, no nosso caso, que nós não respeitámos as autoridades portuguesas.

Momentos depois de os padres terem acabado o seu trabalho diante dos corpos mortos, apareceram ali as tropas que dispararam para todos os cantos. Terminado o disparo a tropa começou a abrir grandes covas onde cabiam dezenas e dezenas de corpos dos moçambicanos mortos inocentemente.

O senhor governador, mal acabou de responder ao povo moçambicano através de balas, tornou a regressar para a sua capital de Porto Amélia (Pemba).

Não foi o fim. O processo continuou. No ano de 1962 já haviam sido formadas as forças com o mesmo objectivo.

3. RACHID KATAME

(Aldeia de Namaua, Mueda, Cabo Delgado, 6 de Fevereiro de 1982).

Medo não tínhamos. Porque o nosso interesse era de obter a independência. Nós estávamos cansados de ser colonizados e por isso chorávamos pela independência. Tínhamos confiança de que os portugueses iriam sair através das palavras desse grupo vindo da Tanzânia. Por isso quando a administração convocou essa reunião todos decidimos participar. (...) Eles andaram a avisar de povoação em povoação. Diziam que tinham chegado a Mueda pessoas importantes vindas da Tanzânia, para discutir os problemas da independência do país. (...) A primeira vez que convocaram as pessoas não foram. Foram quando se convocou a segunda vez. E foi dessa vez que ocorreu o massacre. O primeiro encontro foi restrito entre o grupo de Kibiriti e o administrador de Mueda. Só no segundo encontro é que fomos convocados todos nós para poder participar na reunião. (...) A guerra começou quando o administrador tomou a decisão de prender o grupo de Kibiriti. Esse grupo estava na secretaria. Mas quando os macondes se aperceberam da situação quiseram entrar à força para tirar os seus dirigentes. Foi nessa altura que o governador de Pemba ordenou às tropas que comessem a

disparar e a matar pessoas. Os soldados que estavam na secretaria tiveram que saltar para sair para fora, utilizando a janela. Eu encontrava-me debaixo do carro. Estava escondido debaixo do carro e só assim escapei da morte. (...) Nós tínhamos ido pedir a nossa independência. Nós próprios queríamos governar o nosso país. Mas também dissémos aos portugueses que quem quisesse ficar, muito bem, podia desde que aceitasse as nossas ordens. Os portugueses podiam ficar em Moçambique na condição de estrangeiros. Ao dizermos isso os tipos opunham-se e consideravam-nos como gajos que não sabiam nada, sobretudo escrever. Nós queríamos a independência do nosso país, Moçambique. O Nkavandame tinha a idéia [da independência do Rovuma até ao Messalo] mas nós não. Nós fomos pedir a independência de todo o nosso território. A independência que nós fomos pedir não era só para os macondes ou macuas, mas para todos os moçambicanos.

4. JACINTO OMAR

(Aldeia de Muatide, Mueda, Cabo Delgado 10 de Julho de 1981).

Quando os portugueses efectuaram o massacre de Mueda eu pessoalmente assisti. Nessa reunião estiveram todas as populações de toda a região. Estiveram em Mueda velhos, mulheres e nós, jovens, que seguíamos os nossos pais. Quando começaram os disparos eu presenciei e tive que fugir. Corri até casa. Chegado a casa quis voltar de novo para Mueda mas os velhos disseram que não devia. Falaram comigo alguns velhos que também tinham estado em Mueda. Os velhos sabiam da perda de vidas em Mueda.

Depois disso, os velhos que haviam escapado ao massacre de Mueda, e mesmo aqueles que não tinham ido a Mueda, decidiram fazer várias notas e confiaram em mim para as levar para Dar-es-Salaam (Tanzania). Os velhos disseram que tinham confiança em mim por eu ser esperto. E disseram também que comigo era possível fazer chegar as notas ao destino na Tanzania. Na Tanzania, cheguei primeiro a Lindi, onde deixei a primeira nota. Depois fui para Dar-es-Salaam deixar outra nota e finalmente fui para Tanga deixar a última nota. Quando eu passava as pessoas perguntavam sobre o massacre de Mueda e eu explicava. Depois disso regressei de novo para aqui. Logo a seguir ao meu regresso apareceu o senhor Ntwahumu que veio revistar as minhas malas, que continham roupa.

Ele estava a suspeitar que eu tivesse cartões da Frelimo. Na verdade eu tinha os cartões só que ele não os conseguiu localizar. A partir daí os velhos tiveram mais confiança na minha pessoa, por ver que o senhor Ntwahumu não conseguiu saber onde se encontravam os cartões da Frelimo. Os velhos diziam que eu era esperto demais e decidiram que eu fosse regularmente à Tanzania apresentar aos dirigentes os problemas que afectavam a vida de Moçambique. Portanto, os velhos depositaram toda a confiança em mim.

Documento:

O ESTADO COLONIAL E O MASSACRE DE MUEDA: PROCESSO DE QUIBIRITE DIVANE E FAUSTINO VANOMBE

Apresentação de João Paulo Borges Coelho

A 16 de Junho de 1960 ocorria em Cabo Delgado, na então Circunscrição dos Macondes, aquilo que viria a ficar referido na história de Moçambique como o Massacre de Mueda, em que as autoridades coloniais responderam a tiro a uma manifestação reivindicativa de alguns milhares de camponeses. Acontecimentos deste tipo houve outros ao longo do período colonial, se bem que seja talvez difícil encontrar muitos com as mesmas proporções e gravidade. Mas a sua importância advém também do facto de ter passado a constituir como que um marco no discurso das forças nacionalistas, uma espécie de ponto de não-retorno a partir do qual se compreendeu que não havia via negociada para a independência. No discurso da Frente de Libertação de Moçambique, Mueda é, assim, verdadeiramente, a causa próxima da luta armada.

Não se pretende discutir esse aspecto aqui, nem tão pouco se pretendem discutir as interpretações do massacre e questões polémicas como a do número de mortos que dele resultaram. Até porque se nos restringirmos aos factos, as versões nacionalista e colonial não se apresentam muito discordantes: Camponeses descontentes concentraram-se no edifício da administração, as autoridades sentiram estar a perder o controlo e dispararam sobre a multidão. Assim são referidos os acontecimentos, nas suas linhas gerais, quer, como veremos, na versão colonial, quer no depoimento, por exemplo, do então jovem Alberto Chipande tal como foi colhido por Eduardo Mondlane no seu livro *Lutar por Moçambique*.¹

O conjunto de documentos que aqui apresentamos faz parte de um processo do *Instituto do Trabalho, Previdência e Acção Social* colonial. Não se trata do inquérito ao Massacre de Mueda efectuado pelas autoridades coloniais mas do processo da punição instaurada

pelo Estado colonial contra dois homens considerados como os cabecilhas do "levantamento": Quibirite Divane (Kibiriti Diwane) e Faustino Vanombe. O processo, do qual apresentamos alguns extractos, revela claramente, em primeiro lugar, a dificuldade das autoridades portuguesas em perspectivar uma resposta estratégica ao advento do nacionalismo anti-colonial e, em segundo lugar, a falta de um aparelho coeso que pusesse em prática essa eventual resposta ao desafio lançado pelo colonizado.

O primeiro aspecto prende-se à característica frequentemente descrita como retrógrada do colonialismo português, em que a "visão curta" tendia a prevalecer. Se bem que houvesse uma consciência muito nítida, ao nível das autoridades do então distrito de Cabo Delgado, do impacto que a dinâmica independentista do Tanganhica teria forçosamente a sul do Rovuma, o que é certo é que práticas coloniais retrógradas continuavam *cândidamente* em vigor. Claro exemplo disso era a obrigatoriedade imposta aos camponeses de venderem os seus produtos à autoridade local (e, por extensão, ao colono) a preços determinados na altura pela própria autoridade, anacronicamente em vigor no início da década de sessenta. Para o inspector administrativo Pinto da Fonseca, no primeiro documento que aqui apresentamos, tratava-se de uma prática que para além de "vexatória", constituía um "pesadíssimo encargo" para as populações. E concluiu ele: "os abusos cometidos na circunscrição dos Macondes que - como se notou - se verificam igualmente em quase toda a Província, merecem especial atenção, já porque é de justiça que lhes seja posto còbro, já porque é necessário tirar aos insatisfeitos, aos irrequietos e até às próprias vítimas, pretexto para assumir atitudes que possam provocar tragédias sangrentas como a de 16 de Junho último."

Mas a falta de estratégia para a questão colonial tinha implicações bem mais gerais que as que se verificavam no restrito planalto dos Macondes, se bem que igualmente graves. No decorrer do processo instaurado contra Divane e Vanombe as autoridades provinciais propõem a sua transferência para uma outra colónia portuguesa, eventualmente S. Tomé ou Cabo Verde, onde lhes seria mais difícil exercer uma influência considerada nefasta e subversiva sobre as populações. A resposta do Ministro do Ultramar, no início de 1962, é esclarecedora, considerando que "dada a situação de segurança de todas as províncias a regra é que cada província deva suportar a sua própria delinquência (...) [sic]". Não nos esqueçamos

que 1961 tinha sido um ano fatídico para o Portugal de Salazar, em que a nau colonial havia aberto diversos e irreparáveis rombos: Logo em 22 de Janeiro John Kennedy tomou posse como presidente dos Estados Unidos da América, iniciando quer nas relações bilaterais quer na Organização das Nações Unidas, uma política de alinhamento com os Estados africanos contra as últimas potências coloniais. Em paralelo, no primeiro semestre o regime salazarista perde momentaneamente o controlo dos acontecimentos em Angola, e quando recupera dessa situação é a vez de Goa lhe escapar de uma vez por todas, no final do ano.² Face a essa sucessão de acontecimentos, o regime colonial, sem estratégia, adoptava uma postura defensiva.³

Referimos acima que para além da falta de uma estratégia colonial, o regime de Salazar também carecia de um aparelho coeso que assegurasse as suas políticas e, acima de tudo, a estabilidade por si tão prezada. Os documentos que se seguem revelam, por vezes de forma caricata, a falta de concatenação entre a multitude de serviços, direcções, departamentos, polícias, etc., e o funcionamento extremamente burocratizado de todo o aparelho. Divane, por exemplo, é enviado em regime de residência fixa para Inhambane, com todas as cautelas e prevenções devidas a um perigoso "delinquente" que, acima de tudo, interessava manter afastado do seu povo. O que não impediu que alguém, três meses depois, o embarcasse num navio de volta para Mueda, e que o seu consequente "desaparecimento" tivesse causado o pânico no seio das autoridades.

Durante mais de dois anos as autoridades coloniais procuraram penosamente levar a cabo a punição dos considerados cabecilhas da acção de protesto ocorrida em Mueda a 16 de Junho de 1960. Em meados de 1962, quando este caso parecia resolvido, formava-se em Dar-es-Salaam a Frelimo e o protesto iria voltar a emergir nessa mesma região, se bem que com um cariz muito diferente.

Mas a história deste processo começa no dia 24 de Novembro de 1960, quando o Director dos Serviços dos Negócios Indígenas, inspector administrativo Pinto da Fonseca, envia, em Lourenço Marques, ao Secretário Provincial, a Informação no.269/B/11 (Confidencial) que diz o seguinte:

1 - No "processo de inquérito aos acontecimentos verificados nos dias treze, quatorze, quinze e dezasseis de Junho na circunscrição dos Macondes" são apuradas as responsabilidades dos que tiveram papel preponderante nesses

acontecimentos e, também, as dos que participaram em outras ocorrências anteriores, a que foi atribuído carácter subversivo. Far-se-á, a seguir, o relato sucinto dessas ocorrências e analisar-se-á a prova feita.

2 - No dia 27 de Abril do corrente ano, apresentaram-se na administração da circunscrição dos Macondes os indígenas a) Simão Nchucha, b) Lazima Dalama, c) Simone Chambumba, d) Madesta Iossufo, e) Mariano Tumiaueto, f) Cosme Paulo e g) Titico Funde, identificados no processo, os quais pediram autorização para distribuir e vender cartões de "A Sociedade dos Africanos de Moçambique", sociedade que ostensivamente tem fins beneficentes, mas apenas com o intuito, tudo indica, de mascarar actividades subversivas.

3 - Emprega-se a expressão "tudo indica" com base nos sucessos anteriores e posteriores à chegada dos referidos elementos, porque não há prova suficiente no processo administrativo organizado na circunscrição dos Macondes integrado no processo de inquérito, como nenhuma prova há também neste último processo, nem nas declarações que nele foram tomadas aos arguidos.

4 - É certo que um comerciante, Assamo Sulemane Juma, declarou que tendo tido conhecimento, no dia 27 de Abril de 1960, que seis indígenas e uma mulher vindos do Tanganhica iam fazer uma banja perto de Mueda, mandara um indígena da sua confiança saber o que se passaria e por ele soube que nessa banja, perante mais de 70 pessoas, os recém-vindos afirmaram que a terra era dos Macondes e que os indianos e europeus teriam de sair e que todos os pretos deviam unir-se e trabalhar pela independência. Porém, o que é muito estranho, nem o declarande foi perguntado pela identidade do seu informador, nem no processo apareceu alguém a confirmar as declarações do Juma.

5 - Um enfermeiro, Jordão Gomes Nacaia, diz ter encontrado na estrada um grupo de uns 30 indígenas e por eles soube que uns seis homens e uma mulher tinham vindo do Tanganhica para tornar os Macondes independentes. É de notar que o administrador da circunscrição soube desse encontro na estrada pelo mesmo comerciante Juma.

6 - Não há provas, portanto, pois provas não são as informações atribuídas a um desconhecido, cuja existência nem sequer se verificou, nem o são também os boatos colhidos à beira da estrada de um grupo de indivíduos dos quais nem um só foi identificado. Não admira que não haja, pois não se deu tempo aos arguidos de revelarem as suas verdadeiras intenções.

7 - Com efeito, os 7 arguidos, atravessado o Rovuma, dirigiram-se directamente a Mueda, via Mocímboa do Rovuma e regedoria Bomela, onde pernoveram, apresentando-se na secretaria, onde foram mandados aguardar por não estar o administrador; no dia seguinte este castigou-os publicamente com palmatoadas, prendeu-os, e à noite mandou-os num camião para Porto Amélia. Não tiveram, portanto, tempo para actividades subversivas e como actividade subversiva não

se pode classificar o pedido de autorização, formulado em termos que não merecem reparo, para arranjar adeptos para uma Sociedade. Se os tivessem deixado ficar em liberdade vigiada, 2 ou 3 dias, talvez se conseguisse conhecer os seus verdadeiros propósitos e as conclusões fossem muito diferentes.

8 - Julga-se de interesse aquilatar a importância que poderia ter na atitude dos arguidos a sua demorada permanência e indocinação no vizinho território do Tanganhica. Em seguida, indicam-se as deslocações que, segundo o processo, cada um fez àquele território. Simão Nchucha, de 37 anos de idade, foi ao Tanganhica 2 vezes - uma em 1946 (6 meses ou um ano) e outra em Fevereiro de 1960, com Faustino Vanombe; Lazima Dalama, de 30 anos, esteve 1 ano quando criança, 8 meses ou 1 ano com início em 1958 e voltou em Fevereiro de 1960, com F. Vanombe; Simone Chambumba, de 24 anos, em 1959 - 10 meses - e em Fevereiro de 1960, com F. Vanombe; Madesta Iossufo, de 30 anos, de 1957 a 1959 e em Fevereiro de 1960, com F. Vanombe; Mariano Tumianeto, de 45 anos, em 1959 foi ao Tanganhica fazer compras e voltou, em Fevereiro de 1960, com F. Vanombe; Cosmo Paulo, de 30 anos, foi em 1938 (1 mês ou 1 ano?) e em Fevereiro de 1960 com F. Vanombe; Titico Funde, de 22 anos, fôra em criança, mas não tinha voltado até que, em Fevereiro de 1960, acompanhou F. Vanombe.

9 - A análise destes elementos permite concluir que F. Vanombe não teve dificuldade em recrutar elementos entre os macondes residentes no nosso território, nem necessidade de recorrer a destribalizados ou indivíduos que houvessem sofrido a influência de longos estágios no Tanganhica ou sequer a gente moça, sem qualquer noção das responsabilidades e dos perigos a que se expunha, pois a idade dos seus adeptos, com excepção de dois, varia entre 30 e 45 anos. Isto parece indicar que a população dos macondes era, se é que não continua a ser, um meio propício ao recrutamento de voluntários para aventuras semelhantes.

10 - Há, evidentemente, que tomar medidas que intimidem e desanimem os predispostos a seguir o exemplo destes 7 indígenas e a oferecerem-se até em holocausto por uma causa que, parece, não se ter ainda definido completamente, mas cuja evolução é fácil de prever. Essas medidas têm que implicar a expulsão dos 7 arguidos do meio onde a sua permanência só traria perturbações, impondo-se, portanto, o seu afastamento do Distrito de Cabo Delgado.

11 - Ao signatário afigura-se que, atendendo à sua rudimentar civilização e ignorância da língua portuguesa e dos dialectos falados no Sul da Província, o que seria bastante para impedir a sua acção proselitica nas regiões do Sul, bastaria fixar-lhes residência, por 10 anos, ao abrigo do Decreto de 26 de Agosto de 1911, em diferentes localidades dos distritos de Lourenço Marques, Gaza e Inhambane, de forma a perderem o contacto entre si. Para garantir a manutenção dos arguidos, facilitar a vigilância sobre a sua conduta e ser dado imediato alarme, caso algum deles tentasse a fuga, conviria distribuí-los como

trabalhadores pelos postos zootécnicos ou agrícolas ou outros estabelecimentos, como granjas agrícolas das circunscrições, em que a massa trabalhadora fosse pequena e pouco [sic] estável. A única mulher - a Madesta - poderia ser colocada como servente num hospital ou numa maternidade.

12 - Porém, se esta solução fôr considerada inaceitável e inconveniente, haverá então que fixar residência aos arguidos fora da Província. Em alguns casos têm os indesejáveis sido contratados para S.Tomé, mas neste caso tal providência seria inadequada, pois iríamos colocar os arguidos num meio estável, com numerosa população macua que, possivelmente, incluirá macondes, em que lhes seria fácil desenvolver propaganda.

13 - Parece, pois, que, se se julgar necessária a saída da Província, não haverá outro recurso senão propôr que aos 7 arguidos de que nos estamos ocupando seja fixada residência na Província de Cabo Verde.

14 - Posteriormente ao incidente com os 7 indígenas que pretendiam difundir a "Sociedade dos Africanos de Moçambique", em 13 de Junho p.p., apresentaram-se na administração da Circunscrição dos Macondes os indígenas Quibirite Divane e Faustino Ferreira Cesteiro Vanombe acompanhados por algumas centenas de indígenas.

15 - O Quibirite e o Faustino além de solicitarem autorização para fazerem propaganda da Sociedade dos Africanos de Moçambique apresentaram vários pedidos, com carácter de reivindicações, respeitantes ao recrutamento de trabalhadores, serviço nas estradas, liberdade de deslocação, etc. De notar, em especial, as declarações que fizeram contra a exigência feita pela administração da Circunscrição de os indígenas venderem a não indígenas galinhas e cabritos a preços extorsionários.

16 - As centenas de indígenas que acompanharam o Quibirite e o Faustino, com o propósito de se oporem à sua prisão, exigiram a soltura dos 7 propagandistas detidos, em 27 de Abril, e de vários indígenas que julgavam estar presos, tendo o administrador soltado um tal Clemente. Desobedeceram a ordens para dispersar e só de tarde saíram da administração, escoltando os dois reclamantes.

17 - No dia imediato, 28 de Junho, voltaram estes apoiados em mais de mil indígenas e continuaram a expôr reclamações entre os quais incluíram o baixo preço da venda dos produtos e a exiguidade dos salários. O administrador, relatando o incidente, diz: "Esta administração viu-se pela primeira vez numa situação em que perdeu o controlo dos acontecimentos".

18 - No dia 16 de Junho p.p., isto é, três dias depois da apresentação do Quibirite e do Faustino, teve lugar, em Mueda, uma banja presidida pelo Exmo. Governador do Distrito, a que compareceram cerca de 5.000 indígenas.

19 - Tinham sido tomadas várias providências em relação a essa banja: fôra enviado um pelotão de infantaria para as proximidades de Mueda e mantido um carro pronto, junto à secretaria, com condutor designado, para transportar a Mocímboa da Praia o Quibirite e o Faustino, logo que fossem presos.

20 - A sucessão de incidentes nessa banja foi rápida. Pode esquematizar-se da forma seguinte:

- a) Às 14 horas teve início a banja com a chegada do Exmo. Governador do Distrito;
- b) A bandeira que estava içada foi arreada para voltar a ser içada com todas as honras, mas a multidão mostrou-se desrespeitosa, mantendo-se sentada. O governador mandou repetir a cerimónia, depois de ter feito uma prelecção sobre o seu significado, mas o resultado obtido foi idêntico;
- c) O governador misturou-se com a massa indígena, falando com uns e com outros, após o que, postando-se em frente das escadas da secretaria, convidou a falarem os que o quisessem fazer;
- d) Tendo começado a chover, o governador abrigou-se na secretaria, tendo sido mandados subir para a varanda desta os indígenas que desejassem falar, bem como alguns que se tinham revelado como cabecilhas nos acontecimentos dos dias 13 e 14;
- e) O governador, entretanto, mandou que o pelotão de infantaria se aproximasse de Mueda;
- f) O governador chamou ao gabinete do administrador o Quibirite e o Faustino, bem como alguns indígenas, com os quais falou separadamente, vindo, em seguida, à varanda anunciar à multidão que o Faustino ficava preso, após o que regressou ao gabinete;
- g) Pouco depois voltou o governador à varanda para anunciar a prisão de Quibirite, tendo ordenado a um funcionário que fôsse dizer ao comandante do pelotão para avançar;
- h) Entretanto eram presos alguns indígenas tidos como cabecilhas, sendo todos algemados, bem como o Faustino e o Quibirite, na varanda da secretaria;
- i) A turba enfurecida começou a protestar e cresceu para a secretaria; o governador e vários funcionários tentaram fazê-la recuar, mas não o conseguiram, tendo sido apedrejados e agredidos; como a multidão continuasse a avançar e fôsse disparado um tiro - parece que para defender o governador de um indígena que pretendia apunhalá-lo - os cipais abriram fogo sobre a multidão, tendo entretantes chegado o pelotão de infantaria que secundou a acção dos cipais e dispersou a multidão. Houve mortos e feridos entre os assaltantes; nos que se encontravam na secretaria registaram-se alguns ferimentos causados por pedradas.

21 - Os factos ocorridos, no dia 16 de Junho de 1960, nas suas linhas gerais foram os que ficam descritos. O processo não oferece dúvidas a esse respeito, tendo sido ouvidas sobre ele dezenas de declarantes.

22 - Os principais responsáveis pelos sucessos de 16 de Junho foram Quibirite Divane e Faustino Ferreira Cesteiro Vanombe. Sem eles tais sucessos não teriam ocorrido. Não há dúvida de que foram a Mueda com o firme propósito de colocarem as autoridades sob coacção, apresentando-se sempre apoiados por centenas ou milhares de indígenas prontos a resistir, como resistiram, às determinações das autoridades.

23 - Sendo absolutamente necessário impedir que estes dois agitadores se acoitem no Tanganhica, onde poderiam actuar sobre dezenas de milhares de macondes portugueses que lá se encontram e provocar perturbações no nosso território, mas não havendo qualquer colónia penal na Província, nem local de onde seja difícil sair, não vê esta direcção de serviços outra solução que não seja a sua expulsão de Moçambique, fixando-se-lhes residência noutra província, possivelmente em Cabo Verde.

24 - Como se relatou na alínea h) do no.20 desta informação, foram presos alguns indígenas como cabecilhas dos sucessos ocorridos em 13 e 14 de Junho. Há razões para duvidar do acerto e justiça da selecção, dadas as condições em que foi feita, a sua rapidez e, sobretudo, se atendermos aos milhares de indígenas em que incidiu. É possível que tenha havido precipitação na escolha e erros de identificação. Todavia, parece não ser de aconselhar o regresso imediato de tais indígenas. Por isso se propõe que se promova o seu contrato para S.Tomé, por 3 anos. Qualquer erro que tenha havido será compensado, pelo menos parcialmente, pelo trabalho razoavelmente remunerado que se lhes proporciona, em muito melhores condições do que poderiam encontrar em Cabo Delgado e até, provavelmente, do que conseguiriam no Tanganhica.

25 - Os indígenas identificados no processo, para os quais se propõe contrato para S.Tomé, são: a) Germano Chimba, b) Orreste Chauaca, c) Anastácio Benjamim, d) Lucas Miguel, e) Sucar Injude, f) Zacarias Lucune, g) Ambrósio Cunumachuve.

26 - O arguido Lucas Miguel fugiu de Porto Amélia e encontra-se no Tanganhica. Foi incluído na proposta, apenas para evitar uma omissão. A sua posição terá de ser reconsiderada, se vier a ser recapturado, pois lhe são atribuídas atitudes, após a sua fuga, que haverá necessidade de investigar.

27 - Há no processo frequentes referências a Tiago Mula Mulombe, contra quem foi organizado um processo administrativo na Secretaria Distrital de Administração Civil de Cabo Delgado, no qual V.Excia., por despacho, determinou que ficasse detido no Comando da Polícia, em Lourenço Marques, até estar montada a colónia penal para indígenas.

28 - Como Tiago Mula Mulombe está estreitamente associado a Faustino Vanombe e veio à Província, em Março, com o intuito, ao que disse, de averiguar da atitude que o Faustino tivera a quando da sua primeira visita, em

Fevereiro de 1960, talvez seja oportuno reconsiderar a sua posição e dar-lhe o mesmo castigo que tiveram o Faustino Vanomba e o Quibirite.

29 - Dada a extensão desta e como as medidas propostas se encontram esparsas pelos nos. 11, 13, 23, 24 e 28 desta Informação, julga-se conveniente condensá-la da forma seguinte. Propõe-se:

a) Que seja fixada residência noutra Província Ultramarina a: Tiago Mula Mulombe; Faustino Ferreira Cesteiro Vanombe; Quibirite Divani.

b) Que seja fixada residência, por 10 anos, em localidades separadas dos distritos de Lourenço Marques, Gaza e Inhambane, a: Simão Nchucha; Lazima Dalama; Simone Chambumba; Madesta Iossufo; Mariano Tumiausto; Cosmo Paulo; Titicó Funde.

c) Que na hipótese de se julgar inapropriada a proposta da alínea b, aos indígenas nela mencionados seja aplicada a penalidade prevista na alínea a.

d) Que sejam contratados para S. Tomé, por um período de 3 anos, os indígenas: Germano Chimba; Orreste Chauaca; Anastácio Benjamim; Lucas Miguel; Sucar Injude; Zacarias Lucune; Ambrósio Cunumachuve.

30 - Na presente Informação apenas se procurou definir as responsabilidades dos indígenas que tiveram acção preponderante nos sucessos de 13, 14 e 16 de Junho. Parece que haverá também que definir responsabilidades de funcionários administrativos, o que não se tenta por não pertencer a esta Direcção de Serviços fazê-lo.

31 - Todavia há que fazer ainda algumas considerações sobre a forma como foi organizado o processo, a qual pode ter afectado o inalienável direito que os arguidos têm a que lhes seja feita justiça, e sobre a natureza das reclamações apresentadas por aqueles, reclamações que foram confirmadas, apoiadas e reiteradas por dezenas e dezenas de declarantes.

32 - A organização do processo não obedeceu a quaisquer normas processuais. Muito estranhamente começou-se o inquérito por ouvir em declarações o próprio escrivão, sem sequer o substituir para tal acto, nas quais ele mostrou ter participado em muitos actos correlacionados com o inquérito e, mais estranhamente ainda, não se hesitou em acarear os declarantes com o escrivão no decorrer das suas declarações. Muitos declarantes, na realidade, não prestaram declarações, limitando-se a confirmar as prestadas por outros, acrescentando às vezes um ou outro pormenor, e alguns foram ouvidos colectivamente sobre matéria que envolvia o apuramento de responsabilidades. Finalmente não foi ouvida uma só testemunha, nem as declarações foram prestadas sob juramento.

33 - De entre as reclamações apresentadas pela população, quer antes, quer depois de 16 de Junho, merecem relevo as que respeitam aos preços extorsivos por que os indígenas têm sido obrigados a vender galinhas, ovos, cabritos, etc., aos funcionários, ao recrutamento de trabalhadores efectuado por cipais, à prisão

de pessoas da família dos fugidos do trabalho e à obrigação das famílias pagarem os impostos dos emigrados, e merecem relevo tais práticas por, infelizmente, serem quase gerais em toda a Província.

34 - A obrigação dos indígenas venderem, por preços ínfimos, os seus produtos, quer queiram quer não, a não indígenas, é para eles, além de vexatória, um pesadíssimo encargo, por os não indígenas não se contentarem com o suficiente para ocorrerem às suas necessidades próprias, pois compram grandes quantidades, uns para oferecerem a amigos ou pessoas de influência residentes em localidades onde tais produtos são caros ou de difícil aquisição, outros para os negociarem com grandes lucros.

35 - Consta do processo que já foi determinado que tal prática cessasse, mas julga-se que a medida, se não fôr acompanhada de rigorosa e contínua fiscalização, será improficua, como improficuas foram todas as determinações anteriores sobre a mesma matéria.

36 - A faculdade que as autoridades administrativas têm de tabelar os géneros permite-lhes fixar preços lesivos da economia indígena, pelo que mais difícil é qualquer fiscalização e saber se erros cometidos são apenas resultado de mau discernimento e de rotina, se do inconfessável propósito de defraudarem a população indígena.

37 - Seja como fôr, os abusos cometidos na circunscrição dos Macondes, que - como se notou - se verificam igualmente em quase toda a Província, merecem especial atenção, já porque é de justiça que lhes seja posto côbro, já porque é necessário tirar aos insatisfeitos, aos irrequietos e até às próprias vítimas, pretexto para assumir atitudes que possam provocar tragédias sangrentas como a de 16 de Junho último.

É do que me cumpre informar V.Excia que resolverá como houver por bem.

Lourenço Marques, 24 de Novembro de 1960.

O Director de Serviços,

Pinto da Fonseca.

Insp.Adm.

Em paralelo, são propostas as medidas, punitivas contra os considerados cabecilhas da reivindicação. O Secretário Provincial Álvaro de G.e Melo, exarou aos 3 de Dezembro de 1960 um Despacho nesse sentido. Na mesma altura, aos 5 de Dezembro, o Secretário Provincial resumia para o Ministro do Ultramar, na nota no.778/294/B/11 (Confidencial), a sequência dos principais acontecimentos, e buscava o aval para as punições:

Excelência:

1 - Em Fevereiro de 1960, o indígena Faustino Ferreira Cesteiro Vanombe, intitulado-se presidente da "Sociedade dos Africanos de Moçambique", que disse ter cerca de 800 associados no Tanganhica, visitou a circunscrição dos Macondes, onde realizou diversas reuniões de indígenas, apresentando certas reivindicações de carácter social.

2 - Três dias depois da sua chegada, foi o Faustino Vanombe chamado à Administração da Circunscrição onde declarou que viera à Província a fim de tratar com as autoridades o regresso dos macondes portugueses que se encontravam no Tanganhica.

3 - Em 23 de Fevereiro, foi o Faustino Vanombe mandado regressar ao Tanganhica e ali aguardar que fôsse tomada uma resolução sobre o que expusera. Soube-se, depois, que o acompanharam pelo menos sete indígenas que aliciara durante a sua estadia na circunscrição dos Macondes.

4 - Em 22 de Março, Tiago Mula Mulombe apresentou-se na Administração da circunscrição dos Macondes com o pretexto de saber o que fizera e de que tratara o já referido Faustino Vanombe e como fôra acolhido pelas autoridades portuguesas. Intitulou-se presidente da "TanganicaMozambiqueMaconde Union" e pediu o auxílio do governo português para os macondes residentes no Tanganhica regressarem às suas terras.

5 - Em poucos dias de permanência, o Tiago Mulombe revelou a verdadeira natureza dos seus intúitos, pondo-se em contacto com os trabalhadores e presos da Administração, visitando regedorias, onde realizou reuniões, difundindo doutrinas subversivas. Enviado para Porto Amélia, foi ali preso, interrogado demoradamente e remetido para Lourenço Marques, por ser um indivíduo perigoso.

6 - Em 27 de Abril, apresentaram-se na Administração da circunscrição dos Macondes, os indígenas Simão Nchucha, Lazima Dalama, Simone Chambumba, Madesta Iossufo, Mariano Tumiaueto, Cosmo Paulo e Titicó Funde, que haviam sido aliciados em Fevereiro pelo Faustino Vanombe. Disseram ter sido enviados por aquele, a fim de instalarem a "Sociedade dos Africanos de Moçambique", entre os macondes, obtido que fosse o consentimento das autoridades. Foram presos e conduzidos para Porto Amélia, onde se encontram.

7 - Em 13 de Junho, apresentaram-se na Administração da Circunscrição dos Macondes, em Mueda, Faustino Vanombe e Quibirite Divane, escoltados por uns 300 indígenas, multidão que durante o dia foi aumentando, chegando a exceder 500 pessoas. O Quibirite comunicou a intenção de passar a residir em Mueda, mas nesse dia quase não houve a oportunidade de apurar as verdadeiras intenções dos dois agitadores, por o Administrador ter a sua atenção ocupada pelas

centenas de indivíduos que os haviam acompanhado, os quais pediram a libertação dos sete propagandistas detidos em Abril, a soltura de alguns indígenas que, erradamente, supunham presos e que fôsse consentido o regresso dos macondes que se encontravam no Tanganhica. O Administrador relatou os acontecimentos ao Governador do Distrito que se encontrava em Mocímboa da Praia.

8 - No dia imediato - 14 de Junho - voltaram os dois agitadores à Administração, acompanhados por mais de mil indígenas, expondo algumas das suas reivindicações. O Administrador anunciou-lhes que o Governador do Distrito visitaria Mueda no dia 16, e que poderiam, então, expôr as suas pretensões e apresentar as reivindicações que quisessem.

9 - No dia 16 de Junho compareceram em Mueda cerca de 5.000 indígenas. À chegada do Governador do Distrito foi içada a bandeira nacional, com as honras devidas, mas os indígenas manifestaram a sua indiferença e desrespeito conservando-se, na sua maioria, sentados e de chapéu na cabeça. O Governador do Distrito mandou repetir a cerimónia, depois de uma prelecção sobre o seu significado.

10 - O Governador do Distrito procurou desanuviar a situação, conversando com os indígenas, andando entre eles, após o que se dirigiu para a secretaria onde chamou o F. Vanombe e o Quibirite, bem como alguns que nos dias 13 e 14 se haviam revelado como cabecilhas. Pouco depois, o Governador anunciou que aqueles dois indígenas estavam presos por terem tomado atitudes contra o Governo de Portugal. Acto imediato, foram ambos algemados, na varanda da secretaria, bem como os considerados como cabecilhas, à vista da multidão.

11 - Então a turba cresceu para a secretaria, exigindo uns a libertação dos detidos, outros que fossem todos presos, pois todos eram macondes. O Governador e vários funcionários desceram da varanda tentaram sustentar a multidão, mas tiveram de retroceder porque foram apedrejados. No momento em que um indígena tentava apunhalar o Governador, ouviu-se um tiro. Chegou, em seguida, um pelotão de infantaria que, secundando os cipais, pôs os amotinados em debandada.

12 - Dos autos organizados, conclui-se que a "Sociedade dos Africanos de Moçambique" é o desdobramento da "Tanganyika Mozambique Maconde Union", cujos sócios são, ou foram, filiados na "Tanganyika African National Union".

13 - É absolutamente necessário tomar medidas severas que desencorajem os que, porventura, se proponham executar na Província o programa subversivo da "Sociedade dos Africanos de Moçambique" e colocar os responsáveis pelos acontecimentos de 16 de Julho, que são os mencionados no presente officio, em situação tal que de todo se lhes torne impossível refugiarem-se no Tanganhica,

donde em breve poderiam desenvolver uma acção perniciosa para a tranquilidade das populações do norte da Província e uma intensa propaganda anti-nacional.

14 - Já tive a honra de expôr a V.Excia, no ofício no.697/C/B/2/257, de 25 de Outubro último, que não há nesta Província ilha ou local de onde seja difícil sair, a não ser que se esteja preso. Acrescentarei agora que a Província não dispõe de estabelecimento prisional adequado para receber, por longo tempo, um elevado número de indivíduos, salvo tratando-se de condenados por delitos comuns.

15 - É com base no exposto, que tenho a honra de propôr a V.Excia. que, nos termos do artigo 5º do Decreto no.23.241, de 21 de Novembro de 1933, com a redacção que lhe foi dada pelo Decreto no.31.216, de 14 de Abril de 1941, seja fixada residência noutra Província Ultramarina, aos 10 indígenas já atrás identificados, os quais desde Fevereiro até 16 de Junho último, desenvolveram acção subversiva e são os principais responsáveis nos acontecimentos ocorridos em Mueda, naquela última data.

16 - Este Governo Geral tomaria a seu cargo a manutenção dos 10 indígenas referidos enquanto eles não estivessem em condições de angariar os meios de subsistência no local onde lhes fôr fixada residência.

17 - O relato feito neste ofício é apoiado em processos de inquérito e de averiguações devidamente organizados que não se remetem, só por serem necessários para levar a cabo algumas diligências suplementares que não respeitam aos 10 arguidos e para completar o estudo das providências que a situação dos macondes aconselha.

A bem da Nação,

Residência do Governo-Geral, em Lourenço Marques, aos 5 de Dezembro de 1960

O Secretário Provincial,

Álvaro H.de Gouveia e Melo

A conduta da autoridade administrativa directamente envolvida no processo é igualmente posta em causa, propondo-se a sua punição. Em 11 de Janeiro de 1961, o Chefe de Gabinete do Governo-Geral enviava à Direcção dos Serviços dos Negócios Indígenas a nota no.27/C, com o seguinte teor:

1. Por incumbência de S.Exª. o Governador-Geral, tenho a honra de devolver a V.Exª. os dois volumes do processo de inquérito que acompanharam a nota da referência [no.296/B/11, de 9 de Dezembro de 1960], sobre a qual o Exmº.Sr.Secretário Geral se dignou exarar o seguinte despacho:

"A leitura do processo vem evidenciar aquilo que, aliás, já era minha convicção: há que instaurar processo disciplinar contra o Adm. Garcia Soares, senão contra outros funcionários. Com esse objectivo, e para aproveitar a estadia do Inspector Pacheco de Amorim em Cabo Delgado, deve enviar-se o processo - original ou por certidão - à Inspecção dos Serviços Administrativos e dos Negócios Indígenas.

9.1.61

ass) Rui Guimarães."

A bem da Nação,
O Chefe de Gabinete,
Américo N. Nevès,
Cap. do S.A.M.

Entretanto, a punição dos considerados cabecilhas proposta em Moçambique parece não receber o acolhimento esperado por parte das autoridades metropolitanas. Em 12 de Abril de 1961, através da nota no. 1867/15.004.0(4), o Director do Gabinete de Negócios Políticos da Direcção Geral de Administração Política e Civil do Ministério do Ultramar comunicava ao Governador Geral de Moçambique o seguinte:

Excelência:

Em referência aos ofícios confidenciais n.ºs. 154/C/60/B/18, 155/C/61/B/11 e 156/C/62/C/B/2, de 28 de Fevereiro findo, desse Governo Geral, tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência que, estudada atentamente a matéria dos referidos ofícios, não parece possível, nas actuais circunstâncias, encarar a deslocação de todos estes indivíduos para outras províncias.

Aproveito a oportunidade para apresentar a Vossa Excelência os meus melhores cumprimentos.

A bem da Nação,
Gabinete dos Negócios Políticos, em 6 de Abril de 1961.
O Director,
(ilegível).

Enquanto decorria este processo, Quibirite Divane e Faustino Vanombe permaneciam presos e aguardando a definição do seu destino. Entretanto, a instituição policial manifestava já um certo desconforto, como transparece na nota no. 8646/2083/SC/16-1, datada

de Lourenço Marques, 29 de Junho de 1961, do comandante do Corpo de Polícia de Moçambique para a Direcção dos Serviços dos Negócios Indígenas.

1 - Em 25 de Maio do ano findo deu entrada nos calabouços desta Polícia, à ordem dessa Direcção, o indígena Tiago Mula Mulumbe, e em 24 de Junho seguinte, à ordem do Governo da Província, os indígenas Quibirite Dione [sic] e Faustino Vanomba [sic].

2 - Em virtude da natureza do delito estes presos encontram-se separados numa cela, sem contacto com outros presos que por aqui transitam.

3 - Dado que as restantes celas estão superlotadas, muito conviria um melhor aproveitamento daquela onde apenas se encontram 3 indivíduos, pelo que tenho a honra de rogar a essa Direcção se digne informar se ainda se mantém a necessidade dos citados presos se conservarem isolados, uma vez que já decorreu um ano sobre a data da sua vinda.

4 - Em caso afirmativo muito agradecia a essa Direcção se se dignasse providenciar sobre a transferência dos mesmos presos para outro estabelecimento prisional, em virtude da falta de espaço para o grande movimento de presos que possuímos.

A bem da Nação,
O Comandante,
Armando Manuel Cardoso Aires de Abreu,
Major

Finalmente, em Abril de 1962, face à insistência das autoridades provinciais em transferir pelo menos os cabecilhas para outra província ultramarina, a recusa do Ministro do Ultramar vem agora categórica, num telegrama datado de 8 de Março de 1962:

Referência 80 Cif não há possibilidade transferir quaisquer indivíduos dada situação segurança todas as províncias PT A regra é que cada província deva suportar própria delinquência ou perigosos. Ministro.

Face a uma tal situação, o inspector Pinto da Fonseca vê-se forçado a enviar a seguinte proposta ao Secretário Geral, através da nota

no.59/B/11 (Confidencial), de 2 de Abril de 1962, da Direcção dos Serviços de Negócios Indígenas:

Excelentíssimo Senhor Secretário Geral,

1 - Por officio no.697/C/B/2/257, de 25 de Outubro de 1960, dirigido a Sua Excelência o Ministro do Ultramar, propôs o Governo Geral que a Marcos Dama Rinze fosse fixada residência noutra Província Ultramarina, por motivo de segurança interna.

2 - Em apoio da proposta foram remetidos dois processos administrativos que haviam originado a deposição de Marcos Dama Rinze do cargo de regedor da regedoria Dama, da circunscrição de Angónia.

3 - Mais tarde, pelo officio no.778/C/294/B/11, de 5 de Dezembro de 1960, foi proposta a aplicação da mesma pena a vários indivíduos, entre os quais figuravam: Faustino Ferreira Cesteiro Vanombe, Quibirite Divane e Tiago Mula Mulombe.

4 - Contra esses indivíduos tinham sido instaurados os necessários processos e no referido officio 778 fez-se descrição pormenorizada das actividades subversivas desenvolvidas por cada um deles.

5 - Várias vezes insistiu o Governo com o Ministério para definir as situações dos mencionados indivíduos até que, pelo telegrama no.58 CIF, de 7 de Março findo, se tomou conhecimento de que não era possível a fixação de residência noutra província ultramarina.

6 - É do teor seguinte o referido telegrama:

"58 CIF - Referência 80 CIF não há possibilidade de transferir quaisquer indivíduos dada situação segurança todas as províncias PT A regra é que cada província deva suportar própria delinquência ou perigosos - MINISTRO."

7 - Há, portanto, que fixar residência dentro da província ao abrigo do no.4 do artigo 5º do Decreto no.23.241, de 21 de Novembro de 1933, com a nova redacção que lhe foi dada pelo artigo único do Decreto no.31.216, de 14 de Abril de 1941, aos quatro cidadãos atrás mencionados.

8 - Tendo em atenção a gravidade que pelo Governo Geral tem sido atribuída às faltas cometidas, tenho a honra de propôr a V.Exª que àqueles cidadãos seja fixada residência na área e pelo tempo que para cada um adiante se indica:
Marcos Dama Rinze, no concelho de Moçambique, por 4 anos;
Faustino Ferreira Cesteiro Vanombe, na sede da circunscrição do Govuro, por 5 anos;

Quibirite Divane, na sede do concelho de Inhambane, por 5 anos;
Tiago Mula Mulombe, na sede do concelho dos Muchopes, por 5 anos.

9 - Juntam-se os decalques dos officios no.697 e 778, atrás referidos.

V.Exª resolverá como fôr de justiça.
Lourenço Marques, 2 de Abril de 1962.
Pelo Presidente,
Pinto da Fonseca,
Ins.Adm.

Finalmente, o Serviço dos Negócios Indígenas acabou por determinar o destino de Quibirite Divane e Faustino Vanombe, quase dois anos após a sua detenção, como se pode ver na nota 13/B/11 (confidencial e secreta) do director daquele serviço para o Governador do Distrito de Inhambane.

Exmº. Senhor Governador do Distrito de Inhambane,

1 - Por despacho de 5 do corrente mês, o Excelentíssimo Senhor Secretário Geral fixou residência, nos locais e pelos períodos adiante indicados, aos seguintes indivíduos:

- a) Quibirite Divane, natural do grupo Lipelua, regedoria Babala, circunscrição dos Macondes, por cinco anos, na sede do concelho de Inhambane;
- b) Faustino Ferreira Cesteiro Vanombe, natural do grupo de povoações Muatide, regedoria Caboca, circunscrição dos Macondes, por cinco anos, na sede da circunscrição do Govuro.

2 - Ambos estes indivíduos tiveram actividades subversivas no norte da Província, tendo o Quibirite, ao que parece, uma forte personalidade e uma posição importante entre os adeptos das suas doutrinas.

3 - O Quibirite deve seguir para essa cidade, num camião de carreira, acompanhado de um guarda auxiliar.

4 - O Faustino, acompanhado também de um guarda auxiliar, deve seguir de avião para Vilanculos. O seu transporte desta última localidade para Nova Mambone ficará a cargo e à responsabilidade do Administrador da Circunscrição de Vilanculos.

5 - O Excelentíssimo Senhor Secretário Geral determina que tanto o Faustino como o Quibirite sejam vigiados, de forma a poder dar-se início, sem demora, às diligências necessárias para a sua captura no caso de se evadirem.

6 - A melhor forma de se conseguir uma vigilância eficaz será obter-lhes emprego em serviço público ou em firmas de confiança, com a recomendação de que deve ser dado imediato conhecimento à autoridade administrativa se faltarem ao serviço, fazendo notar que será inadmissível e prejudicial qualquer demora em o fazer.

7 - Com o fim indicado, incumbe-me o Excelentíssimo Senhor Secretário Geral de solicitar a V.Ex^a. que, pessoalmente, tome a seu cargo a direcção das diligências necessárias para a obtenção de emprego para os dois mencionados indivíduos.

8 - Usando de toda a descrição, convém que às autoridades marítimas, aduaneiras e da guarda fiscal - sobretudo aos elementos europeus - tanto de Inhambane como de Nova Mambone, seja proporcionado o conhecimento do Quibirite ou do Faustino, conforme o caso, de forma a estarem habilitados a impedir a sua fuga em qualquer embarcação, se algum deles a tentar.

9 - Se o Quibirite ou o Faustino se evadirem, devem ser imediatamente tomadas as providências necessárias para a sua captura, ficando o administrador da Circunscrição do Govuro autorizado a dirigir-se, exclusivamente para tal efeito, às entidades que entenda necessário, dentro ou fora do Distrito, devendo em seguida dar conhecimento a V.Ex^a. do que fizer.

10 - Como há interesse em fazer seguir o Faustino, sem mais demora, ao seu destino, e não convém que chegue a Vilanculos ou a Nova Mambone antes das respectivas autoridades estarem suficientemente esclarecidas sobre este importante assunto, vão-lhes ser enviados directamente decalques deste officio, os quais, até à recepção das ordens que V.Ex^a. entenda dever dar-lhes, servirão para sua orientação.

11 - O Excelentíssimo Senhor Secretário deseja ser mantido a par do comportamento dos dois mencionados indivíduos e dos empregos que vierem a ter.

A bem da Nação,

Lourenço Marques, 16 de Abril de 1962,

Pelo Presidente,

Pinto da Fonseca,

Ins.Adm:

Efectivamente, Quibirite Divane e Faustino Vanombe seguem para Inhambane, com a chegada referenciada nesse mesmo mês de Abril, dia 19 (ver, por exemplo, officio confidencial e secreto 132/B/11, do presidente do Instituto do Trabalho, Previdência e Acção Social para

Governador de Inhambane). Aí permaneceram um par de meses sem menção especial no processo, até que a Polícia Internacional de Defesa do Estado, PIDE, vem, através da nota confidencial e urgente no.1256/62/SR, de 15 de Julho de 1962, para o Presidente do Instituto do Trabalho, Previdência e Acção Social, provocar uma "tempestade". A PIDE, aparentemente a solicitação do Ministério dos Negócios Estrangeiros, primeiro, e mais tarde do Governo do Distrito de Cabo Delgado (nota confidencial no.1586/62/SR, de 12 de Setembro de 1962), indagava sobre o evoluir do processo, e particularmente sobre "o pensamento político actual do Quibirite". Porém, para grande embaraço do Instituto do Trabalho, Previdência e Acção Social, o Quibirite tinha aparentemente recebido autorização para regressar a Cabo Delgado. Através do telegrama cifrado no.91/B/11, de 29 de Setembro de 1962, dirigido ao Governo do Distrito de Inhambane, o Instituto procurava esclarecer a situação:

Incumbência Excelentíssimo Secretário Geral rogo Vossa Excelência informar urgentíssimo quais os motivos falta cumprimento determinação constante parágrafo onze ofício secreto número treze de dezasseis Abril último justificando razões levaram libertar Quibirite Divane autorizando seu regresso terra naturalidade Macondes e providências foram adoptadas após recepção ofício referido.

Apressadamente, também o gabinete do Governo Geral enviava em 24 de Setembro um telegrama confidencial ao Governo do Distrito de Cabo Delgado solicitando a rectificação do erro:

314GOV Secretário Geral confirma por este modo pedido telefónico feito Vossa sentido ser mandado apresentar esta indivíduo referido telegrama 132/A/3 que indevidamente foi mandado regressar essa.

No dia seguinte mesmo, Quibirite Divane era enviado de volta para Lourenço Marques, como narra o telegrama secreto de 25 de Setembro de 1962, enviado pelo Chefe de Gabinete Interino tenente João Rui Almeida d'Eça para o Secretário Geral, capitão Serpa Rosa:

Cópia do telegrama de hoje, recebido do Governo do Distrito de Cabo Delgado: 144/A/3 Refa 314GOV Secreto Quibirite segue hoje Lourenço Marques navio Moçambique PT Vai destino esse Gabinete por desconhecer entidade deve recebê-lo. Governador.

Entretanto, diligências levadas a efeito fornecem mais luz sobre os factos:

Apontamento da Diligência Levada a Efeito no Comando do Corpo de Polícia, em 28 de Setembro de 1962, por Ordem de Sua Ex^a o Secretário Geral, Acerca de Quibirite Divane, Chegado a esta Cidade na Manhã de Hoje:

Armando dos Santos Lemos, Adm.Circ.de 1^a classe e Hermínio Monteiro Pais, Asp.Adm., desobrigando-se da missão de que foram incumbidos passam a informar o seguinte:

Logo que recebida a ordem pelo telefone dirigimo-nos ao Comando do Corpo de Polícia, onde chegámos cerca das 14,30 horas e pelo Exmo.2^o Comandante fomos postos à disposição um gabinete e apresentado o Quibirite Divane, natural do grupo de povoações Lipelua, regedoria Babala, circunscrição dos Macondes, distrito de Cabo Delgado, a quem interrogámos sobre o seu regresso à terra da naturalidade, tendo havido a seguinte troca de impressões sem a necessidade de intérprete, por falar e compreender português:

Que chegou a Inhambane e foi mandado para o Comissariado de Polícia, onde permaneceu cerca de 3 meses, tendo sido sempre bem tratado, nunca tendo dado entrada nos calabouços, excepto para dormir, e o seu trabalho limitava-se a serviços de limpeza.

Tinha completa liberdade, ao ponto de, aos domingos e feriados, poder passear livremente pela cidade.

Apresentou-se na Secretaria Distrital de Administração Civil de Inhambane acompanhado pelo auxiliar que procedeu à remoção de Lourenço Marques, onde entregou a guia de marcha.

Foi o mesmo auxiliar que o levou ao Comissariado de Polícia onde ficou a aguardar, dado que a guia ficou naquela Secretaria Distrital, o que foi Dito ao Chefe quando este lhe fez um pedido de guia.

Substituído aquele Chefe de Polícia, foi pelo novo interrogado sobre o motivo por que ali se encontrava, tendo-lhe respondido que não sabia, pois já ali estava há 3 meses e ainda nada lhe haviam dito. O Chefe disse-lhe, então, que ia saber qual a sua situação e depois o informaria.

No dia seguinte foi chamado e foi-lhe comunicado que seguiria no primeiro navio para a sua terra o que se verificou cerca de 8 dias depois, pelo navio "Lúrio" que saiu no dia 8 de Agosto último de Inhambane e veio a esta cidade, partindo depois para o Norte, tendo chegado a Porto Amélia a 25 do mesmo mês, apresentando-se na Administração do Concelho daquela localidade com a

guia que lhe havia sido conferida em Inhambane.

Não vê inconveniente em voltar para Inhambane para completar o tempo que lhe falta cumprir (5 anos, o que só agora soube), desde que lhe sejam dados os meios de poder trabalhar, ganhar o suficiente para se manter e vestir e não andar andrajoso e sem ocupação remunerada como sucedeu durante aqueles 3 meses. Não tem profissão definida. Era um grande agricultor, tendo a seu cargo sua mulher Helena e 2 filhas - Helena e Maria - que residem na regedoria Babala, chefe Lipelua.

Mostrou ser seu desejo trabalhar na Câmara Municipal de Inhambane como capataz, olheiro ou outro semelhante, mas nunca trabalhador rural (enxada).

A investigação desta situação revela, para além de um sistema incrivelmente burocratizado, a apressada tentativa do Governo de Inhambane de, ao apurar factos, arranjar bodes expiatórios, o que é feito através do ofício no.722/A/15 de 26 de Setembro de 1962, enviado pelo Encarregado do Governo ao Presidente do Instituto do Trabalho, Previdência e Acção Social:

I - Sobre o ofício secreto no.13 de 16.4.962 desse Instituto o Exmo.Sr. Governador deste Distrito lançou o seguinte despacho: "quanto ao emprego telegrafe-se a Mambone pedindo ao Sr.Administrador para tratar do assunto do Faustino com o Sr.Chefe do Sector do M.C.T., solicitando-lhe em meu nome colocação. Quanto ao Divane vai tentar-se junto da Câmara ou das Obras Públicas. 21.4.962."

II - Em face deste despacho no mesmo dia 21 de Abril último a Secretaria Distrital de Administração Civil expediu para a Circunscrição de Mambone o seu telegrama cifrado 328/A/15 do seguinte teor: "agradece vexa contactar chefe sector M.C.T. essa solicitar em nome Sexa Governador colocação Faustino Ferreira Cesteiro Vanombe quem foi fixada residência essa localidade período 5 anos ponto Faustino seguirá por avião para Vilanculos d'onde seu transporte para essa fica cargo e responsabilidade administrador Vilanculos ponto Assunto se referirá ofício 13/B/11 Instituto Trabalho 16 corrente".

III - Em relação ao que ficava desterrado em Inhambane, julgo ter sido pensamento do Exmo.Governador do Distrito, dar conta do seu caso ao Sr.Administrador e Comissário de Polícia de Inhambane, tão depressa ela se apresentasse.

IV - Tendo-lhe, porém, sido tomada a apresentação pelo aspirante administrativo Edmundo Brás Leite em 19.4.962, que o mandou para o Comissariado de Polícia, sem dar conhecimento do acto praticado, nem ao chefe da 2ª secção, ao tempo, Secretário Abel Rodrigues Miguel, nem ao Administrador que superintendia na 2ª Secção e era o encarregado da correspondência secreta, Raúl

Ribeiro Delgado e Silva, não se soube da sua chegada por parte de nenhum funcionário responsável para ser transmitida ao Governo, que por esse facto dela não teve conhecimento.

V - O aspirante Edmundo Brás Leite não tendo transmitido na ocasião o caso, não mais se lembrou dele, nem tão pouco do Quibirite, pelo que não mais tocou no assunto aos funcionários superiores da secção.

VI - Em fins de Julho último o sub-chefe Arcides de Figueiredo Almeida que chefiava a esquadra do Comissariado de Polícia local, estando para ir de licença graciosa, sabe-se que contactou com o aspirante Leite e presume-se com o Administrador Alfaro Cardoso, presentemente na Gorongosa, e, que, na altura, ocupava o lugar anteriormente ocupado pelo Administrador Delgado e Silva, a insistir pelo esclarecimento da situação do Quibirite, tendo por parte desses elementos da Secretaria Distrital obtido a resposta que não havia qualquer "papel" relativo a tal indivíduo.

VII - É admissível que o Administrador Alfaro Cardoso tivesse dado a informação de que nada havia sobre Quibirite, porquanto, no tempo dele, como encarregado da correspondência secreta, processou indevidamente o expediente referente ao Quibirite no processo F/7 encontrando-se, no entanto, os antecedentes que diziam respeito ao desterrado e o ofício no.13/B/11 pois, também, no processo A/15.

VIII - Em face destas dificuldades, ao nível da 2ª secção da Secretaria Distrital e do Chefe da Esquadra do Comissariado da Polícia, ficou resolvido passar guia ao Quibirite em 30.7.962 para se apresentar na Secretaria Distrital para lhe ser feita requisição de passagem para regressar à terra da sua naturalidade, o que tudo se fez ao mesmo nível, e originou o lamentável regresso do mesmo a Porto Amélia, o que jamais se teria dado se todas essas dificuldades, por parte da Polícia, tivessem sido levadas ao conhecimento do seu Comissário, Administrador João dos Santos Monteiro, que mas transmitiria ou então delas me tivesse feito ciente a 2ª secção da Secretaria Distrital directamente ou por intermédio do Substituto do Secretário do Distrito.

IX - Se tal tivesse acontecido debruçar-me-ia pessoalmente sobre o expediente secreto e acabaria por descobrir, como aconteceu na tarde de 21.9.962 em que Sua Exª. o Secretário Geral me telefonou, a referência que, só agora vim a saber, tanto se procurou, respeitante ao Quibirite, e que impediria a requisição de passagem que a favor dele se fez para Porto Amélia.

X - Em face de quanto fica dito verifica-se que o não cumprimento da determinação constante do parágrafo 11º do ofício secreto no.13 de 16 de Abril último reside no facto deste Governo não ter tido conhecimento da chegada dos desterrados mencionados no referido ofício (a Administração de Govuro, também não chegou a informar da chegada do Vanombe), encontrando-se, pelo relato

feito, justificadas as razões que originaram o regresso do Quibirite Divane a Porto Amélia.

XI - Reproduziu-se tudo quanto fica relatado por audição, sem organização de processo, de elementos da 2ª Secção da Secretaria Distrital e do Comissariado de Polícia bem como por consultas feitas aos arquivos.

A bem da Nação,
O Encarregado do Governo,
João Moreira Barbosa Matos,
Int.de Distº.

No mês seguinte, as autoridades centrais manifestam ao Governo de Inhambane o seu profundo desagrado pela sucessão dos acontecimentos, recusando as explicações dadas e procurando, desta feita, que a pena de Quibirite Divane fosse cumprida "sem sobressaltos". É o seguinte o teor do ofício no.159/B/11 (confidencial e secreto) do Instituto do Trabalho, Previdência e Acção Social para o Governador do Distrito de Inhambane:

Por determinação do Excelentíssimo Senhor Secretário-Geral, a quem foi presente a nota de referência, tenho a honra de levar ao conhecimento de V.Exª. as seguintes considerações:

1º - É deveras estranho que o Quibirite Divane (aliás Quibirite Diuane) tivesse sido posto em liberdade e mandado regressar a Porto Amélia antes de se ter conhecimento exacto das razões que motivaram a sua fixação de residência em Inhambane e de se promoverem as necessárias diligências junto das instâncias superiores ou, pelo menos, da entidade por intermédio da qual se processou a deslocação.

1º - 1 - O facto daquele indivíduo ter afirmado não saber porque aí se encontrava (afirmação que não deve corresponder à verdade, mas é de admitir, uma vez feita em sua legítima defesa), não parece constituir motivo para ser posto em liberdade, requisitando-se-lhe passagem para o seu repatriamento, tanto mais que ele mantém a afirmação de haver dito ter sido portador duma guia que ficou na Administração e ter saído do Comissariado de Polícia desta localidade, acompanhado por um guarda que era, também, portador duma carta que igualmente entregou.

1º - 2 - Consta-se, assim, não ter havido o necessário cuidado e interesse sempre exigidos em casos de gravidade, como o presente, tanto mais que, por descuidos desta natureza, podem advir lamentáveis efeitos, impossíveis de remediar. Felizmente que tudo parece ter-se conjugado no sentido de poder ultimar-se o assunto sem consequências de maior.

2º - O referido indivíduo, de novo em Lourenço Marques de regresso da terra da sua naturalidade na Circunscrição dos Macondes, deverá seguir para essa cidade a fim de *cumprir o resto da pena* que lhe foi aplicada por despacho de 5 de Abril de 1962, como oportunamente se comunicou em ofício (secreto) no.13/B/11, de 16 do mesmo mês.

2º - 1 - Ele deve, possivelmente, seguir em camião da carreira, acompanhado de um guarda-auxiliar, na próxima quarta-feira, dia 10 de Outubro, - facto que será comunicado telegraficamente.

3º - O mesmo Excelentíssimo Senhor determina que sejam, desta vez, tomadas na devida consideração todas as recomendações então feitas naquele ofício, nomeadamente as constantes dos seus parágrafos quinto e seguintes.

4º - O Quibirite, ao ser aqui novamente interrogado, esclareceu gostar muito de Inhambane onde deseja trabalhar desde que seja em serviço remunerado, mas nunca em trabalhos de enxada, e lamentou-se do que lhe aconteceu durante o período de três meses que aí esteve em que, sem qualquer salário, o fizeram trabalhar em serviços de limpeza e na "machamba" do Comissariado, não obstante as expressas recomendações do parágrafo sexto do já aludido ofício.

5º - Manifestou, ainda, a sua preferência por um lugar de capataz da Câmara Municipal ou, na impossibilidade de conseguir-se este, o de olheiro ou outro idêntico em qualquer Departamento do Estado, desejo que, de resto, há todo o interesse em ver satisfeito porque, a conseguir-se, levará o interessado a solicitar a vinda da família para se fixar com carácter permanente, o que há toda a conveniência em estimular-se.

6º - Finalmente e sem que haja necessidade de repetir aqui todas as recomendações já anteriormente feitas, esclarece-se ser desejo do Governo Geral que ao assunto se dispense a melhor atenção e interesse com o fim de evitar complicações como as que, por lamentável descuido ou falta de compreensão de deveres e responsabilidades, se verificaram da primeira vez sem que tivesse sido apresentada uma aceitável justificação.

7º - O Excelentíssimo Senhor Secretário Geral deseja ser informado da colocação que venha a conseguir-se-lhe e, mensalmente, do seu comportamento e das idéias que expanda ou divulgue, enfim tudo quanto possa interessar a este importante assunto, o que constitui a confirmação do pedido já formulado por este Instituto em telegrama cifrado no.93/B/11 e ofício secreto no.147/B/11, respectivamente de 24 e 25 de Setembro findo.

A bem da Nação,
Lourenço Marques, 6 de Outubro de 1962,
Pelo Presidente,
Armando dos Santos Lemos, Adm.de 1ª.classe.

Quibirite Divane é, então, enviado pela segunda vez para Inhambane, em 10 de Outubro de 1962, acompanhado do respectivo guarda, ambos com guias de marcha e respectivas cópias. Profusa documentação confere destino específico a cada uma dessas cópias. Entretanto, o Governo de Inhambane acompanha agora de perto o caso, e diligentemente informa o governo central. Logo a 7 de Novembro, a nota 845/A/15 (confidencial), do Governo de Inhambane para o Instituto do Trabalho, Previdência e Acção Social, informa o seguinte:

1 - Cumpre-me informar V.Ex^a. que tanto o Quibirite como o Faustino têm tido bom comportamento, pois não têm sido notados quaisquer movimentos suspeitos, quer no serviço ou fora dele.

2 - O Quibirite encontra-se actualmente a residir no bairro Santarém em casa de um seu conterrâneo de nome Salaba, jardineiro da Câmara Municipal desta cidade e presentemente trabalha como vigilante das Obras Públicas, nos trabalhos que se estão a efectuar na nova residência do Governo do Distrito.

Quanto a Faustino Vanombe, teve um destino menos "atribulado" que Divane. Em 14 de Janeiro de 1963, através do ofício secreto no.33/A/15, o Governo de Inhambane informava o Presidente do Instituto do Trabalho, Previdência e Acção Social do seguinte:

1 - Respeitante ao mês de Dezembro do ano findo, cumpre-me informar que tanto o Quibirite Divane como o Faustino Vanombe têm tido bom comportamento, não lhes tendo sido notados quaisquer movimentos suspeitos, no serviço ou fora dele.

2 - Mais informo V.Ex^a. que ao Faustino Vanombe foi agora arranjado um emprego no Clube de Mambone, fora das horas de serviço, no qual ganha 350\$00 mensais, o que resulta um salário total de 750\$00 e com o que se mostra bastante satisfeito.

3 - Quanto à sua mulher, Ágata, o Faustino, embora sentido, mostrou-se de certo modo conformado [com a sua recusa em vir de Mueda para Mambone]; no entanto pede que de novo se insista com ela para que aceite vir para a sua companhia, trazendo a filha Helena.

4 - Ainda o mesmo Faustino, que agora já se vai mostrando mais confiante na autoridade administrativa, pediu que a carta junta fosse entregue a sua mulher Ágata pois, diz ele, já escreveu várias que, supõe, não lhe chegaram às mãos.

5 - A este propósito, agradeço a V.Ex^a. se digne providenciar no sentido de a mesma ser traduzida, remetendo a este Governo uma cópia, visto nesta área não haver quem conheça a língua maconde a não ser o Quibirite e mais 2 desterrados que se encontram em Panda, aos quais não desejo facultar a carta para traduzir.

A bem da Nação,
O Encarregado do Governo,
João Moreira Barbosa Matos,
Int.de Dist^o.

A partir desta altura nada mais consta no processo a não ser a informação regularmente transmitida até Abril de 1966, segundo a qual Quibirite Divane e Faustino Vanombe "têm tido bom comportamento, não lhes tendo sido notados quaisquer movimentos suspeitos, no serviço ou fora dele".

NOTAS

¹Eduardo Mondlane, *Lutar por Moçambique*, Lisboa: Sá da Costa, 1977, pp.125-126.

²Uma sucessão de outros acontecimentos afectou profundamente a estabilidade do já velho Estado Novo, nomeadamente o desvio do navio Santa Maria por um grupo dissidente luso-espanhol liderado por Humberto Delgado, que pôs em causa publicamente os dois velhos ditadores da Península Ibérica, e a tentativa falhada de golpe militar liderada por Botelho Moniz, em Abril. A perspectiva do ano de 1961 como um ano de viragem no destino do regime de Salazar vem desenvolvida no livro de José Freire Antunes, *Os Americanos e Portugal, 1961: Kennedy e Salazar, o Leão e a Raposa*, Lisboa: Difusão Cultural, 1991.

³Esta interpretação só é justa se tomada neste contexto preciso. De facto, merece discussão a hipótese de uma estratégia colonial face à escalada nacionalista, na década de setenta, que sai fora do contexto deste processo. Por outro lado, não são também tidos em conta aqui aspectos importantes desenvolvidos a partir da década de cinquenta, referidos por Anna Maria Gentili em artigo neste número. Merece particular realce, nesse sentido, a legislação publicada em Setembro de 1961, em que o então jovem ministro do ultramar Adriano Moreira procurava, através da reforma da administração, não perder a iniciativa.

DA "PROVA DE TRABALHO" AO BILHETE DE IDENTIDADE: A INTEGRAÇÃO DE OCUA NA ECONOMIA DE MERCADO COLONIAL (1942-1960)

por Paulo Soares

Este artigo foi escrito com base no material de arquivo do Posto Administrativo de Ocua (Mecufi, Cabo Delgado) e com ele procuramos destacar a importância deste tipo de fontes, provenientes do funcionamento dos vários serviços da administração colonial e existentes no Arquivo Histórico de Moçambique, para o conhecimento de múltiplos aspectos sociais, económicos, políticos e mesmo culturais da história recente de Moçambique.

O Chefe de Posto Administrativo era a autoridade de base de toda a hierarquia do poder colonial. A ele cabia directamente pôr em execução a política definida aos níveis superiores do governo português, dentro dos limites estabelecidos nas suas atribuições e dentro do território que lhe era confiado. Competiam-lhe funções amplas e a partir dos anos quarenta ele foi centralizando todos os aspectos da vida na área do Posto, desde a política indígena às questões de trabalho, colecta de impostos, fomento da agricultura e da colonização, incluindo o comércio, indústria, obras públicas, instrução, justiça e controle de orçamentos.

É possível fazer uma análise microeconómica e social com base nas informações arquivadas pelos Chefes de Posto, acompanhando em pormenor o processo de integração dessas áreas administrativas na economia do mercado colonial. Assim, seleccionámos o arquivo de um Posto, neste caso Ocua, onde desde 1932 existe uma fábrica de descaroçamento de algodão. Situado a sul de Cabo Delgado, na antiga Circunscrição Civil de Mecufi, o Posto de Ocua localiza-se na margem do rio Lúrio, onde durante a década de quarenta foi construída a grande ponte do Lúrio, na estrada que liga Nampula à actual cidade de Pemba. Dali eram enviados trabalhadores para a construção do caminho de ferro de Nacala e para as sisaleiras.

Para analisar a documentação de arquivo do Posto Administrativo de Ocuca foi necessário seleccionar previamente todas as pastas, livros de registo e processos de arquivamento provenientes unicamente de Ocuca, e que se encontravam misturados com todos os outros documentos do Fundo de Cabo Delgado, recolhidos no Arquivo Histórico de Moçambique mas que, pela sua quantidade, falta de recursos humanos e mesmo espaço físico, ainda se encontram sem tratamento arquivístico sistemático, estando condicionada, por essa razão, a sua consulta.

Em algumas semanas foi sendo reconstituído todo o arquivo do Posto, à medida que fomos separando os documentos pertinentes e arrumando-os em caixas, conforme a ordem ou tabela de classificação oficial adoptada por todas as secretarias da administração colonial, com os processos organizados pelas distintas secções de arquivamento e em sequência cronológica.

Este empreendimento foi facilitado pelo apoio que recebemos da direcção do Arquivo Histórico de Moçambique e pela experiência acumulada em 1977, durante as actividades extra-escolares da universidade, quando em Tete integrámos uma brigada do AHM para fazer a selecção, embalagem e transporte dos documentos provenientes dos vários serviços públicos coloniais, incluindo arquivos de circunscrições e postos administrativos. Integrava-se esta acção numa política mais global que permitiu a conservação de uma percentagem bastante significativa da documentação produzida no âmbito das funções das várias instituições e entidades coloniais.

O propósito foi, então, elaborar um instrumento de pesquisa de documentação arquivística¹ dentro de uma prévia definição temática e que revelasse e permitisse o acesso a fontes primárias fundamentais para o conhecimento da história de Moçambique, em particular no tocante às últimas décadas, com eventuais informações sobre qualquer assunto ou interesse específico do investigador.

Nesse repertório os documentos são apresentados conforme as secções e processos de classificação original,² por ordem cronológica e reunindo vários *items* de identidade comum na mesma entrada, mencionando sempre a caixa onde estão localizados e uma anotação relativa ao conteúdo dos mesmos, cujas palavras-chave são recuperadas num índice analítico.

Foram seleccionados, através de uma pesquisa sistemática, os documentos considerados mais importantes para o estudo do tema, a partir de uma prévia definição de assuntos e descritores que abrangem

conceitos tão amplos como produção agrícola e mão-de-obra. Neste sentido a selecção foi aberta para além dos processos específicos que na classificação oficial diziam respeito ao tema (B-9: Mão-de-obra; B-15: Trabalho indígena; e D-1: Agricultura), abrangendo todas as secções e processos de arquivamento, de onde se reteve a maioria de documentos seleccionados e de pertinência para um estudo global do tema proposto.

Com perto de 600 entradas, remetendo para mais de um milhar de documentos entre notas, circulares, relatórios, mapas estatísticos, de impostos, de trabalhadores contratados, de machambas de colonos ou de vários cultivadores e agricultores, o repertório é acompanhado por um quadro cronológico sobre a política colonial e acontecimentos respeitantes a Ocua ocorridos no período entre 1941 e 1960.

No presente artigo procuraremos fazer uma análise sobre o processo de integração de Ocua na economia de mercado colonial durante o período que ocorre entre a II Guerra Mundial quando, a coberto dos acontecimentos que envolviam as outras potências, Portugal impunha um regime de disciplina militar às suas colónias, neste caso Moçambique, através do General Bettencourt, Governador Geral desde 1938 e durante cerca de uma década.

Procuraremos seguir de perto a aplicação de medidas excepcionais, desde que se passou a exigir a *prova de trabalho*, e as acções de coerção e controlo usadas para impôr o trabalho forçado de forma sistemática, contra os princípios da Convenção de Genebra de 1930, que advogava o fim do trabalho compulsório nas colónias africanas, incluindo condenações penais e corporais por faltas a contratos de trabalho, e até ao levantamento, confidencial, dessas medidas em 1960.³

No mesmo ano, as autoridades administrativas deixam de intervir no pagamento de salários de todos os contratos na sua área ou no recrutamento directo para obras do Estado; estabelece-se a liberdade de circulação dos indígenas (portadores do novo bilhete de identificação, e que entretanto deixariam de ser designados por indígenas) e a voluntariedade de oferta de trabalho,⁴ dando início a grandes reformas na administração política das colónias, passando a partir de então os factores económicos a impor-se no mercado moçambicano, embora seja de assinalar uma crise de reajustamento até meados da década de sessenta.

1. A Crise da II Guerra Mundial e a Obrigatoriedade da *Prova de Trabalho*

Durante a II Guerra Mundial, o regime do nacional-corporativismo português, mantendo a sua neutralidade face ao conflito, mas em crise económica e social profunda agravada pelas dificuldades em importar bens de mercados tradicionais, virou-se para África, depois de ter empoado as atenções nacionais com a Exposição do Império Colonial de 1940, onde toda a variedade de produtos e dados económicos, sociais e culturais de cada colónia foi promovida.

Nos anos anteriores tinham já sido criados os órgãos corporativos para controlar as exportações coloniais: a Junta de Exportações do Algodão Colonial; a Junta de Exportações de Cereais das Colónias; a Comissão Reguladora da Importação da Colónia de Moçambique; e a Junta de Exportação da Colónia de Moçambique.⁵ Eles passaram a intervir também na agricultura e comércio de produtos agrícolas de uma forma independente e descoordenada relativamente aos serviços de agricultura da colónia, que até então detinham todas as funções relativas ao fomento e comercialização agrária.

Esta descoordenação na intervenção dos vários agentes económicos e serviços do governo colonial devia-se, neste caso, ao facto de, para além de os chefes dos Serviços Provinciais de Agricultura só estarem subordinados ao Governador da Província,⁶ os órgãos corporativos terem passado a actuar directamente junto daqueles governadores, através das suas sub-delegações e utilizando a rede de administração civil do território que passa, entretanto, a controlar toda a produção, comércio e trânsito de produtos alimentares e de rendimento.

Em Ocua, os primeiros anos da década de quarenta são representativos da crise que a colónia atravessa: duas cantinas e duas plantações são abandonadas (da Sociedade Agrícola Algodoeira e de um colono, Germano Lemos), são interrompidos os trabalhos de construção da ponte do Lúrio devido a fugas maciças e constantes dos indígenas para as suas terras e, como pano de fundo, faltas de chuva em 1941 e 1942 impedem exportações e provocam fomes, e grande quantidade de machambas de algodão e de géneros alimentares é destruída por elefantes nas terras dos régulos Uante, Muaia e Mecufia. Este último problema, comum nessa época, determinou a definição de uma estratégia para o extermínio da caça, muito embora

nos anos seguintes as machambas tivessem continuado a ser destruídas por idênticas razões.⁷

A crise devia-se também aos problemas derivados do conflito entre as necessidades de mão-de-obra para serviços públicos e para os interesses das empresas capitalistas coloniais, e uma população com instituições apropriadas a uma economia de subsistência, para quem os princípios da moderna economia de mercado, de oferta de trabalho, não se aplicavam. Na utilização de processos tradicionais de trabalho compulsório, a autoridade colonial exigiu, desde a ocupação efectiva, a prestação do "trabalho braçal", durante uma semana por ano, para todos os indígenas, disponibilizados pelos régulos e hierarquia local, para obras públicas, embora ao longo da década de trinta se registasse a tendência para a sua isenção em outras colónias africanas.

Contrariamente a isso, em Moçambique importantes medidas de carácter político e económico são entretanto esboçadas, marcando a entrada em funcionamento dos organismos corporativos já referidos, de comercialização e exportação de produtos coloniais, enquanto se inicia a redefinição da política colonial visando um controlo mais sistemático da mão-de-obra, através de métodos compulsórios para contratos de trabalho em empresas públicas ou privadas, ou na produção autónoma de géneros de rendimento.

Feito o balanço da campanha agrícola de 1940-1941, o Governador da Província de Niassa, a quem competia definir a política agrícola da Província, traça directrizes para incrementar a produção, discriminando as culturas alimentares e de rendimento consideradas mais apropriadas para cada região da Província. Ao nível da colónia são definidas normas regulamentadoras dos mercados de algodão⁸ e, em Outubro de 1942, a circular já referida, do Governador Geral, que exige a *prova de trabalho* e detalha a política indígena a ser adoptada nos anos seguintes.

O seu objectivo era conciliar os interesses contraditórios dos vários colonos, empresas concessionárias e agrícolas, ou as necessidades derivadas da construção de obras públicas, estradas, pontes, caminhos de ferro, e fornecer compulsoriamente trabalhadores, passando-se a exigir a todos os indígenas a *prova de trabalho* de seis meses por ano, passada unicamente por empresas capitalistas e referente a obras públicas ou serviços para colonos.

Esta medida viria a ser acompanhada por instruções para impor o cultivo obrigatório do algodão ou outra cultura de rendimento

a todos os casais ou solteiros válidos. Em Ocua, o régulo Mecufia é castigado por esconder um contratado que abandonara o trabalho. Em Novembro de 1942, o Chefe de Posto inicia as operações de recrutamento periódico de trabalhadores para a construção da ponte do Lúrio, continuando as fugas dos indígenas e a repressão às mesmas a ser registadas durante os anos seguintes em inúmeras listas de salários abandonados e outras detalhando relações de contratados e de fugidos à construção da ponte, nas sisaleiras ou na construção da Estrada no.32 de Lúrio a Porto Amélia, desde Junho de 1946.⁹

O esforço para reorganizar a política colonial conduz a Moçambique, entre 1943 e 1944, o Inspector Jones da Silveira, enviado especial do Ministro das Colónias, que em Julho de 1944 se reúne com as autoridades tradicionais de Ocua numa *banja* de prospecção e investigação dos problemas da política indígena. São, nessa ocasião, detectadas diversas falhas e dadas instruções para a sua correcção, sobressaindo nestas a exigência do cumprimento do contrato de 180 dias, aquele que era determinado para obter a *prova de trabalho*.¹⁰

A campanha agrícola 1943-1944 é explicitamente orientada para suprir dificuldades de importação de géneros devido às limitações impostas pela II Guerra Mundial (têm de se substituir importações pela produção local). Restringe-se o consumo de arroz à população *civilizada* (no ano anterior havia sido criado o Fundo de Fomento Orizícola, para regular o desenvolvimento da cultura, indústria e comércio do arroz). Na mesma altura chega a esgotar-se a própria mapira nos armazéns e cantinas devido ao facto da procura ser muito superior às existências. Nesses anos da II Guerra Mundial foi aspecto importante a campanha de extracção de borracha para suprir as faltas dos aliados, em particular ingleses, impedidos pelo Japão de a obter de produtores tradicionais. As indicações eram explícitas (cortar todas as árvores pela raiz) e os métodos rudimentares (triturar tudo para obter a goma).¹¹

Entretanto, fez-se um inquérito sobre a situação da mão-de-obra no Niassa, em que se sintetizam as razões da fuga e problemas de recrutamento face às disponibilidades e necessidades nas várias regiões, de forma a planificar a sua distribuição, e condicionam-se os contratos a um depósito de salário pelos empregadores de mão-de-obra (embora as sisaleiras de alemães tenham sido dispensadas). Tais empregadores são também proibidos de obrigar os contratados a mais de 9 horas de trabalho por dia e de se escusarem ao pagamento de

faltas ao domingo.¹²

Com base no inquérito realizado, em Julho de 1944 é definido o sistema de organização do recrutamento na Província de Niassa, para particulares, Estado ou construção do caminho de ferro de Nacala, definindo-se áreas exportadoras e importadoras, conforme as disponibilidades e necessidades. Como as empresas sisaleiras continuassem a fazer contratos verbais, estes passam a ser feitos com a intervenção da autoridade, determinando-se normas de alimentação e agasalho para os contratados e isenção de machambas de algodão para suas mulheres, assim como para empregados domésticos. Se bem que o Governo Geral proíba a intervenção directa da autoridade administrativa no recrutamento de mão-de-obra para particulares, um despacho do Governador da Província de Niassa aconselha facilidades extra-regulamentares, dispensando formalidades legais de recrutamento.¹³

Em Fevereiro de 1944 dois novos comerciantes obtêm autorização para se instalar em Ocuá: Abraão Martins Pereira em Namacuba, também com uma plantação, e Meraly Rangy, na sede do Posto, sendo o primeiro, poucos meses depois, acusado de receber fugidos aos contratos de outras empresas.¹⁴

A obrigatoriedade de trabalho de seis meses provocou, aparentemente, uma concorrência desenfreada entre todos os grandes empreendimentos coloniais e as necessidades de produção agrícola, em particular de algodão, e durante toda a década as fugas aos contratos prolongaram-se de forma sistemática, passando-se a reconverter qualquer multa em trabalho correcional.¹⁵

Em 1945 lançam-se as bases da nova política de controlo e assistência agrícola aos indígenas mais integrados na economia de mercado, com a distribuição de cartões a todos os "agricultores", designação atribuída aos camponeses que lavravam grandes áreas de géneros de rendimento, e que passaram a estar isentos de contribuições de trabalho compulsório. Determinam-se as modalidades de inscrição, registo, distribuição de sementes, formas de execução das práticas culturais, em particular do algodão, sua fiscalização e organização dos mercados, fixando-se as épocas mais aconselháveis para a sementeira conforme as distintas zonas da Província de Niassa. A campanha de 1946/1947 é preparada com todo o detalhe e pormenor, com a distribuição de sementes organizada por regulados, descriminando-se sementes distribuídas, áreas cultivadas e número de cultivadores obrigados a produzirem uma área mínima de algodão ou

outros géneros de rendimento.¹⁶

É regulamentada a circulação de géneros alimentares e de rendimento entre as diferentes áreas administrativas, com a utilização de guias de livre trânsito. Passa-se a exigir que nos contratos sejam fornecidos calções em vez de panos. Mas as sisaleiras continuam a não cumprir os contratos de 180 dias e a não fornecer agasalhos e vestuário. No mesmo ano de 1946 os recenseamentos passam a ser feitos em novos modelos e as mulheres a estar isentas do imposto de palhota.¹⁷

Em regiões matrilineares como esta, as *piamuenes* eram, amiúde, os elementos mais poderosos e estáveis das comunidades linhageiras. Elas eram tributadas nas primeiras décadas da ocupação efectiva, altura em que controlavam os celeiros, mas com a crescente monetarização, provocada pelos contratos de trabalho afectando só os homens, tornava-se desnecessário manter tal sistema, pois pretendia-se que todos os homens trabalhassem e, portanto, pudessem pagar o seu imposto.

Talvez em resultado da visita de inspecção de Jones da Silveira, e da que em 1945 o Inspector Superior Henrique Galvão realiza a Moçambique sobre a problemática da mão-de-obra, nota-se que a partir desse ano os Chefes de Posto de Ocua passam a elaborar criteriosamente os seus Diários de Serviço. A normalização do sumário de assuntos, a partir de 1948, viria a sistematizar as informações destes diários, uniformizando o índice em assuntos como obras públicas e construção, reparação ou conservação, actividades produtivas administrativas, protecção e repressão a indígenas, limpeza de povoações, comércio e produção agrícola, arborização, autoridades tradicionais, ensino, saúde e mercados, passando também desde então a ser elaborados relatórios anuais, de síntese e estatísticas.¹⁸

2. A Reorganização da Política Indígena: Restrição da Liberdade de Circulação de Mão-de-Obra e de Géneros Agrícolas, e as Concentrações Algodoeiras

Os contratos massivos para os vários empreendimentos coloniais continuam a ser acompanhados de constantes fugas. A maioria dos fugidos regressa às suas terras de origem onde recebe a protecção dos régulos, que passam a ser alvo de perseguições num processo de reordenamento do poder político local. O régulo Teteré é denunciado

em Março de 1947 por proteger fugidos da Estrada no.32, morrendo três semanas depois; em 1948 são referidos os régulos de Nhetei e Muaia como tendo dado guarida a fugidos de contratos, propondo-se a inclusão daqueles nos regulados de Uante e Mecufia, sendo entretanto o régulo Muaia detido; e é proposta a integração dos régulos de Mecuto e Natabene no regulado de Metalia, alegadamente por fornecerem pouca mão-de-obra, enquanto que o régulo Tuelia é considerado o melhor regedor da área.¹⁹

A pressão para obter mão-de-obra era tal que o próprio Chefe de Posto de Ocua constata que o número de recrutamentos exigidos é superior ao total de existências de homens válidos, quando deveria ser menos de metade pois os contratos eram de 180 dias e os cultivadores de algodão estavam isentos. Esta situação, aliás generalizada em outras regiões da colónia, conduz o Governador Geral a dar novas instruções para a organização do recrutamento e controlo de mão-de-obra, procurando compatibilizar as necessidades com existências nas várias áreas. Na sequência disso inicia-se um inquérito sobre a emigração clandestina, outro ecológico-agrícola para delimitação das zonas mais favoráveis à cultura algodoeira, e um terceiro de controlo de mão-de-obra no Niassa, onde se detalham dados estatísticos, por regulados e várias categorias, entre número de homens e mulheres válidos, incapacitados e tributados, artífices especializados, serviços domésticos, autoridades tradicionais, seus auxiliares e cipaios, por grupos de idade e sexo. Tais inquéritos serviram de base para o Governador da Província de Niassa dar instruções sobre a reorganização da política indígena.²⁰

Em Dezembro de 1947 é fixado o quadro de pessoal permanente de agentes algodoeiros, e no início de 1948 é feito o ajustamento das companhias concessionárias de "zonas algodoeiras", e o Governador Geral manda restringir à divisão administrativa de domicílio a liberdade de circulação dos indígenas, devendo as autorizações de trânsito ser averbadas nas cadernetas.²¹

Estas medidas são precedidas por intensas rusgas em todas as terras dos régulos, visando recrutamentos para as sisaleiras e para a construção das formações sanitárias custeadas pelo Fundo de Assistência do Algodão, assim como a repressão à alegada ociosidade (capturar quem não tivesse cumprido com as suas machambas de algodão ou com os contratos de 180 dias). Mas apesar de tudo a produção agrícola, e do algodão em particular, têm um decréscimo neste ano, aumentando a exploração dos camponeses e a prática de

preços ilegais nas feiras junto aos mercados de algodão. As quebras de produção devem-se ao recrutamento de grandes contingentes, não só para as sisaleiras mas também para o início da construção da Estrada no.32 para Porto Amélia.²²

Para incrementar a intervenção das autoridades administrativas no controlo da produção agrícola e da mão-de-obra (incluindo abusos das concessionárias, comerciantes ou empregadores), inicia-se o controlo de vendas de géneros alimentares dos indígenas, fixam-se preços mínimos, e todos os géneros passam a ser pesados nas secretarias administrativas antes de vendidos nas cantinas. Para intensificar a cultura do algodão aumentam-se as machambas para 1 hectare/homem e 1/2 hectare/mulher, e promovem-se orientações para escolher os melhores terrenos, melhorar a conservação, a fertilidade e a integridade dos solos, através de socalcos e outras práticas culturais. Definem-se épocas de sementeiras propícias a cada região, normalizando-se modelos para registo e controlo da produção, venda, distribuição de sementes e localização de áreas cultivadas por agricultor e cultivador. Criam-se condições para que a partir de 1949 as autoridades administrativas passem a ser elementos-chave na fiscalização e controlo da produção de géneros de rendimento, em particular do algodão.²³

As companhias concessionárias de algodão, como a CAM em Ocuá, põem os seus agentes algodoeiros a visitar semanalmente todas as machambas para fiscalizar a produção do algodão, mantendo-se tais visitas durante todas as campanhas posteriores. São fixos salários mínimos muito embora se conservem elevadas as fugas aos contratos na Estrada no.32, onde se registam casos de falta de alimentação e morte de diversos contratados com meningite, o que ocorreu igualmente na construção dos caminhos de ferro de Nacala.²⁴

Em Julho de 1949 o Governador do Niassa orienta a política indígena, procurando socorrer os *deficits* alimentares e aumentar as culturas de rendimento através de um plano que envolvia todos os empreendimentos económicos e sociais do Niassa. Tal plano incluía medidas sanitárias, construção de estradas, pontes, escolas rudimentares, desenvolvimento de povoações e da rede comercial, e abertura de poços. Definia igualmente os princípios para a reorganização *gentílico-administrativa*. Todavia, a problemática da mão-de-obra continua a ser estudada nos anos seguintes, com recolhas pormenorizadas de informações sobre todas as necessidades das entidades empregadoras e aconselhando-as à utilização de meios de

produção mais adequados à redução de mão-de-obra.²⁵

A implantação de colonos vai entretanto aumentando: novas cantinas são abertas em Ocua (a de Martins Pereira) e em Mecote (numa plantação pertencente a Virgílio Gomes), e embora tenha sido autorizada a abertura de uma cantina em Muculane, pertencente ao régulo Megama do Chiúre, em 1951 é recusado um pedido idêntico de um motorista africano, Pedro Tique, que pretendia a abertura de uma tenda comercial em Muatangi.²⁶

A partir de 1950 alarga-se à Província de Niassa a política de concentrações algodozeiras. Inicia-se a elaboração trimestral de mapas de mão-de-obra por entidade empregadora, bem como de mapas mensais de géneros em armazém e da comercialização agrícola, que serão mantidos até 1956. Definem-se critérios de localização de machambas em blocos e de criação da primeira concentração algodozeira em Tuelia, mas os excessos de chuva, pragas de insectos e ratos tornam mais uma vez a produção agrícola deficitária. Consequentemente aumenta a repressão aos trabalhadores que abandonam o trabalho, embora se constate que os proprietários locais continuam a efectuar contratos verbais sem a intervenção da autoridade, não apresentando relações de trabalhadores faltosos de forma a serem devidamente perseguidos.²⁷

O Chefe de Posto é orientado no sentido de fazer inspecções periódicas a todos os empregadores para fiscalizar os contratos dos voluntários e controlar as obrigações patronais, incluindo infracções patronais e falta de depósito prévio de salários. São rescindidos todos os contratos das várias plantações e da Fábrica de Algodão de Ocua, passando desde Maio de 1951, e até ao fim de 1955, a ser feitos relatórios periódicos sobre as condições contratuais. Por outro lado, impõem-se prisões correcionais aos cultivadores de algodão que não fazem devidamente as suas machambas e aos trabalhadores que abandonam contratos, assistindo-se a uma generalização de abusos e violências pelos agentes algodozeiros e seus capatazes indígenas.²⁸

3. O Fomento da Agricultura e os Ficheiros de Mão-de-Obra: Do Controle Sistemático à Liberdade de Oferta da Força de Trabalho

O reconhecimento ecológico-agrícola feito entre 1947 e 1950 em toda a colónia, para delimitação das zonas mais favoráveis para a agricultura, em especial o algodão, permitiu desde então abandonar

todas as terras impróprias e elaborar, em 1953, um novo "Reajustamento das Zonas Algodoeiras de Moçambique". No ano seguinte iniciam-se as obras do Fundo do Algodão, desde 1951 com fundos capitalizados através do processo de retenção, ao produtor indígena, de uma percentagem por quilo de algodão vendido, e que iriam incidir essencialmente na construção de fossas contra parasitoses intestinais e poços de água nos locais de concentrações algodoeiras, ou junto a casas de régulos. Em Ocuá, as primeiras realizam-se na concentração de Tuelia-Lipeque, passando desde 1955 o Fundo do Algodão, na Província de Niassa, a dispôr de tractores de lagartas para serem usados em obras de pequena hidráulica agrícola.²⁹

Desde o início da década de cinquenta é proibida a venda de arroz a comerciantes não concessionários, desenvolvendo-se as regulamentações da comercialização agrícola e estimulando-se a produção de mandioca e outros géneros para alimentação dos indígenas, como galináceos, mas uma longa seca em 1953 mantém o espectro da fome, muito embora o régulo de Tuelia comprasse um camião para escoamento dos produtos das suas terras.³⁰

Em 1955 inicia-se um sistema de controlo efectivo da força de trabalho através da organização de ficheiros de mão-de-obra nas administrações, depois de, no ano anterior, todos os "ociosos" serem aí concentrados, onde eram disponibilizados directamente aos recrutadores. Tal atitude visava impedir a destabilização que os recrutadores provocavam nas fainas agrícolas, assim como disciplinar as condições contratuais.³¹

Como indicador do aumento da capacidade monetária, a contribuição braçal começa a ser remissa em dinheiro, sem dúvida um reflexo do progressivo envolvimento dos indígenas no mercado colonial. Em paralelo, e assinalando o abrandamento dos métodos de recrutamento, os cipaios passam a ser proibidos de ir sózinhos às terras, para evitar os excessos e violências habituais.³²

A organização do ficheiro de mão-de-obra; a promoção de novas técnicas agrícolas e instrumentos de produção como as enxadas europeias de cabo comprido; a disseminação de prémios entre os melhores produtores; a adopção de normas específicas para a comercialização e exportação dos principais produtos agrícolas, como o amendoim, a mandioca, o milho, o gergelim, ou mesmo para o corte de madeira (com o início da exploração, em 1955, de 1000 hectares em Nantelia) e para a caça (desde 1958 se exporta carne de caça para o Ile, na Zambézia); a edificação de novas concentrações

algodoeiras; a construção do bloco hospitalar de Ocua; o início da inspecção médica do Delegado de Saúde aos locais de trabalho; a fixação de novos colonos; e a inauguração de residências de alvenaria para alguns régulos da Circunscrição de Mecufi, todos estes sinais marcam sem dúvida um período de expansão económica que se torna evidente em 1960, quando praticamente todos os indígenas conseguem pagar em dinheiro a contribuição braçal e se desenvolve uma campanha de vestuário para captação dos rendimentos feitos nos mercados de algodão.³³

Os objectivos do trabalho compulsório, para integração dos indígenas habituados a uma economia de subsistência na economia colonial, estavam aparentemente alcançados nas suas várias facetas principais: fazer com que todos os homens válidos contribuíssem com a prestação de serviços ou na produção de bens para o mercado; acumular, através da colecta progressiva de impostos directos sobre os indígenas (de palhota, a percentagem retida do algodão e a própria contribuição braçal), o capital necessário aos investimentos e serviços públicos; e promover uma diferenciação social mais de acordo com a economia de mercado capitalista. No quadro de tal diferenciação social os régulos eram transformados em empresários, estabelecendo-se uma classe de agricultores mais abastados e a criação de assalariados agrícolas (ainda que sazonais) e de cultivadores de géneros de rendimento, entre a maioria da população rural, vivendo estes últimos, preferencialmente, nas concentrações algodoeiras onde o apoio técnico e o controlo da produção eram mais facilitados.

Assim, em 1960, e como referimos no início deste artigo, estabelece-se a liberdade de oferta da força de trabalho, e autoriza-se que cultivadores de algodão sejam recrutados para outros sectores. As autoridades deixam de intervir no pagamento de salários, abolem-se os castigos correcionais por faltas ao trabalho, restabelece-se a liberdade de circulação para além da área de residência, proíbe-se a intervenção das autoridades administrativas no recrutamento, mesmo para obras do Estado, que também passa a ter de competir com os empreendimentos privados no mercado de trabalho. Por último, abole-se a caderneta para se introduzir o novo cartão de identidade, terminando oficialmente a existência do estatuto legal do indígena.

NOTAS

¹Paulo Ribeiro Soares, "Produção agrícola e mão-de-obra, 1941-1960: repertório de documentos do arquivo do Posto Administrativo de Ocua - Cabo Delgado". Maputo: UEM/Arquivo Histórico de Moçambique, 1985, 95pp. (Trabalho de licenciatura em história com especialidade em documentação).

²Entre 1941 e 1960 esteve em vigor, para toda a colónia, o mesmo sistema de classificação de arquivos, publicado no Suplemento ao Boletim Oficial de Moçambique, n.49, I Série, de 16 de Dezembro de 1940, pelo que no nosso trabalho de licenciatura respeitámos esses marcos cronológicos.

³A Circular no.818/D/7, de 7 de Outubro de 1942, da Repartição do Gabinete do Governador Geral (AHM, Fundo de Cabo Delgado, Ocua, cx.19 e cx.75), sobre política indígena e instruções para impôr o trabalho obrigatório, é o documento básico para a sistematização do trabalho forçado em Moçambique, exigindo-se de todos os indígenas a "prova" de trabalho e definindo formas de controlo da mão-de-obra pelas autoridades administrativas. Ela é reforçada seis anos depois pelo Despacho de 21 de Janeiro de 1948, do Governador Geral, referido na Circular no.12, de 23 de Fevereiro de 1948, da Direcção de Administração Civil de Niassa (*idem*, cx.19), que restringe à área de domicílio a liberdade de circulação dos indígenas, para em qualquer momento poderem estar sujeitos ao recrutamento compulsivo, ou à fiscalização das suas machambas de algodão, milho, etc.; Nota Confidencial no.2792/I/3, de 4 de Julho de 1960, do Gabinete do Ministro do Ultramar, referida na Circular Confidencial no.199/B/12, de 22 de Agosto de 1960, da Direcção dos Serviços de Negócios Indígenas (*idem*, cx.82), que anuncia a ratificação, pelo governo português, da Convenção no.104 da Organização Internacional do Trabalho sobre a abolição de sanções penais por faltas ao trabalho, de indígenas, até então prática comum.

⁴Circular Confidencial no.286/B/15/2, de 28 de Novembro de 1960, da Direcção dos Serviços de Negócios Indígenas (*idem*, cx.82), Circular no.2457/B/24/2/7, de 7 de Julho de 1960, da Direcção dos Serviços de Negócios Indígenas (*idem*, cx.76), Circular no.4966/A/54/9, de 24 de Novembro de 1960, da Direcção dos Serviços de Negócios Indígenas (*ibidem*).

⁵Criadas respectivamente pelos Decretos no.28697 de 25 de Maio de 1938, BO no.27, I Série, de 6 de Julho de 1938, pp.293-297; Decreto-Lei no.28891 de 5 de Agosto de 1938, BO no.36, I Série, de 7 de Setembro de 1938, pp.460-463; e os Decretos no.29714 e 19715 de 24 de Junho de 1939, BO no.28, I Série, de 12 de Julho de 1939, pp.231-235.

⁶Francisco Monteiro Grilo, "Relatório do Chefe dos Serviços de Agricultura, 1940-1944", Lourenço Marques: Imprensa Nacional de Moçambique, 1946, pp.17-18, refere-se a esta problemática, que contraria as funções anteriormente

definidas para a Repartição Técnica de Agricultura (Diploma Legislativo no.436 de 10 de Abril de 1935, BO no.16, I Série, de 17 de Abril de 1935, pp.224-225) que indicava que estes serviços deveriam compreender todos os serviços relativos à agricultura, florestas, sanidade vegetal e comércio agrícola.

⁷Notas no.44/D/7 de 1 de Setembro de 1941, para o Administrador da Circunscrição (AdCirc) de Mecufi (*idem*, cx.41), no.32/D/1/2 de 16 de Março de 1942, *idem* (*idem*, cx.40); Guias de Entrega no.1, 2 e 3 de 10 de Março, 27 de Março e 29 de Abril de 1942, "Salários abandonados por indígenas que trabalharam nas obras 'Ponte do Lúrio' desde Outubro de 1940 a Agosto de 1941" (*idem*, cx.19); Notas no.33/D/3/1 de 24 de Abril de 1941, e 110/D/3/1 de 3 de Setembro de 1942, para o AdCirc de Mecufi; no.32/D/1/1 de 17 de Maio de 1941, *idem* (*idem*, cx.40); e no.208/A/8 de 21 de Julho de 1941, do AdCirc de Mecufi, transcrevendo a Nota do Intendente do Distrito de Cabo Delgado, no.541/A/8 de 14 de Julho de 1941, reforçada dois anos depois pela transcrição da Nota no.941/A/8 de 2 de Outubro de 1944 da Repartição do Gabinete do Governador Geral, com providências de abate de caça e segurança de machambas; e Nota no.60/A/8 de 22 de Maio de 1946 para AdCirc de Mecufi (cx.19).

⁸Circular no.437/D/1/1 de 18 de Novembro de 1941, do AdCirc de Mecufi, transcrevendo as "Directrizes para a Campanha Agrícola de 1941-1942" (*idem*, cx.40); as normas integrantes da Circular no.311/D/13 de 20 de Junho de 1942; e Notas 300/D/13 de 12 de Junho de 1944, e 710/D/13 de 19 de Setembro de 1945, do AdCirc de Mecufi (*idem*, cx.40 e 41), que transcrevem as modalidades de funcionamento dos mercados de algodão.

⁹Notas no.539/D/14/1 de 27 de Outubro de 1942, do AdCirc de Mecufi (*idem*, cx.40); no.135/B/2 de 7 de Outubro de 1942, para o AdCirc de Mecufi (*idem*, cx.19); e várias Notas e Guias de remessa que integram o processo B/15/3 - Indígenas contratados e recrutados para serviços do Estado (cx.19 e 31); Nota no.34/A/23 de 17 de Março de 1950, para o AdCirc de Mecufi, apresentando estatísticas entre 1944 e 1947 (*idem*, cx.19).

¹⁰Nota no.398/A/31 de 20 de Julho de 1944, do AdCirc de Mecufi, e no.763/A/31 de 20 de Dezembro de 1944, depois de concluída a inspecção de Jones da Silveira a toda a colónia, referente às falhas apresentadas no seu relatório sobre Ocua, e a sua Circular no.277/1944 de 15 de Setembro de 1944 (*idem*, cx.5, Processo A/31).

¹¹Nota no.4067/D/1/1 de 22 de Outubro de 1943, da Direcção dos Serviços Centrais dos Negócios Indígenas; decreto no.31887 de 23 de Fevereiro de 1941, BO no.17, I Série, de 2 de Maio de 1942; Nota no.703/D/1/1 de 2 de Novembro de 1943, do Intendente do Distrito de Cabo Delgado; no.109/D/3/1 de 2 de Dezembro de 1943, para o AdCirc de Mecufi (*idem*, cx.40); Circular no.774/111/1943 de 32 de Março de 1943, da Junta de Exportação da Colónia

de Moçambique (*idem*, cx.40), reforçada pelo Telegrama no.73/D/17 de 17 de Fevereiro de 1945 da Direcção Central dos Serviços de Negócios Indígenas; e Nota no.357/434/171/1945 de 5 de Março de 1945, da Junta de Exportação da Colónia de Moçambique para o Encarregado do Governo da Província do Niassa (*idem*, cx.41).

¹²Circular no.2387/B/9 de 6 de Julho de 1943, da Direcção dos Serviços Centrais de Negócios Indígenas; nota no.4988/B/9 de 16 de Dezembro de 1943, do Governador da Província de Niassa para aquela Direcção; e no.2952/E/12 de 22 de Novembro de 1943, da mesma entidade (*idem*, cx.19); Nota Confidencial no.635/B/9 de 20 de Dezembro de 1943 e nota confidencial no.189/B/9 de 17 de Abril de 1944, ambas do AdCirc de Mecufi (*idem*, cx.82).

¹³Ordem Geral no.1 de 12 de Julho de 1944, do Governo da Província de Niassa (*idem*, cx.19 e 75); Nota no.2239/B/16 de 29 de Agosto de 1944, da Repartição dos Serviços Centrais dos Negócios Indígenas (cx.19); Nota Confidencial no.1041/D/7 de 9 de Novembro de 1944, do Encarregado do Governador Geral (cx.82); e Despacho do Governador da Província de Niassa de 23 de Dezembro de 1944, transcrito na Nota no.11/B/9 de 22 de Janeiro de 1945, do AdCirc de Mecufi.

¹⁴Notas no.90/D/7 de 16 de Fevereiro de 1943, e no.346/D/7 de 24 de Junho de 1944, do AdCirc de Mecufi (*idem*, cx.40); Informação de 30 de Março de 1944 o AdCirc de Mecufi (*idem*, cx.75); e Despacho de 28 de Outubro de 1944, do AdCirc de Mecufi (*idem*, cx.19).

¹⁵Circular no.264/A/42 de 30 de Janeiro de 1945, da Repartição Central dos Negócios Indígenas, transcrita na Nota no.150/B/8 de 7 de Março de 1945, do AdCirc de Mecufi (*idem*, cx.19).

¹⁶"Plano de trabalhos de assistência agrícola aos indígenas para o ano de 1945", que faz parte da Informação no.822/SAG/20 de 21 de Novembro de 1944, da Repartição Técnica de Estatística para o Governador Geral, e Despacho deste, de 23 de Novembro de 1944; a Circular no.947/10 de 25 de Julho de 1945, da Repartição Provincial de Agricultura de Niassa; o "Registo de agricultores a que se refere a Circular no.497/10 de 25 de Julho de 1945, da R.P.A.", que acompanha a Nota no.108/D/1/1 de 5 de Dezembro de 1945, para o AdCirc de Mecufi; as "Bases para a campanha algodoeira de 1945-1946", transcrição de 26 de Novembro de 1945 da Intendência do Distrito de Cabo Delgado; a Circular no.4708/D/1/1 de 16 de Novembro de 1945, da Direcção dos Serviços Centrais de Administração Civil; a Informação no.74/62/1945, da Delegação da Junta de Exportação do Algodão para o Governador Geral; e o Despacho deste, sem data; e o quadro estatístico "Campanha de 1946-1947 - cultura indígena, sementes distribuídas, áreas cultivadas, número de cultivadores", de 2 de Fevereiro de 1947, Companhia Algodoeira de Moçambique, Secção de Namialo, Agência de Ocuá (*idem*, cx.41).

¹⁷Nota no.594/DF/3/1 de 7 de Agosto de 1946, e no.603/D/3/1 de 7 de Agosto de 1946, do AdCirc de Mecufi; em referência ao Despacho de 29 de Junho de 1946 do Governador Geral; Circular no.253/B/15 de 4 de Abril de 1946, do AdCirc de Mecufi; Nota no.738/B/46, do AdCirc de Mecufi; e Ordem de Serviço no.11 de 3 de Novembro de 1946, do AdCirc de Mecufi (*idem*, cx.19).

¹⁸Processo A/42 - Relatórios e Diários de Serviço (*idem*, cx.5, 6, 7 e 8); e Circular no.19, "Diários de Serviço" de 28 de Abril de 1948, da Direcção Central dos Serviços de Negócios Indígenas (*idem*, cx.75).

¹⁹Nota no.20/D/31/15 de 3 de Março de 1947 (*idem*, cx.19), e no.254/B/2 de 24 de Março de 1947 (*idem*, cx.41), para o AdCirc de Mecufi; no.93/B/2 de 29 de Setembro de 1948, no.728/B/2 de 15 de Outubro de 1948, e no.101/B/2 de 19 de Outubro de 1948, para o AdCirc de Mecufi (*idem*, cx.19).

²⁰Nota no.26/B/15/2 de 20 de Março de 1947, para o AdCirc de Mecufi (*idem*, cx.19); Circular no.566/D/7 de 15 de Maio de 1947 (confidencial), da Repartição do Gabinete do Governador Geral (*idem*, cx.82); Circular no.523/A/31 de 26 de Agosto de 1947, da Intendência do Distrito de Cabo Delgado (*idem*, cx.5); Informação no.35/47 s/d, da Sub-Delegação em Nampula da Junta de Exportação do Algodão para o Governador da Província de Niassa, e Despacho deste de 8 de Agosto de 1947 (*idem*, cx.41); "Elementos pedidos pela Circular no.4041/B/9 de 31 de Julho de 1947, da Direcção Provincial de Administração Civil de Niassa" de 13 de Agosto de 1947, elaborados pelo Posto Administrativo de Ocua (*idem*, cx.19); e a Ordem de Serviço no.9/47 de 30 de Setembro de 1947, do Governador da Província de Niassa (*idem*, cx.75).

²¹Circular no.2 de 2 de Janeiro de 1948, da Direcção dos Serviços de Administração Civil, transcrevendo o Despacho no.31/1947 de 12 de Dezembro de 1947, do Governador da Província de Niassa (*idem*, cx.75); Circular no.16 de 3 de Março de 1948, da mesma Direcção, transcrevendo o Despacho de 26 de Fevereiro de 1948, do mesmo Governador (*ibidem*); e Circular no.12 de 23 de Fevereiro de 1948, da mesma Direcção, transcrevendo o Despacho de 21 de Janeiro de 1948, do Governador da Província de Niassa (*idem*, cx.19).

²²Nota no.7/B/15/2 de 19 de Janeiro de 1948, para o AdCirc de Mecufi (*idem*, cx.19); Nota no.567/D/7 de 6 de Agosto de 1948, do AdCirc de Mecufi (*idem*, cx.41); Circular no.4/948 de 7 de Janeiro de 1948, da Direcção Central dos Serviços de Administração Civil, e Despacho no.4/948 de 7 de Janeiro de 1948 do Governador da Província de Niassa (*idem*, cx.41).

²³Circular no.15 de 27 de Fevereiro de 1948, da Direcção Central dos Serviços de Administração Civil; Notas no.42/D/4 e no.69/B/9 de 23 de Junho de 1946, para o AdCirc de Mecufi (*idem*, cx.19); no.722/D/1/1 de 8 de Outubro de 1948, da Intendência do Distrito de Cabo Delgado; no.696/D/1/1 de 20 de Agosto de 1948, acompanhando as "Instruções para a escolha de terrenos de algodão", as

"Normas gerais a seguir nas Campanhas Algodoeiras (do plano de trabalhos para 1949)", da Delegação da Junta de Exportação do Algodão, s/d, e as "Bases para as campanhas algodoeiras", da mesma Delegação, aprovadas por Despacho de 14 de Setembro de 1948, do Governador Geral (*idem*, cx.41).

²⁴"Relatórios quinzenais", Agência de Ocua da CAM, de 1 de Novembro de 1949 a 6 de Junho de 1952; "Informações semanais do agente de campo - Algodão", *idem* de 1951 a 1960 (*idem*, cx.6, processo A/42 e cx.32); Circular no.929/B/15/2 de 27 de Março de 1950, da Repartição dos Serviços Centrais de Negócios Indígenas, transcrita na Nota no.278/B/15/50, do AdCirc de Mecufi (*idem*, cx.75); Nota no.239/D/31/5 de 14 de Março de 1949, da Intendência do Distrito de Cabo Delgado; no.389/D/31/5 de 12 de Maio de 1949, do AdCirc de Mecufi (*idem*, cx.41); e Circular no.381/A/47 de 16 de Julho de 1944, do AdCirc de Mecufi (*idem*, cx.5).

²⁵Ordem de Serviço no.7/949 de 12 de Maio de 1949, do Governador da Província de Niassa (*idem*, cx.19, processo B/9); e Circular confidencial no.305/B/9 de 9 de Maio de 1950, do AdCirc de Mecufi, transcrevendo a Circular confidencial no.54/50 de 27 de Abril de 1950, do Governador da Província de Niassa (*idem*, cx.82).

²⁶Notas no.793/D/7 de 4 de Outubro de 1947 (*idem*, cx.41), no.745/D/7 de 14 de Outubro de 1949, no.23/D/7 de 6 de Janeiro de 1950, e no.889/D/7 de 7 de Julho de 1955, do AdCirc de Mecufi (*idem*, cx.42).

²⁷Informação no.50/43/628/49 de 6 de Setembro de 1949, da Delegação da Junta de Exportação do Algodão para o Governador Geral, e Despacho deste de 10 de Setembro de 1949 (*idem*, cx.41); "Mapa da mão-de-obra indígena empregada na área do Posto e sisal", Posto Administrativo de Ocua, entre Março de 1950 e Junho de 1956 (*idem*, cx.42 e 43); Nota Confidencial no.69/D/1 de 23 de Maio de 1950 para o AdCirc de Mecufi (*idem*, cx.82); Notas no.262/D/3/1 de 7 de Outubro de 1951, e no.300/D/3/1 de 20 de Novembro de 1951, para o AdCirc de Mecufi; Nota no.65/D/1/1 de 18 de Maio de 1950, e no.109/D/1/1 de 22 de Julho de 1950, para o AdCirc de Mecufi (*idem*, cx.42); Circular no.429/B/15 de 15 de Junho de 1950, do AdCirc de Mecufi, transcrevendo a Circular no.457/B/15 de 31 de Maio de 1950, da Intendência do Distrito de Cabo Delgado (*idem*, cx.75); e Nota no.148/B/12/2 de 8 de Setembro de 1950, para o AdCirc de Mecufi (*idem*, cx.20).

²⁸Circular no.824/B/15 de 23 de Setembro de 1950, do AdCirc de Mecufi (*idem*, cx.20); Nota no.98/B/15 de 2 de Fevereiro de 1951, do AdCirc de Mecufi; Nota no.164/B/15 de 23 de Maio de 1951, e outras do mesmo processo solicitadas pelo Telegrama no.127/B/15 de 1 de Maio de 1951, da Intendência do Distrito de Cabo Delgado (*idem*, cx.20 e 21); Guias de indígenas enviados após cumprimento de prisão correccional, de 5 de Abril a 19 de Novembro de 1951 (*idem*, cx.20); e Nota no.1274/D/1/2 de 9 de Outubro de 1951, do AdCirc de

Mecufi (*idem*, cx.42).

²⁹"Aspectos da utilização e conservação do solo nas zonas algodoeiras de Moçambique", A.A.Almeida *et al.*, in *Boletim da Sociedade de Estudos de Moçambique*, 30(126), 1961 (Teses apresentadas ao II Congresso, Secção H - Protecção da Natureza; 4); Circular no.180 de 17 de Agosto de 1950, da Sub-Delegação da Junta do Algodão de Moçambique em Nampula; Despacho de 27 de Novembro de 1951 do Governador Geral (*idem*, cx.42, processos D/1 e D/1/1); Nota no.188/B/1 de 28 de Setembro de 1953 para o AdCirc de Mecufi (*idem*, cx.32); Nota no.784/D/3/1 de 19 de Junho de 1951, do AdCirc de Mecufi (*idem*, cx.42); Nota no.78/B/1 de 1 de Maio de 1954, para o AdCirc de Mecufi (*idem*, cx.20); Nota no.198/B/1 de 27 de Setembro de 1954, do AdCirc de Mecufi (*idem*, cx.32); e "Normas e instruções para o funcionamento dos tractores de lagartas", de 22 de Março de 1955, da Delegação da Comissão Administrativa do Fundo do Algodão (*idem*, cx.21).

³⁰Circular Confidencial no.357/A/49 de 27 de Maio de 1950, do AdCirc de Mecufi (*idem*, cx.82); Ordem de Serviço no.5/951 de 18 de Junho de 1951, do Governador da Província de Niassa (*idem*, cx.75); Circular no.2234/D/1/1 de 20 de Abril de 1950, da Direcção dos Serviços Centrais de Negócios Indígenas; Nota no.51/D/1/1 de 20 de Fevereiro de 1953, para o AdCirc de Mecufi; e Nota no.68/B/2 de 11 de Março de 1953, para o AdCirc de Mecufi (*idem*, cx.42).

³¹Circular Confidencial no.95/C de 24 de Março de 1953, do Governador Geral para o Governador da Província de Niassa; Ordem de Serviço no.2/53 de 9 de Junho de 1953, do Governador da Província de Niassa (*idem*, cx.82); Circular no.9459/B/9 de 26 de Outubro de 1954, da Direcção dos Serviços Centrais de Negócios Indígenas (*idem*, cx.75).

³²Circular no.1214/H/5/4 de 29 de Outubro de 1953, do AdCirc de Mecufi (*ibidem*); Nota Confidencial no.242/A/31 de 27 de Fevereiro de 1956, do AdCirc de Mecufi (*idem*, cx.82).

³³"Relação dos indígenas que receberam enxadas", Posto Administrativo de Ocuca, que acompanha a Nota no.1197/B/1/3 de 29 de Agosto de 1955, do AdCirc de Mecufi; Circular no.5161/A/42 de 16 de Julho de 1953, da Direcção dos Serviços de Negócios Indígenas (*idem*, cx.21); Circulares no.5294/D/3/1 de 20 de Julho de 1953, e no.601 e 602/D/1 de 3 de Setembro de 1953, todas da Direcção dos Serviços de Administração Civil (*idem*, cx.42 e 75); Circular no.783/D/25 de 23 de Julho de 1954, do AdCirc de Mecufi (*idem*, cx.43); Circular no.7218/D/17 de 26 de Setembro de 1953, da Direcção dos Serviços de Administração Civil (*idem*, cx.42); Nota no.1093/A/8 de 29 de Julho de 1957, do AdCirc de Mecufi (*idem*, cx.7); Alvará de Licença no.19/1955 de 10 de Agosto de 1955, da Direcção dos Serviços de Agricultura e Florestas, Secção de Serviço Florestal (*idem*, cx.43); "Relação das guias de trânsito concedidas no ano de 1958, para transferência de carne seca", de 26 de Novembro de 1958 e

"Guias de trânsito" no.1 a 4/59, do Posto Administrativo de Ocua (*idem*, cx.8); Nota no.181/B/1 de 20 de Julho de 1955, para o AdCirc de Mecufi (*idem*, cx.21); "Instruções a seguir pelos delegados de saúde como fiscais de assistência médico-sanitária das entidades patronais que empregam trabalhadores indígenas" de 28 de Fevereiro de 1956, da Inspeção dos Serviços de Assistência a Trabalhadores Indígenas (*idem*, cx.75); "Concentrações levadas a efeito no ano de 1958 nos vários regulados", 29 de Julho de 1959, do Posto Administrativo de Ocua (*idem*, cx.43, processo D/11); Notas no.42/D/7 de 22 de Março de 1954, e no.137/D/7 de 3 de Julho de 1954, para o AdCirc de Mecufi; no.1857/D/7 de 20 de Dezembro de 1958, do AdCirc de Mecufi (*idem*, cx.43); e finalmente a Circular no.972/A/16 de 12 de Agosto de 1960, do AdCirc de Mecufi (*idem*, cx.9).

FACTORES DE REORGANIZAÇÃO DAS CHEFATURAS NO NORTE DE NAMPULA E SUL DE CABO DELGADO NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XIX

Benedito Brito João¹

1. As Rotas Comerciais do Interior para o Litoral e seu Controlo

"Durante todo o século XIX o panorama político e económico do norte de Moçambique foi (...) dominado pela captura, transporte, comercialização e exportação de escravos. As populações de origem Macua-Lomué foram as principais sacrificadas. (...) Centenas de milhar de vítimas indefesas foram implacavelmente acoissadas pelas classes dominantes dos reinos afro-islâmicos litorais, dos Estados Ajaua do planalto do Niassa, dos reinos Macua e por mercadores portugueses, indianos (...). Dezenas de milhar de Macua foram exportados para as Ilhas Mascarenhas, Madagascar, Zanzibar, Golfo Pérsico, Brasil e Cuba".²

A região sobre a qual nos debruçamos - o Metto³ - é atravessada por uma das principais rotas de caravanas que transportavam marfim e escravos entre o Niassa e a costa setentrional de Moçambique. Quanto ao Chiúre, ele foi também uma das zonas de passagem dessas caravanas de longa distância, cujos principais parceiros eram os Ajaua (Yao) e os aMetto.

Geffrey,⁴ ao analisar as estruturas pré-coloniais no Eráti (norte de Nampula) constata que as vias comerciais orientadas de Oeste para Este correspondiam a cadeias de alianças políticas. Essas cadeias de alianças permitiam "por um lado, manter abertas as vias de acesso às mercadorias da costa por parte das chefaturas do interior, mas por outro lado, elas ligam grupos políticos cuja relação com as actividades mercantis é diferenciada (...)".⁵ O autor distingue dois tipos de organização política segundo o lugar dos grupos na rede comercial, dependendo de se situarem no interior ou próximo da costa. Os grupos localizados no interior, se têm acesso aos terrenos de caça ao elefante e às zonas de mato propícias à aquisição de borracha e de cera, têm problemas de acesso aos mercados. São obrigados a proceder a uma "organização mais centralizada:

reagrupamento no decorrer do tempo (...), constituição de caravanas para o transporte e necessidade de organizar [a sua] auto-defesa (...), grande facilidade de controlo das actividades de compra e venda efectuadas pelos seus subordinados, dependendo estes dos poderes centrais (...) para o transporte dos seus produtos para a costa".⁶

Pelo contrário, os grupos mais próximos da costa experimentam grandes dificuldades para obter o marfim, a cera ou a borracha. Para estes grupos, a agricultura é a actividade mais importante. Eles não têm necessidade de organizar sistematicamente caravanas para o litoral. Eles integram-se na rede comercial como agentes mercantis.

Geffray constata que de Pemba até Mossuril havia três rotas comerciais às quais correspondiam três redes de alianças entre as chefaturas locais:

a) A primeira, sob a dominação do clã Ekoni, parte de Mwakyia, une os chefes Mweri e Matiko (nas regiões de Balama, Montepuez e Namuno) e chega a Pemba, passando pelo chefe Mugabu (em Ancuabe);

b) A segunda rede parte igualmente do Metto, mas segue uma rota mais meridional até Mecúfi, passando pelo chefe Megama (em Chiúre);

c) A terceira e última rede era assegurada pelas chefaturas Maraves (do *nihimo* Djikoni), pelos Shaka (*nihimo* Laponi), e pela chefatura de Namissiere (*nihimo* Mulima), e atravessava as regiões a sul do Lúrio. Esta rota chegava igualmente a Mecúfi e à embocadura do Lúrio.

Por sua vez, Medeiros⁷ afirma que desde o período anterior a 1853 que a faixa costeira Pemba-Lúrio é frequentada por negreiros e outros comerciantes "ocasionais" que vêm adquirir escravos e produtos regionais. Esta região é ainda, nos anos de 1853-1875, um centro de produção de cera, de sésamo e de borracha para o mercado internacional. Assim, as regiões de Mecúfi e da embocadura do Lúrio transformam-se em importantes centros do comércio a longa distância.

No que respeita às rotas comerciais, Medeiros afirma que a região do Meto, muito povoada e dispendo de uma agricultura bastante desenvolvida, era também a principal região por onde passavam as rotas de caravanas do interior para a costa. Ele constata também, como Geffray, que essas rotas foram organizadas segundo dispositivos políticos. Assim, havia uma rota de Niassa para Quissanga e regiões costeiras vizinhas. Essa rota unia as chefaturas

de Mwaliya (na região de Balama), de Inquinjiri (N'Kindjiri) e Mweri (em Montepuez), e de Mugabu (em Ancuabe). A segunda rota importante, orientada para sudeste, passava igualmente pelas terras de Mwaliya e outras chefaturas: Matiko, Mwempe (Mwembe), Namuno e Meloco (Meloko), na região de Namuno. Ela atravessava o rio Lúrio na região de Ocua e dirigia-se em seguida para Memba e Mossuril.⁸

Em 1880 a região a sul do Lúrio conheceu um forte tráfico de escravos. Os Adjojo⁹ (termo que designa os traficantes de escravos e outros comerciantes ou negociantes oriundos da costa, das ilhas Mascarenhas e de Madagáscar) circulavam sob a protecção dos chefes locais para adquirir escravos. Medeiros refere-se a Mwene Mazeze, originário de Ancuabe e subordinado a Namissiére, como um desses chefes protectores.

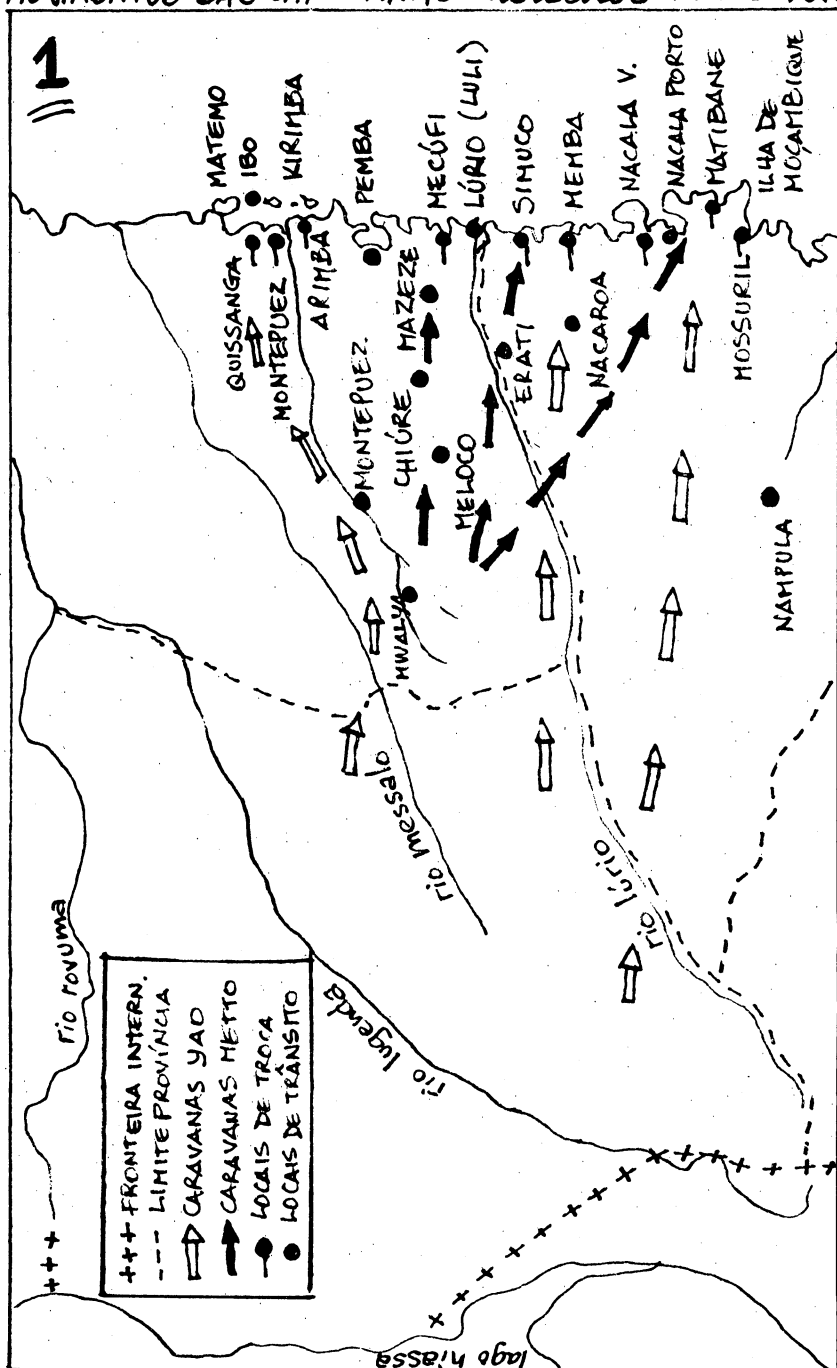
Por outro lado, Medeiros indica uma multiplicidade de rotas de caravanas, alterações de itinerários provocadas pela concorrência e, sobretudo, pelos ataques levados a cabo pelos A-Shaka¹⁰ ao longo do rio Lúrio. Assim, quando as guerras (ou os ataques) impediram a passagem, estabeleceram-se novas rotas de caravanas ao sul do Erati (Nampula). Tais rotas orientavam-se sempre para Memba e Mossuril.

Medeiros indica igualmente que a região de Chiúre, que até aí era uma zona perigosa para as caravanas, se transforma, a partir da fixação Ekoni-Megama (1875?), numa das zonas de passagem das novas rotas que se dirigem directamente de Meloko para o litoral (Mecúfi e embocadura do Lúrio), porque as caravanas provenientes de Niassa e do Metto estavam aí fora de controlo dos A-shaka.

Por outro lado, sempre segundo Medeiros, a partir de 1853, aproximadamente, são criadas no litoral sucursais de firmas comerciais e lojas itinerantes pertencentes a indianos e afro-europeus, onde se comercializam produtos oleaginosos e outros artigos de origem animal e vegetal.¹¹

A tradição oral designa o trajecto das caravanas que chegam a Mecúfi e à embocadura do Lúrio¹² a partir dos "locais de repouso" dos viajantes. Eis aqui, de oeste para este, a lista recolhida a partir dos nossos informadores: Mekulani (Mecolane), Nathura, Chiúre-Velho, Nayola, Megaruma (rio), Nthukoni, Simaya, Namwali (riacho), N'lema (afluente do Megaruma).

MOVIMENTOS DAS CARAVANAS NOS SÉCULOS XIX E XX.



Sempre segundo a tradição oral, o tráfico de escravos na região faz-se paralelamente ao comércio de produtos tais como o marfim, a cera e a borracha, sobretudo nos finais do século XIX e inícios do século XX.

Por outro lado, a passagem das caravanas pelas rotas mais a sul do rio Lúrio (as que se dirigiam para Mossuril), na região de Nacarôa, não era fácil devido aos frequentes assaltos, principalmente nas zonas do rio Mecubúri e Namaketho (Nameluco), mais a sul.¹³

No quadro das trocas comerciais com a costa, constatámos que na região de Chiúre, e outras vizinhas, praticava-se a venda de produtos locais. Menciona-se a venda de produtos agrícolas como a mexoeira e o tabaco, entre outros, kalupa (ou kalumba, tubérculo de cor amarela), nthunthu (utilizado na tinturaria), e namelele (um fruto), em troca de sal, tecidos (kepura, ep'ura) e missangas. Menciona-se também a compra de armas de fogo (nanluko) e pólvora (oka) para a guerra.

Segundo as fontes orais, existem estabelecimentos comerciais de indianos e baneanes em Mecúfi e na embocadura do rio Lúrio.¹⁴ As populações do interior vêm ali trocar os seus produtos.

2. Os Efeitos da Presença Nguni no Norte de Moçambique¹⁵

Os dados de que dispomos relativamente às migrações Nguni no norte de Moçambique são muito fragmentários. Os Nguni são designados no Chiúre pelo nome de Mangoni (ou Mankoni). Mas recebem igualmente outros nomes: Mashitu, no Eráti,¹⁶ ou Viti, Maviti, Mafites ou Mafitas, e Gwangwara. Segundo Pélissier, os Nguni são "menos que descendentes verdadeiros dos Nguni saídos da Zululândia, grupos do norte do Rovuma que adoptaram os costumes, a língua e a táctica dos autênticos Nguni, os quais são bastante pouco numerosos nessas fileiras (...)"¹⁷

Pélissier indica a presença de bolsas de Nguni ou "ngunizadas" na embocadura do rio Messalo, nas regiões Maconde e Swahili. Segundo ele, os Nguni estavam instalados a poucas dezenas de quilómetros de vilas dadas como portuguesas. "No período considerado, eles atacam todas as etnias do extremo norte, assim como diversas feitorias".¹⁸ Citando Eric Axelson, Pélissier refere-se aos ataques dos Maviti, apoiados por um régulo swahili do Metto, contra Quissanga, nos anos 1874 e 1876. Em Dezembro de 1878 têm

lugar em Quissanga novos ataques Nguni. "Eles regressarão em Novembro de 1880 e em Janeiro de 1881, devastando as terras dadas a vassallos entre a embocadura do Montepuez e Arimbáé. Em Setembro de 1881 atacam ainda Quissanga, mas são repelidos por 43 soldados do Ibo, com auxiliares e uma corveta".¹⁹ A última acção militar dos Nguni na região do extremo Norte parece ter tido lugar em 1894, na sequência do ataque a Palma a 1 de Setembro desse ano.²⁰

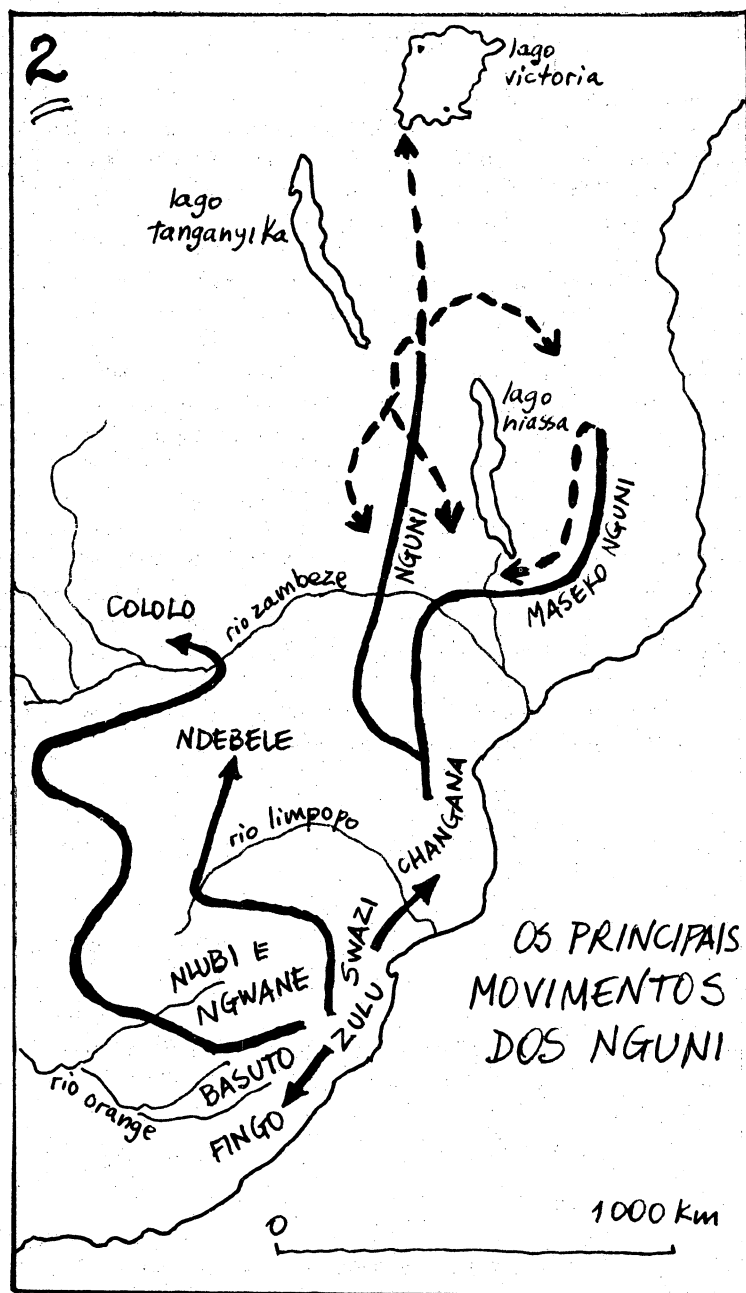
Segundo as fontes orais recolhidas, os Mangoni vêm fazer a guerra principalmente no litoral. Eles vêm de "Onyalo".²¹ Estavam armados de flechas, azagaia e uma espécie de escudo ou rodela. Tais acontecimentos tiveram lugar antes do período da Companhia de Niassa.

A tradição oral insiste no facto que a acção militar dos Nguni tomou formas desastrosas, como por exemplo na região de Metuge, que ladeia a baía de Pemba. É nessa região, em Bandary e Missandja, que teve lugar o último combate contra as populações locais. Nessa batalha participou igualmente um grupo Maconde que terá vindo com os Nguni. Segundo as fontes orais o grupo atacante terá sido derrotado. Vários Va-Maconde foram capturados e vendidos aos Adjodjo como escravos, enquanto que os outros fugiram em debandada.

Por outro lado, havia um refúgio em Shanga, perto da costa. Em caso de ataque as populações refugiavam-se ali.

Geffray²² sublinha que a passagem dos guerreiros Nguni pela região constituiu um dos principais factores das perturbações políticas do século XIX. Assim, segundo ele, as grandes deslocções das populações de ambas as margens do rio Lúrio foram provocadas directa ou indirectamente pela passagem dos Nguni. Geffray cita como exemplo de deslocamento directamente provocado o caso dos Maravi e dos Errati. O caso dos A-Shaka é, segundo ele, exemplo de deslocamento indirecto, porque resulta da chegada de Khomala à região do Eráti, ele próprio perseguido pelos Nguni.

A passagem de guerreiros Nguni pela região provocou pois grandes deslocções de populações autóctones. Em certos casos os Nguni foram auxiliares "preciosos" de certos grupos locais no seu esforço para dominar e submeter outros.



FONTE: HISTÓRIA DE MOÇAMBIQUE, 1982, VOL. 1, p.110.

NOTAS

¹O trabalho aqui apresentado faz parte da Mémoire d'Histoire et Anthropologie pour le diplôme d'EHESS, École des Hautes Etudes en Sciences Sociales em Paris, em Agosto de 1989, com o título "Abdul Kamal (1892-1966) et l'Histoire du Chiúre aux XIXe et XXe Siècles. Etude sur la chefferie traditionnelle, les réseaux islamiques et la colonisation portugaise".

²AAVV, História de Moçambique 1, 1982: 102. Sobre o comércio de escravos ver Alpers 1969, 1970, 1977; Fernandes da Conceição 1988: 63-67, 70-76.

³O termo Metto deriva, segundo a etimologia popular, da palavra "wetta", *caminhar* (metto, pl.de mwetto, designa também, na língua Emakhuwa, as *pernas*. Mwetto = acção de caminhar, viagem efectuada a pé). Far-se-ia assim alusão ao facto que as populações que habitavam em Montepuez, Namuno e Balama, tinham por hábito percorrer grandes distâncias para ir negociar os seus produtos. Geffray 1984:25 defende a seguinte hipótese: "o termo meto deriva do mercado do mesmo nome, no Niassa, onde essa gente tinha por hábito ir negociar os seus produtos". Para a maioria dos autores, Metto é simplesmente a designação da zona onde vivem as populações Makhuwa do sul de Cabo Delgado. Assim, na página 323 do volume 2 da História de Moçambique produzida pelo Departamento de História da Universidade Eduardo Mondlane, Metto é definido como sendo "a região que se estende do Messalo ao Lúrio e do Oceano à fronteira com a Província do Niassa".

⁴Geffrey 1984.

⁵*Idem*: 27.

⁶*Ibidem*.

⁷Medeiros 1986.

⁸Segundo Medeiros, esta rota era mais antiga que os Ajaua (Yao) utilizaram, em uso desde o século XVIII. Por outro lado, ela é também ligada ao surgimento das formações políticas Metto ao sul de Cabo Delgado. Para mais detalhe ver Medeiros 1986:24-25 (notas).

⁹Mudjodjo, no singular.

¹⁰Shaka é o nome dado ao grupo Makhuwa proveniente do interior de Nampula que habita nas margens do rio Lúrio, no distrito de Eráti. Este grupo deve o seu nome à serra Shaka (Chaca), perto do qual se instalou. Ignoramos o seu nome anterior. Segundo a História de Moçambique 1983(I):322, a partir da serra Shaka, "espalharam-se até à costa e para além Lúrio, no Chiúre e Ancuabe. O

maior e mais importante núcleo Chaca vivia em Ocua, para onde se deslocou na segunda metade do século passado, ido de Mirrote, sob a chefia de Mepatia, do clã lapone. Quando os Portugueses chegaram à região, Mepatia foi instalar-se no Eráti, sendo todavia preso e desterrado. Foi este chefe tribal que deu origem aos regulados do Ocua, ao dividir as extensas terras pelos irmãos e sobrinhos". Geffray 1984:23, por seu turno, defende a hipótese segundo a qual a migração Shaka e sua fixação em direcção a Odinepa teriam tido lugar em diversas vagas sucessivas, provocadas por incursões dos Errati (povo do Eráti) nos territórios que ocupavam. Estes últimos, por suas vez, fugiam às razias Nguni. Assim, a migração dos A-shaka teria sido indirectamente provocada pelos guerreiros Nguni. Segundo a tradição oral recolhida, os A-shaka são populações Makhuwa originárias de Umwajja (uma região do Niassa) que se teriam refugiado no distrito de Eráti (Nampula), fugindo aos guerreiros Nguni (Mankoni). Após a sua fixação em direcção a Odinepa, eles teriam atravessado o Lúrio e ter-se-iam disseminado maos a norte, na Província de Cabo Delgado, num período provavelmente anterior à expansão Ekoni para o Chiúre.

¹¹Sobre a existência destes estabelecimentos comerciais e a natureza e destino dos produtos comercializados, para além de Medeiros 1986:22-24, ver Vilhena 1905:419-427, 430-439.

¹²Trata-se, talvez, da segunda rota mencionada por Geffray e aquela que, para Medeiros, partia de Meloko para Mecúfi.

¹³Em tais zonas esta situação continua a verificar-se pelo menos até aos anos de 1920. Para além do assalto às caravanas é comum o rapto de pessoas. Segundo o destino das pessoas raptadas, distingue-se: os *Epotha*, que são integrados como captivos no grupo raptor, e os *Akhaporo*, que são vendidos como escravos. É necessário assinalar que nessa época distinguiam-se as caravanas segundo as dificuldades maiores ou menores de ser assaltadas: "era mais fácil atacar as caravanas dos A-metto que as dos Ajaua, porque estes últimos eram muito fortes, se comparados com os A-metto. Desde há muito que eram guerreiros, enquanto que os A-metto não" (Sele Amisse, entrevistado em Mecúfi em 1985).

¹⁴Sobre este aspecto ver Medeiros 1986 e Vilhena 1905.

¹⁵Sobre a história dos Nguni e suas migrações, ver Liesegang 1967 e 1970, Rita-Ferreira 1975:265-296, História de Moçambique 1982(I):107-117, e Pélissier 1984(I):256-266. Sobre as suas movimentações de sul para norte, ver o mapa 2.

¹⁶Geffray 1984:23.

¹⁷Pélissier 1984(I):256.

¹⁸Pélissier 1984(I):258-259, 256.

¹⁹Pélissier 1984(I):259.

²⁰Pélissier 1984(I):263-264.

²¹Outros autores indicam que os Nguni se teriam instalado no rio Messalo.

²²Geffray 1984:24-25.

FONTES

ALPERS, Edward, "Trade, state and society among the Yao in the nineteenth century", in *Journal of African History*, X, 3, 1969.

CONCEIÇÃO, A.R.Fernandes da, *Les sociétés du littoral de la Province de Cabo Delgado (Mozambique): quelques données historiques et anthropologiques*, (Mémoire de recherche DEA) Paris, 1988.

GEFFRAY, Christian, *Structures Précoloniales*, Maputo: UEM/DAA, 1984.

LIESEGANG, Gerhard J., *Beiträge zur Geschichte des Reiches der Gaza Nguni in Mozambique (1820-1895)*, (Tese de Doutoramento), Colónia, 1967.

LIESEGANG, Gerhard J., "Nguni migrations between Delagoa Bay and the Zambezi, 1821-1831, *African Historical Studies*, Vol.III, 2, 1970.

MEDEIROS, Eduardo, "A chefatura dos Megama do Chiúree: contexto económico e político da sua instalação", in *Cadernos de História*, no.4, Maio de 1986.

PÉLISSIER, René, *Naissance du Mozambique - Résistance et Révoltes Anticoloniales (1854-1918)*, 2 vols., Paris: Orgeval-France, 1984.

RITA-FERREIRA, A., *Povos de Moçambique - História e Cultura*, Porto, 1975.

SERRA, Carlos (coord.), *História de Moçambique*, Vol.1, Maputo: UEM/DH, 1982.

VILHENA, E.Jardim, "Influência islâmica na costa d'África. Segunda parte: do meado do século XVIII até ao presente", in *Companhia do Niassa*, Relatório e memória sobre os territórios, Lisboa, 1905.

Literatura Colonial:

O REDUTO DE PEMBA (PORTO AMÉLIA)*

por Caetano Montez

Tem-se acreditado que a minúscula fortificação, na baía de Pemba, em Porto Amélia, foi obra de Jerónimo Romero, por cujo nome é geralmente conhecida, e que data do estabelecimento ali, em 1857, da infortunada colónia europeia "8 de Dezembro". A suposição era aparentemente confirmada pelo facto de que, na carta da baía levantada por Romero e apensa ao *Suplemento à Memória Descritiva e Estatística do Distrito de Cabo Delgado* está figurado um "reduto em construção", ainda que na figura a obra aparece de risco pentagonal, quando na realidade é de risco hexagonal.

A notícia que aqui trazemos (breves notas extraídas de documentos originais, durante os trabalhos, agora em decurso no Arquivo Histórico de Moçambique, de inventariação e catalogação dos arquivos do antigo distrito de Cabo Delgado) corrige tal suposição e estabelece a data verdadeira da construção do reduto.

Em 11 de Janeiro de 1858, estabelecida já a colónia "8 de Dezembro" em Muguete e na praia do Mazeze (ou Macesse),

Jerónimo Romero encarregou o capitão Luís Feliciano Guerreiro Barradas, a título interino, da direcção das obras "que se vão principiar nas pontas do Norte e Sul desta Baía, cujos pontos, ou pelo menos um, deverão ser fortificados com a brevidade possível".

Conforme as instruções dadas, também por Romero, áquele oficial e datadas de 13 de Janeiro, as operações iniciariam na ponta sul - ponta de Miranembo, hoje ponta Romero. Na "praia do desembarque", próxima da ponta, construir-se-ia uma palhota para agasalho da gente e depósito de materiais; depois, abrir-se-ia uma estrada até à ponta; finalmente (artigo 4.º das instruções), aquele oficial, "chegado que seja à ponta do Sul empregará toda a gente em limpar um terreno suficiente que chegue para formar uma grande Fortaleza, devendo em seguida mandar cortar toda a pedra que puder e reunir em montes até nova ordem".

Em 27 de Fevereiro, concluídos os primeiros trabalhos, Romero oficiou ao governador geral, remetendo uma planta de

*in *Moçambique, Documentário Trimestral*, no.79, Julho-Setembro, 1954.

Miranembo "onde ia traçado um fortim abaluartado", para cuja construção solicitava autorização. Infelizmente, no Arquivo Histórico de Moçambique acha-se o ofício de remessa mas não a planta. Não há, assim, prova documental de qual fosse a traça proposta para o forte - mas seria, sem dúvida, a traça pentagonal que vem figurada na carta atrás referida.

Numa nota a lápis, certamente do punho do governador-geral, escrita no ofício de Romero e que provavelmente seria a minuta da resposta, o projecto da obra é corrigido não só quanto à planta como quanto à envergadura. Ainda a ajuizar pela carta da baía, Romero concebia de facto "uma grande fortaleza", pois cada face do pentágono teria cem metros.

A correcção vem nos seguintes termos:

"Deve fazer-se um Reduto quadrado com capacidade suficiente para conter quartel para 20 praças, dito de oficial - cozinhas - armazém ou paiol para munições de guerra e dito para armazéns de mantimentos, dito de utensílios do Estado. Este reduto pode ser de estacadas interior e exterior para conter entulho de pedra e terra, ou pode ser de parede conforme for mais fácil, caso de não haver paus para a estacada - e deve ter em cada uma das faces, as quais serão convenientemente colocadas em atenção aos pontos que se queiram bater com artilharia, uma canhoneira de modo que virá a ter 4 canhoneiras o reduto.

É por ora o que se reco-

menda ao G.^o do Ibo para ir dispondo os materiais, e mais objectos. Por ora este reduto pode ser guarnecido pela artilharia que foi para a colónia, que estará mais guardada e segura tendo ali uma parte do Destacamento que guarnece Pemba - com um oficial se for preciso. Estes trabalhos podem ser feitos no tempo em que não há trabalhos de campo, que é o seco, e em que haverá menos dificuldade de empregar os colonos, e indígenas por meio de uma pequena gratificação que se lhe deve arbitrar."

Note-se, porém, que não se encontra no Arquivo rasto, sequer, da resposta, nem em instrumento nem em registo. A explicação será esta: a campanha de intriga contra a colónia "8 de Dezembro" começara, entretanto, a vingar; a escuna *Angra*, indispensável apoio da colónia, foi retirada do serviço do distrito e com a sua partida, em Abril, Romero teve de recolher ao quartel do governo do Ibo e todas as obras da colónia pararam. Não só aquele como outros ofícios de Romero, requisições de pessoal e materiais para a colónia, ficaram sem resposta. Em 19 de Junho, Romero teve de mandar que o alferes Mesquita, encarregado das obras da colónia, passasse a fazer serviço no comando do destacamento, "enquanto não chegassem as novas ordens do governo-geral para continuar com as obras da colónia". Em 14 de Julho, dá-se o incidente da barca francesa *Alfred*. Romero entrega o governo do distrito e segue para a capital, depois para a Índia.

Reaparecerá, uma vez ainda, fugazmente, no centenário da formosíssima baía e entre a colónia que o seu entusiasmo criou e a sua devoção alimentara: foi no ano seguinte, 1859, comandando o brigue *D. João de Castro*. Nas cartas que então dirigiu ao governador-geral, sugerindo várias providências para desenvolvimento da colónia, lá vem a insistência pela fortificação: "dar andamento ao reduto da ponta de Miranembo e dentro construir uma casa para quartel e outra para arrecadação dos objectos da Fazenda". Mas nem esta nem nenhuma outra das providências sugeridas foi posta em prática. A colónia "8 de Dezembro" ia em breve entrar na agonia...

Em Setembro de 1861, restavam cinco colonos e a colona Ana Barbosa. Dos demais, uns tinham morrido, outros haviam solicitado o regresso a Portugal ou ocupação noutra parte do distrito. Em 28 daquele Setembro, também os últimos requerem permissão de sair. E em 17 de Novembro extinguia-se a colónia "8 de Dezembro".

A baía de Pemba, porém, não ficou desguarnecida. O governador do distrito manteve nela o destacamento militar; o governador-geral sancionou essa resolução e determinou que se provesse "do modo possível à acomodação dos soldados e à constituição de um pequeno reduto ou bateria onde se pudessem defender os soldados que ali se deviam conservar em força suficiente".

Esta determinação é de 2 de Fevereiro de 1862. Em 2 de Outubro o governador do distrito anuncia que em Miranembo se estava "dando princípio a um pequeno reduto ou parapeito para servir de defesa em caso de necessidade ao destacamento ali estacionado".

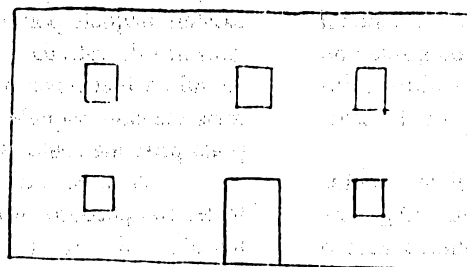
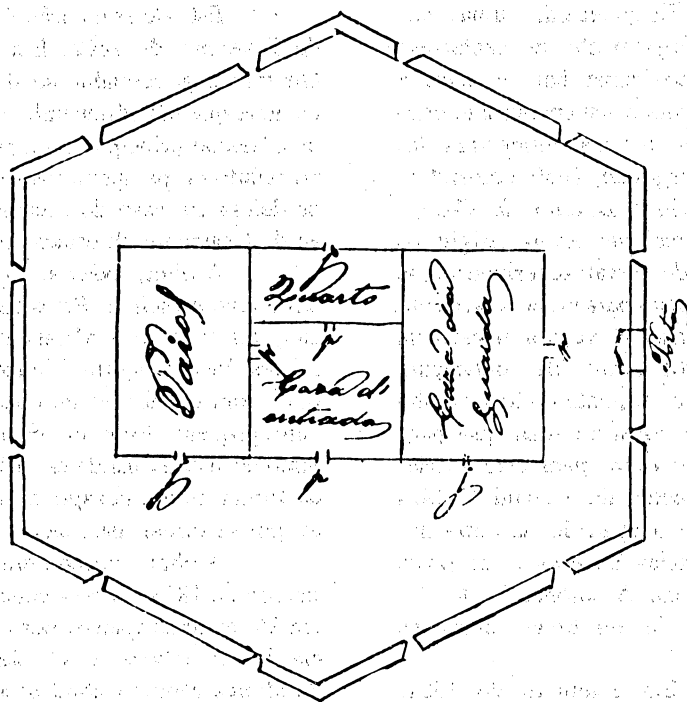
A obra, todavia, só mais tarde teve princípio. Pelos fins do ano, foi enviado a Miranembo o alferes José Joaquim Moniz Cabral, com o encargo de construir "um pequeno forte ou parapeito junto ao pau da bandeira, debaixo da forma de um hexágono perfeito, por se tornar mais fácil".

A obra começou em 4 de Janeiro de 1863 e estava concluída em 24, faltando apenas, por carência de cal, rebocá-la. O relatório do alferes Moniz Cabral descreve assim a obra:

"Este pequeno forte fica situado a 50 braças pouco mais ou menos a leste da barraca que serve de quartel, e das poucas mais que existem naquele ponto, no prolongamento da estrada - e 20 braças ao sul da beira-mar o terreno é o mais elevado naquele ponto, e da praia proximamente 10 braças.

A área do mencionado forte, computando 240 palmos - a muralha 6 $\frac{1}{2}$ de altura da superfície do terreno interior, e 9 $\frac{1}{2}$ pelo exterior compreendendo o alicerce que tem pouco mais [ou menos] 2 palmos de grossura, até a pequena banquetta, e daí até final unicamente 1 $\frac{1}{2}$.

Mandei fazer doze canhoneiras para bocas de fogo, e em cinco foram colocadas as peças ali



Vista da frente

Projecto para a construção de uma casa dentro do reduto,
apresentado pelo comandante do destacamento de Miranembo em 1863

Reprodução do original existente no Arquivo Histórico de Moçambique

existentes; o pau da Bandeira foi colocado no centro do Forte e têm 51 palmos de altura (foi feito de novo por estar arruinado o antigo). A porta do Forte é em direcção à estrada. Deixei de fazer a estacada em que V. Sr.ª me tinha falado por ter julgado fácil abrir o fosso, o que se não supunha."

Ainda do mesmo relatório se conhece que a obra custou 22:600 réis: "dois pedreiros em 25 dias a 200 réis, seis negros em 21 dias a 100 réis".

Tal é a história da construção do reduto de Pemba, ao qual o governador do distrito, major João Lobo Teixeira de Barros, mandou "pôr o nome de Forte de S. Luís".

Em Julho, o mesmo governador, reconhecendo o fundamento das reclamações dos sucessivos comandantes do destacamento, para que aos muros do reduto fossem dadas maior consistência e altura, "porque sendo amiudadas vezes visitado pelo Leão e pelo Tigre resultava o não se poderem ali conservar soldados desde o começo da noite", mandou que se lhes desse "mais altura de 3 a 4 pés e pelo menos um e meio de espessura".

Durante o resto do ano de 1863 e ao longo de 1864, o reduto continuou a ser objecto de peque-

nos melhoramentos e modificações. Projectou-se a construção de uma casa no interior, para residência do comandante, casa da guarda e paiol. Mas o projecto nunca se efectivou e o "Forte de S. Luís" permaneceu sempre a obrinha de fortificação fruste que hoje ali encontramos. "Uma coisa que lá fizeram e a que chamam forte" - comentava, em 11 de Janeiro de 1865, o governador interino do distrito, Francisco de Paula Castro Domingues, acrescentando: "Não serve para nada, está construído de tal maneira que tendo três peças montadas só podem fazer fogo para o ar. O quartel do destacamento é fora do forte e está a cair, é preciso construir outro dentro se lá couber".

A data, porém, já o governo-geral resolvera o desguarnecimento da baía de Pemba. A ordem fora dada em 29 de Dezembro de 1864, mas qualquer circunstância demorou a sua expedição, de modo que em 11 de Janeiro de 1865, ao redigir aqueles comentários, o governador do distrito não a recebera ainda. Em 28 de Janeiro, às 7 horas e 5 minutos da noite, chegava ao Ibo o destacamento - e a baía de Pemba só viria a ser reocupada sob a administração da Companhia do Niassa.

PORTO AMÉLIA**

por Jones da Silveira

Desta vez não vimos contar aos leitores a história dos séculos que viram nascer e crescer uma projecta cidade ou vila de Moçambique, com o justificado respeito que merecem as evocações do honrado discurso da nossa velha colonização. Desta vez vimos contar como em trinta anos surgiu do matagal e do capim que cercavam uma das mais belas e acolhedoras baías do mundo, uma povoação florescente e risonha.

Ao norte da Colónia, para além do Lúrio e antes de se chegar ao Ibo, abre-se, em determinado ponto da costa marítima, uma passagem ao mar que entra pela terra dentro formando uma ampla e profunda baía. É a baía de Pemba. As terras contornam-na altas e escarpadas a oeste e sudoeste, baixas e alagadiças ao norte e a leste, orladas de mangal e cobertas de densa vegetação em que se destacam pelo seu porte numerosas mangueiras e cajueiros; de longe avistam-se a espaços, na floresta, clareiras formadas pelos campos de sisal das plantações de europeus e das machambas dos indígenas.

Dentro, as águas são normalmente calmas, apenas animadas

pelo deslizar sobre elas de uma ou outra vela de embarcação que viaja para a fronteira povoação de Metuge, crismada em Bandar por algum comerciante asiático, ou pelo bulício de algum grande navio ancorado a tocar quase a terra, visto do alto das ribas como um brinquedo. Raras vezes, porém, a baía enfurece-se, e as tempestades, em regra de pequena duração, são respeitáveis, ocorrendo de anos a anos os tufões que causam consideráveis destroços.

A calma destas águas azuladas, a calma da selva exuberante que as abraça, abrindo-se largamente em redor, constitui a nota típica da beleza empolgante de grandeza que nos toca ao olharmos a paisagem. Nos dias tórridos a superfície do vasto lençol de água rebrilha sob o sol, atraindo-nos, refrescando o ambiente; nas noites luminosas ou de luar o espectáculo é impressionante de beleza.

* * *

A baía de Pemba é dos melhores portos marítimos da Colónia, formando uma vasta bacia de contorno sensivelmente elíptico,

**in *Moçambique, Documentário Trimestral*, no.4, Outubro-Dezembro, 1935.

com o eixo maior orientado norte-sul numa extensão de 18 quilómetros (10 a do eixo menor), comunicando com o oceano por um curto canal de uns 2 ou 3 quilómetros de largura, acessível a qualquer hora de dia ou de noite, sem perigos nem dificuldades, aos maiores navios, que vêm fundear a umas poucas centenas de metros da ponte.

Porto Amélia acha-se sobre um promontório, que desprendendo-se das ribas da baía de Pemba corta as águas, como que encaracolando-se sobre si mesmo; o extremo deste promontório, descendo até o nível das águas, oferece uma área baixa, suficientemente espaçosa para as instalações de um porto; a parte alta constitui um planalto de uns 60 metros de cota média sobre o mar, acessível nalguns pontos por rampas suaves, escarpado e a pique sobre a baía noutros pontos, prestando-se idealmente para uma povoação europeia, como uma ilha elevada no meio das águas da baía.

O planalto assim descrito, na parte destinada a vila, desce suavemente para o norte em declive quase constante, atingindo o mar no canal de entrada da baía a uns 2 quilómetros da orla da vertente sul, que cai a pique sobre a baía. Esta disposição permite o melhor aproveitamento dos ventos dominantes, a monção de nordeste que sopra na época quente e bate toda a encosta, e abriga bastante da monção de sudoeste, agreste e desconfortável, que domina na época fresca.

A paisagem é encantadora, da parte alta da vila avista-se para o sul a baía de águas azuis e calmas, completamente cercada de terra verdejante, para o norte o oceano ao longo da costa em direcção a Quissanga e Ibo, a perder de vista, por sobre as frondosas mangueiras e cajueiros da suave encosta do *plateau*, pontuada de garridas palhotas de indígenas meio civilizados.

A vila fica situada num ponto de vistas dominantes, frente ao poente, que frequentemente oferece deslumbrantes fins de dia, ao descer o sol por detrás das elevações de terreno da margem oposta, que se descortinam a grandes distâncias pela terra dentro, até o Ancuabe, a perto de 100 quilómetros, recortando-se por sobre as águas nas cores fantásticas do céu.

* * *

A história de Porto Amélia é curta, a vila está na sua infância, mas o seu crescimento é normal e mais não ambicionamos, pois é frequente as cidades sob os trópicos crescerem por modo mais rápido, incontestavelmente, mas quase sempre esses crescimentos são de ordem patológica, terminando por falências grandes, que muito mal trazem aos países a que pertencem, abalando fortemente o crédito e a confiança. O desenvolvimento dos centros urbanos, núcleos de actividades destes países novos, é condenado a inevitáveis solavancos, aos sobressaltos que resultam forçosamente da marcha

acidentada no caminho do progresso, em que, por mais dotes de previsão que tenham os governantes, não é possível navegar com um rumo único através dos tempos.

Porto Amélia foi durante 27 anos a sede do governo dos territórios da Companhia do Niassa. A esta empresa deve a sua existência e parte do seu desenvolvimento actual.

A Companhia do Niassa, nascida da firma comercial lisboeta Bernardo Daupias & C.^a, constituiu-se para tomar o encargo da administração majestática dos territórios da Colónia de Moçambique para o norte do rio Lúrio, até ao rio Rovuma que forma fronteira com território estrangeiro, e para o ocidente até às águas do lago Niassa. Esta Companhia tomou posse do governo em 27 de Outubro de 1894, na vila do Ibo, sede então do governo do distrito de Cabo Delgado, e que passou a ser sede da administração da Companhia. Os territórios sobre que ia exercer a sua jurisdição majestática encontravam-se praticamente por ocupar e pacificar; a sua ocupação e pacificação, operada pela Companhia, por vezes com o auxílio do Governo da Colónia, e a fundação de Porto Amélia, são os actos administrativos daquela empresa que melhor marcaram a sua acção naquelas terras, acção tomada numa hora difícil da nossa vida colonial. Mas a tarefa que lhe incumbia estava, havia já muitos anos, parada, e começava a ser nociva, quando o Governo Central reivindicou a administração directa da região, em

27 de Outubro de 1929, terminados os 35 anos do contrato.

A vila do Ibo, povoação de tradições históricas, valioso centro urbano com numerosas e boas construções de alvenaria cobertas a telha, e bons arruamentos, que tem ainda hoje o aspecto característico das nossas terras ultramarinas, foge da fisionomia universal dos "bungalows" que nivela todas as povoações sob os trópicos, é acolhedora. Estava porém condenada para capital de tão prometedora região, instalada numa ilha, servida de um porto mau, e logo os novos dirigentes da terra deitaram os olhos sábios para a esplêndida baía de Pemba, de cujas margens deveria partir uma via férrea de penetração que fosse buscar as produções do *hinterland* quase por explorar, via férrea que era, pode dizer-se, a condição *sine qua non* do mandato.

Em Maio de 1898 é nomeado o capitão José Augusto Soares da Costa Cabral para implantar a nova povoação destinada a ser a capital dos territórios no local acima indicado, a que se começou a chamar Pemba, designação que ainda hoje os indígenas do interior dão a Porto Amélia; os terrenos são classificados de 1.^a classe para efeitos de concessões, começando logo a seguir os pedidos de arrendamentos e aforamentos de talhões, e proibem-se as construções que não sejam de alvenaria e em determinadas condições descritas num regulamento especial, oportunamente publicado. Nem sempre, porém, estes negó-

cios de terrenos correram tão bem como de início, fazendo-se depois grande especulação de tal, por intermédio muitas vezes de empregados da Companhia, quer nas povoações quer pelo interior, a ponto que ao recuperar o Estado a administração havia entre outras uma pretensa concessão em Porto Amélia que compreendia a povoação quase toda, incluindo o cemitério público.

Abertos os primeiros estabelecimentos comerciais, é criado em 13 de Outubro de 1899 um posto fiscal, em Dezembro é montada a estação postal, e a futura povoação vai assim desabrochando da selva bravia que lhe foi destinada para berço. Em fins de 1899 uma portaria ministerial autoriza a nova denominação, que é publicada pela ordem n.º 230 do Governo dos territórios, pela seguinte forma: "Tendo o Ex.^{mo} Conselho de Administração da Companhia do Niassa deliberado dar o nome de Sua Majestade a Rainha D. Amélia à nova povoação de Pemba, que deve ser a futura capital dos territórios, prestando assim um preito de homenagem, respeito e simpatia, a tão excelsa Senhora, e tendo Sua Majestade autorizado tal deliberação: Hei por conveniente ordenar que essa povoação, na baía de Pemba e futura capital dos territórios da Companhia do Niassa, de denomine - Porto Amélia. - Secretaria do Governo dos Territórios de Cabo Delgado, no Ibo, 30 de Dezembro de 1899. - O Governador, *João Abel Antunes de Mesquita Guimarães*, capitão de

fragata". Como muitas vezes nos acontece, nesta deliberação do Conselho de Administração apenas faltava a originalidade, pois que para o sul já existia outra terra, Port Elizabeth, cuja denominação tinha a mesma génese.

Em Janeiro de 1902 o governador dos territórios, com a secretaria do governo, transfere-se do Ibo para Porto Amélia, para onde depois vão passando os restantes serviços da Companhia à medida que as instalações se vão fazendo, tendo subsistido no Ibo a Intendência do Governo até à sua extinção em Outubro de 1929, e por último o Tribunal da comarca, já na administração do Estado, em fins de 1934.

O distrito de Cabo Delgado, que substituiu a administração dos territórios pela Companhia do Niassa na parte do litoral, teve a sua sede em Porto Amélia até ao fim do ano de 1934, em que foi extinto pela entrada em vigor da Reforma Administrativa Ultramarina; continua, porém, na vila, a sede da Intendência do novo distrito de Porto Amélia, desde essa data.

* * *

A vila, a que uma ordem do Governo da Companhia ainda chegou a chamar "cidade", deve grande parte do seu rápido incremento à vida administrativa de que foi sede desde o seu início - a qual teve considerável acréscimo com a instalação da administração do Estado em 1929, mas presentemente está um pouco decaída com

a extinção do distrito de Cabo Delgado - e vive além disso do seu movimento comercial, o movimento das importações para consumo e das exportações de produtos da terra do seu rico *hinterland*, especialmente a região do Medo, circunscrição de Montepuez. Na sua vida comercial suportou por muito tempo a rivalidade do Ibo, que viu sempre no crescimento de Porto Amélia, em parte feito à sua custa, uma ameaça à sua vida.

De como cresceu Porto Amélia no tocante à sua vida comercial dão idéias alguns números que vamos expôr. Estabelecido um posto fiscal na povoação nascente de Pemba em 1899, como atrás fica dito, o seu primeiro rendimento acusado no *Boletim* foi, em Janeiro de 1900, de 11\$316 réis; no segundo semestre desse mesmo ano o rendimento já foi de perto de 13 contos, e assim crescendo atingiu o seu máximo no ano de 1930, em que a sua alfândega rendeu ao Estado 2:320.007\$09, sendo a exportação total no valor de 767.339\$98, ouro, o que anda à roda de de 18:000 contos.

Presentemente, Porto Amélia é uma aprazível povoação, considerada justamente como uma das mais saudáveis para o europeu de entre as suas similares ao longo da costa de Moçambique, graças à sua situação quase insular dentro das águas da baía de Pemba, e elevação sobre o mar, tornando-a bem arejada. Na parte baixa estão instaladas as dependências do seu porto, Alfândega e armazéns, Capitania dos Portos com as suas

dependências, instalações estas construídas de 1930 para cá, o velho edifício dos Correios e armazéns particulares; a meioa encosta fica o bairro comercial, de que os principais estabelecimentos ocupam um e outro lado de um belo arruamento macadamizado, e o edifício onde funciona a Junta local e o Tribunal da comarca; e na parte alta as restantes repartições públicas, quase todas num edifício expressamente construído para esse fim pela Companhia do Niassa, a residência do Intendente, que foi residência dos governadores, o novo hospital e o incipiente bairro de residências europeias. Nesta parte alta, alguns edifícios do Estado, que agora servem de habitações de funcionários, ficam alcandorados na ravina que cai a pique sobre as águas da baía, de um pitoresco notável. O bairro indígena de Queta-Queta fica junto ao mar no extremo do promontório, e parte para o lado oposto das instalações do porto, numa restinga de areia, que nas marés vivas se desliga da terra.

Porto Amélia teve pela primeira vez instituições municipais em 1932, com a criação de uma comissão municipal, e nesse ano foi também organizada uma sociedade recreativa, o Grémio de Porto Amélia.

No tempo da Grande Guerra, Porto Amélia foi base de operações e nela estiveram numerosas tropas inglesas, aproveitando-se o seu excelente porto, e a atestar esta página da sua história existe um cemitério de guerra inglês, digno de se visitar pelo que

tem de evocador e de respeitável.

Partindo-se da ponte de desembarque, uma rua bem traçada vence a encosta, em suaves *lacets*, deixando a meia encosta para a esquerda a rua principal do bairro comercial a que atrás aludimos, e vai atingir a parte alta em frente da residência do Intendente e repartições públicas; passando no hospital, desce novamente até o quartel da 2.ª Companhia Indígena de Infantaria, tornando a ganhar a altura do chamado Alto Gingone, que é a lomba do promontório em cujo extremo se encontra a vila, seguindo por aí a estrada que conduz para qualquer ponto do distrito, avistando-se para um lado e para o outro o oceano e a baía de Pemba, por entre basto arvoredos e habitações indígenas, constituindo o Alto Gingone o principal arrabalde da vila. O outro arrabalde populoso é a Maranguenha, região que se estende junto ao mar na

encosta norte do Alto Gingone, ao longo do canal de entrada da baía, até ao farol de entrada do porto a uns 8 quilómetros da vila, havendo neste trajecto à beira-mar grandes aglomerados de cajueiros, mangueiras e coqueiros, e densa população de indígenas que se empregam na vila. A Junta Local abriu em 1933 um arruamento de circunvalação da vila, que oferece um aprazível passeio num percurso de 5 ou 6 quilómetros.

Porto Amélia é terra de futuro, porque tem atrás de si uma região rica em agricultura, populosa, de indígenas robustos e trabalhadores do grupo dos "macuas", com expectativas de explorações mineiras, um belo porto de mar numa linha de frequente navegação, boa salubridade. Falta-lhe em compensação uma linha férrea de penetração e o estabelecimento de uma rede de abastecimento de água.

OS PORTUGUESES E AS ILHAS DE QUERIMBA***

por José Ribeiro Torres

O arquipélago das ilhas de Cabo Delgado ou de Querimba, que jaz na latitude 12° S., compõe-se de 28 ilhas, das quais a maior, Amiza, tem de comprimento 8 milhas e de largura 1 e $\frac{1}{2}$; as outras são: Quipace, Quiziba ou Quiziúá, Fumbe, Calaluá ou Quilalia, Samucar, Querimba, Ibo, Matomo, Rolas ou Crianvé, Melandule, Inhate, Macalué ou Maate, Ilha dos Mastros, Xanga, Zanga, Minhuge, Timbuza, Namege, Zune, Lumbamba, Mistense, Numbe, Quia, Cuiamimo, Lenga, Cunge e Ticoma.

Destas, e desde tempos imemoriais, só têm sido habitadas efectivamente: Querimba, Ibo, Matomo e Fumbe ou Mefunve. Todas ficam próximas umas das outras, formando com a terra firme um canal cuja largura varia de uma a dez milhas, abrigado de todos os ventos do mar e por onde navegam com toda a segurança, no serviço de cabotagem, pequenas embarcações - canal, pois, com óptimas condições para o antigo comércio de escravatura.

Nas ilhas despovoadas aparecem, em Quiziba ou Quiziúá, ruínas de uma casa e cisterna; na de Macalué, os alicerces de um

edifício; na de Amiza, parte das paredes de uma ermida que se diz ter sido pertença dos jesuítas que ali tinham hospício; e na de Namege, um poço de água salobra. Diz-se que a razão de serem desabitadas é a má qualidade da água, contudo os terrenos são férteis e aproveitáveis para cultura.

O primeiro contacto de portugueses com terras da África Oriental data da primeira viagem de Vasco da Gama à Índia.

Saída a heróica armada de Lisboa, a 8 de Julho de 1497, devia ter passado diante do alto da Quissanga por alturas de Março de 1498, e não rezam as crónicas que tivesse tido contacto algum com gentes destas terras nem que esta parte da Colónia lhe tivesse merecido quaisquer referências. É natural que assim seja. A ansiedade de chegar à Índia, à terra do mistério e da sedução, não permitia detença em terras de secundária importância e de que até aí não havia notícia.

Abastecidas as naus em Moçambique e tendo que lutar contra a monção, que as havia de levar à Índia, não gastaram menos de mês ou mês e meio para alcançar Mombaça, e grande esforço

***in *Moçambique, Documentário Trimestral*, no.15, Julho-Setembro, 1938.

deviam ter dispendido para vencer a corrente e a perfídia do Canal de Moçambique e os tufões do Mar Tenebroso que mais tarde haviam de fazer sentir-se ao outro grande almirante, Pedro Álvares Cabral, que sofreu profundo revés, perdendo seis das treze naus do seu comando e dando lugar a que uma delas, transviada, fosse aportar a Madagáscar, que Diogo Dias, capitão da nau, chamou ilha de S.Lourenço.

Descoberto o caminho para a Índia, tornou-se necessário assegurar a liberdade do comércio no trajecto que as naus teriam a percorrer e por isso, em 1502, voltou à Índia Vasco da Gama, já com uma armada de 20 navios que lhe permitiu conquistar Quíloa e fazer o seu rei tributário do Rei de Portugal, nascendo daqui a idéia da ocupação de Moçambique e outros pontos que permitissem monopolizar o comércio da Índia.

A Vasco da Gama seguiu-se D.Francisco de Almeida, o primeiro vice-rei da Índia, que largou de Lisboa em 1505 com uma armada numerosa e tomou Mombaça e Melinde, baluartes dos árabes que infestavam esta costa da África Oriental com o seu negócio de escravatura.

Começa a firmar-se a ocupação portuguesa por meio do estabelecimento de feitorias e construção de fortalezas. Pero da Nhaia constrói a primeira, em Sofala. Outras se vão seguindo, em Moçambique, Mombaça, Lourenço Marques, Sena, Tete, gloriosas ruínas hoje que nos é grato con-

templar e que afirmam bem alto, algumas em território agora estrangeiro, as qualidades dos colonizadores portugueses. As descobertas e as conquistas vão-se dilatando para o Oriente, a inveja do árabe e do turco vão-se acentuando cada vez mais e a necessidade de fixação à terra, inata no português, vai dando lugar à ocupação definitiva desta Colónia, no litoral, principalmente nos centros já importantes pela colonização do árabe, a que nós conseguimos, pela diferença dos métodos, pela nossa energia e pela força das armas, substituir-nos com vantagem. A obra missionária que acompanhou a conquista foi sempre a fonte inexaurível onde se retemperava a energia do combatente, do soldado e do conquistador.

Data de 1560 a primeira missão de jesuítas que aqui veio estabelecer-se e pregar o cristianismo entre os indígenas. Vinham de Goa, dirigidos por Francisco de Monclaros, e consigo traziam já a longa experiência da sua missão espinhosa.

Francisco de Monclaros aportou a Moçambique e daí começou a sua obra missionária que se espalhou pela Colónia. Quando a necessidade de criar um governo autónomo e efectivo levou D.Sebastião, em 1569, a dividir o governo da Índia em três governos, o território que constitui hoje aproximadamente a nossa colónia de Moçambique foi confiado a Francisco Barreto, com o título de capitão-general de Moçambique, cargo que exerceu até 1571.

Dessa data nasce o contacto mais estreito com o litoral, e as ilhas de Querimba, proveitosos centros de escravatura pela sua posição geográfica e refúgio de escravagistas, começaram a sentir a acção enérgica dos portugueses na suspensão desse comércio ignominioso e na disciplina que a autoridade, ali estabelecida, lhes fez sentir com mão de ferro. Querimba passou a ser a sede da capitania das ilhas onde se estabelece o "Comando das Ilhas e da Terra firme", sendo o domínio desta parte do continente apenas hipotético, mas designando o seu título o firme propósito de o tornar efectivo.

A dominação árabe vem já de épocas remotas. A população indígena é já uma miscelânea de bantus e árabes que assim criam um tipo próprio, menos escuro e mais aperfeiçoado. As feições são correctas. Desaparecem as duas características dos lábios grossos e nariz achatado. As línguas amalgamam-se, cria-se o quimuane, miscelânea de árabe e macua que ainda hoje se fala. A religião maometana, de fácil adaptação a povos primitivos, espalha-se profusamente por todo o litoral e pelo interior. É assim que os súbditos do Mataka a centenas de quilómetros do litoral, se maometanizam também, logo que Mataka, tornado poderoso, manda ao litoral vender escravos e marfim.

Estabelecido o "Comando das Ilhas e Terra firme" na Querimba, com as respectivas forças de ocupação, começou o contacto desta raça já cruzada com os euro-

peus. Os missionários encontraram já bastantes indígenas de fácil catequização naqueles que eram serviçais dos europeus e naqueles mestiços que provinham do cruzamento destas duas raças, cruzamento que havia de dar lugar a uma população bastante grande, dando-se aqui fenómeno idêntico ao da Índia. Aparecem, depois, os *brancos do Ibo*, designação que os indígenas dão a esta gente, com costumes europeus, alguns acentuadamente brancos, e todos católicos sinceros.

Em Querimba edifica-se uma igreja (de Nossa Senhora do Rosário) e um convento, cujas ruínas ainda existem e durante séculos foi abrigo e casa-mãe dos missionários que operaram nestas paragens.

A primeira lei de abolição da escravatura foi publicada em 1570, justamente no período em que Francisco Barreto era capitão-general de Moçambique. O ódio que já por natureza e por intuição os portugueses votavam aos escravagistas encontra nesta lei plena justificação para exercer com afã e zelo uma rigorosa repressão da escravatura.

A fixação da autoridade portuguesa nas ilhas começou a fazer sentir os seus efeitos benéficos. Esta miscelânea de raças de que é constituída a população de Querimba dá lugar a uma mestiçagem complicada, com características que se hão-de perpetuar pelo século fora e se encontram hoje nos naturais do Ibo, a que pomposamente, como se disse, os indíge-

nas chamam os "brancos do Ibo". Do árabe veio-lhe a cobiça, a volupciosidade e o espírito de intriga; do europeu a religião, a cor da pele e a devassidão; do indígena a indolência, a desconfiança e o acanhamento. A resultante não podia deixar de ser um ente fraco e com pouca preparação para a luta da vida. Por isso a autoridade é bem aceite, porque já fartos de lutas com árabes, com turcos, com franceses e depois com os holandeses, sentem agora quem os proteja, quem os organize, quem os defenda.

Os árabes e os turcos logo que viram entraves à sua traficância incitaram os indígenas do continente a atacar os povos da Quirimba, que tudo destroem e saqueiam.

Seguindo na pegada das nossas naus aparecem os franceses em 1527, e fazem o mesmo. Foi nessa altura que tomaram o primeiro contacto com Madagáscar.

Por fim vêm os holandeses, em 1595, 1607 e 1608, mas esses já encontram por toda a parte quem lhes resista, e em Moçambique, onde põem à fortaleza de S. Sebastião cerco que mantêm durante dois meses, sem nada conseguir e apesar desta ainda não estar concluída, ficam conhecendo a heroicidade portuguesa, que mais tarde os há-de escorraçar do Brasil e de Angola, que ousadamente e aproveitando o período decadente de Portugal, depois da morte do Cardeal-Rei, tinham conseguido tomar.

* * *

É necessário explicar que durante séculos os colonos portugueses que por estas paragens se fixaram, salvo honrosas excepções, eram na sua quase totalidade degredados, pessoas de costumes pouco recomendáveis, sem educação e sem moralidade e portanto a sua influência sobre os indígenas não podia ser benéfica, neste sentido. Contra esta influência nefasta tinham também que lutar os missionários, cuja missão tinha que estender-se aos brancos, sendo digna de registo a obra realizada por eles nesta direcção. Muitos brancos se regeneraram e se fixaram à terra, produzindo excelentes colonos.

Os governos pouco duradouros, hesitantes, sem finalidade, sucediam-se sem interrupção, não deixando obra feita. Se alguns governadores chegavam a traçar um plano de colonização, de defesa, de ocupação, era quase certo que o não acabariam. De 1505 a 1765 houve noventa e sete governadores e só nessa altura Baltasar Pereira do Lago exerce o governo durante catorze anos, até 1779, sendo portanto durante o seu governo que a Colónia marca um período de engrandecimento que aqui nos fixa definitivamente.

Esta desordem na governança da África não era mais que o reflexo do que se passava no Reino. As colónias foram sempre espelho fiel a reproduzir a imagem da Metrópole, e ainda hoje o são.

As riquezas da Índia e os faustos do Brasil ofuscaram de tal maneira as possessões da África,

que a manutenção de portugueses lá só se justificava, nos grandes, para os calarem, dando-lhes um osso a roer, e nos pequenos, como cumprimento e expiação de penas:

D. João III, logo no começo do seu reinado, depois de ter assistido ao desfraldar de todas as riquezas vindas do Oriente, à embriaguez produzida pelos *fumos* da Índia, vendo a população do Reino reduzida a um milhão de almas e o tesouro incapaz de pagar as despesas públicas, vê-se obrigado, por falta de gente, a abandonar Arzila e as outras praças da África do Norte, e portanto não temos de admirar-nos da qualidade dos colonos que se expatriavam para as outras possessões da África.

Depois, segue-se a catástrofe de Alcácer-Quibir, com a perda total da nacionalidade. Durante a dominação espanhola as colónias portuguesas são pasto da pirataria de holandeses, franceses e ingleses. Mas chega o tempo para a defesa, e sítios há onde, sendo ela impossível, os outros se fixam, perdendo-os nós inteiramente.

E assim, depois da Restauração, consolidada esta, o que leva anos e anos, é o Brasil quem atrai as vistas da Governação.

Em 1645 decreta-se a escravatura em Moçambique, na impossibilidade de Angola continuar a fornecer escravos para o Brasil, por lá se terem instalado os holandeses.

De paladinos de uma causa nobre - a abolição da escravatura decretada em 1570 - passamos a ser cúmplices pela sua instituição

em 1645. A ignomínia do árabe que tanto tínhamos anatematizado, adoptamo-la como divisa da nossa abjecção. Se a falta de carácter dos colonos era notória pelas suas origens, com a escravatura degradavam-se ainda mais. Ficava assim banida qualquer esperança de regeneração. Nem regeneração pelo trabalho agrícola, nem pela doutrina missionária. À abjecção moral que os tinha expatriado para aqui vinha juntar-se a abjecção material da única profissão lucrativa.

As ilhas de Querimba voltam a apresentar o mesmo cenário hediondo do comércio da carne humana, somente os protagonistas é que variam. Ao árabe velhaco de bico adunco e olhar de ave de rapina substitui-se o português malencarado que o crime estigmatizara em terras da Pátria. Cria-se o tipo de negreiro que Rider Haggard tão injusta e exageradamente apresenta em todos os seus livros, o que vem dar lugar, entre ingleses, a que criemos uma reputação injustificada de incorrigíveis escravagistas. Em todo o caso, é necessário esclarecer que os ingleses, como sempre, viam o argueiro no olho do parceiro e não viam a tranca no seu, pois em 1878, em águas de Moçambique, a corveta inglesa *Daphne*, é apanhada em flagrante delito embarcando escravos que as nossas autoridades obrigaram a desembarcar. Este caso é tanto mais extraordinário que em 1869 tinha sido assinalado o último tratado para abolição da escravatura entre Portugal e a Inglaterra.

De 1645 a 1671 vive-se exclusivamente do tráfico de escravos, apesar dos esforços de alguns governadores para desenvolver a agricultura. O domínio dos territórios conhecidos pelas ilhas de Querimba, limita-se às ilhas e ao litoral fronteiriço, onde os muzungos do Ibo se estabelecem em pequenas propriedades em que enclausuram os escravos até ao seu embarque para o Brasil. Nos seus ócios plantam alguns coqueiros e cajueiros, que é afinal o que ainda agora por lá existe.

António de Melo e Castro, governador da colónia durante sete anos, de 1756 a 1763, tenta desenvolver a agricultura nas ilhas e muda a capital para o Ibo. Lá constrói as duas fortalezas de S. João e de Santo António que as hão-de defender depois dos ataques de árabes, de franceses, de ingleses e de holandeses. Lá estão ainda a atestar o nosso poder de colonizadores, sentinelas vigilantes da rapacidade de estrangeiros ousados.

Em 1671 abre-se aos colonos portugueses nova perspectiva com a abolição do exclusivo de comércio que até aí constituía regalia exclusiva dos governadores. Cria-se a alfândega de Moçambique, mas para se ver a pouca importância que essa nova medida trouxe à vida do colono, basta dizer-se que a alfândega do Ibo só é criada em 1786, isto é, mais de um século depois. Quer dizer que o comércio nas ilhas continuou a ser o dos escravos, apenas, e o outro quase inexistente.

Em todo o caso, alguns barcos portugueses de comércio passam a frequentar a costa, mas não se modifica a índole nem a maneira de viver dos portugueses. O comércio é quase exclusivamente exercido, como ainda hoje, pelos baneanes, a quem em 1686 o Conde de Alvor, então vice-rei da Índia, tinha permitido o comércio em Moçambique. Formou-se a Companhia dos Baneanes a que foi concedido o exclusivo do tráfego entre Dio e Moçambique. Mais tarde criou-se a Companhia da Índia, e são estas companhias, desde essa data, que dão um cunho particular ao comércio de Moçambique e que tanta influência vêm a ter na sua economia. A feição especial que esta concessão imprime ao comércio da Colónia tem nesta era de crise que atravessamos uma importância capital. Porque a maneira de comerciar aqui é diferente das outras colónias, é que se não podem fazer leis gerais de economia, sem atender às modalidades de cada uma.

As ilhas de Querimba não fugiram, nem podem fugir ainda hoje, a estas características imperiosas, que lhes imprimiu a maior das forças morais - a tradição.

Pela sua posição geográfica na Colónia, viam-se constantemente ameaçadas e alvo de lutas e cobiças que as desorganizam e empobrecem. As lutas que durante séculos se travaram para a posse de Mombaça e dos territórios que lhe ficam para o norte, tornam-nas eternas vítimas dos contendores. Árabes, franceses, ingleses e ho-

landeses atacam-nas, saqueiam-nas, matam a população; e os próprios indígenas do continente fazem de vez em quando a sua investida ofensiva.

Os mais persistentes nestas lutas são os árabes e os franceses, e estes chegam a monopolizar por completo o comércio nas ilhas de Querimba. Séculos depois, voltam os franceses pacificamente, é claro, estabelecem uma importante casa de comércio no Ibo, para negociarem no continente. Barcos de vela fazem os transportes e a certa altura iniciam os franceses uma exploração de mica em terras de Bilibiza, e então saem do Ibo os barcos carregados de toneladas e toneladas de mica, que na volta de França vêm carregados de telha de Marselha, e é por isso que as casas do Ibo, de arquitectura antiga

e a maior parte em ruínas, são na sua quase totalidade cobertas de telha de Marselha, o que despertava a atenção de quem por lá passava e fazia meditar na razão de tal exclusivismo na Colónia.

É ao governador Pedro Saldanha de Albuquerque, em 1761, que cabe a honra de elevar à categoria de vila a capital das ilhas de Querimba, nesse tempo já estabelecida na Ilha do Ibo. Quase dois séculos o Ibo foi a capital das ilhas e mais tarde do distrito de Cabo Delgado, até que em 1900, estes territórios então já em posse da Companhia do Niassa, se estabeleceu em Pemba a capital e sede do Governo, a que se deu o nome de Porto Amélia, em homenagem à Rainha D. Amélia de Orleans e Bragança.